

Claudio H. Miranda Horst
Virgínia Alves Carrara
(Organizadores)

“QUESTÃO SOCIAL”, MINERAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL



Universidade Federal
de Ouro Preto



editora **UFOP**

“QUESTÃO SOCIAL”,
MINERAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL

REFLEXÕES A PARTIR DA REGIÃO
DOS INCONFIDENTES



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

Reitora

Cláudia Aparecida Marlière de Lima

Vice-Reitor

Hermínio Arias Nalini Jr.



editora**UFOP**

Diretor Executivo

José Rubens Lima Jardimino

Coordenador Editorial

Daniel Ribeiro Pires

Assessor da Editora

Alvimar Ambrósio

Diretoria

Francisco José Daher Jr. (Coordenador de Comunicação Institucional)

Paulo de Tarso Amorim Castro (Presidente do Conselho Editorial)

Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp (Proex)

Sérgio Francisco Aquino (Propp)

Tânia Rossi Garbin (Prograd)

Daniel Ribeiro Pires (Representante TAE)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adriano Medeiros da Rocha

Prof. Dr. Douglas da Silva Tinti

Prof. Dr. Flávio Pinto Valle

Prof. Dr. Paulo de Tarso Amorim Castro

Claudio H. Miranda Horst
Virgínia Alves Carrara
(Organizadores)

“QUESTÃO SOCIAL”,
MINERAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL
REFLEXÕES A PARTIR DA REGIÃO
DOS INCONFIDENTES

1ª edição

Ouro Preto
2023



© EDUFOP

Coordenação Editorial

Daniel Ribeiro Pires

Capa

Arte: Varnei Rodrigues

Foto: Giovanna de Guzzi

Diagramação

Propagare Comercial Ltda.

Revisão

Tikinet

Ficha Catalográfica

(Elaborado por: Elton Ferreira de Mattos - CRB6-2824, SISBIN/UFOP)

Q58 “Questão social”, mineração e serviço social : reflexões a partir da Região dos Inconfidentes / Claudio H. Miranda Horst, Virgínia Alves Carrara (Organizadores). 1. ed. – Ouro Preto : Editora UFOP, 2023.
284 p. : il. : color; grafs; tabs.

1. Minas e recursos minerais - Aspectos sociais. 2. Trabalho - Aspectos sociais. 3. Universidade Federal de Ouro Preto. I. Horst, Claudio H. Miranda. II. Carrara, Virginia Alves.

CDU: 553.04

ISBN 978-65-89785-18-7

Todos os direitos reservados à Editora UFOP. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, arquivada ou transmitida por qualquer meio ou forma sem prévia permissão por escrito da Editora. A originalidade dos conteúdos e o uso de imagens são de responsabilidade dos autores da obra.

Obra aprovada no Edital 50 anos da UFOP - 03/2019 e publicada apenas no ano de 2023 em decorrência dos prejuízos operacionais causados pela PANDEMIA DO COVID-19

EDITORA UFOP

Campus Morro do Cruzeiro

Centro de Comunicação Institucional, 2º andar

Ouro Preto / MG, 35400-000

www.editora.ufop.br / editora@ufop.edu.br

(31) 3559-1463

I

O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.

II

Entre estatais
E multinacionais,
Quantos ais!

III

A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.

IV

Quantas toneladas exportamos de ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos sem berro?
(Lira Itabirana, Carlos Drummond de Andrade)

SUMÁRIO

9 PREFÁCIO

15 APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1

27 A SIMBIOSE HISTÓRICA ENTRE A CIDADE DE MARIANA
E A ATIVIDADE DA MINERAÇÃO DO FERRO

Roberto Coelho do Carmo

CAPÍTULO 2

57 DUAS FACES DO MESMO MONSTRO

Raquel Mota Mascarenhas

CAPÍTULO 3

97 A OFENSIVA PREDATÓRIA DO CAPITAL E O TRABALHO
DO ASSISTENTE SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DO CRIME
DA SAMARCO EM MARIANA

Cristiane Silva Tomaz

Sara Araújo Martins

Virgínia Alves Carrara

CAPÍTULO 4

123 O TRABALHO FORMAL EM OURO PRETO, MARIANA E JOÃO
MONLEVADE: DA DEGRADAÇÃO PROMOVIDA NA GÊNESE
DO CAPITALISMO À ATUAL PRECARIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO
DO TRABALHO

Rodrigo Fernandes Ribeiro

CAPÍTULO 5

149 A ESTRUTURA RACIAL NO MUNICÍPIO DE MARIANA E O SERVIÇO
SOCIAL: EM BUSCA DE DIÁLOGOS.

Isis Silva Roza

CAPÍTULO 6

- 173 CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS: REFLEXÕES A PARTIR DO
CONTEXTO DA MINERAÇÃO EXTRATIVISTA E DA FORMAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL NA UFOP

Kathiuça Bertollo

CAPÍTULO 7

- 203 SERVIÇO SOCIAL, ARTE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A
EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA MINERAÇÃO DO OUTRO

Marlon Garcia da Silva

CAPÍTULO 8

- 241 REFLEXÕES SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO
SOCIAL NA REGIÃO DOS INCONFIDENTES

Claudio Horst

- 281 SOBRE OS AUTORES

PREFÁCIO

Quantas toneladas exportamos

De ferro?

[São muitas, estimado poeta!]

Quantas lágrimas disfarçamos

Sem berro?

(Andrade, 1984)

Não sei mensurar, estimado poeta, mas tenho certeza de que os mineiros dessa nossa terra estão fartos e não suportam derramar mais uma gota de sofrimento.

O Brasil exporta aproximadamente 34,3 milhões de toneladas de minério de ferro. O faturamento, a riqueza apropriada privadamente, com a exportação dessa valiosa *commodity* chega à soma de US\$ 1,53 bilhão, com preço médio de US\$ 50,30 a tonelada (Sinferbase, 2019). Não tenho dúvida da importância da extração mineral para a economia brasileira e mundial, mas carrego reticências sobre a maneira como ela é realizada e, por conseguinte, solidariedade às centenas de vidas que custam ao povo trabalhador brasileiro essa indústria da degradação ambiental e humana.

Em 2015, no dia 5 de novembro, a comunidade de Bento Rodrigues (Mariana-MG) foi extinta do mapa. Na ocasião, uma barragem da mineradora Samarco Mineração S. A. se rompeu e produziu um mar de lama que matou dezenove pessoas, desabrigou 1.500 moradores e dizimou uma vila inteira. O mar de lama, depois de invadir e soterrar Bento Rodrigues, continuou seu percurso fúnebre e atingiu dezenas de outros locais. Esse crime atingiu aproximadamente 230 localidades entre cidades, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, áreas de preservação permanente localizadas as margens dos rios Gualaxo e Doce. A lama criminosa da Samarco se arrastou e derramou sua destruição no litoral do estado do Espírito Santo. Os rejeitos do grande capital predatório

contaminaram rios e afluentes, a degradação ambiental atingiu aproximadamente 240 mil hectares de Mata Atlântica, destruindo a fauna e a flora em um raio de 800 km (Brasil, 2015).

Veja, meu poeta: estão destruindo nossos morros e nossa gente!

Em 2019, a lama criminosa voltou a causar destruição em Brumadinho (MG). No dia 25 de janeiro, o rompimento da barragem controlada pela Vale S. A. levou mais de duzentas vidas e ainda existem mais de noventa corpos desaparecidos. Esse crime foi reconhecido como o mais grave desastre ambiental da história provocado por vazamento de minério.

Drummond de Andrade?! Muitas vidas se foram! A história e as lágrimas continuam!

Para aqueles que laboram nessa atividade econômica o adoecimento e a morte são permanentes. Os estudiosos de saúde e segurança do trabalho denunciaram que o índice médio de acidentes de trabalho no Brasil aproxima-se de 8,66%, enquanto na mineração essa taxa chega a 21,99% (Hermanson, 2019). E mais, Minas Gerais e Pará são os estados brasileiros onde os trabalhadores têm mais probabilidade de morrer durante a jornada de trabalho, nada mais do que os dois estados mais importantes na extração mineral.

Carlos Drummond de Andrade! Tenho uma amiga, aí de Minas!

Ela se chama Marta de Freitas, uma apreciada camarada, mineira, engenheira e militante incansável na defesa da saúde do trabalhador e da trabalhadora, ela me contou que:

O trabalhador [da mineração] tem risco de explosão de gás, de queda, de atropelamento. E, se ele não morrer de acidente de trabalho, ao longo do tempo, ele vai ser acometido por doenças do trabalho: silicose, aluminose, a siderose. Isso vai comendo o pulmão, vai ceifando a qualidade de vida desse trabalhador. Surdez, perda auditiva, lesões na coluna¹ (Hermanson, 2019).

¹ Observem o depoimento de um mineiro: “Lá tem o choco que esmigalha; a queda num poço que esquarteja; o atropelamento pelas locomotivas elétricas que mutilam e esfrangalham; o fogo falhado que estilhaça; o fio elétrico que carboniza; as portas de ventilação que amassam; os elevadores que decapitam; o gás grizu que asfixia e a pneumonia fatal” (SOUZA, 2009, p. 236).

Estimado Carlos Drummond de Andrade, você está plenamente correto:

O Rio? É doce.
A Vale? Amarga (Andrade, 1984).

Poeta, valioso poeta, não consigo me expressar pela poesia, mas você me ajuda, pois lança luz para a ciência da indignação. Indignação que faz meu coração quase saltar do peito! Mas nesse momento, preciso de amigos e da razão histórica e dialética! Por isso que tenho amigos lá em Minas Gerais. Vou falar muito rapidamente o que eles estão fazendo por lá.

Drummond, os dados e informações que apresentei no começo deste prefácio oferecem breve incursão na relação entre riqueza, miséria, crime, sofrimento, lágrimas e tragédia produzida pela extração mineral no Brasil. E diante desse cotidiano que bate às portas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), um grupo de jovens professores e pesquisadores do curso de Serviço Social, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFOP), apresentam com coragem este livro intitulado “*Questão social*”, *mineração e serviço social: reflexões a partir da região dos inconfindentes*. Os autores decidiram produzir conhecimentos e formar profissionais que atuarão no âmbito das políticas sociais com o que de melhor a tradição crítica das ciências sociais pode oferecer à classe trabalhadora e à universidade brasileira, ou seja, produzir ciência social sobre a realidade sócio-histórica e enfrentar, com a arma da crítica e da denúncia, os principais conflitos e dramas da nossa sociedade, que infelizmente se curva (mas não quebra) aos ditames do *imperialismo* que aqui em nossas terras se reproduz por meio do capitalismo dependente e periférico, com grande pujança de acumulação de capital e produção de miséria e morte. Como bem ensinou Marta de Freitas: a mais-valia da mineração é lavada com sangue!

Drummond, escute bem, vivemos na atualidade uma situação muito ruim na universidade brasileira, mas, para minha felicidade, tenho amigos por todo o Brasil, que estão firmes e lutando em defesa da nossa universidade, da nossa ciência e do nosso povo. É sobre a realidade sócio

-histórica da região dos inconfidentes que os pesquisadores desta obra coletiva aceitaram o desafio de manter em pé e mais viva do que nunca a universidade pública e localizar, por meio de importantes pesquisas, a realidade brasileira como síntese de complexos históricos que constituíram e ainda constituem a particularidade do capitalismo na América Latina. Nesta esfera do globo, os ritmos e padrões externos historicamente construídos foram determinantes para a definição da configuração dos países na divisão internacional do trabalho. Sabemos que a intensa extração de riquezas naturais foi essencial para auxiliar o desenvolvimento industrial dos países centrais durante séculos e que, ainda hoje, essa situação se repete, em especial na mineração.

O imperialismo, denunciado por Lenin (1982) ainda no início do século XX, está presente em suas especificidades históricas hodiernas e com toda sua potência para salvar os monopólios e as grandes corporações. Como também a afirmação de Galeano (1978, p. 13) é muito atual: “Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializam em perder”.

Esse movimento denunciado por Galeano é facilmente encontrado nos estudos deste livro, com tamanha cientificidade e consciência de classe. Neste livro, o leitor encontrará análises que abordam: o trabalho, sua degradação e intensidade na cidade de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade; a estrutura racial no histórico e escravagista município de Mariana; as classes e movimentos sociais nas lutas de resistência na mineração extrativista; a cultura, a arte e a crítica social diante da mineração. Esses temas prenhes da realidade social da região dos inconfidentes são caprichosamente mediados com os dilemas da formação profissional em Serviço Social, com suas matrizes teóricas e com a devida atenção à particularidade da formação sócio-histórica brasileira.

Esta obra coletiva ganha força e importância em razão de seus capítulos enfrentarem objetos de estudos em que a realidade cobrou atitude dos pesquisadores e, comprometidos com o gênero humano, foram obrigados a responder com uma forma de fazer ciência que não se contenta

em justificar o existente pela tradição apologética, mas, ao contrário, encontraram na ciência e na produção de conhecimentos e sua divulgação alguns caminhos para enfrentar os dilemas dos mineiros inconfidentes.

Drummond, por isso sugiro aos leitores desta obra que aceitem o seu convite:

Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade (Andrade, 2012, p. 34).

Assim, a leitura dos capítulos deste livro expõe cientificamente as contradições, as barbáries, os dramas e os sofrimentos dos homens e mulheres da região dos inconfidentes que sofrem com a mineração predatória. Esses capítulos devem ser compreendidos, sentidos e analisados a partir da radicalidade e do compromisso humanista de fazer de cada povo, de cada região e de cada terra o nosso lugar e por ele lutarmos intensamente e resistirmos nesse momento em que vivemos diante de uma extrema ofensiva da *crise do capital* e da *miséria ideológica*.

Drummond, até mais! Seguirei pelo Brasil. Não esqueça: a saída é sempre pela esquerda. Saudades de Minas Gerais!

Florianópolis, 21 de novembro de 2019.

Ricardo Lara

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Lira itabirana. O Cometa Itabirano*, Itabira, 1984.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimento do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HERMANSON, Marcos. Doenças, morte e descaso: por dentro da vida dos trabalhadores da mineração. *Brasil de Fato*, São Paulo, 7 fev. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/37bMQMS>. Acesso em: 21 nov. 2019.

LENIN, Vladimir. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

BRASIL. Ministério Público Federal. Caso Samarco: o desastre. MPF, Brasília, DF, 9 nov. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3DVHlxO>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SINFERBASE. Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos. *Sinferbase*, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://sinferbase.com.br>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SOUZA, Rafael Freitas. *Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: a mina da passagem de Mariana (1863-1927)*. 2009. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3JpkWKn>. Acesso em: 21 nov. 2019.

APRESENTAÇÃO

*Minas não é palavra montanhosa.
É palavra abissal
Minas é dentro e fundo.*
(Carlos Drummond de Andrade)

Desde que chegamos a essas paragens, sejam os de dentro sejam os de fora das Minas Gerais, nós, assistentes sociais docentes do curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicada (ICSA), da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), vimos nos aproximando das muitas Minas: as de Mariana, dos Inconfidentes, de Chico Rei, da Irmandade em honra a Santa Efigênia — dos homens negros livres —, enfim, das visíveis, mas das muitas e ainda invisíveis Minas, na busca por conhecer sua gente, suas histórias, suas lutas.

Cidade setecentista (1711), Mariana é a primeira cidade do estado de Minas Gerais, surgida da corrida do ouro nas margens do ribeirão do Carmo, com uma população hoje estimada em 60 mil habitantes, em que se entrecruza sua história passada e presente, ambas marcadas pela forma como a riqueza foi aqui produzida, explorada, saqueada, deixando um profundo rastro de desigualdade social. População constituída pelo originário e quase dizimado povo indígena do tronco Macro-Jê, enfim, todos os caiapós, legítimos proprietários de Pindorama; os retirados à força do continente africano e escravizados, negras e negros; o invasor europeu em sua saga de “colonização civilizatória”, o português, mas não somente; os garimpeiros e faiscadores, migrantes das mais remotas regiões do Brasil — trabalhadores livres atrás do sonho da riqueza imediata —, tudo e todos envolvidos na extração do ouro nos terrenos de aluvião.

Mariana, no século XVIII, foi uma das maiores cidades do Brasil a produzir ouro para o império português, tornando-se importante parte

do chamado Circuito do Ouro. De todo o ouro extraído e embarcado do Brasil para Portugal, no período de 1753 a 1801, 94% — cerca de 280 toneladas — saíram de Minas Gerais. Riqueza forjada por homens e mulheres negras e negros, que em 1739 compunham o total de 26.343 escravizados no trabalho da mineração do ouro. Após o declínio do ouro e com a moderna engenharia do ferro a impulsionar o avanço capitalista — simbolizado na Exposição Universal de Paris de 1889 —, na região foram identificadas abundantes reservas de ferro e manganês. O Quadrilátero Ferrífero se instalou nos primeiros anos do século XX, mas será na década de 1970 que Mariana se destacará novamente na produção de riqueza mineral — o minério de ferro, que contará também com a recém-criada Universidade Federal de Ouro Preto, diversificando e impulsionando a produção de conhecimentos na região, desenvolvidos pelas já reconhecidas Escola de Farmácia (1839) e Escola de Minas (1879).

A Universidade Federal de Ouro Preto se inscreve na dinâmica da riqueza mineral da região. Foi instituída em 21 de agosto de 1969, no bojo do processo de reforma universitária, em plena ditadura civil-militar e empresarial. Contudo, sua origem nos remete ao Brasil ainda imperial, quando a Assembleia Provincial de Minas Gerais, reconhecendo a ausência de ensino e qualificação de profissionais na área da saúde em uma das regiões mais importantes do país, aprovou em 1839 a criação em Ouro Preto da Escola de Farmácia. A Escola de Minas contou com a ativa participação de D. Pedro II, quando em 1874 contratou o mineralogista francês Claude Henri Gorceix para organizar no Brasil o ensino de mineralogia e geologia em Ouro Preto, por causa das excelentes condições do terreno e da constituição quase completa das rochas metamórficas.

Passados cinquenta anos da criação da UFOP, o Curso de Serviço Social completou dez anos. Criado no quadro de expansão do ensino superior público do país, com o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), mas também do ensino privado e da modalidade à distância, tanto pública quanto privada, que impactou profundamente o perfil de profissional defendido pelos organismos da categoria — ABEPSS, CFESS/CRESS e Enesso. Primeiro curso em Servi-

ço Social público oferecido em universidade federal da região central de Minas Gerais, desde seu início enfrentou desafios em uma universidade marcada pela forte tradição nas áreas das ciências exatas e da saúde e em um contexto de mercantilização da educação superior, ainda que sob a ampliação do acesso — ingresso e permanência — à universidade pelas políticas de ação afirmativa às populações negras, indígenas, de baixa renda, mas sob a lógica da racionalidade instrumental, tecnológica e organizacional no atendimento às determinações da atual crise do capital.

Nesses dez anos, com o nosso projeto político-pedagógico construído e desenvolvido em consonância com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social da ABEPSS, de 1996, foram formados 418 *assistentes sociais* em uma cidade que, quando o curso foi criado, contava com apenas três assistentes sociais. Hoje, contamos com cinco núcleos de estudos e investigação constituídos e vinculados ao CNPq, sendo eles: Livre Hermana, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação Social Latino-Americana e Brasileira; o Núcleo de Extensão e Estudos em Formação e Trabalho em Serviço Social; o Núcleo de Estudos das Relações Sociais; o Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Serviço Social; e o Mineração do Outro, Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão, e obtivemos em 2019, no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes/ENADE, nota 5.

Desde a instalação do curso, nosso processo de aproximação a este território vem se realizando em perspectiva histórico-crítica, trazendo à luz os fundamentos explicativos dos processos sociais. Tomamos a história na mão, porque temos a certeza de que somente (des)velando o solo histórico onde a profissão se movimenta, em sua relação com o Estado, com as classes sociais, com os movimentos sociais e com os usuários — gente com suas ancestralidades, suas culturas, suas lutas e resistências —, é que nosso trabalho faz sentido na direção ético-política dos princípios de nosso Código de Ética.

O presente livro representa para nós, organizadores, uma edição comemorativa e de resistência. Comemorativa, pois em 2019 comemoramos os cinquenta anos da Universidade Federal de Ouro Preto, e os

dez anos do curso de Serviço Social na UFOP. E, particularmente, a profissão comemorou os quarenta anos do Congresso da Virada — evento que marcou o giro histórico-crítico na perspectiva teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e investigativa do Serviço Social no Brasil. Diante do cenário econômico político em que nos encontramos, nenhuma dessas comemorações passou — e nem poderia — sem a clareza da importância do resgate histórico-crítico como elemento central para enfrentarmos a conjuntura e construirmos o futuro que queremos.

Para nós, este livro representa parte e expressão do caldo cultural crítico da profissão, por compreendermos que a produção do conhecimento também é uma forma de resistência. Os textos presentes nesta coletânea extrapolam — como pressuposto — a leitura da profissão “aprisionada em seus muros internos”, naquele sentido já sinalizado por Iamamoto (2001), em que não se objetiva diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, “iluminá-las com maior nitidez”. Nas palavras da autora: “extrapolar o Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão” (Iamamoto, 2001, p. 20).

Os textos apresentam excelentes reflexões que poderão contribuir para que assistentes sociais e os demais leitores interessados se apropriem, nas palavras de Iamamoto (2001), de um primordial “*banho de realidade brasileira*”, que ao munir-se de dados, informações, indicadores, pesquisas e outras fontes “possibilitem identificar as expressões particulares da “questão social”, assim como os processos sociais que as reproduzem” (Iamamoto, 2001, p. 37).

Este livro expressa o esforço de um coletivo de professores que, ao desenvolver suas ações de ensino, pesquisa e extensão não o fazem de costas para a realidade concreta do território. Urgente, pois, nesses dez anos, o número de profissionais formados e que se inseriram na região vêm demandando produções que contribuam para entender a região e as dinâmicas de seus trabalhos. Esta coletânea pode e deve contribuir nesse sentido. Afinal, conforme aprendemos com Iamamoto (2001, p. 41), também nos dispomos a questionar: “Ora, se não se tem domínio da rea-

lidade que é objetivo do trabalho profissional, como é possível construir propostas de ação inovadoras? Construí-las, com base em quê?”.

Conforme já sinalizado por Netto (1996), frente às grandes transformações societárias e às crises (econômicas e políticas), a tarefa teórico-analítica dos estudos e reflexões reside em explicar e compreender como, na particularidade de cada profissão, se traduz, se materializa, o impacto dessas transformações. Ou melhor, trata-se da tentativa de “determinar as mediações que conectam as profissões particulares às aquelas transformações” (Netto, 1996, p. 89). Tal leitura — incorporada como elemento central nos textos do presente livro — reafirma a compreensão dos fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade, ao demarcarmos o Serviço Social na história.

Os capítulos que seguem foram construídos a partir do melhor legado que a profissão construiu nos últimos quarenta anos. Nos termos de Mota (2019), trata-se de um legado de rebeldia e resistência próprio das últimas quatro décadas, revelando a profissão que hoje conhecemos:

Uma profissão que se insurgiu contra o lugar que as classes dominantes lhe definiram na história da sociedade brasileira — uma sociedade meritocrática, patrimonialista, machista e conservadora. Essa trajetória teve e tem filiação teórico-metodológica à matriz marxiana e às lutas sociais de caráter emancipatório, numa explícita aposta na direção ético-política-profissional cujo produto — mais do que uma intenção abstrata — expõe, na luta da presente conjuntura, a existência de desafiantes demandas profissionais que requerem resistência teórica, ético-política e técnica em função da agenda regressiva que está no horizonte da sociedade brasileira (Mota, 2019, p. 175).

Os textos apresentam um panorama do atual quadro histórico da microrregião dos inconfidentes². Trata-se do resgate de elementos históricos que nos auxiliam a compreender o presente. Afinal, conforme

² A designação de uma “Microrregião dos Inconfidentes” refere-se a uma localização histórica, mais do que a uma divisão geopolítica de Minas Gerais. No mapa político do IBGE, ela é designada como a microrregião de Ouro Preto, pertencente à mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte.

sabemos, a dialética renovação *versus* conservadorismo é um dos traços históricos da nossa formação social e uma das estratégias utilizadas pelo sistema do capital. Nossa premissa é a de que o resgate e a apresentação de tais elementos constitutivos da realidade na região não podem ser entendidos como algo reduzido a um pano de fundo. Nos termos já tratados por Yamamoto (2001, p. 19), o quadro histórico “atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do assistente social, afetando suas condições e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária de serviços sociais”.

No capítulo 1, intitulado: “A simbiose histórica entre a cidade de Mariana e a atividade da mineração do ferro”, Roberto Coelho do Carmo apresenta o processo histórico de início da mineração do ferro em Mariana-MG e na Região dos Inconfidentes e seus rebatimentos característicos da “questão social” em uma região dependente da atividade minerária. O texto apresenta elementos da historiografia da mineração, seus enormes impactos econômicos e sociais para o estado de Minas Gerais e para a cidade de Mariana-MG, que contribuem para pensarmos o passado, o presente e futuro da região.

No capítulo 2, intitulado “Duas faces do mesmo monstro”, a autora Raquel Mota Mascarenhas contribui para a análise do território onde está situado o curso de Serviço Social da UFOP. O objetivo central é elencar a especificidade das expressões da “questão social”, que é objeto de trabalho do Serviço Social, em território atingido pelo atual modelo de mineração. O texto aborda as duas faces — a “questão ambiental” e a “questão social” — do monstro, *o atual modelo de mineração*. Apresenta elementos das *protoformas* do atual modelo de mineração para, então, elencar a *alteração forçada do modo de vida* como especificidade das expressões da “questão social”, apontando “o *fardo* e o *desafio* do curso de Serviço Social da UFOP”.

No capítulo 3, “A ofensiva predatória do capital e o trabalho do assistente social: reflexões a partir do crime da Samarco em Mariana”, as autoras Cristiane Silva Tomaz, Sara Araújo Martins e Virgínia Alves Carrara analisam o rompimento da barragem de Fundão, problemati-

zando o “desastre” como crime, evidenciando o caráter predatório dessa sociabilidade que leva ao agravamento e ao avanço das múltiplas expressões da “questão social”, especialmente, a partir de atividades como a mineração. Na sequência, o texto aborda, a partir desse cenário, as “novas” demandas e requisições postas aos assistentes sociais em situações de emergências e calamidades, no atual contexto de acirramento das políticas de ortodoxia neoliberal, de corte conservador com perdas históricas para os trabalhadores e profundos cortes no financiamento das políticas sociais.

No capítulo 4, “O trabalho formal em Ouro Preto, Mariana e João Monlevade: da degradação promovida na gênese do capitalismo à atual precarização e intensificação do trabalho”, Rodrigo Fernandes Ribeiro analisa os números de vínculos trabalhistas formais estabelecidos nas cidades de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade nos anos de 2003 e 2018. São analisados os diferentes setores econômicos que contrataram força de trabalho nas três cidades, assim como a média salarial no ano de 2018 e as principais expressões da organização sindical dos trabalhadores. Os resultados evidenciam o predomínio do setor extrativista mineral em Ouro Preto e Mariana, e o da indústria de transformação em João Monlevade, que subordinam os demais setores econômicos a seus interesses, evidenciando o grau de exploração da força de trabalho nesta região e o quanto a organização sindical interfere no resultado da negociação do valor dessa força de trabalho.

No capítulo 5, “A estrutura racial no município de Mariana e o Serviço Social: em busca de diálogos”, a autora Isis Silva Roza demarca a necessidade urgente do diálogo entre a questão racial e o exercício profissional das(os) assistentes sociais. O lócus de reflexão é o município de Mariana, que apresenta suas especificidades dentro da formação sócio-histórica brasileira. Portanto, trata-se de desafios que são próprios à sua realidade, mas que não estão descolados da realidade nacional. O texto aponta os possíveis diálogos entre o Serviço Social e o enfrentamento ao racismo e à desigualdade racial, demarcando a importância de um exer-

cício profissional que construa uma interlocução com os movimentos negros no município.

No capítulo 6, intitulado “Classes e movimentos sociais: reflexões a partir do contexto da mineração extrativista e da formação em Serviço Social na UFOP”, a autora Kathiúça Bertollo apresenta reflexões sobre classes e movimentos sociais, a partir da experiência da disciplina “Classes e Movimentos Sociais”, do curso de Serviço Social da UFOP, dando ênfase aos dilemas e questões do cotidiano e vida dos sujeitos superexplorados deste rincão do globo. Reforça a necessidade da aproximação com o território (e suas particularidades) onde ocorre a formação e a atuação profissional. O texto também explicita as lutas de classes, os sujeitos coletivos e as formas de luta na Região dos Inconfidentes de Minas Gerais, a partir do que a autora tem entendido e denominado de “questão social na mineração” e, conseqüentemente, suas manifestações no cotidiano e na vida dos indivíduos.

No capítulo 7 intitulado “Serviço Social, arte e extensão universitária: a experiência do programa Mineração do Outro”, o autor Marlon Garcia da Silva apresenta o “Mineração do Outro — Programa Marxista de Cultura e Crítica Social”, vinculado desde 2014 ao curso de Serviço Social e à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto. Situa o *programa/núcleo* no âmbito de uma instituição de ensino superior brasileira e as relações e imbricações entre bases sociomateriais, econômicas, assentadas nas estruturas produtivas da mineração, no capitalismo dependente e na “superestrutura” institucional e ideológica que se forma sobre essas bases. O texto apresenta ainda aproximações com categorias específicas da estética, tomando por referência a filosofia marxista e, mais precisamente, a obra de György Lukács “A peculiaridade do Estético”. Em sentido mais específico, o texto contribui para uma aproximação a essas questões e categorias nas particularidades de suas expressões no chão sociomaterial da região dos Inconfidentes, bem como nas possibilidades e potência de sua utilização por assistentes sociais formados e em formação.

No capítulo 8, o autor Claudio Horst apresenta “Reflexões sobre o estágio supervisionado em Serviço Social na Região dos Inconfidentes”. Com vistas a pensar as *pelejas* do estágio na região dos inconfidentes, o texto parte da relação dialética e complementar entre formação e trabalho profissional, apresentando breves reflexões sobre o território da microrregião dos inconfidentes — Mariana e Ouro Preto — a partir da ênfase na “questão social” e suas expressões, para, no segundo momento, apresentar o cenário do estágio supervisionado em Serviço Social da UFOP e seus desafios no presente território.

Por fim, acreditamos que a presente coletânea poderá ser capaz — se apreendida criticamente — de contribuir para a afirmação de um horizonte profissional comprometido com as classes subalternas e, nesse sentido, para a reafirmação do nosso projeto ético-político. Na conjuntura atual e diante da particularidade da região onde nos encontramos, o tempo histórico exige enfrentarmos os projetos societários em disputa, bem como os projetos profissionais em disputa. Aqui, precisamos permanecer atentos e fortes para afirmarmos como tarefa histórica da classe — e, por isso, do curso de Serviço Social da UFOP — qual modelo de mineração queremos e qual o objetivo do nosso trabalho profissional na região.

Mariana, dezembro de 2019.

Claudio Horst
Virgínia Carrara
(Organizadores)

Referências

MOTA, Ana Elizabete. 40 anos da virada do Serviço Social no Brasil: lições e desafios. In: MEDEIROS, Evelyne; NOGUEIRA, Leonardo; BEZERRA, Lucas (org.). *Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate*. São Paulo: Outras Expressões, 2019. p.x-x.

IAMAMOTO, Marilda. *Serviço social na contemporaneidade: 3trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2001. NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social — notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 51, ano XVII, 1996.

CAPÍTULO 1

A SIMBIOSE HISTÓRICA ENTRE A CIDADE DE MARIANA E A ATIVIDADE DA MINERAÇÃO DO FERRO

*Roberto Coelho do Carmo*³

O que pretendemos apresentar nas páginas que seguem, possibilita, no conjunto desta obra, um diálogo entre o processo histórico de início da mineração do ferro em Mariana-MG e na Região dos Inconfidentes, com rebatimentos característicos da questão social em uma região dependente da atividade minerária. O trabalho que se apresenta é um fragmento da tese⁴ de doutoramento, que buscou analisar o sofrimento do trabalhador da mineração. Dito isto, adianto que o leitor pode encontrar aqui algumas mediações superficiais entre o processo produtivo da mineração e o fenômeno social do sofrimento. Um diálogo mais profundo a esse respeito pode ser encontrado na tese da qual este fragmento é parte (Carmo, 2013, 2019). Adiante, o leitor encontrará um pouco da historiografia da mineração do ferro, com elementos para pensarmos passado, presente e futuro da região. Vejamos.

Tratando-se da história da mineração em Mariana, podemos perceber os enormes impactos econômicos e sociais que teve a mineração do ouro para o estado de Minas Gerais e para a cidade de Mariana. A atividade foi, em todo tempo, realizada de forma predatória, do homem pelo homem e da natureza. Com a minguada atividade aurífera, Mariana figura na história na condição de uma cidade estagnada. Para Gracino Junior (2007), essa condição de estagnação seria impactada ainda pelo processo de guinada cultural ocorrido no país, marcado pela Semana de

³ Professor Assistente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Serviço Social.

⁴ A pesquisa da tese envolveu uma observação participante em muitos eventos promovidos para discutir o tema da mineração, como também entrevistas semiestruturadas aplicadas com trabalhadores da mineração. Neste texto, alguns fragmentos dessa pesquisa aparecem para contribuir como registro na construção da história da mineração do ferro.

Arte Moderna de 1922, que trouxe a reboque rebatimentos políticos no país.

Houve, por exemplo, a instauração do Estado Novo, em 1937, que repercutiu em Mariana e a “barroca cidade’ foi retirada das cinzas para provar a bravura de nossos antepassados, bandeirantes-portugueses, é claro” (Gracino Junior, 2007, p. 185). A cidade foi alçada à condição de Patrimônio Histórico Nacional, em 1945, num movimento que, para o autor, deu-se de forma altamente verticalizada, mesmo que contando com o apoio de sua população, saudosa dos “tempos gloriosos” da cidade.

A partir da década de 1960, mais uma vez, Mariana terá marcada sua centralidade econômica na mineração — que ainda hoje é presente — entretanto, não mais com o ouro, mas com o minério de ferro. É nesse período que chegam as primeiras companhias mineradoras e, também, os primeiros trabalhadores da mineração do ferro.

O minério de ferro em Minas Gerais foi encontrado, inicialmente, no Morro do Cauê, em Itabira, também em Minas Gerais⁵. Muitos se encantavam com o brilho da montanha que se erguia sobre a planície e procuravam ali o ouro. Como “nem tudo que reluz é ouro”, o morro do Cauê brilhava por sua enorme quantidade de ferro (Vale, 2012).

Em 1907, com a criação do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB) — que deu lugar ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em 1934 —, o país deu início aos primeiros estudos em busca do minério de ferro. Além disso, promulgou-se a Carta Constitucional de 1934, que propôs mudanças no direito minerário.

O SGMB, ainda em 1907, foi incumbido de realizar estudos prospectivos e econômicos, voltados fundamentalmente para o minério de ferro, nos municípios mineiros de Conselheiro Lafaiete, Mariana, Itabira e Sabará. Desses estudos resultaram dois mapas sobre a distribuição das jazidas de ferro e manganês no Quadrilátero Ferrífero (Vale, 2012, p. 23).

⁵ Itabira é uma palavra de origem tupi que significa pedra (ita) que brilha (bira) (Vale, 2012).

A região do Quadrilátero Ferrífero, onde também se encontra a cidade de Mariana, corresponde a

Uma estrutura geológica cuja forma se assemelha a um quadrado, perfaz uma área de aproximadamente 7000 km² e estende-se entre a antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto a sudeste, e Belo Horizonte, a nova capital a noroeste. É a continuação sul da Serra do Espinhaço. Seu embasamento e áreas circunvizinhas são compostos de gnaisses tonalítico-graníticos de idade arqueana (> 2.7 bilhões de anos) (Roser e Roser, 2010, p. 33).

Roser e Roser (2010) consideram o estado de Minas Gerais e, de maneira especial, a região do Quadrilátero Ferrífero um “paraíso mineralógico”. Isso porque pode-se encontrar no estado, além do ouro — que, para Gracino Junior (2007), marcou a primeira fase do desenvolvimento da cidade de Mariana —, ferro e manganês, insumos para a indústria siderúrgica: bauxita, utilizada na produção do alumínio; calcário, largamente utilizado na produção do cimento; outras rochas fosfáticas que servem de base para a produção de fertilizantes.

Não bastasse essa riqueza mineralógica, ainda podem ser encontradas na região algumas rochas ornamentais utilizadas na construção civil e gemas, como a turmalina, água-marinha, morganita, amazonita, topázio imperial e esmeraldas. Isso tudo sem falar em sua riqueza hidrográfica. O estado carrega em suas veias as marcas da mineração que batiza muitas das suas cidades, como Ouro Preto, Itabirito e Diamantina — e, acrescenta-se, a própria unidade da Federação como as Minas Gerais. Os autores destacam que a abundância do ferro no Quadrilátero Ferrífero fez com que durante duas décadas a região comportasse a maior jazida de ferro do Brasil.

Embora houvesse abundância do minério de ferro na região, o processo de extração demorou a iniciar, pois as reservas conhecidas do mineral estavam à grande distância dos depósitos de carvão que eram utilizados na siderurgia ou mesmo dos mercados consumidores do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Região Nordeste do país. Não bastassem as

dificuldades de produção, não havia um mercado interno que justificasse seu início ou mesmo condições legais que favorecessem o consumo interno ao invés da importação (Vale, 2012).

Além de questões logísticas, segundo Hugo (2017), a legislação mineral pode também ser baliza para entender a estagnação e o rápido crescimento da atividade mineralógica. É com a criação da SGMB, afirma a autora, que a preocupação com a legislação mineral cresce. Na Primeira República (período que compreende do fim da Monarquia, em 1889, até 1930), vigorou o regime de acessão, ou seja, o direito a minerar o subsolo vinculava-se ao direito de propriedade da terra. O regime *res nullius* passou a vigorar com o “Código de Minas”, que veio tão logo à promulgação da Constituição Federal de 1934. Quer dizer, as jazidas e minas não pertenciam a ninguém. Pelo referido regime, tem posse das jazidas quem as explora legalmente ou até findar a reserva (Ramos, 2000; Sarmento, 1976).

Ainda no início do século XX, existiam na cidade de Mariana apenas as fundições de ferro em pequenos fornos, alimentados a carvão vegetal, cuja produção era para uso pessoal, para a produção de ferraduras e outras ferramentas pessoais de uso agrícola (Vale, 2012).

Em setembro de 1910, com a participação do Brasil no IX Congresso Internacional de Geologia, o potencial mineralógico de Minas Gerais ficou conhecido internacionalmente.

A partir do XI Congresso, então, grandes empresas da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Alemanha, da Bélgica e da França, principalmente, tomaram conhecimento oficial das reservas do Brasil, calculadas em 10 bilhões de toneladas, e desencadearam a corrida ao minério de ferro nacional. Aproveitando-se das brechas existentes na primeira Constituição republicana, esses poderosos syndicates adquiriram todas as jazidas identificadas, aguardando o momento que julgassem mais conveniente para aproveitá-las. Os proprietários das terras, desconhecendo o valor do seu subsolo, vendiam-nas a preço irrisório (Vale, 2012, p. 27).

Nesse período, instala-se no Brasil a Itabira Iron Ore Company, que, mais tarde, acordou com o governo brasileiro de Epitácio Pessoa (presidente de 1919 a 1922) a construção de uma pequena indústria de beneficiamento do ferro (cerca de 5% da produção), de dois novos trechos ligados à ferrovia Vitória-Minas e um porto, onde hoje é a cidade de Aracruz, todos de uso exclusivo da empresa, que teria o monopólio do escoamento da produção.

Uma reação nacionalista se opôs ao monopólio assumido pela Itabira Iron Ore Co. No governo seguinte, de Artur Bernardes, ex-governador do estado de Minas Gerais, a União passa a financiar a criação de indústrias nacionais e condiciona a exportação do minério pela empresa à produção siderúrgica nacional. No âmbito do governo estadual, a aprovação dos projetos da empresa Itabira foi condicionada à renúncia do monopólio dos transportes. Com a renúncia do monopólio, a Itabira recebe autorização para iniciar suas atividades por meio do Decreto Estadual nº 8.045, de 8 de dezembro de 1928 (Vale, 2012).

Durante a Era Vargas (cujo período vai de 1930 a 1945) um novo conceito de bem mineral aparece na legislação brasileira, “do bem mineral como propriedade da Nação, cujo aproveitamento seria concedido a pessoas de direito privado” (Silva, 1995, p. 79). É na década de 1940, sob forte espírito nacionalista, que surge a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de 1941, e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) — hoje, empresa privada sob o nome fantasia Vale S. A., desde 1942. As primeiras atividades da CVRD ocorreram no morro do Cauê, em Itabira.

Aqui se interpõem duas questões: 1) havia no período uma estagnação na produção mineralógica no país. Entretanto, há de se considerar que o tempo de gestação de um empreendimento em mineração gira em torno de cinco a sete anos, para então começarem a aparecer os resultados; 2) em 1968, o país retoma o crescimento da produção mineral. Um Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil foi executado entre os anos de 1964 e 1974 (Ramos, 2000).

No período do golpe civil-militar de 1964, a CVRD, por exemplo, estava com seu empreendimento em fase de maturação; entretanto, o

potencial mineralógico do país já era razoavelmente conhecido e seu mapeamento mineralógico fora aprofundado no período ditatorial.

Caberia uma investigação específica sobre essa questão, visando esclarecer aspectos da política internacional e sua relação com as *commodities* brasileiras. Quer dizer, a CVRD e a CSN, que já tinham seu potencial produtivo, no momento do golpe de 1964, estavam em período de maturação dos empreendimentos. Seus resultados produtivos começaram a aparecer nos anos seguintes. A condução autoritária da economia do país, nesse momento estratégico da produção mineralógica, foi dada por uma:

Diretriz nacionalista e desenvolvimentista, com forte aliança com o capital estrangeiro. Dezenas de novos empreendimentos multinacionais de grande porte logo se instalaram no país. Uma década depois, o capital estrangeiro já respondia por 44% de todos os minerais metálicos extraídos no Brasil (Fernandes e Araujo, 2016, p. 73).

Hoje, no momento de rediscussão do novo marco legal da mineração, com essa questão ganhando novamente centralidade nacional, pelos crimes ambientais e contra os trabalhadores, cometidos largamente, uma qualificada análise dos movimentos políticos (como o golpe parlamentar articulado em 2016 e a incursão massiva nos meios de comunicação alternativos de uma cultura “neoconservadora” que culminou na eleição de seu representante Jair Bolsonaro) se faz necessária, com intensificação do debate político. Com a instalação da usina S11D da Vale S. A., na região de Carajás-PA, evidencia-se o enorme potencial mineralógico da região amazônica, enquanto se discute no Congresso o direito mineralógico e os direitos trabalhistas e previdenciários.

Também a vizinha Venezuela — destacada pela produção de petróleo — recebe, hoje, o enfrentamento do governo americano de Donald Trump, que não reconhece a legitimidade do governo venezuelano. Em síntese, a questão que se coloca é: existiria relação da fragilização da democracia em países produtores de *commodities* e os interesses econômi-

cos internacionais? Tal dúvida, por hora, não é alvo desta investigação, embora seja uma importante dimensão desse debate.

É importante, nesse processo, apreender que em toda a história da mineração brasileira as disputas políticas estavam presentes. Destaca-se, nesse sentido, que os que buscaram no país suas riquezas, conhecendo todo seu potencial, extraíram o ouro e o ferro, ao mesmo tempo em que deixaram à miséria os trabalhadores das minas. Quando falamos em mineração hoje e na riqueza monetária produzida por ela, os valores são astronômicos e não deveriam justificar o contingente de pobreza das cidades que sofrem a extração, em particular, Mariana, caso estudado aqui.

Ademais, as constantes mudanças na legislação servem como um dos registros dessas disputas. O direito à lavra mudou e tem mudado ao longo da história, inclusive, hoje, como há pouco referenciado, se discute nova mudança no Código de Mineração (Projeto de Lei nº 5.807/13) (Ibram, 2013).

Sobre o PL nº 5.807/13, como em boa parte da política pública brasileira, questiona-se a presença do princípio democrático em sua construção — quer dizer, a proposição de uma “transição pelo alto”, não envolvendo a participação dos principais atores atingidos pela atividade mineradora —, bem como a legitimidade dos agentes responsáveis pela construção desse marco legal, como vemos em notícia vinculada pelo Sindimármora de Cachoeiro do Itapemirim/ES.

Os trabalhadores da mineração têm um sofrimento duplo, como apontou Rosival Araújo, representante da Confederação Nacional do Ramo Químico, que integra a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Além de trabalhar em condições precárias, são normalmente moradores das comunidades atingidas pela mineração, que sofrem os impactos diretos da atividade. Rosival também apontou que as sugestões feitas pelos trabalhadores não foram contempladas pelo relator, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), no substitutivo à proposta do Código. O representante do Comitê Nacional dos Atingidos pela Mineração, Luis Paulo Guimarães, ressaltou que as comunida-

des afetadas pela atividade também não foram ouvidas no processo de discussão do marco regulatório da mineração nem pelo governo, nem pelo relator. Ele afirmou ainda que quase todos os deputados integrantes da comissão especial que analisa o novo Código de Mineração receberam doações de empresas de mineração às suas campanhas (Sindimármore, 2014).

O limite da produção capitalista aqui se evidencia, pois, mesmo com o enorme potencial econômico da mineração do ferro, que poderia promover desenvolvimento econômico e social local, regional e mesmo nacional, isso não ocorreu. No capitalismo, a riqueza que é produzida socialmente centraliza-se. O desenvolvimento social e econômico que é, para Coelho (2012), muito mais que crescimento econômico, não pode ser alcançado, por maior que seja o potencial de gerar riqueza. Mariana, como uma cidade mineradora com grande potencial de geração de riqueza, deveria apresentar, para os entusiastas do capitalismo, proporcional condição de vida ao conjunto dos trabalhadores, mas isso não acontece.

Para o autor, a “minério-dependência”, presente em algumas cidades do estado de Minas Gerais, resultou num movimento contrário do que se entende como desenvolvimento econômico e social. *À medida que se realiza o crescimento econômico a partir da extração mineral, também cresce a concentração de renda, a miséria e o desemprego.* Essa especialização na mineração gera uma dependência dos poucos empregos gerados apenas pela atividade minerária, que tem prazo para acabar, com o exaurimento das minas. Essa dependência reverbera também na falta de alternativas, explícitas na calamidade financeira que viveu o município de Mariana.

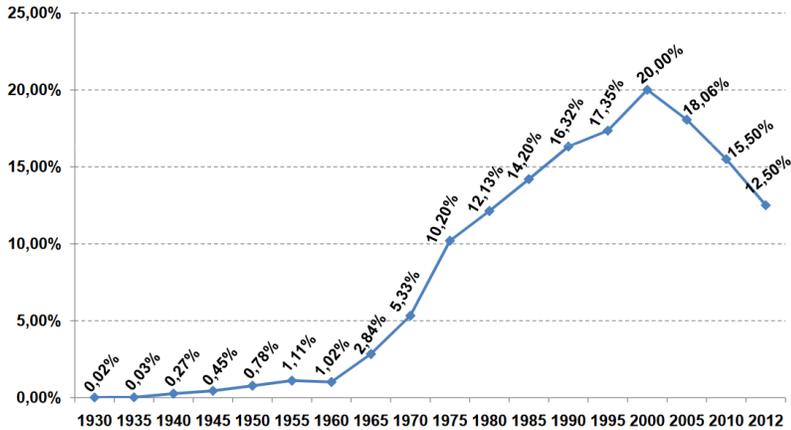
Com a infra-estrutura da região o lucro no curto prazo é possível apenas para as mineradoras que, dessa forma, serão as únicas a terem intenção de investirem na região. Assim, a população local se vê envolta numa ‘minério-dependência’ que tem implicações além de econômicas, também, sociais e culturais (Coelho, 2012, p. 140).

Ainda de acordo com autor, a concentração de renda nas cidades minério-dependentes, como Mariana, aumenta com o crescimento da atividade. Se para a implantação dos empreendimentos, grande volume de mão de obra é requerido, para a operação do empreendimento, apenas seria necessária uma reduzida criação de empregos, enquanto mineadoras e seus acionistas se apropriariam do gigantesco valor produzido na atividade.

No resgate desse processo histórico da mineração, desde a Proclamação da República e mesmo antes, podemos perceber que, embora a mineração assuma um importante papel no crescimento econômico local e para o país, pelo volume de riqueza gerado, nunca houve uma conciliação com os interesses populares. O que questionamos é se, com esse novo Código de Mineração, não haveria, em nome do desenvolvimento da nação, uma preocupação unilateral em atender novamente às necessidades das grandes empresas do capital internacional, em detrimento, por exemplo, da saúde dos trabalhadores.

Para Hugo (2017), foi a abertura do setor mineral brasileiro ao capital estrangeiro, a partir da década de 1960, que resultou em grandes projetos minerários voltados ao minério de ferro. Empresas como a Minerações Reunidas Brasileiras S. A. (MBR), a S. A. Mineração Trindade (Samitri), a Ferteco Mineração S/A e a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração e a Mineração Usiminas S/A (CBMM) surgiram e ajudaram a marcar a identidade da indústria extrativa mineral do estado de Minas Gerais. Isso gerou forte impacto na economia brasileira (Hugo, 2017, p. 18), o que pode ser percebido no histórico da participação da produção brasileira em relação à produção mundial no Gráfico 1.

Gráfico 1 — Histórico da produção brasileira de minério de ferro, segundo participação (em%) na produção mundial: Brasil, 1930-2012.



Fonte: Ibram, 2013.

O início da extração do ferro em Mariana coincide com trechos quase verticais no Gráfico 1, indicando que a extração do ferro na cidade representou mais que apenas um impacto na economia nacional, mas repercutiu mundialmente no mercado desse bem mineral. Como veremos adiante, as principais empresas chegaram à cidade nos anos 1960 e 1970, atingindo a maturação dos empreendimentos nas décadas seguintes. Também fica claro que, enquanto o mundo vivia uma crise na entrada do século, protagonizada pelo mercado financeiro vinculado ao setor imobiliário americano, o Brasil ancorou-se no mercado das *commodities* e pouco sofreu os impactos dessa crise.

O que o Gráfico 1 não permite evidenciar com tanta clareza diz respeito ao mercado. No período que se segue por aproximadamente dez anos a contar de 2003, houve um grande aumento da demanda e do preço do minério de ferro, principalmente com a China figurando como mercado consumidor, levando os parques produtivos a produzir de forma ainda mais intensa. A época é retratada por vários autores como o *boom* das *commodities*.

O potencial minerário da cidade já era conhecido desde 1910, quando da participação do país no IX Congresso Internacional de Geologia. Entretanto, a exploração do ferro em Mariana acontecia de forma residual e rudimentar para atender às necessidades agrícolas. Nas décadas seguintes, em particular a partir dos anos 1960, Mariana viveria um impacto na sua economia que não vira desde o período da exploração do ouro. A pacata cidade passa a acolher as primeiras empresas exploradoras que se estabeleceram na cidade a partir de 1965 — dentre as quais destacaremos a S.A. Mineração Trindade (Samitri) (1965), a Samarco (1977) e a Companhia Vale do Rio Doce (1979) — um ano após o golpe civil-militar de 1964. A S.A. Mineração Trindade (Samitri) chega à cidade e, mesmo antes de sua instalação, a cidade já voltava a atrair um grande contingente populacional, por conta do recrutamento para a instalação do empreendimento. Para se ter uma ideia, a sede do município, que antes da década de 1960 possuía menos de sete mil habitantes, chega a contar, ao final do século passado, com mais de 35 mil (Gracino Junior, 2007).

Como exposto, a expressão desse fenômeno pode ser percebida observando-se a série histórica da participação brasileira na produção mundial no minério de ferro (Gráfico 1) e é possível inferir que, quando da participação da cidade no conjunto da produção nacional, essa também ganha expressão mundial. No período em que a demanda mundial cresce com a participação intensa do mercado consumidor chinês, os processos produtivos se intensificam por todo o globo, com destaque para o ferro australiano, logisticamente mais interessante ao mercado chinês, caindo a participação do país no mercado mundial. O que devemos ficar atentos é que cai a participação brasileira no mercado mundial e, não, a produção do mineral no país.

Em Mariana, de um jeito ou de outro, todos têm uma história para contar sobre a mineração. Seja por trabalhar ou ter trabalhado na mineração ou mesmo por ter algum parente próximo ou amigo envolvido nessa atividade; seja no comércio, que aquece ou desacelera de acordo com os ciclos econômicos do minério de ferro e/ou, ainda, desenvolvem-

do estudos e pesquisas na área. Dessas inúmeras histórias de vida que se pode ouvir, a Samitri ocupa um espaço, por que não dizer, nostálgico na memória dos trabalhadores. Nostalgia associada à empresa, mas que pode ser traduzida também pela conjuntura econômica à época.

Como relatou-me um ex-trabalhador da empresa durante um café em sua casa, o salário da Samitri permitia ao trabalhador sustentar mais de uma família, então alguns trabalhadores escondiam mais de uma ou duas esposas. Por mais machista e/ou misógino que esse fenômeno seja, ele nos ajuda a traduzir a precarização do salário e a enorme redução do poder de compra do trabalhador da mineração hoje, forçado a dividir seu tempo de descanso com outras atividades no mercado informal⁶.

Em abril de 2018, durante uma viagem com membros da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do município de Mariana (CISTT) à Fundacentro-MG para participação em evento em comemoração ao “abril verde”, em que se discutiriam questões relacionadas ao trabalho e à saúde mental, o motorista responsável pelo nosso transporte e ex-trabalhador da Samitri nos contava sua história na empresa. Dizia ele, com saudosismo, que aprendeu a trabalhar lá, entretanto sofre hoje as consequências de um trabalho perigoso. Como não havia qualquer preocupação com a segurança, ele desenvolveu a surdez em um dos ouvidos e possui baixa audição do outro, por conta das detonações e ruídos de máquinas. Entretanto, o sentimento oscila novamente quando lembra da relação “familiar” que a empresa favorecia. As crianças, filhos dos trabalhadores, percorriam os espaços da mina, para brincar ou levar a marmita dos pais, permitindo aos trabalhadores o gozo da paternidade.

Como é possível perceber nesses relatos, as primeiras memórias são geralmente de um tempo bom na visão do trabalhador e melhor do que o atual para trabalhar. Entretanto, uma escuta mais atenta pode capturar a severidade com o corpo do trabalhador que carregava a atividade de mineração do ferro em tempos idos. O trabalhador entende que a rotina

⁶ De acordo com relatos colhidos durante a pesquisa, alguns trabalhadores na mineração, por conta do achatamento salarial, precisam dividir seu tempo com outras atividades como motoboy, por exemplo (Carmo, 2019).

de trabalho era mais dura que hoje, mas que, ainda assim, a vida era melhor, nesse aspecto. Devemos destacar que tal percepção pode ser ofuscada por diversas questões relacionadas ao mercado de trabalho hoje, em especial daqueles que não viveram o trabalho da época e que apenas têm suas lembranças da infância. Esse sentimento de nostalgia também pode suplantar a severidade do desgaste físico e psíquico sofrido pelo trabalhador.

Se, nos primeiros anos de atividade da CVRD, a massa de mão de obra necessária para a instalação do empreendimento era grande, o salário, digno, e o modo e as condições de vida que o salário podia proporcionar aos seus se assemelhava como o que víamos no *American way of life*, hoje, o trabalhador da Vale S. A., por exemplo, vê degradada a carreira, o salário, o trabalho e altera, substantivamente, as condições experimentadas.

O extrato do depoimento de um dos trabalhadores da Vale entrevistados, que, inclusive, nos informou ter aberto um negócio em uma cidade vizinha⁷, evidencia estes processos:

Quem entrava na Samitri, Samarco e Vale, entrava com salário de dez salários-mínimos. Depois que foi privatizada, a companhia perdeu seu vínculo de ter a questão social, partiu só para o lucro e pra ter lucro, uma das primeiras coisas que o poder capitalista faz é cortar direito do trabalhador. Hoje nós entramos. Temos o funcionário que entra na Vale hoje, na carteira com menos de dois salários [...]. Antes o funcionário entrava e só era demitido por uma justa causa pesada, vamos dizer assim, não era qualquer coisinha que se demitia. Então, o funcionário entrava e sabia que ele ia aposentar na empresa, a não ser que ele quisesse sair [...]. Hoje a empresa visa o que: cê entra hoje, se for preciso daqui dois, três anos, te manda embora. Então, ela não quer ter este vínculo. [...] E a gente vê na cidade, aqui, o crescimento desordenado que

⁷ Outra questão observada durante a pesquisa, e que também é importante destacar, é que são inúmeros os casos de trabalhadores que procuram alternativas à mineração para garantir o sustento da família, seja pelo empreendedorismo no comércio ou na prestação de serviços, seja pela formação universitária em outras áreas, enquanto o poder público só enxerga a dependência da mineração. Dentre outras coisas, isso coloca a importância da presença da universidade nestas cidades de economia dependente.

teve, com invasões aparecendo por aí, sem saneamento básico, sem estrutura de vida, o adulto vive, a criança vive, mas qual a qualidade de vida num tipo de bairro que futuramente vai tornar-se como invasão? (Operador de usina, liberado para atividade sindical).

É exatamente esse tipo de relato que fomentou nossa pesquisa sobre o sofrimento do trabalhador desde os primeiros passos — como uma vida de trabalho mais dura poderia ser melhor? Em outro momento da investigação, perguntamos: que elementos do mundo do trabalho metamorfosearam-se e fizeram com que o sofrimento seja tão presente hoje? Nesse momento em que o espraiamento da tecnologia poderia ser fonte de menos trabalho, mas que, como alerta Dal Rosso (2008), vemos o fenômeno contrário.

Hoje, aquela empresa desbravadora das atividades com a mineração do ferro na cidade, a Samitri, diluiu seu capital sob a CVRD, que assumiu seu controle acionário. Samitri que, à época era controladora da Samarco, possuindo 51% de seu capital. Posteriormente, a Samitri, vende 1% do capital da Samarco à BHP Brasil, que já possuía 49% do capital da empresa. Hoje a Samarco é uma *joint venture*, com 50% do controle acionário com a Vale S. A. e 50% com a BHP Billiton — as duas maiores mineradoras do planeta (Samarco, 2008). Veremos adiante um pouco mais deste processo.

Antes mesmo do fim da Samitri, de sua compra e incorporação pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), chegam à cidade, na década de 1970, motivadas não só pela presença do minério nas reservas da cidade, mas também pelo grande incentivo fiscal dado pelo governo ditatorial, a Samarco Mineradora S.A. e a Estatal Companhia Vale do Rio Doce (Gracino Junior, 2007).

A Samarco nasce da busca pela mineração do itabirito, mineral com baixo teor de ferro. A Samitri e a Marcona Corporation iniciam diálogo em 1971 e, em 1973, é fundada a Samarco, como uma *joint venture* entre a Samitri (51% das ações) e Marcona Corporation (49%). A empresa inicia suas atividades produtivas na mina de Germano e, posteriormente,

com a estrutura de mineroduto e usina de pelotização prontas, a empresa, inicia suas atividades de operação comercial em 1978, com a venda do minério de ferro na forma de pelotas de ferro (*pellet-feed*). Em 1984, parte do controle acionário, que antes era de propriedade da Marcona, passa para a BHP. O planejamento para a exploração da jazida de minério na mina de Alegria começa em 1989, com sinais de exaustão da mina de Germano (Samarco, 2008).

Durante todo esse processo, a empresa, como expressa em seu Código de Conduta de 2002, e revisado em 2017, realiza investimentos nas comunidades (Samarco, 2017). Podemos ver um pouco dessa relação expressa no depoimento de um morador de Bento Rodrigues, sobre a reforma da igreja local, em 2004, publicado em documento da empresa:

Todo ano a comunidade de Bento Rodrigues comemora, no último domingo de julho, o dia do padroeiro da Igreja de São Bento. Mas a maior comemoração aconteceu quando recebemos, em abril de 2004, a igreja reformada depois de oito meses e 20 dias. Essa data foi marcante para a comunidade, já que a Igreja São Bento é, além de um local de orações, um espaço de convivência para os moradores. Todos os dias, várias pessoas se reúnem à tarde para rezar o terço. Antes da reforma, estávamos preocupados com a situação do telhado da igreja, que tinha apodrecido. Hoje procuramos conservar ao máximo esse patrimônio e temos orgulho de ostra-lo àqueles que visitam Bento Rodrigues. Posso afirmar com toda a certeza que a Samarco é uma parceira da comunidade, estando sempre pronta para nos atender e incentivar (Samarco, 2005, p. 20).

Destaca-se que, durante a instalação da Usina de Germano — a três quilômetros da capela de São Bento — com suas barragens e um extensivo consumo de água, a comunidade de Bento Rodrigues já existia e contava com cerca de seiscentos habitantes (Passos, Coelho e Dias, 2017). Para Passos *et al.* (2017), nunca houve por parte das mineradoras uma tratativa democrática com a população impactada pelos empreendimentos e que sofria com problemas no abastecimento de água por conta do assoreamento dos rios.

Mesmo com esses investimentos, descritos nos materiais publicitários da empresa, “a realocação dos recursos na própria comunidade, a diversificação e a dinamização produtivas ainda estão longe de se transformarem em realidade no universo da indústria minerária” (Passos, Coelho e Dias, 2017, p. 280). Por fim, essa imagem positiva da mineração deve-se à sua enorme capacidade de gerar riqueza, proporcionando empregos e bons salários — se comparados com as alternativas de trabalho na cidade.

O investimento realizado pela empresa na comunidade, após o rompimento da barragem, aparece verdadeiramente como melhorias e/ou benfeitorias que “favorecem” a cidade e a vida da população local, inclusive com uma lógica apropriada pelo comportamento popular em defesa do retorno das atividades da empresa. Esse reconhecimento, expresso na fala de um morador de Bento Rodrigues, explica a “revolta” popular contra o Estado e em favor da empresa.

Não podemos pensar, entretanto, como o próprio Barão Eschwege⁸, que percebera sobre a mineração aurífera brasileira que os “fins justificam os meios”. E que, pelo fato de a empresa preocupar-se com sua “responsabilidade social”, a eximíria de preocupação ambiental ou mesmo que sua postura social a aliena da dinâmica capitalista.

O fato é que, por sua trajetória, desde a Samitri, por sua relação na implantação de muitos empreendimentos, que demandou larga escala de mão de obra e pelo seu modelo de gestão da força de trabalho, menos agressivo se comparado ao da Vale S. A.⁹, é que a Samarco é elogiada pelo gaveteiro.

Quanto à CVRD, em 1979, ela inicia seu processo de instalação — que, como podemos perceber no depoimento do trabalhador: “*Na área que eu opero, são muitas escadas, poderia ser algo que seria facilmente evitado com elevador, inclusive existe o poço do elevador, foi feito na época, e não foi feito essa obra, não foi concluída*” (Operador de equipamento de

⁸ Um dos primeiros no país a tratar da mineração sob o aspecto técnico-científico.

⁹ Destaca-se que essa informação foi unânime entre os entrevistados para a pesquisa, como também pudemos registrar em vários momentos essa informação em diários de campo.

classificação de material na Usina). ainda não está terminada, ao menos no que diz respeito ao cuidado com a saúde dos trabalhadores. Entretanto, é apenas em 1984 que acontece o início das atividades da empresa na mina de Timbopeba, próxima a Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto¹⁰.

Com a mineração do ferro, Mariana passa a viver um conflito entre o “progresso” e a “preservação.” Com o crescimento populacional proporcionado pela migração em busca de trabalho,

A memória da cidade é reevocada e, é claro, reatualizada. Com a chegada dos ‘tempos áureos do progresso’, a cidade vai se ver partida, dividida entre o velho e o novo, apesar da resistência permissiva de uma pequena parte da população do centro histórico. No entanto, o que importa é a prosperidade prometida, o que antes devia ser preservado hoje pode ser descartado (Gracino Junior, 2007, p. 12).

Até então, havia um fluxo dos jovens marianenses para fora da cidade, em busca de trabalho e formação, a chegada das mineradoras reavivara a esperança de que a cidade poderia manter aqui os seus filhos e de que o progresso viria e traria oportunidades para o gaveteiro como consequência. Esse sentimento vivia em simbiose com o medo de que o progresso também pudesse destruir o tradicional modo de vida local. Por causa desse cenário, diz o autor, houve uma resistência permissiva. Ao mesmo tempo em que o morador do centro da cidade queria a possibilidade de manter a família próxima, com oportunidade para os jovens, também queria a preservação das relações já estabelecidas.

Ao mesmo tempo em que desejava as oportunidades de trabalho aqui, temia que, com as mineradoras, viessem os operários e suas famílias de fora, com novas ideias e visões que contrastassem com seu modo de vida, que surgissem novos problemas sociais. Por fim, o “desenvolvimento” veio no que diz respeito à riqueza gerada, trazendo consigo “a instabilidade, a fugacidade e a incerteza” (Gracino Junior, 2007, p. 14).

¹⁰ Algumas das minas em que a Vale S. A. desenvolve suas atividades são fora dos limites da cidade de Mariana/MG, entretanto, o acesso a elas é favorecido se feito pela cidade.

Os bairros Dom Oscar e Cruzeiro do Sul são repletos de construções modernas, sejam os prédios que abrigam a classe média ou as grandes casas que abrigam os mais ricos. O bairro Cabanas (nas Cabanas, como dizem na cidade) é uma cidade dentro da cidade, sendo o mais populoso e apresentando uma enorme estrutura comercial. Tudo que você pode encontrar no Centro, também pode encontrar lá. Nesse bairro reside grande parte dos trabalhadores pauperizados da cidade. Outros bairros da cidade, como o Colina e Alto Colina ou Santa Rita de Cássia, representam a interseção entre os dois mundos. Muito próximo do Centro, nas margens do Ribeirão do Carmo, nas chamadas “prainhas” ao longo do rio, formou-se o bairro Santo Antônio (Prainha).

No Prainha, está o lumpemproletariado e o trabalhador mais pobre, que iniciou a ocupação desordenada desse espaço. Aliás, com o enorme valor dos imóveis, para a classe trabalhadora não resta outra opção. Outros bairros novos na cidade também foram formados por “lotes invadidos” (que se diga de melhor maneira, tomados de volta pelo trabalhador, espoliado pela dinâmica capitalista em uma atividade altamente lucrativa), áreas de risco e, também por isso, de baixo interesse, como no bairro Santana (Gogô), onde ficam os túneis de suspiro da antiga Mina da Passagem — hoje aberta à visitação turística. Lá as notícias (Menino é encontrado..., 2015; Menino é resgatado..., 2015) de acidentes são constantes e, muitos deles, fatais, dada a enorme profundidade desses túneis.

Ainda sobre as invasões, há algo importante a se dizer, principalmente nas áreas onde a população ainda não se estabeleceu como comunidade, como no Gogô, Mesmo sendo uma “área de invasão”, há comércio de lotes e casas. O que se pode ouvir na cidade, inclusive, é que alguns invasores são financiados por pessoas mais ricas para se estabelecer e construir, e até mesmo que alguns desses invasores, já possuindo casa, ocupam esses lugares para poder comercializar o novo imóvel em área invadida.

Essa formação dos bairros, insólita para muitos, é a regra em Mariana. Por isso, também acreditamos que a prática de “invasão”, como

todos pela cidade chamam, pode nos ajudar a entender um fenômeno observado e exposto até aqui: a intransigente defesa das mineradoras por grande parte da população. Afirmação que encontra ressonância nos relatos cotidianos, além daqueles que foram colhidos nos depoimentos de trabalhadores que entrevistamos para a pesquisa.

Essa cidade de muitos mundos, onde o espírito interiorano se une a uma das mais importantes indústrias do país, sofreu, em novembro de 2015, um acidente ampliado de enorme proporção. Faz-se aqui uma correlação com o conceito de “acidente químico ampliado”, formulado por Freitas, Porto e Gomes (1995) que, assim o identificam: trata-se, de fato, daquele que ocorre na atividade industrial, onde há emissão, incêndio ou explosão que envolva uma ou mais substâncias químicas perigosas, cujo resultado não pode ser controlado. Nesses acidentes, os perigos para o homem e o meio ambiente são sérios, imediatos ou a longo prazo. Os autores complementam que podem ser considerados acidentes ampliados não só aqueles situados no processo de produção, mas também aqueles envolvendo transporte e armazenagem de químicos que representem potencial perigo para a comunidade. Concluem os autores que

Considera-se, portanto, acidentes químicos ampliados os eventos agudos, tais como explosões, incêndios e emissões, individualmente ou combinados, envolvendo uma ou mais substâncias perigosas com potencial de causar simultaneamente múltiplos danos ao meio ambiente e à saúde dos seres humanos expostos. O que caracteriza os acidentes químicos ampliados não é somente sua capacidade de causar grande número de óbitos, embora sejam freqüentemente conhecidos exatamente por isto. É também o potencial da gravidade e extensão dos seus efeitos ultrapassarem os seus limites espaciais — de bairros, cidades e países — e temporais — como a teratogênese, carcinogênese, mutagênese e danos a órgãos alvos específicos (Freitas, Porto e Gomez, 1995, p. 505).

No caso do acidente ocorrido em Mariana¹¹, as semelhanças com esse tipo de fenômeno estão na incapacidade de conter os resíduos e/ou rejeitos da produção da indústria minerária, que teve impacto enorme sobre as famílias do entorno do empreendimento, com vidas e histórias de vida soterradas, além dos impactos social e ambiental de grande monta, transcendendo os limites de municípios, regiões e, mesmo, de algumas unidades da federação.

Foi por ocasião desse “acidente ampliado”, noticiado por muitos como o maior desastre ambiental do Brasil, que se realizou em Mariana, no dia 28 de abril de 2016 — dia em memória das vítimas de acidente e doenças do trabalho —, a conclusão do *Seminário Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador e Trabalhadora: desafios e perspectivas*, em conjunto com Audiência Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. No dia do evento, até pela presença plural das centrais sindicais, inúmeros foram os posicionamentos, uns mais duros, outros mais cautelosos, todos contra as mineradoras. Entretanto, chamou a atenção, dos presentes, a defesa intransigente e fervorosa da Samarco, realizada por alguns dos presentes, representantes de sindicatos e populares. No evento foi possível observar falas em defesa da Samarco, que acabara de cometer um crime ambiental de proporção continental com mais de uma dezena de vítimas fatais.

As investigações a respeito também proporcionaram um mergulho nesse universo do trabalhador gaveteiro e, hoje, o fenômeno pode ser mais bem compreendido. Os mesmos que se mobilizaram em defesa da empresa no evento, estenderam sua militância em defesa da retomada das atividades da empresa, a despeito da proteção ambiental. Como podemos ver também em Bertollo (2017, p. 209), que destaca a fala de representante do movimento “Justiça sim, desemprego não. Fica Samarco!”, em audiência pública que aconteceu na cidade, no dia 15 de dezembro de 2016: “Temos que recomeçar, sim, nós estamos vivos. Infelizmente quem não pode recomeçar são os que se foram, não vamos nos

¹¹ Para uma análise mais aprofundada desse acidente e de sua identificação como acidente ampliado, ver Carmo (2019).

enterrar junto”. Associa-se ao depoimento o subsequente depoimento do gerente de meio ambiente da Samarco, Márcio Perdigão “O emprego é um direito e a Samarco quer garantir esse direito para os trabalhadores da região”.

Quando a Samitri chegou à região, em meados da década de 1960, onde hoje fica o complexo de Alegria, e iniciou a abertura das suas minas, isso atraiu muitos trabalhadores. Na grande maioria, eram das áreas rurais da cidade. Para Hugo (2017), esses trabalhadores viram na mineração uma nova oportunidade de trabalho e de vida. Por se tratar de uma região remota, a empresa constituiu núcleos residenciais para os trabalhadores, com todo o suporte necessário, com ruas, redes de esgoto e energia elétrica, bem como de comércio e serviços, como escolas, áreas de lazer e postos de saúde, além de igreja e um centro cívico. Tudo construído e custeado pela empresa, que precisava fixar o trabalhador naquele espaço. Entretanto, todos eram bens da empresa, de usufruto dos trabalhadores.

No final da década de 1970, a CVRD, enquanto estatal, não trouxe apenas o emprego, a atividade, mas também chegou com as “ações sociais” empresariais, conforme já argumentou Cesar (2005), e que se configuram também como vilas operárias que fazem parte do repertório do empresariado no país, com suas estratégias de atração/imobilização dos trabalhadores em seu entorno, não obstante suas relações com o Estado.

Mais especificamente, uma política habitacional que permitiu à cidade ter hoje dois dos melhores bairros para se viver. Bairros planejados e bem estruturados, com moradia financiada, à época da CVRD, a baixo custo para seus trabalhadores. Como coloca Gracino Junior (2007), vilas “que dispusessem de serviços básicos, que o resto da cidade carecia, tais como escolas, serviço médico, clubes sociais, supermercados, e serviço de água etc.”. Em um cenário de valores imobiliários exorbitantes, carência de moradias populares e um alto número de invasões, há de se refletir o impacto que tal política teve na vida dos trabalhadores. Haja vista, ainda, a nostalgia apresentada com o trabalho na Samitri e, mesmo, as comparações que os trabalhadores da Vale realizam hoje da

cobrança que recebem com a que seus colegas da Samarco recebem: “A Samarco é uma mãe” — como já pude ouvir várias vezes pela cidade.

Isso pode ser exemplificado pelos extratos de depoimentos de dois trabalhadores entrevistados e a percepção que têm:

A questão habitacional [...] pelo que eu sei, aqui foram construídas a Vila Maquiné, o Jardim dos Inconfidentes e a Vila Samitri, numa condição de compra da casa muito acessível para o trabalhador. Hoje você vai falar isso com a empresa, ela fala que não é questão dela (Operador de usina, liberado para atividade sindical).

Esses empreendimentos promovidos pela atividade mineradora em “benefício da comunidade” marcam, fortemente, a memória afetiva dos trabalhadores, e canalizam para uma afirmação sobre a necessidade e/ou dependência da atividade mineradora, já que, para muitos, sem a mineração, não se pode observar, no horizonte da cidade, tamanha obra estrutural. Ademais, a cidade, ao optar por seu desenvolvimento atrelado a essa atividade econômica, se apresenta sem alternativas para os trabalhadores e suas famílias. O fato é que os trabalhadores da cidade “dependem” dessa atividade num “mundo sem empregos”.

Pra você ter uma ideia, essas vilas aqui, a maioria dessas vilas aqui, tanto [...] Jardim dos Inconfidentes quanto o Maquiné, foi construída por uma fundação da Vale. Construída e financiada a baixo preço, para os trabalhadores terem acesso a essas moradias, é..., por uma fundação da empresa estatal. São os dois primeiros bairros de Mariana planejados, com toda a infraestrutura, iluminação, saneamento básico, estrutura mesmo, a Vale entregou ela completa, entregou pra prefeitura tudo pronto, as ruas abertas, asfaltadas, tudo, tudo pronto, as casas, tudo (Dirigente sindical e aposentado).

Dessas vilas, temos a primeira, a vila construída pela Samitri, conhecida como Vila Nova, extinta pela própria empresa por conta da proximidade com as atividades das minas. Uma segunda vila operária,

conhecida como Vila Samarco, foi instalada no distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto, com acesso pela cidade de Mariana. As demais vilas — Maquiné, Jardim dos Inconfidentes e Jardim Santana — foram construídas dentro do perímetro urbano da cidade, ligando hoje o centro aos serviços públicos e privados disponíveis nessa área da cidade (conhecida também como saída para as mineradoras, rota que também leva a Antônio Pereira), como a arena poliesportiva, a policlínica de serviços de saúde, onde fica o Pronto Atendimento de Saúde da cidade, supermercados, clubes e áreas de lazer.

Nenhum dos elementos expostos justifica a barbárie promovida pela mineração, entretanto eles explicam a racionalidade expressa pelos marianenses defensores das empresas ou defensores da atividade minerária realizada pelas empresas. Entretanto, quando mergulhados no individualismo próprio do pensamento burguês, acentuado em tempos de capitalismo flexível, esse tipo de resposta será comum — o lamento pelos que foram esconde o sofrimento dos que ficam e não têm alternativas de trabalho.

Quando se retoma o debate do processo de trabalho em geral e as particularidades capitalistas desse processo, apresentadas por Marx (1996) no capítulo V de sua obra-prima, podemos observar que essa é uma identificação com a atividade, é datada e, neste caso, deve ser superada para uma vida com mais serenidade. Entretanto, esse ato de buscar em seu potencial humano uma transformação objetiva e subjetiva para superar essa identidade, essa fase de transição, é entendido por Vázquez (2007, p. 374) como violência, como sofrimento, mas, “a violência em si, como simples negação, não é criadora; não basta destruir uma legalidade para que venha a emergir uma nova realidade”. Para o autor, a violência em si não é práxis, mas elemento constitutivo dela.

Trata-se aqui da práxis como ação de seres humanos sobre outros, ou como produção de um mundo humano depois da subversão da realidade social estabelecida. A práxis social assume, assim, a forma de atividade prática revolucionária que implica a destruição de uma determinada ordem social para instaurar ou criar uma nova estrutura social (Vázquez, 2007, p. 374).

Essa necessária transformação não acontecerá sem a sua dor, que para o autor se expressa e tem um componente violento. Entretanto, a dor nesse caso tem um claro sentido de superar uma dor insana, e a cidade deve conduzir-se no sentido de problematizar alternativas à atividade minerária.

Como vimos, o impacto econômico, político e cultural promovido pelas mineradoras ao longo dos anos influenciam a geografia urbana, as condições e o modo de vida do gaveteiro. Exige-nos, com urgência, pensar alternativas e enfrentar a incapacitante dependência de uma única e economicamente tão poderosa atividade.

Referências

BERTOLLO, Kathiúça. *Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG*. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CARMO, Roberto Coelho. *Sufrimento e desgaste mental entre trabalhadores da mineração do ferro na cidade de Mariana/MG*. 2019. 204 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CARMO, Roberto Coelho. *Por um fio: o sofrimento do trabalhador na era do capitalismo flexível*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013

COELHO, Tádzio. Mineração e dependência no Quadrilátero Ferrífero. *Intratextos*, v. 3, n. 1, p. 128-146, 2012

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

FERNANDES, Francisco R. C., ARAUJO, Eliane R. Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais. In: GUIMARÃES, Paulo Eduardo; PÉREZ CEBADA, Juan Diego (org.). *Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica*. Rio de Janeiro: CETEM: CICP, 2016. p. 65-88.

FREITAS, Carlos M.; PORTO, Marcelo F. S.; GOMEZ, Carlos M. Acidentes químicos ampliados: um desafio para a saúde pública. *Revista de Saúde Pública*, v. 29, n. 6, p. 503-514, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/3v7Rh3l>. Acesso em: 18 dez. 2018.

GRACINO JUNIOR, Paulo. Mariana — da cidade patrimônio à cidade partida. *Patrimônio e Memória*, v. 3, n. 2, 2007.

HUGO, Rinara Santos. *A construção social da comunidade Vila Nova em Mariana-MG no espaço da mineração: uma perspectiva dos antigos moradores*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Minas) — Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

IBRAM. 3ª Audiência Pública conjunta entre CCT e a CCTSTTR. Debate: ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor. Brasília, DF, 6 jun. 2013

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, livro 1. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.

MENINO É ENCONTRADO morto em buraco de complexo arqueológico de Mariana. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 16 jul. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/376kkg0>. Acesso em: 11 jan. 2019

MENINO É RESGATADO ferido após cair em buraco de mina em MG. *O Globo*, Belo Horizonte, 26 abr. 2015. Disponível em: <http://glo.bo/3rhC-cLr>. Acesso em: 11 jan. 2019.

PASSOS, Flora Lopes; COELHO, Polyana; DIAS, Adelaide. (Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. *Cadernos Metrópole*, v. 19, n. 38, p. 269-297, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/38HoXNN>. Acesso em: 7 abr. 2019.

RAMOS, J. R. A. Mineração no Brasil pós-colonial. In: LINS, Fernando Antonio. *Brasil 500 anos: a construção do Brasil e da América Latina: histórico, atualidade e perspectiva*. Rio de Janeiro: Cetem: MCT, 2000. p. 59-63.

ROESER, Hubert M. P.; ROESER, Patrícia A. O Quadrilátero Ferrífero -MG, Brasil: aspectos sobre sua história, seus recursos minerais e problemas ambientais relacionados. *Geonomos*, v. 18, n. 1, p. 33-37, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3rbVpOE>. Acesso em: 3 jan. 2019.

SAMARCO. *Código de conduta*: revisão 7. Belo Horizonte: [s. n.], 2017

SAMARCO. *Livro azul*: Samarco 30 anos depois. Belo Horizonte: [s. n.], 2008

SAMARCO. *Relatório anual*. Belo Horizonte: [s. n.], 2006.

SARMENTO, Daniel de Moraes. A propriedade mineral segundo o regime res nullius vigente no Brasil. *Revista de Direito Administrativo*, v. 124, p. 356-372, 1976. Disponível em: <https://bit.ly/3LQfSAs>. Acesso em: 4 mar. 2019.

SINDIMÁRMORE. Novo código da mineração desconsidera trabalhadores do setor. *Sindimármore*, Cachoeiro do Itapemirim, 4 set. 2014. Disponível em: <http://www.sindimarmore.com.br/noticias/novo-codigo-da-mineracao-desconsidera-trabalhadores-do-setor/>. Acesso em: 5 jan. 2019.

VALE. *Vale*: nossa história. Rio de Janeiro: Verso Brasil Editora, 2012.

VÁZQUEZ, Adolfo S. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CAPÍTULO 2

DUAS FACES DO MESMO MONSTRO

Raquel Mota Mascarenhas¹²

De qual mirante se observa o monstro?

Quantas toneladas consumimos de ferro?!

Quantas mortes sufocadas sem berro?!

(Quanto vale? — Djambê)

Habitar um território atingido pelo atual modelo de mineração é observar a olho nu o ruminar de um monstro que se conforma como uma máquina de moer vidas. A natureza e as/os trabalhadoras/es entram pelas comportas das fábricas, que funcionam vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, e, tornados recursos naturais e força de trabalho, têm sua vitalidade tomada, a fim de constituir a intentada mercadoria: a *commodity* minério de ferro. A partir daí, os rejeitos naturais e as/os atingidas/os serão depositados como vizinhos do monstro, mas longe daqueles que usufruirão de grande parte da riqueza produzida por ele, os poucos acionistas majoritários, capitalistas donos dos meios de produção que constituem as empresas minerárias. E, quando não mais puderem ser represados, rejeitos e atingidas/os sairão matizando os territórios, os primeiros, com a lama, e os segundos com a luta.

¹² Assistente Social. Docente do curso de Serviço Social da UFOP. Mestre em Política Social no Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Membro do Livre Hermana (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Social Latino-Americana e Brasileira — UFOP) e LOCUSS (Núcleo de Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Território, Lutas Sociais e Serviço Social — UFRJ).

Isso pode ser observado em dois dos territórios mineiros atingidos pelo atual modelo de mineração: a Bacia do Rio Doce¹³ e a Bacia do Rio Paraopeba¹⁴. Ambos vivenciam o *crime* de ruptura de barragem de rejeitos da mineração de ferro, e figuram no ranking mundial, respectivamente, como maior *crime ambiental* e maior *crime de assassinato* envolvendo atividade minerária¹⁵. Isso, considerando o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulado *Mine tailing storage: safety is no accident*¹⁶, divulgado em 2018, que define a gravidade observando o volume de rejeitos espalhados, o tamanho da área afetada e o número de mortos — sendo “alta gravidade” quando há mais de um milhão de metros cúbicos de rejeitos e/ou se espalhando por ao menos 20 km e/ou acarretando vinte mortes¹⁷ (Thygesen, Baker e Sevaldsen, 2017).

Diante disso, tem-se a ruptura da barragem de Fundão da Samarco, controlada pela Vale S. A. e BHP Billinton, em 5 de novembro de 2015, no município de Mariana-MG, que escoou 33 milhões de metros

¹³ A Bacia Hidrográfica do Rio Doce tem extensão de 83.400 km², dos quais 86% em Minas Gerais e 14% no Espírito Santo, com população: 73% urbana; 85% em municípios de até 20 mil habitantes; 47,75% rural em municípios com até 10 mil habitantes. O Rio Doce nasce na divisa entre Rio Doce-MG e Ponte Nova-MG (da confluência do Rio Piranga e do Rio do Carmo) e possui 879 quilômetros até sua foz no oceano Atlântico, na Vila de Regência, distrito de Linhares-ES (CBH-RD, 2019).

¹⁴ A Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, com extensão de 12.054,25 km², corresponde a 5,14% da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que abrange 48 municípios, totalizando 1.318.885 milhões de habitantes, dos quais 93% em zona urbana (CBH-SF, 2019).

¹⁵ O alinhamento à definição da ruptura de barragens de mineração como *crime* se dá por concordância com o Movimento de Atingidos/as por Barragens (MAB), que afirma: “Nós, atingidos por barragens, que sofremos na pele a recorrente violação de direitos, também denunciemos a destruição e a apropriação de bens naturais, a exploração dos trabalhadores e o desrespeito às comunidades por parte das grandes empresas para a geração de lucros extraordinários. O MAB continuará denunciando esses *crimes* e lutando pelo direito dos atingidos por barragens em todo o Brasil” (MAB, 2019a).

¹⁶ O relatório não faz uso da definição de crime, mas, sim, de acidentes que causam desastres: “[...] recent disasters illustrate the potential scale of accidents. For example, the Mount Polley and Samarco failures in 2014 and 2015” (Thygesen, Baker e Sevaldsen, 2017, p. 6).

¹⁷ “Very serious tailings dam failures Multiple loss of life (~20) and/or release of ≥ 1 000 000 m³ total discharge, and/or travel of 20 km or more” (Thygesen, Baker e Sevaldsen, 2017, p. 26).

cúbicos de rejeitos por mais de 650 km¹⁸ (Thygesen, Baker e Sevaldsen, 2017), assassinando vinte pessoas — catorze trabalhadores da Samarco e seis moradores do distrito marianense de Bento Rodrigues, sendo que uma moradora “teve um aborto em decorrência de ter sido levada pela lama, porém, o feto não consta dentre as mortes confirmadas” (Cipriano, 2019, p. 35).

Em relação à ruptura da barragem do Córrego do Feijão da Vale S. A., em 25 de janeiro de 2019, no município de Brumadinho-MG, houve o escoamento de doze milhões de metros cúbicos de rejeitos por mais de 45 km (Passarinho, 2019), assassinando 270 pessoas (Lima, 2019). Portanto, ambos superam o *crime* “mais trágico envolvendo barragens de minério nos últimos 34 anos [...] [ocorrido] em 1985, no norte da Itália”, em que “180 mil metros cúbicos de lama da barragem administrada pela Prealpi Mineraria varreram as cidades de Stava e Tesero, matando 267 pessoas” (Passarinho, 2019).

Do outro lado, a população atingida está em luta por reparação¹⁹, organizada em sindicatos e movimentos sociais, como, a Jornada de Lutas “1 Ano de Lama e Luta”²⁰, em 2016, e “A Vale destrói, o povo constrói”²¹, em 2019, ambas organizadas pelo MAB; o Seminário Nacional em apoio

¹⁸ “On the 5 November 2015, the Samarco Mineração S.A Fundão tailings dam, containing approximately 55 million m3 of tailings collapsed. The failure released an estimated 33 million m3 of tailings, which travelled down a natural waterway first inundating the town of Bento Rodrigues, approximately 8 km from the dam site. The mud and debris continued to move downstream for 650 km along the Rio Doce River, reaching the Atlantic coast 17 days later. Sadly 19 people were killed, including 14 workers at the dam site, and 5 people in the Bento Rodrigues community” (Thygesen, Baker e Sevaldsen, 2017, p. 2).

¹⁹ De acordo com a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), instituição da Organização dos Estados Americanos (OEA), vinculada à ONU, a reparação é entendida como a integralização de cinco ações: i) *restituição*: restabelecer o *status quo* anterior; ii) *reabilitação*: aplicação de medidas médicas, jurídicas etc. a fim de restabelecer a dignidade; iii) *indenização*: pagamento pecuniário por danos, materiais e morais; iv) *satisfação*: cessação das violações, esclarecimentos dos fatos, apuração das circunstâncias do crime, responsabilização cível e penal; v) *garantia de não repetição*: prevenção de recorrência (CNDH, 2017).

²⁰ Que percorreu de Regência-ES a Mariana-MG, iniciando em 31 de outubro de 2016 e findando em 5 de novembro de 2016, com um ato em Bento Rodrigues, como exposto em <https://bit.ly/3xmYEVE> e <https://bit.ly/3xoAFXJ>.

²¹ De setembro de 2019 a janeiro de 2020, promove ações nacionais para denunciar os crimes em Mariana e Brumadinho, como a construção da *casa para uma família atingida de Barra Longa-MG*, pois desde 2015 nenhuma família foi reassentada, como exposto em <https://bit.ly/3uBvGBu> e <https://bit.ly/3rj7FNy>.

aos trabalhadores e populações atingidas pela Samarco/Vale/BHP²², em 2015 em Mariana, e a Reunião de Emergência²³, em 2019, em Brumadinho, ambos organizados por sindicatos de trabalhadores da mineração.

Com esses aspectos da *luta de classe*, tem-se que o curso de Serviço Social da UFOP está imerso em território conformado por “dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: burguesia [proprietários dos meios de produção] e proletariado [destituídos dos meios de produção]” (Marx e Engels, 1998, p. 41). Logo, a particularidade dessa luta inflige desafios à formação profissional, pois,

Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados (ABEPSS, 1996, p. 4).

Ofertar formação profissional de qualidade requer, como se propõe o curso de Serviço Social da UFOP em seu Projeto Pedagógico (PP) (Coser, 2018, p. 9): “viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício das atividades técnico-operativas”; tendo como diretrizes a “indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão” (Coser, 2018, p. 10); a fim de formar um “profissional crítico à ordem do capital e que luta por uma outra ordem societária” (Coser, 2018, p. 9). Logo, o PP desse curso, se alinha ao projeto profissional crítico, que:

tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central — a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüente-

²² Esse foi realizado em Mariana-MG, em 17 de dezembro de 2015, reunindo cerca de 39 organizações sociais que deliberaram pela campanha nacional e internacional de denúncia do crime, constante no manifesto político contra as empresas mineradoras, disponível em <https://bit.ly/3M3Eh5x>.

²³ Essa ocorreu no dia 26 de janeiro de 2019 em Itabira-MG, reunindo cerca de trinta representantes de trabalhadores de diversos sindicatos. Para mais detalhes, ver <https://bit.ly/3E5TccU>.

mente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero (Netto, 2006, p. 15).

Portanto, é contínua a defesa e a construção das dimensões *político-organizativa*²⁴, *jurídico-política*²⁵ e *produção do conhecimento* que constituem esse projeto. Diante das quais, visamos o adensamento da produção de conhecimento, ratificando a teoria social marxista e refutando os vieses teóricos conservadores, pois, nesse capítulo, o *objeto de análise* é a especificidade das expressões da “questão social” no território de Mariana, visto “a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social” (ABEPSS, 1996, p. 12).

Esta contribuição é possível diante do acúmulo coletivo, iniciado em 2015, após o ingresso na docência do curso de Serviço Social da UFOP, dois meses antes do *crime* de ruptura da barragem de rejeito da empresa Samarco. Sem a pretensão de exaurir, destacamos algumas ações circunscritas no trabalho e formação profissional articuladas à organização *como* e *da* classe trabalhadora no território atingido pelo atual modelo de mineração.

²⁴ Consiste na afirmação de compromissos e princípios alinhados à democracia e à construção de espaços democráticos e abertos, como fóruns e entidades representativas (conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, Enesso, bem como centros, diretórios acadêmicos, associações, sindicatos etc.) (Netto, 2006).

²⁵ Consiste no aparato legal expresso no conjunto de resoluções e leis estritas e abrangentes, respectivamente: Código de Ética Profissional (1993), lei que regulamenta a profissão (Lei nº 8662/93) e diretrizes curriculares (1996); e CF/88, leis sociais, normatização de políticas sociais etc. (Netto, 2006).

De saída, a *atuação técnica* no atendimento emergencial²⁶ à população atingida de Bento Rodrigues, ratificando o “dever de solidariedade” e a “defesa dos direitos humanos”, que está prevista no art. 3 do Código de Ética Profissional do Assistente Social, que determina o dever de “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” (Barroco e Terra, 2012, p. 158).

Posteriormente, o desenvolvimento do projeto de extensão Curso de Atualização Profissional 5 de Novembro²⁷, aprovado no edital da Pró-reitora de Extensão da UFOP para ações de extensão em 2016. Esse curso visou contribuir para a formação continuada de assistentes sociais que atuam na formulação, execução e avaliação de políticas sociais no território atingido pela ruptura da barragem de rejeito de mineração da Samarco, por meio de conferências na área de Serviço Social, política social e mineração: desafios à emancipação humana.

Além disso, desde 2017, tem sido realizada a pesquisa intitulada *A construção do desenvolvimento sustentável em Mariana-MG*²⁸, com o objetivo de identificar o modelo de *desenvolvimento sustentável* e as *forças sociais* envolvidas em sua construção.

²⁶ Essa atuação profissional se deu durante os dias 6, 7 e 8 de novembro de 2015. No primeiro dia, consistiu na recepção de atingidos/as que foram resgatados/as por helicóptero após passar a noite abrigados/as em regiões altas em meio à vegetação, e de atingidos/as que regressavam do hospital após atendimento durante a madrugada. No primeiro momento, na Arena Mariana, por meio da escuta qualificada, buscou-se identificar as necessidades e viabilizar a demanda de localização de familiares, parentes e amigos; de alimentação, higiene e vestimentas; e de atendimento médico. Posteriormente, atuou-se na alocação da população atingida em hotéis e pousadas, buscando identificar e viabilizar a hospedagem conjunta de familiares, bem como o levantamento e atendimento às demandas de alimentação — principalmente aqueles específicos, decorrentes de condição específica geracional (crianças e idosos) — e de medicamentos — principalmente aqueles de uso diário (hipertensos, diabéticos etc.). As demandas identificadas eram repassadas a funcionários da empresa Samarco, responsáveis naquele momento pelas ações de hospedagem e atendimento às demandas das/os atingidas/os.

²⁷ Esse projeto de extensão foi iniciado em junho de 2016 e encerrado em março 2017, sob a coordenação da docente em Serviço Social Raquel Mota Mascarenhas e a contribuição do docente em Ciências Sociais do IFES, Fábio Boscaglia, das graduandas em Serviço Social Daniela Almeida, Cristina Martins, Camila Ventura e Jaqueline Domingues, e da graduanda em Jornalismo Cleonice da Silva (Mascarenhas et al., 2017).

²⁸ Essa pesquisa é coordenada pela docente Raquel Mota Mascarenhas e, atualmente, realizada por graduandas do curso de Serviço Social Ellen Dutra de Oliveira e Erika Danielle Pereira dos Santos, e da assistente social Tamires da Silva Cipriano (Oliveira, 2019).

Dentre as diversas ações de ensino, destacam-se as orientações para a construção de trabalhos de conclusão de curso (TCC)²⁹ que adensaram direta e indiretamente a elaboração deste capítulo, como aquele intitulado *Marco legal e crime minerário em Mariana-MG*³⁰, que se propõe a entender a regulamentação das atividades minerárias no município de Mariana antes e após o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco.

Ademais, destaca-se a *articulação com os movimentos sociais e sindicatos* que, dentre inúmeras ações conjuntas, promoveu o I Encontro Regional Por um Novo Modelo de Mineração/I Jornada Universitária de Debates na Mineração³¹, realizado em 6 de novembro de 2019, na cidade de Mariana. O encontro visou construir um espaço de discussão e proposição acerca de um novo modelo de mineração, fortalecendo a articulação entre os sujeitos que vivem no território da Região dos Inconfidentes e adjacências.

Por fim, a *contribuição*, junto ao Conselho Regional de Serviço Social da 6ª Região-MG, no debate denominado “Questão social, mineração e resistências em Minas Gerais”, no “I Seminário Estadual: o trabalho da e do assistente social em territórios atingidos por mineração/barragens”³², em 2019.

Ciente do seu lugar na luta de classe e da impossibilidade de neutralidade científica (Löwy, 1994), o conhecimento aqui apresentado está alinhado à teoria social marxista³³, logo, divergindo dos que “apenas in-

²⁹ *Origem do gênero homo e evolução do ser social*, de Marília Andreza Ferreira Cerqueira; *O suicídio na contemporaneidade*, de Marlene Albergária; *A relação ser humano e animal*, de Luciana Inácia Sales; *Benefício eventual na modalidade cesta básica: a contradição entre o eventual e o constante*, de Itassumara Rocha Soares. Esses trabalhos estão disponíveis em <https://www.monografias.ufop.br>.

³⁰ De autoria de Tamires da Silva Cripriano, ver <https://bit.ly/37mwRf0>.

³¹ A *arpilleira* (Maso, 2015) que integrou a *mística* está retratada no Anexo 1. O documento final pode ser conferido em <https://bit.ly/3JcJBph>; e parte das atividades ocorridas em <https://bit.ly/3KLyly0>.

³² A palestra, que serviu de base para esse capítulo, está disponível em <https://bit.ly/37MGPP5>.

³³ A ideação do objeto requer a articulação de três categorias nucleares do método histórico-dialético: i) totalidade – estruturas que constituem historicamente a realidade em diferentes graus de complexidade e que estão articuladas entre si; ii) contradição — movimento entre e das totalidades que compõem a realidade social; iii) mediação — articulação das totalidades, tornando a realidade um bloco dinâmico e diferenciado (Netto, 2011).

terpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo” (Marx, 2007, p. 539). Tem-se, assim, que:

Esse modo de considerar as coisas não é isento de pressupostos. Ele parte de pressupostos reais e não os abandona em nenhum instante. Seus pressupostos são os homens [e mulheres], não em quaisquer isolamento ou fixação fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, empiricamente observável, sob determinadas condições. [...] Ali onde termina a especulação, na vida real, começa também, portanto, a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens [e das mulheres]. As fraseologias sobre a consciência acabam e o saber real tem de tomar o seu lugar (Marx e Engels, 1998, p. 94).

É, portanto, diante desses pressupostos que abordaremos as duas faces, a “questão ambiental” e a “questão social”, do monstro, *o atual modelo de mineração*. Para isso, este capítulo está organizado em dois momentos, além desta introdução. No primeiro, são apresentados alguns elementos das *protoformas* do atual modelo de mineração para, em seguida, elencar a *alteração forçada do modo de vida* como especificidade das expressões da “questão social” e, por fim, expor o *fardo* e o *desafio* do curso de Serviço Social da UFOP.

O crime não é o monstro

Monstro desceu corredeira (dizimando tudo a sua frente) [...]
Tragédia desenfreada! E morre bicho, e morre gente [...]
(Quanto vale? — Djambê)

O objetivo de elencar a especificidade das expressões da “questão social” no território em que se localiza o curso de Serviço Social da

UFOP demanda a compreensão do atual modelo de mineração³⁴. Para tanto, propomos observar as faces desse monstro a partir do *acirramento da luta de classes no território*, a fim de compreender quais particularidades a atividade minerária impõe para garantir a reprodução do capital.

Pois, a partir da ruptura³⁵ — e/ou da ameaça de ruptura³⁶ — da barragem de rejeito de mineração, o *acirramento da luta de classes* abre uma *janela histórica*: a possibilidade de desvelar a cortina de fumaça que acompanha a atividade minerária. Isto é, o *crime* que sucede ao arrasamento dos territórios pela *lama real* ou *invisível*³⁷ alarga uma via para o *processo de consciência* (Iasi, 1999). Como define Mészáros (2008, p. 21), trata-se da potência de “harmonização criativa do tempo dos indivíduos sociais com o tempo histórico *aberto* da humanidade”, em que possa ocorrer “em primeiro lugar, a adoção das potencialidades positivas objetivamente factíveis da humanidade pelos indivíduos sociais como princípios orientadores e valores de sua própria atividade vital, em oposição aos contra-valores do capital impostos de maneira determinista”.

Obviamente, como destaca o autor, “isso só é concebível com base em estratégias e objetivos sociais escolhidos de modo consciente, originários dos desafios historicamente determinados pelos grupos sociais aos quais pertencem os indivíduos particulares” (Mészáros, 2008, p. 21).

³⁴ O atual modelo de mineração é, para o processo investigativo científico, um objeto construído, ou seja, “é resultado de um processo de objetivação teórico-conceitual de certos aspectos ou relações existentes no real” (Deslandes, 2009, p. 33). Sendo assim, não tem a pretensão de esgotar os aspectos constitutivos e observáveis, visto que a produção científica requer aproximações sucessivas dos processos reais.

³⁵ O Brasil, país mais atingido, sofreu três *crimes* de ruptura de barragem de mineração, todos em Minas Gerais: Herculano Mineração, em Itabirito, em 2014, com três mortos; Samarco, em Mariana, em 2015, com vinte mortos; e Vale, em Brumadinho, com 270 mortos (Passarinho, 2019).

³⁶ Das 423 barragens, a Agência Nacional de Mineração (ANM) interditou 54 por não atestarem estabilidade. Das 33 em Minas Gerais, dezenove estão em alerta: doze em nível 1 (segurança comprometida); quatro em nível 2 (risco não controlado) — em Rio Acima (Nacional Minérios), Itatiaiuçu (ArcelorMittal) e duas em Ouro Preto (Vale S.A.); e três em nível 3 (risco eminente de ruptura) — em Nova Lima (MBR Paraopeba), Ouro Preto (Vale S.A.) e Barão de Cocais (Vale S.A.) (ANM..., 2019). A lista completa das barragens está disponível em <http://glo.bo/3JzlivH>.

³⁷ A *lama real* do derramamento de rejeito e a *lama invisível* da ameaça de derramamento, como se vê em <https://bit.ly/36aWyyD>

Desse modo, as *classes sociais* que já disputavam o território alargam as estratégias de controle das terras³⁸, dos modos de vida³⁹ e da publicação dos fatos⁴⁰. O acirramento pode ser percebido no acaloramento da definição acerca das razões da ruptura da barragem serem *acidente* ou *crime*⁴¹, até o questionamento do padrão minerário⁴², culminando em ações concretas⁴³, seja no processo de reparação seja no funcionamento da mineradora. Entretanto, apesar da potência de desanuviamiento, é preciso reconhecer que tal *janela histórica* também coloca, contraditoriamente, o impulso de buscar a contenção do monstro no marco da democracia burguesa. Então, suplantar esse mito⁴⁴ requer compreender que *o monstro não é o crime de ruptura de barragens de rejeito minerário e, sim, o próprio padrão de mineração, que, em suma, se constitui a partir das necessidades do capital em escala mundial*. Portanto, o monstro não é novo, como

³⁸ Como denuncia o Dossiê Mirandinha, sobre o Dique S4 da Samarco em Bento Rodrigues, em <https://bit.ly/3EaDa1t>; <https://bit.ly/3Ob4NMD>; <https://bit.ly/3rohQ3c>.

³⁹ Para uma síntese da relação assentamento humano versus mineração em Mariana-MG, ver Passos, Coelho e Dias (2017).

⁴⁰ Por exemplo, o jornal *A Sirene*, uma ferramenta na luta pelo direito de voz dos atingidos vê-se em <https://bit.ly/3JGS8x2>. E, em oposição, há a *Casa do Jardim* e o *Programa VimVer*, vinculados à Renova, como espaço de conhecimento, memória e troca de saberes para moradores e turistas e visitas monitoradas a Bento, Paracatu e Gesteira, que estão disponíveis em <https://bit.ly/3EgiQMe>. Ambas as ações são contestadas pela população atingida, que renomeou a *Casa do Jardim* de *Museu do Crime*, como se vê em <https://bit.ly/3LZECA0>.

⁴¹ No caso da Samarco, o MP-MG instaurou denúncia criminal contra a empresa, suas controladoras e funcionários; enquanto o deputado federal Leonardo Quintão (PMDB-MG) avaliou “como um acidente gravíssimo” (Schreiber, 2015); já a ONU definiu a ruptura de barragem como *acidente* (Thygesen, Baker e Sevaldsen, 2017).

⁴² O MAB e MAM, contrários ao atual modelo de mineração, ratificam que “[...] organizam os atingidos por barragens e propõem medidas que reforçam a soberania popular na mineração [...]” (ITPS, 2019).

⁴³ Como visto nos documentos do MAB, nos relatório sobre o crime da Samarco em Mariana, em <https://bit.ly/3vhud2f>; e o crime da Vale em Brumadinho, em <https://bit.ly/3JGA4mP>. Nas ações criminais, que podem ser acompanhadas no site do Ministério Público Federal, em <https://bit.ly/3J-T9uHv> e <https://bit.ly/3O9GJt8>. No processo de reparação em Mariana-MG, ver Guimarães (2018) e Nogueira (2018).

⁴⁴ A impossibilidade de controle democrático do capital se expressa, no caso da Samarco, na ausência de prisões (Rodrigues, 2019) e no processo de reparação, via Comitê Interfederativo (CIF), em que a Fundação Renova é “utilizada pela Vale e pela BHP Billiton como um instrumento de controle total” (MAB, 2019b).

se tivesse emergido ao final do século XX⁴⁵, consolidando-se durante o *boom* das *commodities*⁴⁶ e colapsado no marco do século XXI. Ainda que

Muitos mineiros e brasileiros ‘acordaram’ para esta atividade de exploração que existe há mais de 300 anos, quando se rompeu a barragem. Isso, porque, apesar de existir há muito tempo, nos últimos 15 anos, a intensiva exploração do setor minerário, devido ao *boom* das *commodities*, trouxe o aprofundamento da destruição ocasionada por essa atividade (Cipriano, 2019, p. 37).

Portanto, é necessário assimilar que o monstro, longe de ser novo e de padrão estadual e/ou nacional, é gestado, assim como todas as outras atividades produtivas, para garantir, no marco do território, a *lei geral de acumulação capitalista*⁴⁷, pois “produzir mais valia é a lei absoluta desse modo de produção” (Marx, 2017, p. 719).

Sendo assim, desde sua fundação como forma dominante de socio-metabolismo, o capital, visando sua *reprodução, acumulação e centralização*⁴⁸, requer a ruptura do metabolismo⁴⁹ entre humanidade e natureza, cuja discussão resulta na “contribuição ecológica mais apontada de Marx, [...] sua teoria de fenda metabólica” (Foster, 2012). Essa ruptura se dá sob o imperativo da propriedade privada dos meios de produção, sendo o desenvolvimento das forças produtivas tangenciado pelo objetivo central de gerar valor. O que inviabiliza a renovação da biosfera e “destrói simultaneamente a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual dos trabalhadores rurais” (Marx, 2017, p. 132). Como expõe Foster (2012, p. 91), “para Marx, esse *Raubbau* capitalista tomou a forma de ‘uma fenda irreparável’ no interior da sociedade capitalista no

⁴⁵ Via fundação da Vale do Rio Doce, em 1942, ou de sua privatização, em 1997 (Godeiro, 2007).

⁴⁶ Para compreender o processo histórico de *boom das commodities*, ver Silva e Andrade (2016).

⁴⁷ Marx (2017) elucida que o capital inicialmente investido, após transcorrer o processo de produção e de circulação de mercadorias, é acrescido de valor novo, que será em parte reinvestido em um novo ciclo de reprodução do capital, que, portanto, dar-se-á ininterruptamente.

⁴⁸ Centralização como agrupamento e concentração por acúmulo de capitais (Marx, 2017).

⁴⁹ Para Marx, “o trabalho e o processo de produção foram designados, em sua análise, à uma relação metabólica entre os seres humanos e a natureza” (Foster, 2012, p. 91).

metabolismo entre a humanidade e a terra — ‘um metabolismo prescrito pelas próprias leis naturais’”.

Conclui-se, portanto, que a gênese da “questão ambiental” e da “questão social” está no marco da *lei geral de acumulação capitalista*, viável devido à *ruptura metabólica* que possibilita o domínio do capital sobre a vida, tanto da natureza quanto da humanidade. Esse entendimento parte da assertiva de “reconhecer que Marx dirigiu sua crítica contra o capital como uma relação social ou um sistema de controle sociometabólico onabrangente e, não, simplesmente contra o capitalismo como uma ordem institucional específica (modo de produção)” (Foster, 2007, p. 14). Sendo assim, pode-se afirmar que é detendo o controle sobre o território, em que estão alocadas as populações humanas e os recursos naturais, que o capital pode se reproduzir, pois “a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o/[a] trabalhador/[a]” (Marx, 2017, p. 574).

Por terem a mesma gênese, a “questão ambiental” e a “questão social” estão em simbiose constante, ainda que remetam a totalidades distintas. Portanto, suas expressões, ainda que particulares, se anunciam de forma articulada no cotidiano da vida social. Isso porque, como definiu Marx (2010, p. 94),

Praticamente, a universalidade do homem [e da mulher] aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o *corpo inorgânico* do homem [e da mulher], a saber, a natureza enquanto ela mesma não é o corpo humano. O homem [e a mulher] vive da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele [e ela] tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem [e da mulher] está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem [e a mulher] é uma parte da natureza.

Portanto, sendo o ser social o conjunto de suas dimensões natural e social, o conjunto das expressões da “questão ambiental” e da “questão social” compromete a sua reprodução física e social. Diante disso, o enfrentamento às consequências ambientais e sociais geradas pelo socio-metabolismo do capital irrompe da resistência dos povos que disputam o território por pretenderem deliberar sobre seu modo de vida.

É diante desse entendimento universal que se ratifica o padrão de minerar nos marcos da minério-dependência, entendida como “a condição de dependência dos países periféricos em relação ao centro do capitalismo, envolvendo a troca de commodities, ou produtos primários, por produtos com alto valor agregado, havendo uma transferência de valores” (Coelho, 2013, p. 2). Ou seja,

A minério-dependência gera subordinação frente mercados globais de commodities, onde são definidos os preços dos minérios exportados, instabilizando social e economicamente os locais minerados devido a flutuações nos preços. Na situação de minério-dependência, por exemplo, a arrecadação municipal e a geração de empregos e renda, mesmo que relativamente pequenas, serão impulsionadas pela atividade na qual a estrutura produtiva está especializada, o que cria dificuldade em criar alternativas econômicas, uma vez que os investimentos públicos serão direcionados para a manutenção e incentivo da atividade principal (Coelho, 2017, p. 2).

Sendo assim, a *minério-dependência* versa sobre uma relação de subordinação entre classes sociais, fazendo com que “as decisões sobre o que ocorrerá na estrutura produtiva local sejam tomadas em centros políticos externos, sejam eles empresas multinacionais mineradoras e/ou mercados de *commodities* minerais, sejam centros consumidores dentro de um mesmo país ou internacionais” (Coelho, 2017, p. 2).

Isso posto, postulamos que o monstro cumpre a *função social* de organizar o território, obtendo *legitimidade* via ampliação da produtividade da atividade minerária. Pontos que são forjados desde suas *proto-*

*formas*⁵⁰, em que transmutam a posse da terra, de coletiva para privada, e o trabalho de minerar, de ação ontológica para produção de *commodities*. Para melhor visualizar esse processo no bojo da formação social marianense, parte-se do processo de *encobrimento do continente americano*⁵¹, iniciado no século XV (Dussel, 1993) e imprescindível ao domínio do capital sobre a natureza e a força de trabalho no mundo.

Esse processo, que reproduz a simbiose entre “questão ambiental e a “questão social”, se inicia a partir da *invenção* do continente americano — que nos legou o nome de índios, pois os europeus acreditavam que estavam nas Índias — e, posteriormente, do *descobrimento* desse continente — reconhecendo-o como continente, onde, somente no Brasil, havia mais de três milhões de habitantes, constituindo cerca de mil povos diferentes (Funai, 2019). Com a *conquista* e a *colonização*, como afirma Ribeiro (2008), a ocupação de terras no Brasil colônia, para plantio, criação de animais ou mineração, demandou a gestão das populações originárias via extermínio, físico ou cultural, envolvendo a escravização para o trabalho.

Em particular, acerca da capitania de Minas, Ribeiro (2008, p. 16, grifo nosso) afirma que “os registros relatam a guerra empreendida por esses povos⁵² e contra ele, [...] [que] além de ser pela *terra*, o ambiente deles, foi ainda pela *manutenção dos seus modos de vida*”. Ao observar as legislações que vigoravam em relação à população indígena durante o século XVIII, a autora identifica que durante o governo Gomes Freire de Andrada (1735-1763) — que permaneceu na administração da capitania de Minas por cerca de trinta anos, coincidindo com o apogeu da mineração — se constituiu “um marco das estratégias de poder e dos mecanismos do Estado quanto a formulação da legislação de sesmaria e

⁵⁰ Entende-se *protoforma* como forma social anterior, com a mesma *função social e legitimidade*, sem relação evolutiva (Iamamoto e Carvalho, 2005), mas de *ruptura e continuidade* (Netto, 2005).

⁵¹ O processo de encobrimento consiste nas dimensões de invenção, descobrimento, conquista e colonização do território do continente americano pelos europeus a partir de 1492, conforme postulado por Dussel (1993).

⁵² “Os gentios, na Minas, e de forma geral no interior da colônia, pertenciam ao tronco Jê, vistos como guerreiros perigosos, que tinham a guerra como uma atividade marcante na vida” (Ribeiro, 2008, p. 23).

indígena [...] [pois] nele se distribuiu o maior número de sesmaria aos colonos, demonstrando a preocupação com a conquista e a expulsão dos povos indígenas das terras” (Ribeiro, 2008, p. 16).

Por fim, a autora destaca que “a relação terra, poder e exploração de riquezas foi fator que influenciou e, mais que isso, determinou pensar a política indigenista” (Ribeiro, 2008, p. 16), marcada por três processos: “a *desterritorialização*, a *desapropriação das terras* dos índios, juntamente com a *coibição das concepções de mundo* concernentes aos seus espaços e modos de vida” (Ribeiro, 2008, p. 23, grifo nosso).

Indicamos, portanto, que o domínio da natureza e da força de trabalho indígena contribuiu diretamente para que a extração de ouro de aluvião durante o século XVIII, na capitania de Minas, alcançasse proporções colossais, devido ao uso do conhecimento da população indígena, transformando a atividade de minerar em meio de acumulação de riqueza para a coroa portuguesa e, assim, suplantando a acumulação primitiva do capital. O que se pode concluir com base no que apresenta Ribeiro (2008, p. 155-156), ao destacar trechos literais dos documentos RIGHM, em que constam relatos do mestre de campo em expedição para encontrar riquezas no rio Mucuri e Doce:

O ouro de aluvião era a fonte principal de riqueza e onde estava o ouro estavam os índios. [...] afinal é o “[...] gentio que senhoreia tão vastíssimo sertão [...]”. [...] Ao mesmo tempo em que são considerados problemas são necessários para o conhecimento da área a ser explorada [pois] [...] A procura por riqueza fez, de certa forma, com que os sertanistas se aproximassem dos gentios para, com apoio deles, facilitar o percurso pelo território e para a obtenção de “notícias que os gentios dão daquelas terras são os Gonquinis, dois rios com ouro, como também um metal branco cravado em pedras..”. Dentre os índios os “Goemborés senhoreiam grande riqueza de ouro, porque alguns trazem por enfeite nas suas mulheres, porque lhes tem apanhado principalmente os Comanachos que são conexos dêles, e me peruado, porque um dos ribeirinhos que dizem haver ouro nos Gonquins deságua no tal rio, o qual dizem ser navegável até o mar e o outro que deságua no Rio Doce. [...]

A nação dos Quituxis, haverem esmeraldas, que os brancos antigamente tiraram, as quais dizem também haver na nação dos Ateraris, cujo gentil se acabou.

Com o avançar do processo de *conquista* e *colonização* das Minas, nós, os nomeados índios, fomos reduzidos por assassinato, tutela e escravidão, de modo que, um século e meio depois, em 1650, restavam apenas cerca de 700 mil (23% da população originária) (Funai, 2019). O que culmina no repovoamento do território, visando garantir a *produtividade*,

A concessão de sesmarias, apesar de algumas mudanças, determinava o acesso à posse de terras como benesse aos colonos até 1850 [...] O requerente a uma porção de terra deveria preencher alguns requisitos mínimos, como ter condições de fazer a terra produzir, possuir mão-de-obra com escravos e instrumentos de trabalho, dentre outras exigências (Ribeiro, 2008, p. 99).

A reposição de força de trabalho se deu via população negra, sequestrada em países do continente africano e trazida como escrava para os canaviais, cafezais e minas brasileiras — sendo o Brasil o país que mais importou força de trabalho negra e que foi o último país do continente americano a findar legalmente a escravidão. Desse modo, a população negra tornou-se majoritária nas frentes de mineração — visto que apenas 3% dos mineradores eram trabalhadores livres à época —, seja no uso da força física seja no amplo conhecimento que detinham, como expõem Souza e Reis (2006, p. 4):

Ao que parece, muitas técnicas, senão a maior parte delas, usadas e indispensáveis nas várias etapas do processo mineratório — extração, remoção e beneficiamento — foram trazidas pelos escravos africanos, como bateia, canoas e carumbé. Cumpre lembrar que o processo de fundição do minério aurífero e de ferro, com utilização de fornalhas e foles, já era conhecido e usual no continente africano, como na África Central, hoje Zimbábwe, antes de 1500.

Nas palavras de Davidson Basil este fato “revela a capacidade inventiva dos Africanos, pois o princípio básico destas fornalhas não diferia do dos fornos modernos”.

Apesar da exploração escravista da força de trabalho e da rapina de instrumentos e técnicas de trabalho dos povos indígenas e negros, ainda é predominante a narrativa histórica que os define como povos culturalmente menos desenvolvidos. O que se respalda em uma dimensão evolucionista e racista do desenvolvimento do gênero humano — postulada no século XVIII, porém cientificamente superada —, criada por Carl Von Linné, que escalona o Homo Sapiens em quatro raças, em ordem crescente, como expõe Munanga (2004, p. 9):

Americano, que o próprio classificador descreve como moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado. Asiático: amarelo, melancólico, governado pela opinião e pelos preconceitos, usa roupas largas. Africano: negro, flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo), unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados.

Europeu: branco, sanguíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertadas.

Tal classificação, portanto, é a base anticientífica racista para a defesa evolucionista do desenvolvimento do ser social. Mas, naquele momento, subsidia a instauração de um imaginário que valoriza hábitos e estilo de vida do colonizador e, não, do colonizado — em relação ao qual impera o extermínio físico e cultural até os dias atuais⁵³. Acerca desse mito, o historiador Fernando Novaes (2000) diz:

⁵³ Como denuncia a Estação Primeira de Mangueira, com o samba-enredo “História para ninar gente grande”, disponível em <https://bit.ly/37cAlE7>.

A história precisa ultrapassar os pontos de vista do vencido e do vencedor e dizer alguma coisa a mais. Como nação, somos herdeiros dos europeus, dos índios e dos negros, mas todos não participaram da mesma maneira na nossa formação. Um foi o vencedor e os dois outros foram os vencidos. [Portanto, é preciso compreender que] [...] o Brasil é um povo que se constituiu numa nação, que por sua vez se organizou como Estado. Em 1500 não havia nenhuma dessas três coisas. Logo, não houve Descobrimento do Brasil, porque o Brasil não existia nem estava encoberto. O que naquele momento surgiram foram as bases da colonização portuguesa, a qual por sua vez é a base da nossa formação. A história do Brasil é essencialmente a de uma colônia que se transformou numa nação.

Esse entendimento permite observar que, não mais colônia de Portugal — desde a Independência do país no início do século XIX, em 7 de setembro de 1822 —, o Brasil torna-se um país de *capitalismo dependente* (Marini, 2011), cujo território continua organizado a partir das necessidades do capital. Assim, como elemento funcional e estruturante desse sociometabolismo, tem-se o processo de embranquecimento, com o traslado da população europeia branca, que portava a cor da pele e a cultura estimada. Pois, como afirmam Souza e Reis (2006, p. 5) “no século XIX, verifica-se a preocupação do governo de D. João VI em soerguer a atividade mineradora, em franca decadência desde meados do século XVIII”. Isto é:

No século XIX, a “onda inovadora”, que deu origem aos empreendimentos mineiros de capital britânico, teve sua gênese num processo de difusão tecnológica com bases internacionais [...] De acordo com Martins (1980), o resultado das inovações técnicas introduzidas pelas companhias britânicas se concentrava basicamente no razoável aumento da produtividade do trabalho (Souza e Reis, 2006, p. 6).

Com isso, trabalhadores, em sua maioria pobres e até miseráveis, estão aptos a aumentar a *produtividade* da atividade mineradora, por via de seu conhecimento tecnológico e sua força de trabalho, corroborando

a *legitimidade* desse processo como sinônimo de progresso social, econômico e cultural do país, no bojo da civilização capitalista. Portanto, além do caráter racista, há a legitimação do capitalismo e de seu projeto civilizatório. Entretanto, como demonstra Wood (2000), as relações de propriedade que suplantam a emergência desse modo de produção estão baseadas no *improvement* (melhoramento), que consiste na defesa do “aumento da produtividade da terra visando o lucro” (Wood, 2000, p. 19). O que se dá por via do *enclosure*, isto é, tem-se “a extinção (com ou sem o cercamento das terras) dos direitos de uso baseado nos costumes dos quais muitas pessoas dependiam para tirar o seu sustento” (Wood, 2000, p. 22).

Esses processos históricos fundam a propriedade privada como direito natural do *improver* (agente que melhora) — como observado na Inglaterra durante a emergência do capitalismo agrário —, que persiste como elemento legitimador na atualidade. Isso porque o capital requer a “pressão contínua para a extinção dos direitos costumeiros que interferem na acumulação capitalista”, pois “a concepção tradicional de propriedade precisa ser substituída por um conceito novo, o conceito capitalista de propriedade” (Wood, 2000, p. 21). Portanto,

o capitalismo pode e deve constantemente se expandir de maneiras e em graus que outras formas sociais desconheciam — permanentemente acumulando, buscando novos mercados, impondo seus imperativos em novos territórios e em novas esferas da vida, em seres humanos e sobre o meio ambiente (Wood, 2000, p. 14).

Essa retomada histórica demonstra que a modificação da natureza por via da práxis social não mais está norteadada pela satisfação das necessidades humanas. Isso porque, como afirma Katz (1996), por organizar a produção social e dominar a organização social, o capital insere o desenvolvimento das forças produtivas (meios de produção, objetos de trabalho e força de trabalho) na manutenção das relações sociais capitalistas. Por isso, a ação de minerar, antes uma ação ontológica, de *efetivação* do

ser social, passa a ser uma ação para produzir mercadorias, culminando na *desefetivação* desse ser.

É por isso que o território é organizado pelo monstro, que se valida ao ampliar a produtividade, sendo essa sua *função social* e sua *legitimidade*, respectivamente. Tem-se, assim, que a ruptura do metabolismo entre o ser humano e a natureza se impõe, a fim de garantir a produção e a dominação do sociometabolismo do capital, que, imerso em sua *crise estrutural global*⁵⁴, amplia a exploração e, conseqüentemente, a degradação da natureza e da humanidade.

Desse modo, a especificidade, da qual as expressões da “questão social” são constituídas no território atingido pelo atual modelo de mineração, está circunscrita na *alteração forçada do modo de vida da população atingida* — ainda que no *processo de tomada de consciência* da classe trabalhadora, certa parte defenda o monstro, por ser quem proporciona o emprego e o assalariamento⁵⁵, enquanto a outra parte o enfrenta, questionando a imposição da dependência econômica ou construindo outros modos de vida⁵⁶.

Portanto, é o monstro que inflige essa alteração, embora ela possa ser melhor observada após o *crime* de ruptura de barragem de rejeito em, ao menos, quatro aspectos: a *cessão do repasse tributário* — sendo R\$ 24 milhões não arrecadados⁵⁷ pela Prefeitura Municipal de Mariana desde 2016; a *negação do salário* — alcançando 29,9% de desemprego⁵⁸

⁵⁴ A crise estrutural “afeta o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos — o financeiro/monetário, por exemplo — mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social” (Mészáros, 2011, p. 100), organizado no tripé capital, trabalho e Estado (Mészáros, 2011).

⁵⁵ Como a constituição do grupo “Justiça, sim. Desemprego, não!” e da *hashtag* #ficasamarco, criados em 17 de novembro de 2015, por iniciativa popular em prol do emprego, como se vê em <https://bit.ly/3vhDAin>.

⁵⁶ Como pode ser observado na atuação do MAB e do MAM (ITPS, 2019). Bem como a luta das populações tradicionais, Pataxó-hã-hã-hãe, em Brumadinho, e Krenak, em Resplendor, como visto em <https://bit.ly/3rrkrJH>. Sobre a relação do povo Krenak com o Rio Doce, ver o minidocumentário *Uatu: agora o rio corre calado*, disponível em <https://bit.ly/3rkP43B>. Outros povos tradicionais seguem atingidos pela lama da Samarco, como os indígenas Tupiniquim e Guarani, além da comunidade remanescente do Quilombo do Degredo, ambas localizadas no Espírito Santo (Prata, 2018).

⁵⁷ Desde 2016, sem ICMS e CFEM, como se vê em <http://glo.bo/3Eademu>.

⁵⁸ O desemprego em 2016, 2017 e 2018 pode ser visto em: <https://bit.ly/3uCKcJ9>. Sobre os trabalhadores da Samarco, ver Bertollo (2018).

em Mariana, após a suspensão das atividades da Samarco; o *reassentamento forçado* — em que nenhuma casa foi construída⁵⁹ para as 362 famílias depois de quatro anos do crime da Samarco; e a *insegurança alimentar* — uma vez que a contaminação da água e do solo impede que as populações atingidas de produzir e consumir alimentos provenientes das regiões atingidas⁶⁰.

A alteração forçada do modo de vida, portanto, circunscreve toda a população que habita os territórios onde impera o monstro, pois é imposto a cisão do metabolismo entre humanidade e natureza — sem o qual o ser social não pode se efetivar. Ou seja, o sociometabolismo do capital, por meio do atual modelo de mineração, constitui uma ameaça à existência da humanidade, que se concretiza como desefetivação do ser social, seja de forma imediata, como pode ser observado na chacina de 290 pessoas em Mariana e Brumadinho, seja de forma mediata, como consequência da alteração forçada do modo de vida. Ou seja, a desefetivação é o processo pelo qual o trabalho é tornado meio de desumanização do ser, levando-o à condição de miséria material e cultural, pois “o trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação” (Marx, 2010, p. 83). Sendo assim,

O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Essa efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento (Entfremdung)*, como *alienação (Entäusserung)* (Marx, 2010, p. 80).

Para observar a forma *mediata* de *desefetivação*, pode-se elencar a saúde da população atingida. Pois, conforme define a Organização Mundial de Saúde, “a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermida-

⁵⁹ Conforme denúncia do MAB em <https://bit.ly/3EaLY7k>.

⁶⁰ Como denunciado em <https://bit.ly/3xslLQy>.

de” (OMS, 1946). Desse modo, diante da ausência de bem-estar social, acarretado pela *alteração forçada do modo de vida*, o adoecimento físico e mental assola a população atingida que continua a habitar o território altamente contaminado, como comprova a avaliação de risco à saúde humana⁶¹ realizada pela Ambios Engenharia, que concluiu:

Os estudos ambientais realizados no município de Mariana estabeleceram como contaminantes de interesse o cádmio, tendo como rota de exposição completa o solo superficial e a poeira domiciliar; e o chumbo, cobre e zinco com rota de exposição completa pela poeira domiciliar. Em relação ao município de Barra Longa, foram estabelecidos como contaminantes de interesse o cádmio, tendo como rota de exposição completa o solo superficial e a poeira domiciliar; e o níquel, cobre e zinco com rota de exposição completa pela poeira domiciliar (Ambios, 2019, p. 306).

Os contaminantes de interesse apontados acarretam “efeitos adversos sobre a saúde [...] considerados segundo a capacidade de o agente químico produzir câncer e/ou efeitos adversos sistêmicos” (Ambios, 2019, p. 299). Diante disso, o estudo conclui que

existe um perigo para a saúde das populações expostas aos contaminantes definidos através da ingestão, inalação ou absorção dérmica das partículas de solo superficial e/ou da poeira domiciliar contaminadas. Esta exposição pode determinar a ocorrência de efeitos lesivos sobre a saúde dessas populações, imediatos ou de longo prazo.

A concretização da ameaça à saúde física pode ser observada na incidência de “ardência e irritação ocular, irritação cutânea com vermelhidão e coceira, e sintomas respiratórios (tosse, coriza, congestão nasal). Todos podendo ser potencialmente associados com inalação ou contato com poeiras contendo níquel” (Ambios, 2019, p. 322). Bem como, em onze moradores da cidade de Barra Longa, contaminados por níquel e

⁶¹ Realizado por contrato com a Fundação Renova, conforme a deliberação CIF nº 106 (Ambios, 2019).

arsênico, apresentando “problemas de pele e dificuldade para respirar” (Motta, 2019).

Por fim, diante do alto risco de contaminação humana, o estudo conduzido pela Ambios (2019, p. 318) demonstra as “consequências sobre a qualidade e as condições de vida e de saúde da população das localidades estudadas, que extrapolaram o efeito lesivo específico dos contaminantes sobre a saúde e que perduram até hoje”; pois “alterações das trajetórias de vida, repentinas e não por decisão própria, as quais permanecem sem resolutividade 3 anos após o desastre, determinam uma condição de sofrimento emocional e psíquico” (Ambios, 2019, p. 318).

Adensa essa análise a pesquisa sobre a saúde mental da população atingida⁶² de Mariana e Barra Longa realizada por Neves *et al.* (2018, p. 12) que afirma: “se rompe muito mais do que uma barragem. Os efeitos da violência e da destruição causadas pela lama, que é física, mas também simbólica, atingem diferentes dimensões da vida”, sendo que “isso permite compreender que a vivência da tragédia se perpetua e se renova dia após dia na morosidade e nas violações praticadas pelas empresas”.

O estudo, que entrevistou 225 pessoas adultas, aferiu cinco tipos de transtornos mentais: depressão (28,9%) e transtorno de ansiedade generalizada (32%), com incidência respectivamente cinco e três vezes maior que a incidência nacional; transtorno de estresse pós-traumático (12%); risco de suicídio (16,4%) e transtorno por uso de substâncias (24,4% declararam aumento da dependência de tabaco). Em relação à população de 46 crianças e adolescentes, o estudo aferiu a incidência de depressão (39,1%); ansiedade (39,1%); e transtorno de estresse pós-traumático (82,9%) — só não maior que em desastre nuclear (88%). Diante desses dados, o estudo conclui que “a população em estudo parece ter perdido o sentimento de pertencimento à comunidade e não se reapropriou dele

⁶² Essa pesquisa é produto da Assessoria Técnica as/aos atingidas/os de Mariana-MG, iniciada em 2016 pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, juntamente com a Comissão dos Atingidos, o Núcleo de Pesquisa Vulnerabilidades e Saúde (NAVeS/UFMG) e demais colaboradores (Neves *et al.*, 2019).

na cidade de Mariana, talvez também fruto da discriminação sofrida em seu meio” (Neves *et al.*, 2018, p. 26).

Estamos, portanto, em *uma guerra que transforma a vida em tragédia*, pois, “quando você perde a terra, a água, o contato com os animais, sua vida acabou”, perde-se “um modo de viver, todo um mundo cultural e histórico” (Federici, 2019). Eis que o monstro viabiliza que *o capital torne a ação de minerar, de meio de vida, a meio de morte*, culminando na *deseftetivação* do ser. Portanto, como expõe Albergaria (2018, p. 35),

As manifestações dessa deseftetivação se manifestam no corpo físico e mental do ser social singular, logo não se trata de vinculá-las como sintomas de origens individuais, frequentemente remetidas às explicações psicologizantes e de responsabilização individual. Essas manifestações devem, sim, ser observadas enquanto sintomas que se manifestam em indivíduos, mas cujas origens se remetem às condições materiais próprias do modo de produção capitalista.

Entretanto, a *alteração forçada do modo de vida*, em sua amplitude, não é prevista pela Fundação Renova⁶³ na matriz⁶⁴ de danos do processo de reparação, sendo funcional ao domínio do território pela empresa mineradora⁶⁵. Assim, as expressões da “questão social” podem ser, equivocadamente, restringidas ao binômio emprego-desemprego, sendo a luta por emprego⁶⁶ desarticulada da luta por um novo modelo de mineração.

⁶³ Organização constituída por meio do Termo de Transação e Ajustamento e Conduta (TTAC), para gerir o processo de reparação pelo *crime* da Samarco. Entretanto, a população atingida denuncia a violação de direitos oriunda da instituição como “crime que se renova”, como se vê em <http://globo.com/38Jej9b> e <https://bit.ly/3EgcD2D>.

⁶⁴ Sobre a matriz de danos, ver <https://bit.ly/3Ee3F67>.

⁶⁵ O que pode ser visto em <https://bit.ly/3JFFnTy>.

⁶⁶ Em 25 de outubro de 2019, o Copam autoriza o funcionamento da Samarco, e o prefeito de Mariana, Duarte Junior (Cidadania), declara: “Nós somos a favor da retomada da atividade minerária. A gente entende que a retomada da empresa é a retomada da nossa economia, é a geração de emprego, de oportunidades” (COPAM..., 2019). Sobre superexploração da força de trabalho em Mariana, ver Bertollo (2018).

O desafio e o fardo diante o monstro de duas faces

Rio de lama, Doce, agora amargo
Vem de Mariana, desceu rejeito não tem pra ninguém
E varre cama, e sonho e segue tudo pro além
E diga Vale, quanto vale a vida de alguém?
(Quanto vale? — Djambê)

Diante da especificidade das expressões da “questão social” no território de Mariana e adjacências, é salutar que o curso de Serviço Social da UFOP persista no cumprimento do *fardo* de contestar e denunciar o monstro, e do *desafio* de contribuir para sua superação. Para tanto é necessário que permaneça articulado ao projeto profissional crítico, como expressa seu projeto pedagógico de curso. A fim de que possa continuar ofertando formação profissional a partir do tripé ensino-pesquisa-extensão, construindo e defendendo a universidade pública, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Habilitando futuras/os assistentes sociais com capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para intervir nas expressões da “questão social”, compreendendo-a circunscrita na *alteração forçada do modo de vida* da população atingida: a classe trabalhadora.

Para alcançar esse objetivo, é necessário *apropriar-se e produzir* conhecimento acerca da *formação social* — processo particular de constituição do sociometabolismo do capital (Sereni, 2013) — desse *território* — entendido como espaço-tempo em que se constituiu a luta de classes (Harvey, 2006). Ou seja, é preciso desvendar a constituição da *minério-dependência* e suas *protoformas*, além da constituição e organização das classes burguesa e trabalhadora. Esse intento requer que nos reconheçamos como classe trabalhadora e população atingida pelo monstro, pois habitamos, nos alimentamos, respiramos e criamos nossas/os filhas/os no território em que ele impera. Isto é, *tanto constituímos a população atingida quanto atuamos atendendo-a nos diversos espaços sócio-ocupacionais em que trabalhamos como assistentes sociais*. E, por isso, temos lado:

o da classe social à qual pertencemos, como afirma Maurílio Matos (presidente do Conselho Federal de Serviço Social na Gestão 2014-2017):

o trabalho de assistentes sociais também não se desenvolve de forma neutra no contexto de uma sociedade de classes, que cotidianamente penaliza usuários/as com a desigualdade social, e em um país cujo ajuste estrutural do Estado resvala contra os direitos sociais conquistados pelos/as trabalhadores/as. Os princípios construídos pela profissão se materializam no cotidiano pelo reconhecimento de que temos um lado e de que, na sociedade de classes, não há empate (CFESS, 2017, p. 5).

Além disso, é imprescindível contribuir para que a categoria de assistentes sociais atuantes nesse território reconheça o tingir da lama na demanda de trabalho, as expressões da “questão social”, que, além de ser acrescida, é retinta de rejeito e de sangue. Ou seja, o monstro particulariza as expressões da “questão social”, pois, quando falta renda, moradia, emprego, quando aumenta a violência e a água e o ar estão impróprios ao consumo, ela, a lama, está lá.

Não bastasse a lama, o sangue dos assassinados por ela está tingindo a ausência da saúde física, mental e social, pois há a falta dos 290 mortos, do “lá fora”, das crianças correrem no terreiro, da prosa com o vizinho sentado na calçada, de pescar, de plantar, de colher, de ofertar queijos e quitutes. A lama e o sangue estão lá, nas mentes, nos corações e nos sonhos! Ela está em tudo, porque não some quando seca ou assenta no leito do rio ou é transportada de um lugar para outro. Assim, para os que não se foram com a lama, mas ficaram com ela, ainda é preciso lutar por reparação e por reconhecimento da *alteração forçada do seu modo de vida*. *Se lutar é nosso direito*⁶⁷, podemos intentar que

O ato de escolher na sociedade capitalista o lado do trabalho/trabalhador em detrimento dos interesses do capital é uma opção ético-política assentada numa análise crítica da sociedade do capital, opção que só tem possibilidade de se

⁶⁷ Como expõe o manifesto publicado no jornal *A Sirene*, disponível em <https://bit.ly/3vcPY32>.

objetivar — tornar-se realidade material –, a partir de uma práxis criativa, consciente, radicalmente crítica, reflexiva e coletiva — ou seja, uma práxis planejada e avaliada nas suas consequências –, tendo como parâmetro e finalidade os interesses históricos dos diferentes segmentos da classe trabalhadora (Vasconcelos, 2017, p. 60).

Com isso poderá ser exitoso a harmonização do tempo desse curso com o tempo histórico do território no qual está inserido, a fim de ofertar uma formação profissional em vários níveis (graduação, capacitação, especialização) que permaneça balizada pelas necessidades da classe trabalhadora nesse território; enfrentando três grandes armadilhas do *teoricismo*, *politicismo* e *tecnicismo* (Iamamoto, 2007); e refutando o conservadorismo, que nunca desistiu de imperar na direção social dessa profissão.

Em vista os interesses da burguesia, [defendo que] a função social do assistente social é atuar nas condições materiais e espirituais de existência de diferentes segmentos das massas trabalhadoras que ameaçam a ordem vigente, nos diferentes momentos históricos, não na busca de solução para o que não tem solução nessa ordem social, mas na busca de manter sob controle qualquer possibilidade de mobilização, organização, resistência. [...] Uma ação que, diga-se de passagem, não tem nada de belo, na medida em que não pode ser mediada por qualquer princípio ético, visto que tem de recorrer ao que é conservador, obscuro, fraudulento, opressor, quando não, reacionário (Vasconcelos, 2017, p. 89).

Obviamente, considerando a relativa autonomia⁶⁸, precisamos construir o alinhamento, sim, à “formação, mobilização e organização dos

⁶⁸ “Na defesa de sua relativa autonomia, no âmbito dos espaços ocupacionais, o assistente social conta com sua qualificação acadêmico-profissional especializada, com a regulamentação de funções privativas e competências e com a articulação com outros agentes institucionais que participam do mesmo trabalho cooperativo, além das forças políticas das organizações dos trabalhadores que aí incidem (Iamamoto, 2008, p. 422). Entretanto, “embora os assistentes sociais possam atribuir uma direção social ao seu exercício, a interferência dos organismos empregadores ocorre através do estabelecimento de metas, normas, atribuições, condições de trabalho e relações de trabalho” (Iamamoto, 2001, p. 18).

trabalhadores na busca por emancipação humana, ao favorecer a melhoria e a transformação das condições materiais e espirituais de existência dos trabalhadores/usuários” (Vasconcelos, 2017, p. 91), que, nesse território, são todos atingidas/os pelo atual modelo de mineração.

E assim nos unir *por um novo modelo de mineração*, a partir de uma sociedade anticapitalista, isto é, “uma sociedade em que os produtores associados governem o metabolismo humano com a natureza [...] insistindo que ninguém, nem mesmo todos os países e povos do mundo juntos, é dono da terra; que está simplesmente cedida” (Foster, 2012, p. 91).

Vale. Saúde e que nossos passos sejam tão grandes como nossos mortos.

(Comandante Marcos, Quando os mortos
calam em voz alta, EZLN, 2013)

Referências

ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ALBERGARIA, Marlene. *O suicídio na contemporaneidade*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) — Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.

AMBIOS. *Estudo de avaliação de risco à saúde humana em localidades atingidas pelo rompimento da barragem do fundão*. São Paulo: Ambios, 17 abr. 2019.

ANM interdita 54 barragens de mineração sem estabilidade no país; 33 delas estão em Minas. *G1 Minas*, Belo Horizonte, 9 out. 2019. Disponível em: <http://glo.bo/3Jz1ivH>. Acesso em: 15 out. 2019.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. *Código de Ética do/a assistente social comentado*. São Paulo: Cortez, 2012.

BERTOLLO, Kathiúça. *Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG*. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CBH-RD. *A Bacia. Comitê da bacia hidrográfica do Rio Doce*, Mariana, 2019. Disponível em: <http://www.cbhdoce.org.br/institucional/a-bacia>. Acesso em: 18 out. 2019.

CBH-SF. *CBH do Rio Paraopeba. Comitê da bacia hidrográfica do rio São Francisco*, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/>

comites-de-afluentes/cbh-do-rio-paraopeba-sf3-minas-gerais/. Acesso em 18 out. 2019.

CFESS. Serviço Social é notícia. *Informativo Anual do Conjunto CFESS-CRESS*, ano 3, n. 3, maio 2017.

CIPRIANO, Tamires da Silva. *Marco legal e crime minerário em Mariana-MG*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) — Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

CNDH. Relatório sobre o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco e seus efeitos sobre o Vale do Rio Doce. *Conselho Nacional de Direitos Humanos*, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3uyuQFE>. Acesso em: 30 nov. 2017.

COELHO, Tádzio Peters. Mineração e dependência: o discurso do desenvolvimento minerador e o projeto da mina Apolo da Vale. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 2013, 5., Londrina. *Anais [...]*. Londrina: UEL, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3M0EJll>. Acesso em: 25 out. 2018.

COELHO, Tádzio Peters. Minério-dependência e alternativas em economias locais. *Versos: Textos para Discussão PoEMAS*, v. 1, n. 3, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3xkMvSY>. Acesso em: 25 out. 2019.

COPAM aprova licença para que a Samarco volte a operar em Mariana quatro anos após tragédia. *G1 Minas*, Belo Horizonte, 25 out. 2019. Disponível em: <http://glo.bo/363GDCd>. Acesso em: 30 out. 2019.

COSER. Projeto Pedagógico do curso de graduação em Serviço Social. *Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro*

Preto, Ouro Preto, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3O3NHjp>. Acesso em: 15 nov. 2019.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MYNAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 31-60.

DUSSEL, Enrique. *1492, o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

FEDERICI, Silvia. Para as mulheres, sexo sempre foi trabalho. *AZMina*, [s. l.], 27 set. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/378Yich>. Acesso em 09 out. 2019.

FOSTER, Belamy. A ecologia da economia política marxista. *Lutas Sociais*, n. 28, jan./jun. 2012.

FOSTER, Belamy. *Apresentação*. In: MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. Tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 13-18.

FUNAI. Site institucional. *Fundação Nacional do Índio*, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Kx8pGo>. Acesso em: 5 nov. 2019.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: L&PM, 2010.

GODEIRO, Nazareno (org.). *Vale do Rio Doce: nem tudo que reluz é ouro, da privatização à luta pela reestatização*. São Paulo: Sundermann, 2007.

GUIMARÃES, Hellen Oscarina Ramos. *Conflitos socioambientais e ciência de redes: estudo de caso dos mecanismos de solução negociada do*

desastre tecnológico da Samarco/Vale/BHP Billiton. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) — Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2. ed. São Paulo: Anablume, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, v. 5, n. 1, p. 194-212, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IASI, Mauro Luís. *Processo de consciência*. São Paulo: CPV, 1999.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Não foi acidente, é crime! O rompimento da barragem em Brumadinho (MG), no Brasil. *Brasil de Fato*, São Paulo, 1 fev. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Jyp3UL>. Acesso em: 10 out 2019.

KATZ, Claudio. La concepción marxista de cambio tecnológico. *Revista Buenos Aires*, n. 1, 1996.

LIMA, Débora. Vítima da tragédia em Brumadinho é identificada; 16 ainda estão desaparecidas. *Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 14 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3xpI9dc>. Acesso em: 19 nov. 2019.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MAB. MAB publica dossiê sobre o crime da Vale em Brumadinho. *Movimento dos Atingidos por Barragem*, São Paulo, 25 fev. 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/3vejAx5>. Acesso em: 15 abr. 2019.

MAB. Vale e BHP Billiton impedem atingidos de participar de reunião CIBAMA, em Brasília. *Movimento dos Atingidos por Barragem*, São Paulo, 30 jul. 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/3xotv5N>. Acesso em: 20 out. 2019.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência, 1973. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, Pedro (org.). *Rui Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 137-180.

MARX, Karl. Marx sobre Feuerbach [1845] [com alterações de Engels, 1888]. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 537-540.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos filosóficos* [1844]. Tradução Jesus Ranieri. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *O capital: Livro 1* [1890]. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARENHAS, Raquel Mota *et al.* *Relatório final do projeto de extensão Curso de Atualização Profissional 5 de Novembro*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

MASO, Tchenna. *Arpilleiras: uma metodologia latina de educação popular. Movimento dos Atingidos por Barreiras*, São Paulo, 18 mai. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3Ealnao>. Acesso em: 20 out. 2015.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico. *Política & Sociedade*, n. 13, p. 17-33, out. 2008.

MOTTA, Camila Veras. Tragédia de Mariana: vítimas da lama sofrem com doenças de pele e respiratórias por contaminação por metais pesados e temem nunca ser indenizadas pela Samarco. *BBC*, São Paulo, 10 fev. 2019. Disponível em: <https://bbc.in/3LZ96Zo>. Acesso em: 22 out. 2019.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Cadernos Penesb*, n. 5, 2004.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete da *et al.* (org.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. Rio de Janeiro: Cortez, 2006. p. 1-22.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, Maila de Castro Lourenço *et al.* (org.). *PRISMMA: Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana*. Belo Horizonte: Corpus, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3O6BB9j>. Acesso em: 28 out. 2019.

NOGUEIRA, Vanderlei Divino Cabra. *A situação dos atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG: considerações sobre o processo de reparação*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) — Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.

NOVAES, Fernando. “Não podemos nos transformar em índios”. Historiador vê diferença entre estudar a visão dos índios e reconstituir a história com seu ponto de vista. [Entrevista concedida a] João Batista Natali. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 abr. 2000. Disponível em: <https://bit.ly/38FPScF>. Acesso em: 30 out. 2019.

OLIVEIRA, Ellen Dutra de. *A construção do desenvolvimento sustentável em Mariana*. 2019. Relatório Final (Iniciação Científica em Serviço Social) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

OMS. *Constituição da Organização Mundial da Saúde*. Genebra: OMS, 1946. Disponível em: <https://bit.ly/3KCeKQX>. Acesso em: 22 out. 2019.

PASSARINHO, Nathalia. Tragédia com barragem da Vale em Brumadinho pode ser a pior no mundo em 3 décadas. *BBC*, São Paulo, 29 jan. 2019. Disponível em: <https://bbc.in/3vdJojV>. Acesso em: 31 mai. 2019.

PASSOS, Flora Lopes; COELHO; Pollyana; DIAS, Adelaide. (Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. *Cadernos Metrópole*, v. 19, n. 38, p. 269-297, 2017.

PRATA, Daniela Arantes. Insegurança alimentar e comunidades tradicionais: desdobramentos no caso Samarco. In: CONGRESSO FOOD LAW: UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR, 2018, Ribeirão Preto. *Anais [...]*. Ribeirão Preto: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3rj3YHG>. Acesso em: 30 out. 2019.

RIBEIRO, Núbia Braga. *Os povos indígenas nos sertões das minas do ouro no século XVIII*. 2008. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Léo. MPF recorre da exclusão de 8 réus de ação penal da tragédia de Mariana. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 30 set. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3LY94AS>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SCHREIBER, Mariana. Desastre em Mariana foi acidente ou crime? 'É precipitado avaliar', diz Ministro. *BBC*, São Paulo, 11 nov. 2015. Disponível em: <https://bbc.in/3KCBOPv>. Acesso em: 20 out. 2019.

SERENI, Emílio. De Marx a Lênin: a categoria de formação econômico-social. *Meridiano: Revista de Geografia*, n. 2, p. 297-346, 2013.

SILVA, Jarbas Vieira da, ANDRADE, Maria Júlia Gomes. Introdução. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana (org.). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Follo Digital, 2016. p. 23-35.

SOUZA, Tânia Maria F. de; REIS, Liana. Técnicas mineratórias e escravidão nas minas gerais dos séculos XVIII e XIX: uma análise comparativa introdutória. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2006, 12., Diamantina. *Anais [...]*. Diamantina: UFMG, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3KCoc6B>. Acesso em: 30 out. 2019.

THYGESEN, Kristina; BAKER, Elaine; SEVALDSEN, Petter. *Mine tailings storage: safety is no accident*. Arendal: GRID-Arendal, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3vdJgKr>. Acesso em: 15 out. 2019.

VASCONCELOS, Ana Maria de. *A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas*. São Paulo: Cortez, 2017.

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. *Crítica Marxista*, v. 1, n. 10, p. 12-29, 2000.



⁶⁹ Essa *arpilleira* retrata o território da bacia hidrográfica do Rio Doce, considerando a formação do Rio Doce, a partir da confluência do Rio Piranga — que nasce na Serra da Mantiqueira (montanha cinza), em Ressaquinha-MG — e do Rio do Carmo — que nasce na Serra do Espinhaço (montanha verde), em Mariana-MG) — até sua foz no oceano Atlântico (mapa azul da América Latina), na Vila de Regência, distrito de Linhares-ES (CBH-RD, 2019). O conjunto dos elementos — fauna, flora e seres humanos — busca representar o território organizado sobre o novo modelo de mineração em que o metabolismo entre ser humano e natureza, cindido pelo sociometabolismo do capital, seja reconstituído. Essa obra artística foi construída por professoras do curso de Serviço Social, Raquel Mota Mascarenhas, Juliana Aparecida Cobuci Pereira, Taciane Couto Gonçalves, e o Centro Acadêmico do Curso de Serviço Social Igor Mendes, entre 10 de outubro e 5 de novembro de 2019.

CAPÍTULO 3

A OFENSIVA PREDATÓRIA DO CAPITAL E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DO CRIME DA SAMARCO EM MARIANA

*Cristiane Silva Tomaz*⁷⁰

*Sara Araújo Martins*⁷¹

*Virgínia Alves Carrara*⁷²

Introdução

O dia 5 de novembro de 2015 foi marcado de forma dramática pelo maior crime ambiental da história do Brasil. Uma das barragens do complexo minerário composto pelas barragens de Fundão, Germano e Santarém, de propriedade da mineradora Samarco⁷³, a barragem do Fundão, rompeu no município de Mariana, no estado de Minas Gerais, formando um tsunami de 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos, composto principalmente por óxido de ferro e sílica, arrasando diversos distritos, bairros e municípios vizinhos (Ibama, 2015).

Essa avalanche de lama poluente matou oficialmente dezenove pessoas e deixou 1.500 desabrigadas que viviam no distrito de Bento Rodrigues — com mais de trezentos anos de história, que foi completamente destruído. Além disso, 41 cidades foram atingidas nos estados de Minas

⁷⁰ Professora Adjunta do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. Vice-Coordenadora do Núcleo de Extensão e Estudos em Formação e Trabalho em Serviço Social (NEESFT).

⁷¹ Professora Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto e doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ.

⁷² Professora Associada I da Universidade Federal de Ouro Preto. Coordenadora do Núcleo de Extensão e Estudos em Formação e Trabalho em Serviço Social (NEESFT). Participa da Comissão de Coordenação da Rede Ibero-americana de Investigação em Serviço Social.

⁷³ A empresa Samarco é uma *joint venture* das empresas BHP Billiton Brasil Ltda. e Vale S. A.

Gerais e Espírito Santo. Os rejeitos contaminaram as águas de rios e afluentes, deixando milhares de pessoas sem acesso à água potável e sem condição alguma de exercer suas atividades laborativas. A degradação ambiental atingiu 240.080 hectares de Mata Atlântica, extinguindo toda a fauna e flora por mais de 800 km. Três reservas indígenas⁷⁴ foram atingidas — os povos Krenak, Tupiniquin e Guarani; 29.300 carcaças de peixes foram coletadas ao longo dos rios Carmo e Doce, correspondendo a quinze toneladas de peixes mortos (BRASIL, 2019).

Foram centenas de desabrigados e milhares de pessoas que ficaram sem acesso à água potável e sem condição alguma de exercer suas atividades laborativas. Registram-se perdas humanas, materiais, culturais e históricas. Nos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu, as primeiras capelas foram construídas por volta dos anos de 1718 e 1730, respectivamente, e segundo Arcuri, Laia e Suñer (2015, p. 216) as construções “foram reconhecidas por seu valor histórico e cultural muito antes do desastre”, como foram identificados sítios arqueológicos arrasados pela lama da Samarco.

As ações de desocupação e socorros imediatos não foram realizadas pela empresa responsável pela manutenção da barragem de rejeitos, denunciando a total ausência de um plano de emergência da Samarco que protegesse a população dos distritos e localidades do entorno das barragens.

Os municípios de Mariana revelaram e denunciaram que, embora o rompimento da barragem tenha acontecido no período da tarde, nenhuma providência foi tomada por parte da empresa ou do Estado para informar às populações do entorno. As notícias sobre o “desastre” foram propagadas à população por meio de uma emissora de rádio e não havia nenhum conhecimento a respeito de sua gravidade.

Esse “desastre” mobilizou a todos, que, mesmo sem saber o que exatamente acontecia por lá, lançaram-se em uma desordenada orga-

⁷⁴ Como exemplo, os Krenák ou Borun, reconhecidos como os últimos Botocudos do Leste, que viviam na margem esquerda do rio Doce, em Minas Gerais. Com a onda de rejeitos da Samarco as 126 famílias que vivem na aldeia assistiram à morte dos peixes, da água e da própria cultura Krenak, a qual considera o rio sagrado.

nização movida pela solidariedade, a fim de imediatamente prestar os primeiros socorros aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. A população se juntou aos profissionais da cidade de diversas áreas (assistentes sociais, psicólogos, médicos, enfermeiros, entre outros) para recolher os itens de primeira necessidade, preparando-se para prestar os possíveis atendimentos aos sobreviventes. A comunidade acadêmica do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro, à medida que, pelos corredores e nas salas de aulas, foi tomando conhecimento do ocorrido, foi se dirigindo para a Arena Mariana⁷⁵, onde se concentraram as ações.

Ao longo das horas e dos dias seguintes à “tragédia anunciada”, um conjunto de questões surgiram, evidenciando a urgência de aproximarmos desse “novo” campo do exercício profissional, a fim de assumirmos nosso dever ético-político, nosso comprometimento investigativo e formativo, pois como assistentes sociais docentes tínhamos a nossa frente discentes de Serviço Social a todo instante interpelando sobre: o papel e o limite do Serviço Social; o que fazer? Como intervir em situações como esta? É solidariedade? É ajuda? Questionavam: o que fazer para além da prática imediatista, do socorro imediato? De acordo com os relatos dos estudantes, eles reconheciam que era impossível fugir daquela atividade imediata, mas ansiavam por uma preparação, um diálogo sobre quais e como deveriam ser feitas atividades de curto médio e longo prazo com a população atingida.

Nossa tese, desenvolvida inicialmente no ensaio “O mar de lama da Samarco como manifestação da (des)ordem social capitalista: uma análise a partir dos aportes teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos do Serviço Social”, apontou que não houve nada de *extraordinariamente novo*, seja no evento em si seja na forma como se estruturaram as ações/operações em torno do referido crime ambiental, desde a organização, mobilização e comoção social em torno de ações voluntárias e filantrópicas; passando pela emblemática ausência de direcionamento e organização do poder público; até a busca por respostas

⁷⁵ A Arena Mariana é um complexo esportivo da Secretaria Municipal de Desporto de Mariana.

que “naturalizariam” o rompimento da barragem de rejeitos, culminando na desresponsabilização do poder privado e, por que não, estatal, infelizmente, se confirmou mais uma vez com os “novos” rompimentos de barragens.

Assim, além das perdas irreparáveis, trazidas pelo crime da Samarco com o rompimento da barragem de Fundão, a região seguiu sob a ameaça do risco de rompimento da outra barragem da Samarco, a de Germano, de maior capacidade de rejeitos e, conseqüentemente, mais devastadora do que a barragem que se rompeu (Fundão). O que vivenciamos novamente, de forma brutal, em 25 de janeiro de 2019 com o rompimento da barragem da mineradora Vale em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais. A avalanche de rejeitos de minério de ferro da Barragem 1, da Mina Córrego do Feijão, atingiu a área administrativa da Vale, a comunidade da Vila Ferteco, destruindo tudo por onde passou, totalizando 249 mortos (Barragem..., 2019).

Ao afirmarmos que não há novidades extraordinárias no tratamento e nos desdobramentos em torno do rompimento da barragem, não estamos desconsiderando a significância do fato em si; menos ainda, as especificidades sócio-históricas, políticas e culturais do município que, sem sombra de dúvidas, tornam o “acontecido no Bento” diferente, por exemplo, do rompimento de barragens e seus desdobramentos na vida cotidiana e política de outros municípios, uma vez que a declaração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) o considerou o maior “desastre ambiental” já acontecido no país e no mundo. Este rompimento expressa mais um dos muitos eventos trágicos produzidos sob a lógica da atual sociabilidade: de um lado, a forma predatória de produção de bens e riquezas com suas conseqüências para a classe trabalhadora e, de outro, a resposta focalizada, fragmentada e desigual das políticas sociais que a cada dia sobrepõe à centralidade do indivíduo e de sua família os custos da cobertura de sua proteção social.

Para nós, conforme já salientado, não há nada de extraordinariamente novo, seja no “desastre” ocorrido seja nas respostas desenvolvidas

pelo capital e pelo poder público junto aos sujeitos atingidos. A região central de Minas Gerais, que foi denominada Região dos Inconfidentes em seus trezentos anos de história de ocupação territorial, é marcada pela violência, escravidão e comercialização dos povos nativos, começando pela exploração do ouro, a partir do final do século XVIII, chegando até o minério de ferro na atualidade, cuja característica é a expropriação e exploração predatória das riquezas naturais. Conforme evidenciam Carrara *et al.* (2019, p. 2).

A região dos Inconfidentes sofre a degradação socioambiental em decorrência da exploração de minerais nobres, desde o século XVIII. A exploração do ouro fez surgir a Vila do Ribeirão do Carmo, atual Mariana, mantendo na contemporaneidade o ciclo exploratório — de força de trabalho e meio ambiente — agora com o minério. A formação sócio-histórica, a cultura político-econômica da região ergueu-se sobre as estruturas colonial e escravocrata, e marcaram o desenvolvimento socioeconômico da região, reiterando e aprofundando o patrimonialismo e o clientelismo no trato da *res pública*.

Ainda que outro crime tenha ocorrido recentemente na região metropolitana de Belo Horizonte, no município de Brumadinho, também no estado de Minas Gerais e também como resultado do modelo de exploração mineral, este texto volta-se para o crime ocorrido em Mariana, no distrito de Bento Rodrigues, como expressão da (des)ordem social capitalista e os impactos desse crime para a profissão de assistente social no município.

Portanto, este capítulo amplia a discussão iniciada em 2016, mantendo-a organizada em duas partes. Na primeira, analisamos o rompimento da barragem de Fundão, problematizando o “desastre” — na sociabilidade erguida sob o comando do grande capital (Mészáros, 2009) — como crime, evidenciando o caráter predatório dessa sociabilidade que leva ao agravamento e avanço das múltiplas expressões da “questão

social”⁷⁶, especialmente, a partir de atividades como a mineração. Na sequência, refletimos sobre as “novas” demandas e requisições postas aos assistentes sociais em situações emergenciais e calamidades, no atual contexto de acirramento das políticas de ortodoxia neoliberal, de corte conservador, com perdas históricas para os trabalhadores e profundos cortes no financiamento das políticas sociais.

A ofensiva predatória do capital sobre a vida

Este sistema de controle do metabolismo social teve que poder impor sobre a sociedade sua lógica expansionista cruel e fundamentalmente irracional, independentemente do caráter devastador de suas consequências (Mészáros, 2000, p. 9).

Esta discussão está ancorada em dois pilares. O primeiro diz respeito à crítica realizada por Mészáros (2009) acerca da sociabilidade erigida sob o comando do grande capital e seus impactos planetários, em especial na forma que assume na cena contemporânea. O segundo, que está medularmente relacionado ao primeiro, refere-se à compreensão de que é nessa mesma sociabilidade que a “questão social” alcança novas expressões, contudo, mantendo seu fundamento precípua — que é a relação contraditória entre a apropriação privada do trabalho, dos seus resultantes, dos meios de produção e a reprodução ampliada do capital, com respectivo crescimento da miséria relativa do trabalhador.

Mészáros (2009) afirma que o sistema sociometabólico do capital, sob a forma do capitalismo, é um sistema incontrolável, uma vez que sua finalidade é a sua autorreprodução e não o atendimento das necessida-

⁷⁶ Por “questão social” entendemos as “expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (Iamamoto e Carvalho, 2008, p. 77).

des sociais. Ao contrário dos outros modos de produção e organização social anteriores, os quais estariam mais voltados para o atendimento das necessidades sociais, devido a uma incapacidade social de produzirem bens e serviços. Essa condição, por sua vez, é superada com o modo de produção capitalista, que não só aumentou sua capacidade de produzir riquezas, como também de concentrá-la nas mãos dos proprietários dos meios de produção.

Tal condição fez emergir a “questão social”, a qual, segundo Netto (2001, p. 46), tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital, enquanto expressão da relação peculiar entre o capital e o trabalho. Ressaltamos a relação intrínseca da “questão social” com as mediações sócio-históricas que tornaram possíveis, ou necessárias, a criação da política social no Estado moderno. Tais mediações estão vinculadas às transformações operadas pelos monopólios, os quais alteraram a dinâmica econômica e social, ou seja, o próprio processo de acumulação capitalista (Netto, 1992).

A sanha lucrativa e predatória do capital reduziu os seres humanos ao *status* de meros “custos de produção” e sujeitou-os às determinações desumanizadoras da compulsão econômica. Em outros termos, o capital, para atender exclusivamente à sua autoprodução, recorre a um dos principais mecanismos para realizar seu processo de acumulação: a tendência decrescente do valor de uso da mercadoria, a partir da qual há a subordinação do valor de uso ao valor de troca, tendência que se acentuou no capitalismo contemporâneo. Para tal, o capital investe em uma produção que se torna inimiga da durabilidade dos produtos e amiga da descartabilidade e da obsolescência compulsória. Tal tendência tem um impacto na vida planetária de forma extremamente desumana e devastadora.

Assim, como consequência de sua autoatividade, a partir dos anos 1970 o capitalismo mergulha em uma crise mundial sem precedentes históricos. Conforme Mészáros (2000), estamos vivendo não uma crise cíclica do capitalismo, mas uma crise estrutural do próprio sistema do capital. As consequências dessa crise impactam de forma desmedida em

dupla direção: na destruição e precarização da força humana que trabalha e na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza. A precarização da força humana que trabalha se expressa, por um lado, pelo aumento do desemprego estrutural, pela precarização das relações de trabalho, pela perda de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, pelo aumento da pobreza material em nível mundial, e, por outro, pela concentração cada vez maior da riqueza socialmente produzida.

Quanto aos impactos dessa crise na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, tem-se como consequência o esgotamento e a destruição dos recursos naturais. O fato de ser intrínseco ao capital destruir suas próprias condições naturais de reprodução corresponde à chamada segunda contradição do capitalismo (Carneiro, 2005; Foladori, 2001; Mingione, 1993; Montibeller Filho, 2004). Esse esgotamento ocorre por meio da exploração desmedida dos recursos naturais, levando, inclusive, a “desastres” socioambientais, como o ocorrido em Bento Rodrigues, em Mariana.

As alternativas realizadas pelo capital no enfrentamento desta crise têm ocorrido dentro dos limites da sociabilidade capitalista e vêm apresentando uma grande contradição. Se, por um lado, uma dessas alternativas é reduzir o contingente de trabalhadores na produção para reduzir custos — com aquilo que, segundo o pensamento marxiano, em última instância, determina o valor da mercadoria, que é o valor-trabalho — através do desemprego em massa, isto gera níveis de degradação e barbárie social sem precedentes, fazendo emergir diferentes manifestações da “questão social”. Por outro, o incremento da esfera produtiva tem por consequência um aumento desse modo de vida fundado no supérfluo e no descartável e, como tal, um aumento ainda maior e mais acelerado de destruição dos recursos naturais em escala planetária. Logo, as consequências dessa crise são destrutivas, tanto no que diz respeito à precarização estrutural do trabalho quanto à destruição acelerada dos recursos naturais.

A partir dessa compreensão podemos fazer algumas afirmações, como: o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas converteu-se em inimigo da durabilidade dos produtos; o grande salto tecnológico conquistado, somado à flexibilização das relações de exploração do trabalho implementadas no final do século XX, trouxeram como consequência um contingente enorme de trabalhadores “desqualificados”⁷⁷, postos à margem do processo de trabalho; houve elevação do desemprego estrutural em níveis alarmantes, aumento da exploração do trabalhador e crescimento da pobreza e da miséria social e cultural; além disso, a exploração desmedida dos recursos naturais em escala generalizada tem levado à degradação do meio ambiente, pela exploração exacerbada dos recursos naturais, que vêm se materializando em crimes ambientais com proporções assombrosas.

Portanto, o rompimento da barragem de rejeito de minérios da Samarco/Vale no município de Mariana materializa a forma predatória com a qual o capital vem garantindo sua autorreprodução. O modelo praticado na exploração mineral da região exemplifica o conceito de troca ecológica desigualmente, que, segundo Montibeller Filho (2004, p. 129), explicita “o problema de que os preços praticados no mercado não levam em conta o desgaste ambiental (degradação do meio; exaustão de recurso) havido no local da produção da mercadoria”. Dito de outra forma, os custos sociais — ecológicos, trabalhistas e econômicos — e os respectivos danos, oriundos da exploração degenerativa, não são considerados pelo mercado (Montibeller Filho, 2000).

Dessa forma, confirma-se a constatação de Foladori (2001) e Montibeller Filho (2000, 2004) de que as relações capitalistas estabelecidas historicamente vão de encontro ao princípio do desenvolvimento sustentável, porque o avanço do capitalismo se dá pela apropriação destru-

⁷⁷ De acordo com Harvey (2007), neste contexto de reestruturação, há a emergência de um grupo de trabalhadores *centrais* e um grupo de trabalhadores que ele chama de “*subproletariado moderno*” ou os *trabalhadores precarizados/subcontratados*, que estariam localizados na periferia juntamente com aqueles que não têm qualquer qualificação para inserirem-se no mercado atual. Estes são denominados por ele de *inempregáveis*.

tiva da natureza, que, por sua vez, constitui a própria gênese da segunda contradição (Montibeller Filho, 2000).

A morte de trabalhadores e a extensão e magnitude dos danos ambientais, listados no Laudo Técnico Preliminar do Ibama (2015), confirmam essa incompatibilidade: (1) “mortes de trabalhadores da empresa e moradores das comunidades afetadas” (total de dezenove mortos); (2) “desalojamento de populações”; (3) “devastação de localidades e a consequente desagregação dos vínculos sociais das comunidades”; (4) “destruição de estruturas públicas e privadas”; (5) “interrupção da geração de energia elétrica pelas hidrelétricas atingidas (Candongá, Aimorés e Mascarenhas)”; (6) “destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa de Mata Atlântica”; (7) “mortalidade de biodiversidade aquática e fauna terrestre”; (8) “assoreamento de cursos d’água”; (9) “interrupção do abastecimento de água”; (10) “interrupção da pesca por tempo indeterminado”; (11) “interrupção do turismo”; (12) “perda e fragmentação de habitats”; “restrição ou enfraquecimento dos serviços ambientais dos ecossistemas”; (13) “alteração dos padrões de qualidade da água doce, salobra e salgada”; e (14) “sensação de perigo e desamparo na população”.

Por desdobramento lógico das relações capitalistas, o rompimento da barragem de Fundão “não foi suficiente, no entanto, para sensibilizar as forças dominantes no sistema político formal, que revelaram sinais de seu forte compromisso com as coalizões políticas e econômicas que sustentam o desenvolvimento extrativista” (Acsegrad, 2017, p. 150). Como resultado, em janeiro de 2019, o rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale S.A., no município de Brumadinho, causou a morte de mais de 250 pessoas e cobriu de lama uma extensão territorial de cerca de 300 hectares, com diversos e severos impactos sobre o meio ambiente, a saúde física e mental da população residente e a economia local (Pereira, Cruz e Guimarães, 2019).

Nesse sentido, verificamos que não é de hoje que a região dos inconfidentes sofre com a degradação socioambiental em decorrência da

exploração mineral⁷⁸. Desde o século XVIII até contemporaneidade, segue o ciclo exploratório predatório tanto da força de trabalho quanto do meio ambiente. A cultura política e econômica da região que se ergueu pelo prisma da escravidão ainda mantém os grilhões que aprisionam a população local.

Quando falamos de exploração predatória dos recursos naturais, de “desastres” ambientais com proporções assombrosas estamos nos referindo a crimes ambientais como esse. Tal realidade tem impactado o Serviço Social, expressando-se como uma das manifestações da “questão social” e, portanto, enquanto objeto de trabalho para os(as) assistentes sociais, conforme abordaremos a seguir.

As “novas” demandas e requisições postas aos/às assistentes sociais frente a situações emergenciais e de calamidades

Convocados(as) pelo dever ético-político, os(as) assistentes sociais da região de Mariana se apresentaram para participar dos primeiros atendimentos à população atingida pelo rompimento da Barragem de Fundão. No mesmo momento, os leigos se voluntariaram imbuídos pelo espírito de solidariedade e compaixão, ocupando a Arena, desejosos por ajudar. O que se presenciou no espaço improvisado de acolhimento às vítimas foi uma intensa demanda pela ação profissional no cadastro dos sobreviventes, desaparecidos e falecidos; no acolhimento e orientação dessas vítimas e de seus familiares. E, posteriormente, no acompanhamento e encaminhamento necessários ao acesso aos “direitos dos atingidos”.

Ao mesmo tempo, a presença de leigos voluntários exigiu também dos(as) assistentes sociais a tarefa de organizar, orientar e supervisionar

⁷⁸ Não é sem razão a criação no século XIX da Escola de Minas em Ouro Preto pelo Imperador D. Pedro II. Cf. Carvalho (2002).

os voluntários. Nesse processo de intervenção ganharam relevo as condições socioprofissionais a exigir dos(as) profissionais “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social [a fim de possibilitar] a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social” (ABEPSS, 1996, p. 6). É dentro dessa perspectiva que buscamos refletir sobre a demanda posta ao profissional.

Temos, nesse contexto, dois elementos, ainda que distintos e antagônicos, a corroborar e complexificar a convocação desses profissionais. O art. 3º do Código de Ética da profissão (Brasil, 1993) e a imagem socialmente construída, ainda presente na realidade brasileira, que associa o(a) profissional imediatamente à distribuição de bens e serviços e à ajuda aos necessitados. O primeiro é o legítimo dever a ser cumprido pelo(a) assistente social, pois a letra “d” do supracitado artigo dispõe que é dever do assistente social “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” (Brasil, 1993, p. 27).

O segundo elemento, ainda que não corresponda à atual autoimagem da profissão, definida e defendida pelo correspondente Projeto Ético-Político dos(as) assistentes sociais, ainda hoje está presente na consciência dos indivíduos a identificar tal profissional como “a moça boazinha que ajuda os pobres e necessitados”, associando o seu trabalho a valores humanitários, de solidariedade, não raras vezes calcados na tradição cristã e liberal⁷⁹.

Nesse sentido, as ações humanitárias de populares, voluntários leigos, colidiam no espaço/tempo com as intervenções emergenciais profissionais (ético-políticas e técnico-operativas) que eram requeridas. Muitos desses leigos, investidos de legitimidade político-ideológica na comunidade local, potencializavam o caos, especialmente com a ingerência na atuação dos(as) assistentes sociais, como: criando novos cadastros, encaminhando os atingidos para casas de familiares sem a re-

⁷⁹ Os limites deste trabalho não nos permitem aprofundar a ainda presente “marca de origem” da profissão, para tanto, consultar Ortiz (2010).

alização de cadastros, avaliando a urgência de catalogar e organizar os donativos etc.

Ressaltamos que essa ação voluntária e a imediata comoção, que todos sentimos, ao longo dos dias na ausência de uma política efetiva de atendimento aos atingidos, legitimou um discurso do *dever moral*. Fortaleceu a reprodução da lógica conservadora, fragmentária e descontínua que historicamente está atrelada às políticas sociais no Brasil, especialmente à política de assistência social, levando à banalização e naturalização das expressões da “questão social”, deslocando o conflito entre capital e trabalho para a lógica da cidadania burguesa, traduzida como solidariedade humana, voluntariado e filantropia.

Como observam Guerra e Mota (*apud* Moljo e Duriguetto, 2012, p. 7), “esta lógica desencadeia e reforça sentimentos e comportamentos de autoajuda, ajuda-mútua ou da ajuda divina voltando-se para a auto-responsabilização dos sujeitos”. O que se viu em Mariana foi a repercussão em grande escala dessa lógica, embasada na “solidariedade social” que se fortalece a partir de ações voluntárias, consideradas como parte de uma cidadania ativa e participativa. Nessa perspectiva, o voluntário é o sujeito que “exerce sua cidadania”, motivado por valores de solidariedade de cunho moral-religioso e doa seu tempo, seus trabalhos e seus talentos de modo espontâneo e não remunerado em prol do bem comum (Yazbek, 2002).

Foi igualmente proeminente a desresponsabilização do Estado, aqui representado pelo poder administrativo municipal, no que diz respeito à informação, organização e atendimento às vítimas. A ausência de equipes especializadas em resgate e salvamento, pouquíssimos profissionais com qualificação para atuar em situações de emergenciais e o insuficiente número de profissionais nas diversas áreas (assistência social, saúde, segurança pública, entre outros) colaboraram para um quadro aterrorizante. O que se notou naquele momento, e nos que se seguiram, foi um despreparo e uma absoluta falta de conhecimento sobre as ações que deveriam ser realizadas por parte dos gestores municipais, que não tinham, ou não se propuseram a construir, um “plano emergencial”.

Nos trabalhos de atendimento e defesa dos interesses e necessidades dos atingidos, a relação entre os usuários desse direito e os responsáveis na sua garantia ganhou contornos mais contraditórios quanto ao papel e à responsabilidade do poder público. Por um lado, temos na política de assistência social a provisão suplementar pela via do Benefício Eventual como uma resposta imediata, mas que, ao mesmo tempo, significa a existência de uma regulamentação, um planejamento e um orçamento, quando assumida como política de Estado.

Por outro lado, temos o ordenamento jurídico brasileiro, assentado sobre a tríplice responsabilidade (penal, administrativa e civil) em matéria ambiental e na responsabilidade objetiva pela reparação dos danos ao meio ambiente, baseado no art. 225, § 3º da Constituição Federal de 1988, e em um vasto e disperso conjunto de normas federais — como a Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), a Lei nº 7.347/1985 (Ação Civil Pública), a Lei nº 9.605/1998 (sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente) e a Lei nº 12.334/2010 (Política Nacional de Segurança de Barragens), além das normas estaduais aplicáveis — que facilita o (des) controle por parte do poder público nos acordos e negociações realizados pelo causador do dano ambiental, em meio a este cipoal legislativo, consoante expressão de Milaré (2015).

No que se refere à provisão suplementar pela via do Benefício Eventual (BE), os municípios têm instrumentos legais e operacionais para o atendimento em situação de calamidade. O Decreto Presidencial nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, estabelece que os Benefícios Eventuais são provisões suplementares, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e *de calamidade pública* (Brasil, 2007), bem como estabelecem a criação de provisão para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos, garantindo a qualidade e prontidão de respostas aos usuários e espaços para defesa de seus direitos.

De acordo com a pesquisa de informações básicas municipais, “*Perfil dos municípios brasileiros — suplemento assistência social*” (IBGE, 2013),

encontramos informações sobre os BE's do município de Mariana no tocante: a ocorrência de sua concessão, a existência de regulamentação por instrumento legal, encontramos o ulterior dado “outro instrumento que não lei, decreto ou portaria”; quanto a concessão de outros benefícios informa-se que sim, constando dos seguintes itens: agasalho/vestuário/cobertores/móveis/colchões/utensílios domésticos, órteses e próteses, meios auxiliares de locomoção, fraldas geriátricas, medicamentos etc.

De acordo com Pereira (2010) e Bovolenta (2013), a Resolução nº 212, de 19 de novembro de 2006, e o Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, são alguns dos avanços rumo à regulamentação desse direito, ainda que não tenham alcançado todos os municípios, como no caso de Mariana. A Resolução nº 39 do CNAS, de 9 de dezembro de 2010, foi outro avanço, uma vez que dispôs em seu art. 1º que não são provisões da política de assistência social, mas, sim, da política de saúde, os itens referentes à órteses e próteses, cadeiras de roda, muletas, óculos, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso e outros itens inerentes à área de saúde.

Aqui também, segundo dados do IBGE (2013), Mariana ainda caminha a passos lentos. Essa modalidade gratuita de provisão de Proteção Social Básica, de caráter suplementar e temporário, que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos, configura-se ainda como instrumento e espaço de intervenções assistencialistas e clientelistas, servindo também ao fisiologismo e à formação de redutos eleitorais.

Nessa lógica, da cultura política que nega a identidade social dos subalternos e seu pertencimento a uma classe, o que mais se faz é ocultar o conflito e a resistência e se legitimar a dominação (Yazbek, 1993). No contexto da realidade marianense, reitera-se o que Sales (1997) afirma sobre a cultura política, na qual *ou bem se manda ou bem se pede*. Está no simples conteúdo desses dois verbos o significado mais profundo de nossa cultura política do mando e da subserviência.

Quanto ao segundo aspecto das respostas às necessidades e direitos dos atingidos pela lama de rejeitos da Samarco, nossa legislação brasileira impõe a reparação do dano ambiental àquele que o causou. De modo que é a própria empresa que se ocupa do controle e reparação dos danos. No caso de Bento Rodrigues, por exemplo, a empresa tem o acesso exclusivo ao distrito. Nessa lógica, na qual “a raposa cuida do galinheiro”, a mensuração dos danos ambientais, materiais, econômicos etc. estão por conta da empresa, que sem constrangimentos, tem conduzido as negociações de acordo com critérios de menor custo. São inúmeros os relatos dos atingidos a respeito da sua condição desvantajosa nos “acordos” indenizatórios, nos quais muitos têm que comprovar o que perderam em condições vexatórias e de revitimização.

Considerações finais

A comunidade acadêmica no caldo das críticas que todos os dias estavam borbulhando na universidade, seja a crítica asséptica e técnica vinda das áreas da geologia, engenharias, geografia, dentre outras sejam as críticas das áreas das humanidades, as quais se faziam num gradiente de reflexões moderadas, reformistas e radicais, essas buscando os fundamentos da racionalidade que subjaz à lógica da atividade mineradora, no modelo de desenvolvimento desigual e combinado adotado pelas políticas econômicas passadas e recentes, identificou a complexidade da realidade que se escancarou a partir do rompimento das Barragens da Samarco/Vale.

Não era tarefa fácil entender a “organização/desorganização” da população atingida, que nos dias subsequentes à “tragédia” vagava pelas ruas sem saber para onde ir ou o que fazer, buscando, enfim, no desamparo se localizar naquele novo ambiente. Nesse processo, muitos estudantes se tornaram interlocutores desses sujeitos, tinham em seu cotidiano o encontro diário com a população atingida; já no âmbito universitário vivenciaram a construção de debates fervorosos contra a

Samarco e quem a defendesse. Ainda nesse contexto o contraditório se fez visível e potencializado: moradores que foram atingidos, mas que defendiam a empresa e outros que a culpavam; um poder administrativo municipal que declarava em alto e bom tom: “*Somos mais mineradores do que mineiros*”; passeatas pró e contra Samarco.

Salientamos a nossa análise de que a ação de caráter imediato, possível naquele momento e, de certa forma, esperada, e que não foi diferente em outras “tragédias” ou “desastres” acontecidos no Brasil (como as desencadeadas pelas chuvas que arrasaram a região serrana do Rio de Janeiro, em 2011, e o desmoronamento do Morro do Bumba, em Niterói-RJ, em 2010), deve servir para fomentar a crítica à estrutura sociopolítica, econômica e cultural que alicerça as possibilidades e limites da ação profissional e, fundamentalmente, desconstruir qualquer apelo à filantropia e ao voluntariado como resposta moderna às expressões da “questão social”; o que poderia vir a reproduzir ações conservadoras e nos distanciar dos propósitos éticos e políticos da profissão.

Passados quatro anos do rompimento da Barragem de Fundão, o município de Mariana, sua população e sua economia foram atingidos direta e indiretamente pela lama da Samarco/Vale. Uma das frágeis respostas da Samarco às demandas da população marianense foi a criação da Fundação Renova, em junho de 2016, organização social sem fins lucrativos, resultado de um compromisso jurídico chamado Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) (BRASIL, 2016) que possui como instituidoras mantenedoras a Samarco Mineração S. A. (mantenedora principal), a Vale S. A. e a BHP Billiton Brasil Ltda. (Fundação Renova, 2019).

Essa fundação foi responsável pela contratação direta (terceirização) e indireta (quarteirização) de novos profissionais assistentes sociais, psicólogos, entre outros, que passaram a compor os serviços públicos municipais executores das políticas de saúde e, principalmente, de assistência social do município de Mariana. Contudo, tais profissionais, além de estarem submetidos a contratos de trabalho frágeis e precários, trabalham nos mesmos serviços e executam as mesmas funções que os

trabalhadores servidores públicos do município. No entanto, com salários e vínculos trabalhistas diversificados. Assim, a *precarização do trabalho profissional* anda *pari passu* com o sucateamento dos equipamentos da assistência social e saúde do município que tem levado à descontinuidade da oferta dos serviços, a uma alta rotatividade nas equipes de trabalho, bem como ao excesso de funções, *sobrecarga* de trabalho, *adoecimento* da equipe de trabalho etc. (Carrara *et al.*, 2019).

Outra questão importante no enfrentamento dessa realidade de precarização dos vínculos trabalhistas é que, em função de contratações temporárias que estão ocorrendo em decorrência da necessidade de recompor as equipes para atendimento na região, a organização administrativa do CRESS-MG tem envidado esforços para atender à demanda emergencial de novos pedidos de inscrição.

O trabalho na região é também fortemente marcado por *ações patrimonialistas* — quando não há limites entre o bem público e o privado — e *clientelista* — a partir das quais a intermediação de direitos sociais é realizada por terceiros, na forma de favor —, demarcando a presença do conservadorismo no trato das políticas sociais em Mariana. Assim, ainda que o acúmulo teórico-metodológico e técnico-operativo para a ação profissional dos(as) assistentes sociais em situações como a ocorrida em Mariana esteja em construção e seja pouco solidificado, não podemos desconsiderar nossa capacidade de leitura de totalidade, que não nos permite desvincular, secundarizar ou descartar a intrínseca relação entre o fenômeno e a luta de classes na sociedade capitalista em sua configuração contemporânea.

Portanto, as competências e deveres profissionais estão para além da ajuda emergencial e do acolhimento da dor emocional, reconhecendo-os como aspectos e momentos relevantes desse processo, mas sem perder de vista que o debate sobre a profissão de serviço social tem como norte o projeto ético-político e profissional do Serviço Social, cuja histórica construção é marcada pela intenção de ruptura com o conservadorismo, a partir do qual reconhecemos a “questão social”, nas suas mais variadas expressões, como objeto/matéria de trabalho do assistente social.

Ao discutirmos competências, atribuições privativas e deveres profissionais, devemos ancorarmo-nos no aparato legal e normativo construído pelo conjunto organizativo da categoria, como: a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), Código de Ética dos Assistentes Sociais (CFESS, 1993), e as Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social (ABEPSS, 1996) e Resoluções normativas do conjunto CFESS/CRESS⁸⁰.

⁸⁰ Resolução nº 493/2006 (referente às condições técnicas e éticas de trabalho); Resolução nº 533/2008 (que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social); Resolução nº 556/2009 (que se refere aos procedimentos para efeito da lacração do material técnico sigiloso do Serviço Social); Resolução nº 557/2009 (que dispõe sobre a emissão de pareceres, laudo, opiniões técnicas conjuntos entre o(a) assistente social e outros(as) profissionais); Resolução nº 569/2010 (que trata sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do(a) assistente social); Resolução CFESS nº 572/2010, (dispõe sobre questões relativas aos cargos genéricos assumidos pelos(as) Assistentes Sociais, em diversos espaços sócio-ocupacionais.)

Referências

ARCURI, Marcia Maria; LAIA, Paulo Otávio; SUÑER, Rodrigo. Territórios e patrimônios na lama das negociações: desafios para a museologia comunitária na Barragem de Fundão. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*, v. 24, n. 1, p. 209-244, 2015.

BARRAGEM da Vale se rompe em Brumadinho, MG. G1 Minas, Belo Horizonte, 25 jan. 2019. Disponível em: <http://glo.bo/3M9mav1>. Acesso em: 2 nov. 2019.

BOVOLENTA, Gisele Aparecida. Os benefícios eventuais previstos na Loas: o que são e como estão. *Serviço Social & Sociedade*, n. 106, p. 365-387, 2011.

BRASIL. *Código de ética do/a assistente social*. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/37QX851>. Acesso em: 22 de fev. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Benefícios Eventuais. *Ministério do Desenvolvimento*, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3JLhmKV>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta. *Fundação Renova*, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3EdPqOw>. Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. O caso Samarco. *MPF*, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3M2zoK8>. Acesso em: 16 nov. 2019.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (org.). *A insustentável leveza da política am-*

biental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 27-47.

CARRARA, Virginia Alves *et al.* Uma reflexão sobre a realidade do trabalho das/os assistentes sociais da microrregião dos inconfidentes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2019, 16., Brasília, DF. *Anais* [...]. Brasília, DF: UnB, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/37fZhaO>. Acesso em: 26 out. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. Belo Horizonte: UFMG. 2002.

FOLADORI, Guillermo. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Unicamp, 2001.

FUNDAÇÃO RENOVA. Estatuto da Fundação Renova. *Fundação Renova*, Belo Horizonte, 10 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3rsNQ-TW>. Acesso em: 14 ago. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo. Cortez, 2008.

IBAMA. Laudo Técnico Preliminar: impactos ambientais decorrentes do “desastre” envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. *Ibama*, Brasília, DF, nov. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3OcpxDv>. Acesso em: 12 nov. 2019.

IBGE. Perfil dos municípios brasileiros: suplemento de assistência social. *IBGE*, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3vcsHOU>. Acesso em: 19 mar. 2016.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. *Revista Outubro*, n. 4, fev. 2000. Disponível em: <https://bit.ly/37f9F2z>. Acesso em 26 mar. 2016.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MILARÉ, Édis. *Direito do ambiente*. São Paulo: RT, 2015.

MINGIONE, Enzo. The second contradiction of capitalism. *Capitalism, Nature, Socialism*, v. 4, n. 14, p. 85-92, 1993.

MOLJO, Carina Berta; DURIGUETTO, Maria Lúcia (org.). *Sistema Único de Assistência Social, organização da sociedade civil e serviço social: uma análise da realidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: UFSC, 2004.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Ecomarxismo e capitalismo. *Revista de Ciências Humanas*, n. 28, p. 107-132, 2000.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo. Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, ano 2, n. 3, 2001.

PEREIRA, Luís Flávio; CRUZ, Gabriela Barros; GUIMARÃES, Ricardo Morato Fiúza. Impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Bru-

madinho, Brasil: uma análise baseada nas mudanças de cobertura da terra. *Journal of Environmental Analysis and Progress*, v. 4, n. 2, p. 122-129, 2019.

PEREIRA, Potyara A. Panorama do processo de regulamentação e operacionalização dos benefícios eventuais regidos pelas Loas. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, n. 12, 2010.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 9, n. 25, p. 26-37, 1994.

TOMAZ, Cristiane *et al.* O mar de lama da Samarco como manifestação da (des)ordem social capitalista: uma análise a partir dos aportes teóricos-metodológicos, técnicos-operativos e ético-político do Serviço Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2016, 15., Olinda. *Anais [...]*. Olinda: CFESS, 2016. p. 1-12.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo. Cortez, 1993.

YAZBEK, Maria Carmelita. Voluntariado e profissionalização na intervenção social. *Intervenção Social: Revista do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa*, n. 25/26, p. 171-184, nov. 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis*, n. 3, p. 33-40, 2001.

ACSELRAD, Henri. Mariana, November, 2015: the political genealogy of a disaster. *Vibrant*, v. 14, n. 2, p. 149-158, 2017.

CAPÍTULO 4

O TRABALHO FORMAL EM OURO PRETO, MARIANA E JOÃO MONLEVADE: DA DEGRADAÇÃO PROMOVIDA NA GÊNESE DO CAPITALISMO À ATUAL PRECARIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

Rodrigo Fernandes Ribeiro⁸¹

Introdução

As cidades onde se encontram os *campi* da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a sede que a denomina, Mariana e João Monlevade, situadas em Minas Gerais, podem ser identificadas em um território onde a degradação do trabalho fez sua história e ainda hoje apresenta suas diversas contradições⁸². Partindo do regime colonial-escravista, passando pela concretização da revolução burguesa em plena ditadura empresarial-militar (1964-1985) e chegando até os dias atuais, é possível fazer um paralelo entre as duras condições de exploração do trabalho e o quanto os sujeitos que laboraram nessa região resistiram e promoveram lutas sociais fundamentais.

⁸¹ Professor do Departamento de Serviço Social (Desso) da UFOP. Assistente social, mestre e doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É coordenador do Livre Hermana — Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Formação Social Latino-Americana e Brasileira, certificado pela UFOP e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

⁸² A Região dos Inconfidentes é diversa no que tange às expressões do mundo do trabalho, destacando-se ainda a extração de minério em Congonhas, a produção metalúrgica em Ouro Branco, dentre outras cidades. Para o desenvolvimento introdutório do trabalho nesta região, priorizaremos as três cidades citadas.

As relações contratuais de trabalho são elementos que perpassam a chamada “questão social”⁸³. O Serviço Social, “uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade” (Iamamoto, 2015, p. 22), que foi constituído como profissão no capitalismo monopolista, com o objetivo de preservar e de controlar a força de trabalho (Netto, 2011), necessita aproximar-se das relações trabalhistas que se desenvolvem no território com a finalidade de criar estratégias que aproximem os assistentes sociais dos princípios ético-políticos, inscritos no Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993⁸⁴. Nesse sentido, o desvelamento da gênese do regime de trabalho assalariado, o nível de organização sindical da classe trabalhadora e o quadro atual de formalização das relações trabalhistas são informações primárias necessárias para o conhecimento do sujeito que habita esse território, das relações sociais de produção e reprodução, alimentando a prática interventiva socioeducativa e/ou organizativa que os assistentes sociais devem desenvolver na região.

Para tanto, este capítulo irá analisar, ainda que em estudo aproximativo do fenômeno do trabalho nas cidades indicadas, os números de trabalhadores assalariados com registro formal na base de dados da Relação Anual das Informações Sociais (Rais), gerida hoje pelo Ministério da Economia⁸⁵. Com a finalidade de ampliar o alcance dos estudos das relações trabalhistas que o conjunto da classe trabalhadora estabelece, estudos posteriores poderão ser desenvolvidos para identificar o número de assalariados sem registro, de trabalhadores por conta própria, entre outras modalidades.

⁸³ Identificada enquanto expressões decorrentes do pauperismo e das desigualdades sociais, determinadas pelas tendências decorrentes da lei geral de acumulação capitalista, fundamentada na relação tensa e conflituosa entre capital e trabalho (Netto, 2011).

⁸⁴ Dentre eles, destacamos a “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” e a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação ou exploração de classe, etnia e gênero” (Conselho Federal de Serviço Social, 2012, p. 23-24).

⁸⁵ Antes de ser extinto pelo governo de Jair Bolsonaro, em 2019, o Ministério do Trabalho (denominação de 2016 a 2019) alimentava essa base de dados com os registros formais, fornecidos pelos estabelecimentos públicos e privados.

O estado de Minas Gerais e o setor de extrativismo mineral, que é destaque nas cidades analisadas neste capítulo, já chamaram a atenção de gigantes da teoria social, como Karl Marx e Eduardo Galeano. No primeiro capítulo de *O Capital*, Marx (2013) esclarece a diferença entre valor de uso e valor, evidenciando que a determinação da grandeza do valor se estabelece pelo tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. Para registrar que esse tempo seria aquele requerido para a produção de qualquer valor de uso, Marx (2013, p. 117) enfatiza que essa grandeza se daria por um tempo médio “sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho”. Para tanto, apresenta exemplo empírico que coletou em referências de seus estudos sobre o valor unitário do diamante extraído no Brasil, identificando que seu valor é relativamente muito maior pela determinação da quantidade de trabalho necessário para produzi-lo. A extração de diamante em mais de oitenta anos teria gerado a mesma quantidade de riqueza que um ano e meio de plantações de açúcar ou café no Brasil do período colonial. Essa exposição demonstra o quanto a intensidade de trabalho na mineração é uma atividade de profunda exploração da força de trabalho.

Já Eduardo Galeano, em sua obra *As Veias Abertas da América Latina*, reporta a intensiva exploração da força de trabalho escravizada em Ouro Preto e também em Mariana, identificando-a como importante momento no qual a América Latina foi atacada pela sanha da acumulação de riqueza rápida e o quanto essa exploração só deixou miséria: “A região de Minas Gerais entrou assim, impetuosamente, na história: a maior quantidade de ouro então descoberta no mundo foi extraída no menor espaço de tempo” (Galeano, 2002, p. 62).

Neste capítulo nos propomos a identificar algumas das principais expressões das relações contratuais de trabalho nas cidades citadas, destacando as variações dos vínculos formais de trabalho nos anos de 2003 e 2018. Também é objetivo deste capítulo elencar algumas expressões organizativas da classe trabalhadora no que tange à negociação e reivindicação por melhores condições de trabalho e remuneração.

O trabalho no modo de produção capitalista: exploração, flexibilização das relações e do uso da força de trabalho e organização dos trabalhadores

A teoria do valor-trabalho é a fonte de análise que perpassa este capítulo⁸⁶. O trabalho, como atividade prático-sensível, produtora de valores úteis, transformadora da natureza e da própria sociabilidade humana, é modelo para toda atividade humana. Com o desenvolvimento das forças produtivas, da propriedade privada e das relações mercantis, os pressupostos da constituição ontológica do trabalho são fundamentos essenciais das atuais relações em que predominam o fetiche da mercadoria e os estranhamentos que interditam o potencial da atividade autoconsciente do trabalho na sociabilidade humana.

No modo de produção capitalista a relação se estabelece entre os proprietários dos meios de produção e aqueles que somente detêm a propriedade de sua própria força de trabalho. Aqui, a mercadoria força de trabalho adquire o potencial de produção de um trabalho excedente não pago, que se torna objetivo essencial do capitalista: a mais-valia.

A acumulação primitiva pavimentou, violentamente, o terreno para que a partir dessas relações pudesse vicejar a *lei geral de acumulação capitalista*, a concentração e a centralização da riqueza, a profusão do pauperismo e do exército industrial enquanto reserva de força de trabalho potencialmente produtora de mais-valia.

No desenvolvimento histórico da luta de classes, o imperialismo tornou-se força mundial concentrada do capital, mediada pelos monopólios, infligindo sua ofensiva sobre a classe trabalhadora em âmbito mundial, colonizando e explorando as riquezas de todos os povos (Lenin, 2012). Em síntese, o modelo estranhado que constituiu a gênese desse processo foi fundamental para a gigantesca expansão das relações capitalistas em todo o globo e em todas as atividades humanas.

⁸⁶ Os princípios, desenvolvimentos e complexos sociais provenientes do trabalho como modelo do ser social, podem ser encontrados na obra de Karl Marx (2013), *O Capital*, e na conferência de György Lukács (2007), *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*.

Vivemos tal contexto em que o capital mundializou-se, ainda que em expansão incontrolável e em crise estrutural (Mészáros, 2011). A intensificação da luta de classes foi aprofundada pelo capital nos últimos anos, com ação crescentemente reacionária sobre o trabalho. Em suas incorrigíveis tendências à queda da taxa de lucros e outros obstáculos que impedem a sua autorreprodução em condições “ótimas”, o capital partiu para uma ofensiva radical que buscou estancar as conquistas históricas que a classe trabalhadora obteve nos séculos XIX e XX. Além do voraz ataque sobre as formas organizativas dos trabalhadores, destacando-se os partidos e os sindicatos, as personificações do capital impeliram ações de retiradas de direitos sociais e trabalhistas, regulação sociojurídica sob a tutela do Estado, e atuaram sobre a intensificação acelerada do uso da força de trabalho (Antunes, 2009).

Antes de identificar alguns elementos sobre a constituição e a atual configuração da classe trabalhadora nas cidades de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade, será necessário o desenvolvimento de uma síntese histórica que possibilite identificar a gênese, o desenvolvimento e as contradições inerentes à relação entre capital e trabalho na região. Para tanto, identificar a particularidade da formação social brasileira na região e as complexas relações que os distintos setores estabelecem sobre o contrato e as relações de trabalho é o objeto de análise da próxima subseção.

De colônia de exploração à concretização do capitalismo dependente: escravismo, padrão de reprodução e exploração intensiva da força de trabalho em Ouro Preto, Mariana e João Monlevade

O terreno do qual provém as atuais relações entre capital e trabalho, calcados em um padrão de reprodução exportador de bens primários, destacando-se as mercadorias agrícolas e minerais, estabelece-se em co-

nexão com a totalidade do capitalismo e seu processo de acumulação. Para tanto, a gênese desse processo, de fundo expropriador e violento, conjuga-se com a lei geral de acumulação capitalista.

As determinações expansivas do mercado mundial, a tendência para a redução do tempo de produção e reprodução da vida, a concentração e centralização do capital, interagem com o processo de conquista e subordinação dos novos territórios aos desígnios das metrópoles. Quando o território que se tornou conhecido como América foi ocupado, os principais objetivos eram a extração de riquezas naturais apreciadas e requisitadas pelos países invasores.

Ouro Preto é a expressão histórica do que foram as colônias de exploração. Como identifica Caio Prado Junior (1983), as primeiras descobertas positivas de ouro são encontradas nessa região em 1696. A ascensão e a decadência, segundo o autor, foram determinadas pela forma burocrática como a administração da Coroa Portuguesa organizou a fiscalização do tributo do “quinto”, a quinta parte de tudo que fora extraído, geralmente executada de forma violenta e com total desconhecimento da atividade produtiva. Com relação à força de trabalho em uso, a indústria mineradora funcionou de duas formas: as lavras, “que corresponde ao período áureo da mineração, quando ainda havia grandes recursos e produção abundante, o que torna possível empresas em larga escala e obras de vulto” (Prado Junior, 1983, p. 59), quase que totalmente constituída de trabalhadores escravizados africanos; e os faiscaidores, constituída de trabalhadores autônomos ou escravizados que eram obrigados a produzir certa quantia para seus senhores, que extraíam em vários locais e sobreviveram ao período de esgotamento das grandes jazidas.

Em geral, o objetivo da ocupação do Brasil foi a produção das mercadorias necessárias para a reprodução da metrópole, como o diamante e o ouro. A extração dessas riquezas, assim como outras que constituíram os diversos ciclos econômicos, se deu pela exploração intensificada da força de trabalho, seja dos povos originários seja dos povos africanos negros, violentamente retirados de sua região. Essa relação se estabeleceu

pela função mercantil dessa colônia. Ruy Mauro Marini (2005) identificou que a troca desigual foi base de sustentação dessa relação com os países capitalistas europeus, em um processo no qual as colônias produziam meios de subsistência e matérias-primas para diminuir o valor da força de trabalho e de parte do capital constante na emergente indústria europeia. Essa relação, então, exigia o recurso à superexploração da força de trabalho nos países dependentes:

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda da renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (Marini, 2005, p. 153).

Florestan Fernandes também havia identificado essa intensiva exploração da força de trabalho como característica que demarcou a fase colonial, a neocolonial e a entrada na ordem social competitiva do capitalismo dependente, na qual uma dupla articulação predominou no padrão de desenvolvimento econômico, caracterizado pelo subdesenvolvimento interno, baseado na unidade do arcaico com o moderno, e a dependência externa, por meio “da articulação do complexo econômico agrário-exportador às economias capitalistas centrais” (Fernandes, 2005, p. 283).

O capitalismo dependente, então, foi estabelecido em um longo processo de concretização em uma via particular de revolução burguesa “no” Brasil, mediada com ritmos estabelecidos de fora para dentro (Fernandes, 2005). Mesmo com a tardia “libertação” dos trabalhadores escravizados, a partir do fim do regime escravista que ainda vigia no país até 1888, a utilização intensiva e precária da força de trabalho como

mercadoria dos trabalhadores livres demorou a demover seu histórico padrão de desproteção e utilização intensiva⁸⁷.

A integração do negro na sociedade de classes se deu de forma precária, utilizando-se dessa força de trabalho aniquilada por anos de brutal exploração e determinando as desigualdades no mercado de trabalho que se reproduzem até os dias de hoje. A existência de trabalho semilivre ou o que é chamado hoje pela literatura jurídica de “trabalho análogo à escravidão”, na nascente sociedade de classes republicana do fim do século XIX, é reafirmado por Fernandes (2010, p. 95, grifo do autor) já em 1976, confirmando alguns traços de continuidade do nível de relações precárias de trabalho que demarcaram o processo de modernização conservadora:

Portanto, a ordem escravocrata e senhorial *foi destruída a partir de dentro*, através de desenvolvimentos capitalistas direta ou indiretamente engendrados pela economia de plantação escravista; e foi, ao mesmo tempo, *suplantada e substituída a partir de fora*, pelos desenvolvimentos capitalistas que se irradiaram da economia urbano-comercial para a sua periferia agrária. Trata-se de um circuito histórico bem conhecido. Apenas, no Brasil, ele não se deu de maneira completa. Como o polo senhorial do regime monárquico logrou converter-se no polo oligárquico do regime republicano, graças a certas condições materiais e políticas que permitiram essa rotação histórica, ao desaparecer, o trabalho escravo deixou atrás de si várias formas de trabalho semilivre e de trabalho escravo disfarçado que continuam a existir até hoje, mesmo em economias de plantação tidas como “especificamente modernas”.

Somente na década de 1940 o Brasil constituiu um conjunto de leis trabalhistas, consubstanciadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com a Constituição Federal de 1988 foi possível, ainda que sem as necessárias regulamentações, avançar em direitos referentes à segu-

⁸⁷ “Na verdade, continuava a prevalecer a extrema valorização econômica de diferentes idades coetâneas e de formas de desenvolvimento desiguais, como o expediente de acumulação originária de capital ou de intensificação da expropriação capitalista do trabalho” (Fernandes, 2005, p. 288).

ridade social e às leis trabalhistas, destacando-se aqui a institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS), a redução da jornada normal de trabalho para 44 horas semanais, a extensão dos direitos do trabalho para os trabalhadores rurais, entre outros.

Na década de 2000 houve uma expansão do trabalho no Brasil, com a criação de mais de 21 milhões de novos empregos e o aumento dos contratos de trabalho com carteira assinada para assalariados da base da pirâmide social, atingindo 43% da totalidade dessas ocupações (Pochmann, 2012). Contudo, esse período também foi caracterizado pelos salários baixos, pela precarização e, principalmente, pelo aumento da terceirização. Ricardo Antunes e Graça Druck (2018, p. 163) caracterizaram essa modalidade de contratação precarizada:

[...] a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil. Constitui-se em um fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, sendo uma prática de gestão/organização/controle que discrimina e, ao mesmo tempo, é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista. É também sinônimo de risco de saúde e de vida, responsável pela fragmentação da identidade coletiva dos trabalhadores, com a intensificação da alienação e da desvalorização do trabalho humano, assim como é um instrumento de pulverização da organização sindical, que incentiva a concorrência entre os trabalhadores e seus sindicatos. Ela ainda cobre com um “manto de invisibilidade” os trabalhadores nela enquadrados, como facilitadora do descumprimento da legislação trabalhista, como forma ideal para o empresariado não ter limites (regulados pelo Estado) no uso da força de trabalho e da sua exploração como mercadoria.

A análise dos empregos formais nas cidades de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade, que é o objetivo central deste capítulo, é insuficiente para a constituição de um desenho geral do trabalho nessa região. No entanto, as informações da base de dados da Rais apresentam variáveis importantes dos contratos estabelecidos nas modalidades de trabalho

regulamentado⁸⁸. As demais expressões, como o trabalho por conta própria, o autoemprego e outras formas que caracterizam a informalidade, além do assalariamento sem contrato, exigirão pesquisas futuras para registrar esse importante contingente da classe trabalhadora que não está coberto pelos números da Rais. Contudo, essa importante expressão e contingente de trabalhadores protegidos pelas leis trabalhistas se configuram em uma das determinações nos salários e demais rendimentos que o restante da classe trabalhadora recebe, caracterizados por menores provimentos e maior desproteção.

Para uma análise comparativa, destacaremos os números que foram registrados no final dos anos 2003 e 2018, mais especificamente em 31 de dezembro dos correntes anos. A escolha dos dados que fecharam os respectivos anos atende a potenciais variações que ocorreram com o aquecimento do mercado de trabalho formal na década de 2000, ainda que quase que integralmente composta por salários que pagavam até 1,5 salários-mínimos⁸⁹, destacando-se na região analisada a produção mineira. No geral, as bases de dados nos permitem identificar as variações de estoque de empregos, os principais setores econômicos, o rendimento médio⁹⁰, entre outros.

Na Rais é possível identificar que o estoque de empregos cresceu consideravelmente nesses quinze anos. Se em 2003 o número de vínculos registrou 29,5 milhões de empregos, sendo 22,6 milhões deles cele-

⁸⁸ Todos os números recolhidos da Rais estão na base de dados do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), do extinto Ministério do Trabalho, atual Ministério da Economia. A plataforma de acesso on-line ainda estava aberta na data de 15 de novembro de 2019, agregando informações de 1985 até 2018, de todos os vínculos informados por estabelecimentos públicos e privados. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados> Acesso em: 19 nov. 2019.

⁸⁹ “Por fim, destaca-se que, nos últimos quarenta anos, a maior expansão quantitativa de ocupações ocorreu justamente no primeiro decênio do século XXI, com saldo líquido 44% superior ao verificado no período entre 1980 e 1990, e 22% superior à década de 1970. Na sua maioria, os postos de trabalho gerados concentraram-se na base da pirâmide social, uma vez que 95% das vagas abertas tinham remuneração mensal de até 1,5 salário-mínimo, o que significou o saldo líquido de 2 milhões de ocupações abertas ao ano, em média, para o segmento de trabalhadores de salário de base” (Pochmann, 2012, p. 19).

⁹⁰ Os dados dos rendimentos dos vínculos de trabalho estabelecidos apresentados neste capítulo são referentes apenas ao ano de 2018.

tistas (76,4%), seguido de 6,5 milhões estatutários (22,2%)⁹¹, em 2018, o número de vínculos totais se elevou para 46,6 milhões, destacando-se os 36,7 milhões de celetistas (77,8%) e os 8,8 milhões com vínculos estatutários (18,8%). O incremento de 57,9% em quinze anos é maior do que o aumento da população no mesmo período, que foi de 17,8%⁹².

Essa expansão pode ser explicada pelo incremento de vagas formais no mercado de trabalho em diversos setores econômicos, destacando-se primeiramente o setor de serviços, com elevação de 82,9%, passando de 9,4 milhões de vínculos, em 2003, para 17,2 milhões, em 2018. Os outros sete setores econômicos identificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Rais apresentam a seguinte variação: o comércio cresceu 80,3%, de 5,1 milhões em 2003, para 9,2 milhões em 2018; a administração pública registrou variação positiva de 30%, de 7 para 9,1 milhões; a indústria de transformação cresceu 33,9%, de 5,3 para 7,1 milhões; a construção civil, com variação positiva de 80%, de 1 para 1,8 milhão; a agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, com variação de 25%, passando de 1,2 para 1,5 milhão; o setor de serviços industriais de utilidade pública, variação de 37,3% e elevação do estoque de 319 mil para 438 mil vínculos; e o não menos importante setor extrativo mineral, que passou de 123 mil para 212 mil, registrando a variação de 72,3%.

Os resultados de 2018 estão determinados, em parte, por uma conjuntura regressiva que aniquilou parte dos direitos trabalhistas e das políticas sociais nos três anos anteriores, destacando-se aqui as leis da que ampliaram a terceirização para a atividade-fim (Lei nº 13.429) e a chamada Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467), aprovadas em 2017. Os números eram ainda mais consideráveis em 2014. Várias transformações que aprofundaram a flexibilização das relações de trabalho ainda estavam em suas primeiras manifestações, não intensificadas devido ao

⁹¹ Constam ainda outras formas contratuais com números percentualmente pequenos, como avulso, temporário, aprendiz, diretor e outras formas de contrato.

⁹² Segundo o IBGE, a estimativa da população em 2003 foi de 176,8 milhões de pessoas, em 2018 esse registro foi de 208,4 milhões. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579> Acesso em: 15 nov. 2019.

desaquecimento da economia e à insegurança jurídica que essas transformações ainda gravavam para os contratantes de força de trabalho.

População, emprego e salário no território

A atual situação do trabalho nas cidades analisadas tem relação com a gênese da produção colonial do século XVIII, que levaram o mercado da força de trabalho assalariada a expandir em determinadas fases da constituição do capitalismo monopolista e dependente e, principalmente, com a atual conjuntura regressiva. Adiciona-se nessa situação o crime da Samarco/Vale/BHP Billiton com o rompimento da Barragem do Fundão em 2015, que atingiu distritos de Mariana, outras cidades de Minas Gerais e Espírito Santo e a economia local.

A população das cidades selecionadas, em 2018, encontrava-se estimada nos seguintes números: 60.142 em Mariana (49.338 em 2003), 73.994 em Ouro Preto (67.463 em 2003) e 79.387 em João Monlevade (68.964 em 2003)⁹³. Cidades de porte médio-pequeno, as três registram determinados setores econômicos como predominantes, destacando o extrativismo mineral em Ouro Preto e Mariana, a indústria de transformação em Ouro Preto e João Monlevade, o setor de serviços, o comércio e a administração pública nas três cidades.

De acordo com nossa referência principal, as relações trabalhistas formais com contrato de trabalho registradas no Rais, é possível identificar a variação positiva entre os distintos anos analisados e, também, que o índice de empregos formais ainda é muito baixo.

Ouro Preto apresenta algumas variações importantes. Em 2003 foram registrados 11.903 vínculos formais, número que representava 17,6% da população total da cidade na época. Comparado a 2018, há um incremento de 45%, com 17.260 vínculos formais. Esses números representaram 23,3% da população total da cidade. Relacionando os

⁹³ Essas informações foram recolhidas em bases do IBGE, e estão disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#resultado>. Acesso em: 16 nov. 2019.

dois anos de referência esses números representam um incremento de mais de cinco pontos percentuais na participação do trabalho formal em relação à população total da cidade.

Já em Mariana o registro de vínculos contratuais em 2003 apresentou o número de 6.401, com representação total de 12,9% da população. Em 2018 o registro considerável de 14.204 vínculos é exponenciado pela sua representação total em relação à população, chegando a 23,6%. O aumento do número de vínculos chega a 121,9%, o maior entre as três cidades. Comparado ao índice de participação do trabalho formal em relação à população, houve incremento de quase onze pontos percentuais.

Já em João Monlevade, com 13.231 vínculos em 2003, essa configuração representou na época 19,1% de sua população. Em 2018 esse número chegou a 18.457 vínculos, representando 23,2% da população. O incremento de contratos em quinze anos foi de 39,5% e a variação com a população foi elevada em pouco mais de quatro pontos percentuais.

Com relação ao salário, o registro realizado neste capítulo se dará pela média de todos os rendimentos por cidade apenas no ano de 2018. O salário-mínimo vigente em 31 de dezembro desse mesmo ano estava em R\$ 954,00, o que pode nos apresentar um importante parâmetro da realidade salarial no município, além das diferenças entre o que recebem homens e mulheres.

Em Ouro Preto, a média salarial em 2018 foi identificada em R\$ 3.383,75, sendo que os homens recebiam R\$ 3.691,86 e as mulheres R\$ 2.976,14. Em Mariana, registrou-se a média de R\$ 2.717,48, sendo o salário dos homens R\$ 3.067,98 e das mulheres R\$ 2.236,29. João Monlevade apresentou as seguintes médias: geral R\$ 2.168,14, homens R\$ 2.399,40 e mulheres R\$ 1.820,69. A discrepância salarial entre municípios e gênero é demonstrada pela seguinte relação: homens de Ouro Preto recebiam a média de 3,8 salários mínimos, enquanto as mulheres de João Monlevade apenas 1,9.

Voltando aos números dos registros de vínculos, é analisada também a distribuição dos vínculos entre os distintos setores, tendo por referência a data de 31 de dezembro de cada ano. Começando por Ouro Preto,

os cinco principais setores econômicos que mais empregavam nessa cidade foram: serviços, com 4.866 vínculos em 2018 (4.005 em 2003), a administração pública, com 4.456 (3.431 em 2003), o extrativismo mineral, com 3.130 (510 em 2003), o comércio, com 2.748 (1.568 em 2003) e a indústria de transformação, com 1.023 (1.258 em 2003).

Em Mariana os setores que registraram maior contratação em 2018 foram: serviços, com 4.624 vínculos (1.689 em 2003), administração pública, com 3.013 (2.192 em 2003), o comércio, com 2.888 (1.066 em 2003), o extrativismo mineral, com 2.533 (874 em 2003) e a construção civil, com 602 (179 em 2003).

Em João Monlevade a lista de setores em 2018 apresenta-se na seguinte ordem: serviços, com 6.359 vínculos (4.427 em 2003), comércio, com 4.647 (2.509 em 2003), construção civil, com 3.014 (2.161 em 2003), indústria de transformação, com 2.318 (2.353 em 2003) e administração pública, com 1.895 (1.545 em 2003).

São destacados, na seção seguinte, os incrementos nos distintos setores e algumas caracterizações da organização da luta dos trabalhadores.

Os principais setores de produção e contratação de força de trabalho e a organização dos trabalhadores

A pesquisa sobre o mundo do trabalho nas cidades indicadas requer a apreensão de setores econômicos predominantes, desde as relações contratuais específicas até a organização dos movimentos sindicais. Nesse interim, indicamos elementos introdutórios dos cinco principais setores econômicos identificados nos três municípios: o extrativismo mineral, a indústria de transformação, o setor de serviços, o comércio e a administração pública⁹⁴.

O setor extrativista mineral, que no fim de 2018 contava com 262 mil postos de trabalho formais em todo o país, destaca-se na região,

⁹⁴ Não serão analisados os demais setores, construção civil, agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca e serviços industriais de utilidade pública, por apresentarem números inferiores de vínculos.

principalmente pelo passado da extração aurífera e do atual produto mais extraído: o minério de ferro. A importância do setor na região é evidenciada pelo volume de trabalhadores formalmente empregados nesse setor nas cidades de Mariana e Ouro Preto, 5.663 vínculos, o que corresponde a 2,6% de todos os empregos formais desse setor no território nacional, enquanto as duas cidades representam apenas 0,064% da população brasileira.

A expansão dos empregos nos anos 2000 tem como principal determinação o chamado *boom das commodities*, a demanda crescente que a produção industrial, principalmente chinesa, exigiu da produção de minério de ferro. Nesse sentido, além da expansão de empregos diretos, a precarização das relações trabalhistas apresentou-se a partir da crescente terceirização e intensificação do trabalho exigido com a queda do preço das *commodities* no início da década de 2010. A Samarco, uma das empresas responsáveis pelo crime do rompimento da barragem de Fundão, em 2015, em Mariana, ampliou seus quadros em todas as operações de Minas Gerais e Espírito Santo, principalmente por intermédio da terceirização, atingindo 59% dos vínculos de todos que trabalharam em suas empresas em 2011. Além disso, apresentou número expressivo de ações trabalhistas impetradas pelos trabalhadores, devido às péssimas condições de trabalho e ao não pagamento de direitos trabalhistas, tentativas de aumento da jornada de trabalho, elevação dos acidentes de trabalho e desrespeito à garantia do vínculo empregatício de seus funcionários após o rompimento da barragem em 2015 (Milanez, Santos e Mansur, 2016).

O crime do rompimento explicitou os perigos inerentes de uma atividade em que a maioria dos contratos é precária, que produz acidentes de trabalho e uma grande dependência econômica, devido ao poderio de suas relações com o Estado. Tádzio Coelho, Bruno Milanez e Raquel Pinto (2016) identificam algumas dessas relações em Minas Gerais, evidenciando que se a atividade não gerou um contingente expressivo de empregos na atividade em si — extrativismo mineral — e se ela não ocupou os moradores da região com empregos de maior qualificação

— a força de trabalho veio dos grandes centros urbanos —, ela acabou gerando uma série de empregos em outros setores, empregando os trabalhadores da região em atividades do setor de serviços, com menor remuneração. As principais determinações para que os autores chamam de minério-dependência, são identificadas assim:

[...] a mineração reforça sua presença e dependência territoriais com o passar do tempo. A dependência pela atividade, ou minério-dependência, é reforçada no plano estrutural por investimentos público e privados, induzindo, por exemplo, o estabelecimento de atividades de serviços predominantemente definidos pela demanda da IEM [Indústria Extrativa Mineral], assim como os investimentos locais em educação e formação profissional que se destinam a conformar um perfil de mão de obra adequado às necessidades do setor. Não é uma rota econômica natural a regiões ricas em recursos minerais, uma espécie de destino-manifesto para o Estado de Minas Gerais, mas uma opção política reforçadora das próprias condições de dependência (Coelho, Milanez e Pinto, 2016, p. 195).

Empregando um contingente de trabalhadores com qualificação de nível superior e outros de nível técnico, o rendimento médio dos trabalhadores nesse setor em 2018 pode ser demonstrado pelas duas cidades referência: em Ouro Preto, recebiam em média R\$ 3.674,06, o equivalente a 3,85 salários-mínimos. Já em Mariana, recebiam a média de R\$ 5.229,87, ou 5,48 salários-mínimos. É importante destacar que é o setor que mais remunera em Mariana e que, em Ouro Preto, só perde para a administração pública.

A organização sindical desse setor foi feita por muitas lutas sindicais e pioneirismo. O Sindicato Metabase de Itabira e Região, que também representa os trabalhadores das minas de João Monlevade, foi fundado logo após a criação da Vale do Rio Doce na cidade de Itabira em 1945. Outro sindicato importante da região é o Sindicato Metabase Inconfidentes, com sede na cidade de Congonhas e representação das minas em Ouro Preto. Contudo, principalmente pelo fato desse setor ter se desen-

volvido pelas empresas públicas até a década de 1990, os sindicatos de outras regiões, como o Metabase Mariana, foram formados tardiamente. Com a privatização das empresas públicas, na década de 1990, esses sindicatos realizaram lutas e embates muito importantes. Protagonizam, ainda hoje, necessárias lutas sociais em um período de intensificação da produção e rompimento de barragens que, literalmente, assassinam trabalhadores e moradores das regiões.

No que tange à indústria de transformação, a maior concentração de trabalhadores nesse setor encontra-se nas cidades de Ouro Preto e João Monlevade. O ramo emprega formalmente mais de sete milhões de brasileiros em todo o país e registrou em Ouro Preto o contrato de trabalho de 1.258 trabalhadores em 2003, retraindo para 1.023 trabalhadores em 2018. O rendimento salarial médio em 2018 foi de R\$ 2.346,64, ou 2,45 salários-mínimos. Em números gerais, esse setor foi duramente atingido nos anos pesquisados, contrastando com o setor de extrativismo mineral na questão dos vínculos, já que o primeiro apresentou uma retração de 22,9%, enquanto o segundo uma gigantesca expansão de 613%.

Já em João Monlevade, a quantidade de trabalhadores ficou estável durante os quinze anos analisados, fechando em 2.318 vínculos em 2018. Já a média salarial de 2018 ficou em R\$ 3.806,99, ou 3,99 salários-mínimos. Este é o setor que melhor remunera na cidade.

A estabilidade no número de trabalhadores é explicada por diversos fatores, destacando-se entre eles o passado de lutas sindicais históricas dos trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (Sindmon-Metal) protagonizou greves fundamentais no fim dos anos 1970, priorizando a organização dos trabalhadores por local de trabalho e no auxílio da criação daquilo que ficou conhecido nacionalmente como “novo sindicalismo” (Mello Junior, 2007). Sua referência é tão destacada que participou ativamente do movimento e sediou o segundo encontro para formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1980.

Já no setor de serviços destaca-se o avanço do turismo e de outros serviços estabelecidos devido à indústria do extrativismo mineral em

Mariana e Ouro Preto e à indústria de transformação em João Monlevade. Destaca-se a rede hoteleira, pungente nas duas primeiras cidades, que se beneficiam principalmente dos patrimônios históricos tombados, que contam a secular história da região.

Os números da expansão da contratação nesse setor apontam uma realidade em que os distintos setores interagem reciprocamente, auxiliando a demanda por trabalho de outros. Em Ouro Preto, cidade histórica que já tinha uma indústria do turismo desenvolvida, elevou entre os anos o patamar de empregos. Os 4.005 vínculos no fim do ano de 2003 progrediram para 4.866 em 2018, denotando um acréscimo de 21,4%. Já Mariana, que aprofundou sua indústria minerária consideravelmente no período, o setor de serviços apresentou uma elevação considerável, passando de 1.689 vínculos em 2003, para 4.624 em 2018, acréscimo de 173,7%. Em João Monlevade, o setor de serviços apresentou incremento de 43,6%, passando de 4.427 vínculos em 2003 para 6.359 em 2018.

Reproduzindo as determinações que levaram à elevação dos empregos no setor de serviços, a caracterização dos salários reduzidos também é identificada no setor, com relações precárias de trabalho, destacando-se aqui a terceirização. O rendimento médio do salário em Ouro Preto em 2018 apresentou-se em R\$ 1.989,65, ou 2,08 salários-mínimos. Já em Mariana, a média registrada foi de R\$ 2.248,80, ou 2,35 salários-mínimos. Em João Monlevade, a média foi de R\$ 1.994,07, equivalente a 2,09 salários-mínimos. A cidade de Ouro Preto, que registra a maior média salarial geral entre as três cidades, no que tange ao setor de serviços é a que pior remunera seus trabalhadores.

O sindicalismo do setor de serviços já não tem grande tradição de mobilização. Os sindicatos do setor são pequenos, geralmente com poucos sindicalizados e com uma base muito pulverizada. Um dos principais sindicatos é o dos Empregados em Turismo, Hospitalidade, Asseio e Conservação de Ouro Preto e Região (SETHOP/R), que também representa os trabalhadores de Mariana.

Com relação ao comércio, a cidade com maior número de vínculos é João Monlevade, onde o setor do comércio acrescentou vagas de empre-

go formal do patamar de 2.509, no fim de 2003, para 4.647 vínculos em 2018. O crescimento foi de 85,2%. Já em Ouro Preto, a expansão apresentou uma variação de 75,2%, passando de 1.568 em 2003 para 2.748 em 2018. Mesmo com menor número de vagas no mercado, Mariana apresentou a maior variação ao longo dos anos analisados: 170,9%, de 1.066 para 2.888 vínculos.

Assim como o setor de serviços, o comércio também se caracteriza pelos salários reduzidos. As médias salariais são as seguintes: R\$ 1.483,08 em João Monlevade, equivalente a 1,55 salário-mínimo; R\$ 1.377,11 em Ouro Preto, ou 1,44 salário-mínimo; e Mariana, onde o salário médio aproximou-se ainda mais do mínimo: R\$ 1.372,79, equivalente a 1,43 salário-mínimo.

O sindicalismo desse setor, assim como o de serviços, é reconhecida-mente mais difícil, de menor sindicalização e, em sua maioria, concentra poucos trabalhadores em cada estabelecimento. Além disso, o Sindicato dos Comerciários não tem sede nas cidades analisadas: o representante dos trabalhadores de Ouro Preto e de Mariana está sediado em Itabirito, e o de Itabira representa os trabalhadores de João Monlevade.

Já a administração pública é identificada nas dimensões municipal, estadual e federal. Na administração municipal estão os trabalhadores das prefeituras, nas diferentes áreas, tais como educação, saúde e setores administrativos de cada secretaria. No âmbito estadual, destacam-se também os professores. Já os servidores federais concentram-se nos *campi* da UFOP, do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), trabalhadores da previdência social, setor judiciário e aqueles que trabalham na administração e manutenção do patrimônio histórico das cidades.

A média salarial neste setor é a maior entre todos os setores. Em Ouro Preto o conjunto de trabalhadores recebia em 2018 a média de R\$ 6.465,58, ou 6,77 salários-mínimos. Em Mariana, chegou a R\$ 2.961,38, representando 3,1 salários. Já em João Monlevade, a média foi de R\$ 2.694,84, ou 2,82 salários.

O sindicalismo desse setor tem histórico de muitas lutas, principalmente nos anos 1980. O valor do salário médio é resultado da organiza-

ção dos trabalhadores e das características típicas de carreira do Estado. Ouro Preto tem a maior média salarial pela predominância de carreiras do serviço público federal, destacando-se aqui a Associação dos Docentes da UFOP — Seção Sindical (Adufop), o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos da UFOP (Assufop) e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica — Seção Sindical IFMG (Sinasefe).

Constituída em suas origens como associações recreativas e/ou com caráter sindical, esses setores foram incorporados à estrutura sindical corporativa de Estado com a Constituição Federal de 1988. O alto índice de filiações também é determinado por características como a estabilidade conquistada por parte do setor e por outros benefícios, como plano de saúde.

No geral, essas características apontam alguns traços dos diferentes setores econômicos que predominam na região, assim como particularidades das organizações sindicais. Estudos futuros poderão avaliar com maior detalhamento o conjunto de bandeiras pelas quais lutam e o histórico específico de cada categoria.

Considerações finais

A configuração das relações trabalhistas na região necessita de maior aprofundamento analítico. Contudo, este estudo introdutório tem como objetivo servir de precursor de pesquisas sobre o mundo do trabalho na região. O atual desenho das relações formais de trabalho nos apresenta algumas prévias conclusões.

Em primeiro lugar é importante identificar que o setor do extrativismo mineral é o destaque histórico na região, desde os primórdios da extração aurífera até a intensiva exploração do minério de ferro que demarca o século XXI. A intensidade da exploração da força de trabalho demarca os corpos e a subjetividade desses trabalhadores, combinando atividades que exigem um grande contingente de trabalhadores, e

que têm como consequência a produção recorrente de crimes ambientais e sociais, precarização e terceirização das relações trabalhistas, assim como o adoecimento dos trabalhadores.

O setor da indústria de transformação tem sua importância em João Monlevade. Mesmo assim, este século apresenta estabilidade nas contratações e uma média salarial baixa. As variações positivas do comércio e dos serviços evidenciam a relação de dependência dos setores predominantes, produzindo vínculos com salários ainda mais rebaixados. A administração pública, com características específicas de carreira de Estado e nível de mobilização, possibilitado pelo direito à estabilidade, oferecem mais postos de trabalho com maiores salários.

O desenho que esses números descrevem reforça a tese da dependência do capitalismo neste país. Não há projeto de desenvolvimento autônomo, baseado em maior investimento em tecnologia, diversificação econômica e rompimento da dependência do capital externo. Dos setores predominantes na economia brasileira, identificamos nos municípios analisados a especialização pelo extrativismo mineral, calcada na intensificação da exploração da força de trabalho e no controle do mercado local. Contudo, esse nível de subordinação aos monopólios que comandam os fluxos de capital e de produção de mais-valia é uma condição que gera muitas contradições e enfrentamentos entre capital e trabalho.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo; Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. Ministério da Economia. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). *Ministério da Economia*, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Eio1LD>. Acesso em: 19 nov. 2019.

COELHO, Tádzio Peters; MILANEZ, Bruno; PINTO, Raquel Giffoni. A empresa, o Estado e as comunidades. In: ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles (org.). *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billinton*. 2. ed. Marabá: Editorial iGuana, 2016. p. 183-227. (A Questão Mineral no Brasil, 2.)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de ética do/a assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10. ed. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 43. ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2002.

IAMAMOTO, Marilda. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 26. ed. São Paulo; Cortez, 2015. 326 p.

IBGE. Estimativa da População — Brasil, estados e municípios. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua). IBGE, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3L2a3Qg>. Acesso em: 15 nov. 2019.

LENIN, Vladimir. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (org.). *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 225-245.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência, 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARX, Karl. *O Capital: Livro I*. São Paulo; Boitempo, 2013.

MELO JUNIOR, José Alfredo Costa de Campos. O novo sindicalismo em diferentes feições: ABC paulista, Minas Gerais e a Grande Belo Horizonte. *Cadernos de História*, v. 9, n. 12, p. 69-98, 2007.

MÈSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; MANSUR, Maíra Sertã. A firma e suas estratégias corporativas no pós-boom das commodities. In: ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles (org.). *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billin-*

ton. 2. ed. Marabá: Editorial iGuana, 2016. p. 51-86. (A Questão Mineral no Brasil, 2)

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 8. ed. São Paulo; Cortez, 2011. 176 p.

POCHMANN, Márcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 29. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CAPÍTULO 5

A ESTRUTURA RACIAL NO MUNICÍPIO DE MARIANA E O SERVIÇO SOCIAL: EM BUSCA DE DIÁLOGOS.

*Isis Silva Roza*⁹⁵

Elementos introdutórios

O presente capítulo se coloca para um diálogo em que consideramos necessária e urgente a demarcação da questão racial na intervenção profissional dos assistentes sociais. O lócus de reflexão é o município de Mariana, que apresenta especificidades na formação sócio-histórica brasileira e, portanto, apresenta desafios que são próprios a sua realidade, mas que não estão descolados da realidade nacional. Ao contrário, identificamos mais aproximações que distanciamentos. A demarcação racial na história do município e seus processos, de concentração de renda, de um lado; e subjugação de um povo racialmente marcado, de outro, nos permite compreender a importância do diálogo que aqui propomos.

Iniciamos as reflexões trazendo estudos que abordam a constituição histórica do município de Mariana, com destaque para a questão racial. Ao nos apropriarmos de tais análises, ganha sentido o quanto o município se forja alicerçado na exploração racial e que uma série de questões tenham ficado em aberto no tempo histórico, mantidas propositalmente pelas elites brasileiras, resultando, atualmente, nos altíssimos índices de desigualdade racial, associados à presença massacrante do racismo.

As reflexões críticas no âmbito macro, no que tange às relações raciais, também serão vitais para pensarmos o objeto de análise proposto,

⁹⁵ Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (DESSO/UFOP). Doutora em Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG).

na medida que identificamos três grandes alicerces que possibilitam o desenvolvimento do capitalismo: a classe, a raça e o gênero. Neste momento, consideramos a forte demarcação racial no município de Mariana, bem como a ainda tenra abertura do Serviço Social para debates em torno do tema, para priorizar a questão racial e o Serviço Social neste capítulo.

Sobre a profissão, ressaltamos os avanços das últimas décadas, que têm transitado em sentidos progressistas, bem como, a importância da campanha “Assistentes sociais no combate ao racismo”, realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) na gestão 2017-2020. No presente capítulo, buscamos diálogos entre o Serviço Social e o enfrentamento ao racismo e à desigualdade racial, bem como a interlocução com os movimentos negros no município.

Elementos da constituição histórica do município de Mariana

O município de Mariana está localizado na Região dos Inconfidentes⁹⁶, em Minas Gerais. Tendo sua fundação em julho de 1696, foi a primeira Vila de Minas Gerais, Ribeirão do Carmo, e a primeira cidade, em 1745, quando recebeu o nome de Mariana em homenagem à rainha D. Maria Ana d’Áustria.

Cidade com forte vínculo religioso católico, recebeu a primeira diocese mineira em 1745, o que a fez conhecida como “cidade dos bispos”. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na *Enciclopédia dos municípios brasileiros* (IBGE, 1959), o interesse para que Minas Gerais tivesse sua base religiosa católica foi tão grande que o primeiro bispo, Dom Frei Manoel da Cruz, que já o era na diocese do Maranhão, gastou mais de um ano em uma viagem repleta de sacrifícios,

⁹⁶ Demarcação histórica comumente utilizada, que se refere aos municípios de Ouro Preto, Mariana, Itabirito e Diogo de Vasconcelos. O IBGE a denomina como microrregião de Ouro Preto.

para chegar em território marianense. Essa informação é simbólica para pensarmos as relações sociais na cidade, visto que o poderio econômico da Igreja, bem como a influência na vida cotidiana da cidade, é tangível.

A relevância histórica de Mariana está associada à descoberta de ouro em abundância na região, levando à formação dos primeiros povoados em Minas. A produção aurífera entra em declínio ainda no final do século XVIII, diante de um intenso processo de exploração, o que fará com que a centralidade econômica se desloque. De acordo com Andrade (2007), a indústria doméstica, os serviços de ofícios manuais, o setor agropecuário e o comércio fizeram com que a economia na região de Mariana se mantivesse forte também no Império.

Sobre as relações escravocratas na região de Mariana, que especialmente nos interessam neste estudo, ressaltamos a forte presença do trabalho cativo. Dados apresentados por Douglas Libby (1998 *apud* Dias, 2010) apontam que a província mineira foi a maior detentora de sujeitos escravizados⁹⁷ no Império.

Andrade (2007, p. 120), ao analisar “o perfil de composição da riqueza dos proprietários identificados na lista de habitantes de 1819 e nos inventários *post-mortem*” na sede de Mariana no final do período colonial, identifica que poucos homens abastados concentravam mais de 90% da riqueza da cidade, cujo maior investimento era em pessoas escravizadas, cerca de 25%. Para as camadas mais simples, o autor identifica, especialmente no centro urbano, tendência de emigração e de pobreza.

Diante de uma sociedade tradicional e escravocrata, a inferiorização do negro era construída e reafirmada a todo o momento. Ao pesquisar o jornal *Estrella Marianense* (primeiro periódico da cidade), no período de 1830 a 1832, Cunha (2018, p. 67) busca revelar “alguns dos mecanismos que, na prática, tendem a contribuir para a manutenção das

⁹⁷ No decorrer de todo o capítulo, utilizo o termo “escravizado”, não utilizando a palavra “escravo”, ainda que alguns autores trabalhadados o façam. A mudança na palavra significa mais do que se apresenta no imediato, é uma mudança de paradigma e um posicionamento político, uma vez que esses sujeitos jamais foram escravos como algo que lhes fosse parte inerente, pelo contrário, houve um processo de escravização de negros africanos datado historicamente.

relações de desigualdade e concessão de privilégios já identificados pelos estudiosos da sociedade marianense do século XIX”. O imaginário social presente na cidade se expressava no jornal a partir de manifestações racistas e reprodutoras de estereótipos, conforme observa a autora. O negro era criminalizado, retratado como violento e responsável pela insegurança social.

É necessário problematizar que desde o período escravocrata, o mesmo negro que foi arrancado de suas terras e violentado fisicamente e no seu próprio ser, é representado socialmente como o sujeito responsável por provocar a violência.

Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas. [...] Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, à sua terra, aos seus hábitos, à sua vida, à vida, à dança, à sabedoria (Césaire, 1978, p. 25).

Diante da denúncia de Césaire (1978, 2011) no que tange à violência da colonização para os povos negros, impingida pela Europa, e a forma como a elite branca marianense criava estereótipos de violência racializados, identificamos que a violência cometida pela branquitude não é tratada como tal, e o seu contrário é uma realidade que cria generalizações. É este mesmo imaginário que está associado atualmente ao encarceramento e extermínio da juventude negra.

Ao mesmo tempo, não podemos perder de vista que as formas de organização e socialização dos negros entre si eram múltiplas, assim como sua relação com os “senhores” e com a sociedade de forma geral. Tal entendimento é primordial para avançarmos, pois, se por um lado, os corpos negros eram marcados pela desumanização e pela apropriação para o trabalho e satisfação de outras necessidades (inclusive sexuais) dos senhores, nota-se também que os escravizados não foram seres passivos e se implicavam.

O estudo de Dias (2010) ao tratar dos processos judiciais de escravizados demandando a liberdade no período de 1850-1888, em Mariana, afirma que a prática de acessar a justiça existia desde o século XVIII, aumentando significativamente pós Lei do Ventre Livre⁹⁸.

Longe de serem passivamente escravizados, muitos negaram a condição em que viviam por meio de tradicionais alternativas de resistência, como as fugas, o uso da violência, e, em situações extremas, o suicídio. Além destas e de muitas outras práticas revoltosas ou de autodestruição, frequentemente observadas no universo escravista, havia ainda a possibilidade de buscar amparo na burocracia judicial do Estado, e esta foi uma opção às vezes escolhida por muitos escravos que buscaram, mediante os tribunais, o direito a uma vida livre do cativo (Dias, 2010, p. 10).

As informações trazidas pela autora reforçam a tese de um período escravocrata não unívoco, bem como eliminam a ideia de passividade da população negra. A relação com a sociedade também está colocada, tendo em vista que, para ter acesso à justiça, o escravizado necessitava de um requerimento assinado por uma pessoa livre, além da obrigatoriedade de um curador que representasse a sua defesa.

Tanto a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que proibia o tráfico de escravos, quanto a Lei do Ventre Livre, de 1871, tiveram central relevância no acionamento da justiça, mas outras possibilidades também existiram, como descrito por Dias (2010) que apontou em Mariana situações em que havia desejo manifesto e/ou escrito dos “senhores” em libertar seus escravizados pós-morte, diante de serviços bem prestados e descrições de fidelidade; porque o escravizado conseguira o dinheiro para compra da liberdade, entre outras.

O término legal do trabalho cativo no Brasil, associado a uma série de fatores internos e externos, representa a luta pela liberdade dos aqui

⁹⁸ Lei de 28 setembro de 1871, também conhecida como Lei Rio Branco, que declarava livres os filhos de mulheres escravizadas a partir daquela data. Os filhos ficariam sob o poder dos “senhores” de suas mães até os oito anos e, posteriormente, os senhores teriam a opção de receber uma indenização do Estado ou utilizar os serviços do menor até os 21 anos de idade.

escravizados. As estratégias de resistência e luta entre os negros e até mesmo a articulação com brancos abolicionistas, foram determinantes para a conquista da liberdade, mas a trama das elites conservadoras também foi importante nesse processo, procurando arrastar a abolição da escravatura, com a criação leis secundárias que não fizessem do término da escravatura uma ruptura brusca, garantindo uma passagem lenta e tranquila para as elites, no sentido de garantir a continuidade da marginalização e da exploração da população negra.

Nas décadas finais do século XIX, circulavam diversas propostas de fim da escravidão, inclusive, capitaneadas por sujeitos negros, e que planejavam outros percursos para os futuros libertos. Contudo, o projeto vencedor e que findou a escravização apresentou-se refratário de qualquer tipo de ação de apoio, suporte ou acolhimento aos ex-escravizados, sujeitos aos quais as expectativas de vida e liberdade interessavam em primeiro plano.

Apagamento e silenciamento no “pós-abolição”

Ao realizar pesquisa no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) chego à mesma constatação de Costa (2012), quanto ao elevado número de produções no período do chamado Ciclo do Ouro e quanto à crise desse ciclo, no chamado Brasil Império, e à escassez de produções quanto aos períodos subsequentes.

No que tange à questão dos negros no “pós-abolição”⁹⁹, momento da história indispensável para pensarmos a questão racial na atualidade, identificamos um silenciamento socialmente produzido. O negro não fazia parte do projeto de nação daquele período, pelo contrário, buscou-se

⁹⁹ O termo aparece entre aspas uma vez que tal período não deve ser pensado como uma data específica, mas como um período complexo, de longa duração e que envolve uma série de acontecimentos. Além disso, o término formal do período escravocrata não veio associado à construção de estratégias de incorporação do negro à sociedade, ao contrário, a política estatal era de marginalização e subjugação.

um branqueamento da sociedade, acreditando-se que a raça negra fosse, aos poucos, extinta. Não foram criadas políticas públicas que garantissem o acesso à terra, à educação e a outros meios que possibilitassem um processo de emancipação coletiva da população negra, ainda que alguns tivessem rompido com as barreiras que promoviam a marginalização.

Dialogamos ainda com Cassoli (2018), que utiliza-se de Holt (2005 *apud* Cassoli, 2018) para afirmar que o término “legal” da escravidão não significa a ruptura brusca nas relações escravocratas já estabelecidas, sendo que um rompimento mais radical só será percebido pelas próximas gerações.

Diante do ideal republicano que se constitui com o fim do Brasil Império, a ideia de “superação” do “passado colonial” e de “modernização” ganha força. Em Mariana, o desenvolvimento ferroviário, do comércio e da imprensa estão presentes e são aspectos importantes para os governantes no final do século XIX. Entretanto, os elementos coloniais mantêm-se fortes no município, conforme afirma Costa (2012, p. 220): “No município de Mariana, o ambiente cultural modificava-se, as ofertas de novos produtos e serviços cresciam e pequenas fábricas eram abertas. No entanto, a velocidade dessas transformações era bem mais lenta que as experiências vivenciadas em outras cidades”.

Nos interessa especialmente indagar o apagamento dos negros em Mariana nos projetos políticos, econômicos e culturais no “pós-abolição”, considerando a forte presença da mão de obra negra escravizada na região. Entretanto, compreendemos que a história dos negros não foi ou é algo retilíneo e homogêneo, como nos aponta Azevedo (2004), ao tratar sobre a migração europeia como forma de branqueamento da sociedade no “pós-abolição”. Para a autora, a incorporação do negro não era um obstáculo intransponível, assim como a adequação dos migrantes aos grandes interesses agrários não foi um processo harmônico.

As relações de parentesco e afetividade merecem destaque nesse período. Conforme nos apresenta Dias (2010), estudos demonstram a real presença e a importância dos vínculos familiares tanto durante o período escravocrata quanto no “pós-abolição”, ainda que nesse primeiro perí-

odo, uma série de dificuldades se colocassem e, muitas vezes, não fosse possível garantir a convivência familiar. Os núcleos parentais entre a população negra estavam presentes também em Mariana e possibilitavam a afetividade, a sobrevivência e a resistência.

Assim, é relevante reafirmar que foram diversas as dinâmicas dos negros no “pré” e “pós-abolição”, assim como dos brancos em relação aos negros, sem perder de vista que há algo estrutural da sociedade brasileira e que irá, direta ou indiretamente, atravessar a vida desses sujeitos. As narrativas de subjugação dos negros compõem essa realidade. Cassoli (2018) cita as páginas de outro jornal da região chamado *O Movimento*, edição de 13 de fevereiro de 1889, em que se evidencia a inferiorização dos negros sendo socialmente construída em Mariana naquele momento, tema que já foi tratado por vários autores sobre o “pós-abolição”.

Munanga (2004, p. 55) nos revela que, “influenciados pelo determinismo biológico do fim do século XIX e início deste, eles acreditavam na inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra, e na degenerescência do mestiço”. Essa é uma dimensão importante para pensarmos o racismo, uma vez que a negritude foi inferiorizada teoricamente e maculada em um discurso de cientificidade. Nesse sentido, Azevedo (2004) afirma que diante da heterogenia racial, tendo em vista a necessidade de se pensar a ideia de um povo, a subalternidade dos negros foi basilar.

A inferiorização atribuída ao negro foi uma estratégia vital no Brasil, tanto para justificar a escravização moderna quanto para criar uma trama de exclusão e marginalização de tais sujeitos no período “pós-abolição”. A referida inferiorização imaginada e materializada por meio de diversas práticas, explícita o vigor e a continuidade da colonialidade¹⁰⁰ entre nós, bem como a atualização do racismo, ainda que já tenhamos superado a compreensão biologizante e cientificista da noção de raça, bem como o sistema jurídico-legal do escravismo.

Apesar dessas teorizações terem sido refutadas e a colonização como estrutura político-administrativa findada, a ideia de raça se mantém viva

¹⁰⁰ “Extinguido el colonialismo como sistema político formal, el poder social está aún constituido sobre la base de critérios originados en la relación colonial” (Quijano, 1992, p. 1).

no imaginário social, criando binarismos – o bom e o ruim; o confiável e o perigoso; o capaz e o incapaz. “*Nuestras nociones de raza y etnicidad no son restos presentes del pasado sino importantes construcciones clasificatorias y discursivas de nuestra era moderna*” (Henry, 2014, p. 63).

Quanto ao jornal, os negros são colocados como “inimigos domésticos” diante de um conflito. “Seres embrutecidos, sem noção de direitos ou de deveres, recém-saídos da escuridão das senzalas, não tardariam muito em identificar os ex-senhores, republicanos ou não, como um inimigo” (Cassoli, 2018, p. 5).

Considerando as diversas formas de organização social, tanto no período escravocrata quanto no “pós-abolição”, recorreremos mais uma vez ao estudo de Cassoli (2018), na região de Mariana, em que ela afirma que a doação ou possibilidade de uso pessoal de um pedaço de terra para plantação e até comercialização por parte dos escravizados era uma prática possível e relativamente comum, o que gerou, inclusive, uma série de conflitos sobre os direitos a essas terras ao término do período escravocrata.

Embora houvesse por parte do Estado imperial um projeto de liberdade que atendesse aos interesses das elites dirigentes – norteado por uma legislação que visava ao controle e à fixação da mão de obra –, esses homens e mulheres desenvolveram ações que se vincularam aos recursos disponíveis, fossem eles individuais, familiares ou de grupos (Cassoli, 2018, p. 14).

Compreendemos, assim, que foram diversas as experiências de liberdade e luta pela sobrevivência dos negros em Mariana. Ainda que diversas, não podemos desconsiderar que a experiência dos diferentes sujeitos é transpassada por uma mesma sociedade que se constitui e se estrutura com base na desigualdade racial e no racismo.

Nas últimas décadas, identificamos que experiências significativas do passado colonial permanecem vivas no município de Mariana.

Para além do centro histórico e das igrejas monumentais, há outras Marianas que se formam por bairros como Cabanas, Santa Clara, Vale Verde, Cartuxa, São Cristóvão, Prainha, dentre outros. A população desses espaços enfrenta a falta de estrutura urbanística, a falta de acesso a bens materiais, artísticos e culturais e a escassez de políticas públicas sociais e econômicas (Cunha, 2018, p. 76).

O censo do IBGE 2010 traz dados por cor/raça na cidade de Mariana, nos quais se vê que 49,05% da população se autodeclarou parda; 30,14% branca; 18,21% preta; 2,36% amarela; e 0,25% indígena, em um universo total de 54.219 pessoas¹⁰¹. Sendo uma região que recebeu um número elevado de africanos escravizados, notamos que a presença da população negra atualmente abarca mais que a metade da população, 67,26%.

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita em Mariana no ano de 2016, segundo dados do IBGE¹⁰², era de R\$ 35.859,82, o 62º maior no Estado e o 725º no país. Um PIB elevado, considerando inclusive que os dados são do ano posterior ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, da Samarco, que matou oficialmente dezenove pessoas e foi o maior crime/desastre ambiental do país¹⁰³. No ano de 2011, por exemplo, Mariana possuía o 10º maior PIB de Minas Gerais.

Entretanto, os dados não se conciliam à distribuição de riquezas. Dados do IBGE¹⁰⁴ apontam que, em 2003, a incidência da pobreza atingia 32,06% da população marianense, sendo o 444º município com menor índice de pobreza em um total de 853. No que tange ao Índice de Desenvolvimento Humano, em 2010, Mariana aparece em 52º no ranking dos municípios mineiros, ainda abaixo de cidades com rendimento substancialmente inferior.

¹⁰¹ Tabela da população residente em Mariana, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade. *Censo 2010* — IBGE Cidades. Disponível em: <https://bit.ly/37exrLP>. Acesso em: 21 out. 2019.

¹⁰² Os dados apresentados referentes ao município de Mariana encontram-se disponíveis no IBGE Cidades. Disponível em: <https://bit.ly/378PvXG>. Acesso em: 21 out. 2019.

¹⁰³ Para mais informações, consultar Milanez e Losekann, 2016.

¹⁰⁴

Os dados associados ao levantamento histórico realizado e a concentração de renda presente desde o período colonial nos ajudam a pensar que há uma desigualdade econômica no município imbricada a um forte recorte racial, o que será retomado no ponto posterior, buscando diálogos entre a questão racial e o Serviço Social.

Em busca de diálogos entre a questão racial no município de Mariana e o serviço social

Resgatando algumas discussões que têm se consolidado no Serviço Social nas últimas décadas, reafirmamos o Serviço Social como uma profissão socialmente necessária no modo de produção capitalista, inserida na divisão sociotécnica do trabalho e que tem sua intervenção profissional mediada pelo espaço sócio-ocupacional no qual está inserido (Iamamoto, 2009; 2010; Yazbek, 2009). Os avanços das últimas décadas têm possibilitado ao Serviço Social se colocar de forma crítica diante das contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso à terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais (Iamamoto, 2009, p. 18).

A defesa contundente dos direitos da classe trabalhadora está expressa no Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) e na lei que regulamenta a profissão (Brasil, 1993). Em tempos de ultraconservado-

rismo¹⁰⁵, não sem ataques e/ou sem contradições. O Movimento Serviço Social Libertário, criado em 2016, é um exemplo significativo de ataque à perspectiva progressista na qual a profissão vem caminhando nas últimas décadas. Sobre tal movimento, ainda pequeno, mas significativo como sintoma dos últimos anos da realidade brasileira, Silveira (2019, p. 26) afirma:

Nesse sentido, nossa expectativa inicial de entender melhor o movimento, que forja o surgimento de uma “nova direita” defensora de velhos valores no Serviço Social, encontrou uma unidade eclética entre a perspectiva de restauração do conservadorismo na profissão e, as visões de mundo disseminadas pelas elites econômicas desde 1980 e expostas mais incisivamente na última década. Assim, identificamos alguns dos laços orgânicos entre essas elites e o setor que critica os órgãos de representação e as posições da categoria.

São questões que precisam ser debatidas e enfrentadas pelo conjunto da categoria profissional, sem perder de vista que não é um movimento exclusivo do interior da profissão, desvinculado da realidade social brasileira. O pensamento conservador atinge diferentes setores da sociedade, inclusive as classes subalternizadas, com as quais atuamos no nosso cotidiano profissional, colocando o trabalho educativo no exercício profissional do assistente social em destaque.

De acordo com Abreu e Cardoso (2009, p. 594), “A função pedagógica desempenhada pelo assistente social inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade”. A função pedagógica está associada à possibilidade de o assistente social estabelecer proximidades de diálogos com os usuários, para além das demandas imediatas, elaborando em seu co-

¹⁰⁵ “Em sua função ideológica, o conservadorismo reproduz um modo de ser fundado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes – no caso brasileiro –, um modo de ser mantido pelas nossas elites, com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo” (Barroco, 2015, p. 624).

tidiano profissional o combate ao pensamento conservador, assim como o machismo, o racismo, a naturalização da desigualdade de classes etc.

Considerando a prática profissional do assistente social e a questão racial no município de Mariana, duas dimensões devem estar articuladas: uma de criar estratégias diante da desigualdade racial e do racismo; outra de valorização da história e da cultura negra, que se expressa de diferentes formas no município.

Conforme a história do município nos apresenta, a concentração de renda sempre foi uma característica de Mariana. A segregação territorial faz com que os negros ocupem os bairros mais periféricos da cidade, e vivenciem cotidianamente diferentes formas de violência, como o não acesso a bens e serviços socialmente produzidos, a precariedade dos serviços públicos, entre tantas outras formas de opressão associadas às dimensões de raça, gênero, sexualidade e classe.

As ações afirmativas voltadas para a população negra têm demonstrado sua eficácia, pois os processos de desumanização dos negros foram tão brutais, que muitas vezes limitaram o acesso desses sujeitos às políticas públicas sociais de cunho universal. Considerando que essas políticas não são de fato universais, acabam por excluir os que mais necessitam, seja por falta de condições para reivindicar os seus direitos seja por compreender que em determinados espaços não cabem os corpos marcados pela cor negra. É a leitura histórica que nos possibilita ter sensibilidade para compreender tal realidade.

Assim, é fundamental que o assistente social tenha uma atitude proativa, não apenas de não compactuar com o racismo, mas é preciso uma intervenção profissional antirracista, que combata, inclusive, o racismo institucional, consolidado através da naturalização das hierarquias raciais.

A dimensão educativa do exercício profissional voltado para as relações étnico-raciais é um caminho condutor para o desenvolvimento de projetos que estejam atentos ao recorte racial, o que nos exige compreender a realidade desses sujeitos para além da aparência, traçar estratégias de intervenção que contribuam para que os negros compreendam

seus direitos, compreendam a sua história e desenvolvam condições para lutar contra o racismo, além de também se compreenderem em um sistema de opressão de classes.

Pensando na realidade de Mariana, recorreremos, ainda, ao estudo de Wanderley (2015) por desvendar o racismo ambiental presente no rompimento da barragem de Fundão. Para ele, a localização dos resíduos da extração de minério não é aleatória e recai, em caso de rompimento das estruturas, em grupos étnicos mais vulneráveis.

Constata-se de maneira preliminar, com base nos dados apresentados acima, que há uma tendência de intensificação do predomínio de população negra quanto maior a exposição às situações de riscos relacionadas à proximidade com a exploração mineral de ferro e das barragens de rejeito da Samarco. Bento Rodrigues com uma população 84,3% negra se encontrava a pouco mais de 6 km da barragem de rejeito rompida; Paracatu de Baixo com 80% se situava a pouco mais de 40 km a jusante da barragem (seguindo o curso do rio Gualaxo do Norte); o povoado de Gesteira afastado aproximadamente 62 km da barragem apresenta 70,4% da população negra, cidade de Barra Longa com 60,3% da população negra dista cerca de 76 km da barragem aproximadamente. Foram, sobretudo, estas comunidades negras as que mais sofreram com as perdas humanas e com os impactos materiais, simbólicos e psicológicos (Wanderley, 2015, p. 4).

Os dados apresentados contribuem para reforçar a constante denúncia do movimento negro brasileiro de que a pobreza e a desigualdade neste país possuem cor. O que não significa afirmar que só negros sofrem com a pobreza, mas que os processos de pobreza, violência e outras formas de opressão atingem de forma mais contundente a população negra, o que exige, conseqüentemente, um *olhar mais atento dos assistentes sociais para a dimensão racial no exercício profissional*.

Para além das estratégias de combate à desigualdade racial e ao racismo no município de Mariana, colocamos a necessária compreensão da cultura afro-brasileira como (re)existência. Os grupos de congado

— Congado da Barroca, Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário e São Sebastião do Barro Preto, Congado Nossa Senhora do Rosário; de capoeira — Mestre Damião, Mestre Amendoim, entre outros; as folias de reis — de Cuiabá, de Paracatu, da comunidade Santa Efigênia; as festividades afro — Festival Movimenta Rosário dos Pretos, Cortejo Cultural, Ébano Festival, entre outros; movimentos de rap, como a Batalha das Gerais; entre outros movimentos, são expressões de uma história que resiste e que existe. Para os assistentes sociais, pode ser um espaço de diálogo e de aproximação com a comunidade, afinal, muitos são atendidos pelo serviço social por anos e não encontram ali um espaço de abertura para relatarem a sua história, para além da necessária exposição dos dados econômicos, que dirão sobre o acesso ou não a benefícios sociais.

Por terem sistematicamente sua humanidade negada, sua cultura inferiorizada, seus corpos silenciados, esses movimentos culturais são também uma possibilidade de recontar sua própria história, de resgatar sua cultura, ressignificar de forma positiva sua vida e a dos seus. Esses movimentos dizem da compreensão das contribuições econômicas, sociais e culturais para um país que se constituiu pelo sangue negro. Portanto, não se trata apenas de apresentações culturais, é a história de um povo que está sendo ressignificada, antes de qualquer coisa, é um ato político.

Outra expressão significativa da resistência negra em Mariana trata-se da Comunidade da Vila Santa Efigênia, no distrito de Furquim, que recebeu a certificação quilombola pela Fundação Cultural Palmares¹⁰⁶.

O distrito de Furquim foi fundado no início do século XVIII. Segue a tendência de Mariana, inicialmente voltado para a mineração de ouro e, posteriormente, direcionado para a produção agrícola, conforme afirma Carvalho (2019, p. 50):

Estas informações indicam, dentre outros, que a história do distrito de Furquim, desde o século XVIII, esteve intimamente ligada à agricultura e ao comércio, com grande

¹⁰⁶ Fundação Cultural Palmares. Dados disponíveis em: <https://bit.ly/3uv5QPM>. Acesso em: 8 nov. 2019.

número de escravizados, africanos e seus descendentes e à participação feminina na produção econômica, fosse para o comércio ou para usufruto doméstico. Desta forma, a história da região está vinculada a uma relação sociocultural com a terra e com aspectos culturais afro-brasileiros.

De acordo com informações disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Mariana, “O local, que fica entre Furquim e Monsenhor Horta, abrigou escravos refugiados por volta de 1890. A partir de estudos feitos pelo professor Admilson Oliveira, foi comprovada a existência de 1.262 escravos em Furquim, 1.023 em Monsenhor Horta e 558 em Cachoeira do Brumado” (Ribeiro, 2018). Acredita-se que esses tenham se reunido na Vila Santa Efigênia.

Ressaltamos, por fim, a presença do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Compir) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) em Mariana. O Compir foi criado em 2009, pela Lei Municipal nº 2255/09. Após ter passado por um período de não funcionamento, foi reativado a partir da iniciativa de sujeitos da sociedade civil, que pressionaram o poder público e conquistaram a Lei nº 3174, de 31 de outubro de 2017, que dá nova redação à organização e ao funcionamento do Compir. Esse é um órgão paritário, consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador das políticas que visem os direitos dos negros, indígenas e ciganos. O conjunto da categoria profissional CFESS e CRESS (2018, p. 17) nos coloca algumas reflexões, que envolvem também os conselhos:

De que modo essa fração da população usuária se faz representar nas instâncias de controle social? Quais as políticas existentes para promover a equidade no desempenho escolar e evitar a evasão e repetência de crianças e adolescentes negros/as levados/as precocemente ao mercado de trabalho? Como a categoria participa dos mecanismos de assistência estudantil que visam à permanência da juventude negra nas universidades e institutos federais? Como os/as profissionais do Serviço Social nas equipes multiprofissionais podem dar visibilidade à discriminação linguística e

atitudinal que se reproduz no ordenamento das demandas institucionais?

Com sede no Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), o Neabi é um núcleo de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, voltado para o estudo da questão racial negra e indígena. Instituído por meio da Portaria da Reitoria nº 338, de 31 de julho de 2012, o núcleo já existia desde 2005, como o próprio documento afirma, ainda que não institucionalizado. O Neabi conta com a participação de professores de diferentes áreas do conhecimento, técnicos-administrativos, estudantes e membros da comunidade externa. Possui, ainda, assento no Compir e no Conselho Municipal da Juventude (CMJ) em Mariana.

Assim, reafirmamos o vasto campo fértil de diálogo com a sociedade civil organizada. São possíveis espaços políticos de parceria para os assistentes sociais do município de Mariana desenvolverem grupos de estudos, eventos, projetos sociais com foco na igualdade racial, ações específicas de combate ao racismo, denúncias junto às instâncias de controle social, ações de festividade e celebração voltadas para a valorização da história e cultura do povo negro e tantas outras possibilidades, que vão se descortinando na prática e em parceria com a comunidade.

Aos assistentes sociais que assumem o compromisso com a superação do racismo e da desigualdade racial, um caminho para avançarmos no exercício profissional é o diálogo com esses sujeitos concretos que são usuários do serviço social, que são da classe trabalhadora, que possuem raça, gênero, sexualidade. São sujeitos que se organizam em movimentos sociais, políticos, culturais, religiosos e que também, de forma individualizada, desenvolvem estratégias de luta e sobrevivência.

Sigamos na luta contra o capital, pela conquista e afirmação de direitos, na luta contra a exploração de raça e de gênero, na luta contra a heteronormatividade, na luta contra o capacitismo, na luta contra qualquer relação que seja pautada na opressão.

Considerações finais

Ressaltamos o recorte de raça, gênero, sexualidade e classe como dimensões que perpassam o exercício profissional como parte constitutiva dos sujeitos usuários do serviço social, que também atravessam os corpos dos próprios assistentes sociais. Em tempos de forte neblina, a escritora negra Conceição Evaristo acalenta nosso ser e alimenta nosso desejo de luta com suas palavras presentes no poema “Todas as manhãs”.

Todas as manhãs acito sonhos
e acalento entre a unha e a carne
uma agudíssima dor.
Todas as manhãs tenho os punhos
sangrando e dormentes
tal é a minha lida
cavando, cavando torrões de terra,
até lá, onde os homens enterram
a esperança roubada de outros homens.
Todas as manhãs junto ao nascente dia
ouço a minha voz-banzo,
âncora dos navios de nossa memória.
E acredito, acredito sim
que os nossos sonhos protegidos
pelos lençóis da noite
ao se abrirem um a um
no varal de um novo tempo
escorrem as nossas lágrimas
fertilizando toda a terra
onde negras sementes resistem
reamanhecendo esperança entre nós.

(“Todas as manhãs” — Conceição Evaristo, 2008, p. 13)

Referências

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 593-608.

ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, n. 124, p. 623-636, 2015.

BRASIL. Lei 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 7 jun. 1993.

CARVALHO, Leonam Maxney. História Oral, Territorialidades e Identidades Quilombolas: Furquim, Mariana, Minas Gerais. *Faces da história*, v. 6, n. 1, p. 39-61, 2019.

CASSOLI, Marileide Lázara. Uma bandeira com a divisa “Liberdade”: terra e trabalho no pós-abolição. Mariana, Minas Gerais. *Dossiê Escravidão e Liberdade na Diáspora Atlântica*, v. 37, p. 1-19, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3joQbL7>. Acesso em: 15 out. 2019.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CÉSAIRE, Aimé. *Caderno de um retorno ao país natal*. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Milênio, 2011.

CFESS. *Código de ética profissional dos Assistentes Sociais*. Brasília, DF: CFESS, 1993.

CFESS; CRESS. *Campanha de gestão: assistentes sociais no combate ao racismo — Informativo anual do conjunto Conselho Federal de Serviço Social – Conselhos Regionais de Serviço Social*. 4. ed. Brasília, DF: CFESS/CRESS, 2018.

COSTA, Manuela Areias. A primeira república na “cidade dos bispos” (Mariana-MG, 1889-1930). *Outros Tempos*, v. 9, n. 13, p. 213-227, jul. 2012.

CUNHA, Thainá Teixeira. *Um olhar sobre os negros: a reprodução de estereótipos e estigmas sociais no jornal Estrella Mariannense (1830-1832)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

DIAS, Sylvania de Oliveira. *As ações de liberdade de escravos na justiça de Mariana 1850-1888*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

HENRY, Paget. Entre hume y Cugoano: raza, etnicidad y el acorralamiento filosófico. In: MIGNOLO, Walter *et al.* *El color de la razón: racismo epistemológico y razón imperial*. 2. ed. Buenos Aires: Del Signo, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na cena contemporânea. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 15-50.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IBGE. Mariana (MG). In: IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. p. 49-57. Disponível em: <https://bit.ly/3v4IwqJ>. Acesso em: 20 out. 2019.

MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. (org.). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

QUIJANO, Aníbal. “Raza”, Étnia” y “Nación” en Mariategui: cuestiones abiertas. In: *JCM y Europa: la outra cara del descubrimiento*. Lima: Amauta, 1992. Disponível em: <https://bit.ly/3rej1Tu>. Acesso em: 6 jun. 2017.

RIBEIRO, Kíria. Mariana valoriza os quilombolas. *Prefeitura Municipal de Mariana*: Mariana, 5 mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3NYx8oZ>. Acesso em: 8 nov. 2019.

SILVEIRA, Rodolfo dos Santos da. Contribuição para pesquisa do conservadorismo ultraliberal na redefinição de projetos profissionais: a “nova” direita vai ao serviço social. In: *Marx e o Marxismo 2019: marxismo sem tabus — enfrentando opressões*, 2019, Niterói. *Anais [...]*.Niterói: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3JlXVIs>. Acesso em: 5 nov. 2019.

WANDERLEY, Luis Jardim. Índícios de racismo ambiental na tragédia de Mariana: resultados preliminares e nota técnica. *Grupo Política, Eco-*

nomia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), p. 1-4, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3LWW7Ye>. Acesso em: 11 nov. 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. *In: CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. p. 143-163.

CAPÍTULO 6

CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS: REFLEXÕES A PARTIR DO CONTEXTO DA MINERAÇÃO EXTRATIVISTA E DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFOP

Kathiuça Bertollo¹⁰⁷

A título de abertura e localização do debate

[...] *Los hombres que caminan
Mirando al suelo y temiéndolo al sol
Una mano estirada
Como mostrando el hambre
Y el frío que corta los harapos
De los pobres del mundo
Para bañar su cuerpo
No puede ser un poema de amor [...]*

(Trecho da música: Escondese en la flor. Autoria: Alí Primera)

Este capítulo apresenta reflexões que foram construídas e posições assumidas pela autora ao longo de quatro anos de docência na discipli-

¹⁰⁷ Assistente Social. Especialista em Serviço Social e Políticas Sociais. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. Tem se dedicado a estudar a Mineração (extrativismo), o trabalho (superexploração da força de trabalho) e as lutas sociais na Região Inconfidentes de Minas Gerais. Lattes: <https://bit.ly/3M7XumZ>. E-mail: kathibertollo@gmail.com

na¹⁰⁸ “Classes e Movimentos Sociais” do curso¹⁰⁹ de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Fruto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), destaca-se que esse é o único curso ofertado por uma instituição de ensino superior público na região metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais¹¹⁰. Dessa forma, demarca-se a sua importância, seja pela referência territorial de existência e de acesso público à formação acadêmico-profissional, o que significa uma possibilidade real de acesso pelos moradores de uma grande região do estado de Minas Gerais (metropolitana e de municípios interioranos), e por estudantes das mais variadas regiões e estados do país, que optam pelo curso por causa dos seus expressivos índices de qualidade; bem como, apesar de poucos anos de existência, pelo seu expressivo índice de aprovação de egressos em cursos de pós-graduação em outras unidades de ensino superior¹¹¹, e por ter alcançado no ano de 2019 (Santos, 2019)¹¹² a nota máxima no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

¹⁰⁸ Manifestamos nosso agradecimento a todos os sujeitos com quem pudemos dialogar nesse espaço e torná-lo espaço de aprendizagem e de potencialização das lutas sociais: aos discentes, aos monitores, aos movimentos sociais, aos sindicatos, aos atingidos pelo rompimento-crime da barragem de Fundão, à comunidade marianense e ouro-pretana, aos docentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto.

¹⁰⁹ Reconhecido pela Portaria nº 650, de 10 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 11 de dezembro de 2013, destaca-se que “O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) teve início em março de 2009 e objetiva formar assistentes sociais críticos, compromissados com a democracia, com a justiça social e com a cidadania. Os acadêmicos são qualificados na perspectiva das Diretrizes Curriculares vigentes que buscam munir os discentes de conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos (para que possam decifrar as múltiplas expressões da questão social, presentes na sociedade brasileira e na realidade mineira) e também maneiras de enfrentar as demandas impostas à profissão. O curso viabiliza a formação intelectual e cultural generalista, capacitando os alunos para os processos de investigação científica e intervenção profissional, de forma criativa e propositiva dentro do conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho” (ICSA, 2021).

¹¹⁰ Para maiores informações sobre a expansão da UFOP via Reuni, consultar o trabalho de conclusão de curso intitulado: *Educação pública e universidade: considerações sobre a UFOP após o Reuni*, de autoria de Ana Luiza Lage de Castro, sob a orientação de Kathiúça Bertollo.

¹¹¹ Explicita-se que está em fase de construção o projeto de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social por este curso através de Grupo Emergente constituído e encarregado de dar prosseguimento a esta empreitada acadêmico-institucional.

¹¹² Reconhecem-se as polêmicas e o contexto contraditório de existência e conformação desta metodologia avaliativa, porém, entende-se que não é possível simplesmente desconsiderar o fato de um curso que vivencia cotidianamente dificuldades de operacionalização, próprias do desmonte da universidade e educação pública, ter alcançado tal pontuação.

Considerando tais elementos, bem como a constituição da profissão no país como sujeito coletivo, demarca-se que o Serviço Social tem sua história datada a partir de meados da década de 1930, se inscreve na divisão social e técnica do trabalho e tem a “questão social” como objeto de estudo e intervenção. Nas palavras de Yamamoto (2001, p. 77, grifo do autor):

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo *o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classe que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.

A partir dessas determinações acerca das esferas da produção material e da reprodução social, destaca-se que o Serviço Social constrói ao longo da sua existência profissional e como sujeito coletivo uma posição profissional. Isto é, assume, defende e orienta-se por um determinado *projeto ético-político* de formação e intervenção diante da possibilidade de existência e defesa de distintos projetos societários.

Sobre projetos societários, destaca-se as considerações de Netto (2009, p. 142-143, grifo do autor)

Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos *macroscópicos*, como propostas para o *conjunto* da sociedade. [...] Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, *projetos de classe*, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.) [...] nos projetos societários (como, aliás, em qualquer projeto coletivo) há necessariamente uma *dimensão política*, que envolve relações de poder. [...] A experiência histórica demonstra que, tendo sempre em seu núcleo a marca da classe social a cujos interesses essenciais respondem, os projetos societários constituem estruturas *flexíveis* e *cambiantes*: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas. [...] a concorrência entre diferentes projetos societários é um fenômeno próprio da democracia política. [...] É somente quando se conquistam e se garantem as liberdades políticas fundamentais [...] que distintos projetos societários podem confrontar-se e disputar a adesão dos membros da sociedade. [...] na ordem do capital, por razões econômico-sociais e culturais, mesmo num quadro de democracia política, os projetos societários que respondem os interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes.

Nesse contexto situam-se os projetos profissionais, os quais, nas palavras do mesmo autor,

apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (Netto, 2009, p. 144).

Nesse sentido, os projetos profissionais são estruturas dinâmicas, que se renovam e se modificam a partir das inelimináveis dimensões políticas que os compõem, seja no âmbito interno de cada profissão seja no âmbito das profissões com os projetos societários (Netto, 2009). Assim, explicita-se que no bojo do espaço plural de atuação, o Serviço Social vem desde meados das décadas de 1970 e 1980 construindo uma posição e direção hegemônica de atuação, ou seja, um projeto profissional que é pautado e alinhado ao projeto societário que considera e se orienta pelos legítimos interesses da classe trabalhadora, isto é, “[...] este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da *liberdade* como valor central. [...] se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração-dominação de classe, etnia e gênero” (Netto, 2009, p. 155).

Para tanto, a dimensão da formação acadêmico-profissional ocupa lugar decisivo. Deve ser “qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social” (Netto, 2009, p. 155). É a partir desses determinantes que a disciplina de “Classes e Movimentos Sociais” é ministrada.

Ainda em termos de localização e abertura do debate sobre classes e movimentos sociais, destaca-se que desde o primeiro momento em que se assume esse espaço formativo adota-se, direciona-se e busca-se dar ênfase ao debate a partir da realidade local, isto é, a partir de um continente e de suas regiões que ocupam lugar determinante na conformação da história econômica, social, política e cultural do mundo desde o século XVI, mantendo-se no emblemático século XIX e que se reafirma nestas primeiras décadas do século XXI.

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século XVI pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que,

ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século XIX, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e — quando a exportação supera as importações — de dívidas (Marini, 2005, p. 140).

Em suma, a disciplina preocupa-se e orienta-se pela necessidade de entendimento e aproximação com o território (e suas particularidades) em que ocorre a formação e a atuação profissional, explicitando-se as classes sociais, as lutas de classes, os sujeitos coletivos e as formas de luta na Região dos Inconfidentes de Minas Gerais a partir do que a autora tem entendido, pautado, problematizado e denominado de “questão social na mineração” (Bertollo, 2017) e, conseqüentemente, suas manifestações no cotidiano e vida dos indivíduos.

A partir dessa premissa e objetivando qualificar a disciplina enquanto espaço formativo de assistentes sociais capazes de compreender as determinações da realidade em sua multiplicidade, e a partir da sua essência, foram e são desenvolvidas ações didático-pedagógicas, das quais destacamos: 1) realização de *seminários* – em que se objetiva tornar conhecidos os movimentos sociais e sindicatos que atuam na região. As entidades são convidadas a vir à Universidade e expor as pautas e bandeiras de luta via diálogo e debate com os discentes; 2) *excursões curriculares* – em que se objetiva a aproximação com a realidade regional. Destaca-se a visita ao município de Barra Longa-MG em que, via articulação com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), foi

possível a aproximação com a comunidade local e melhor apropriação do real significado do rompimento da barragem de Fundão, que destruiu o centro e um distrito do município. Também destaca-se a realização de visita a Congonhas-MG em que, em articulação com o Sindicato Meta-base Inconfidentes (SMI), foi possível conhecer a atuação da entidade e a organização dos trabalhadores diretamente vinculados ao processo produtivo da mineração, bem como, refletir sobre o paradoxo “cidade histórica *versus* município minerador”, isto é, sobre a condição de um município que é uma das principais referências turísticas de Minas Gerais, mas que vivencia cotidianamente a iminência do rompimento da barragem Casa de Pedra, considerada a maior barragem construída em área urbana na América Latina; 3) *mural das lutadoras e lutadores sociais* — em que se busca dar visibilidade àquelas e àqueles que dedicaram sua vida e atuação às causas sociais em territórios que historicamente carregam as marcas da violência, exploração, opressão e espoliação, mas também de luta, tanto localmente (Mariana e Ouro Preto) quanto em esferas mais amplas (Brasil, América Latina e África). Além da exposição no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), intenta-se a exposição do mural em escolas públicas, praças e demais espaços em que possam dialogar, informar e potencializar o reconhecimento e a noção de pertencimento ao gênero humano, bem como a possibilidade e necessidade histórica de construção de outra sociabilidade; 4) *Discografia Veias Abertas Latino-Americanas Canções de Resistência*¹¹³ — em que, por meio de um caráter coletivo de construção, se busca evidenciar os processos de luta e resistência que são traduzidos por meio da arte, mais especificamente da música. Essa ação, que se tornou um projeto permanente na disciplina, objetiva tornar conhecidas aos brasileiros obras, compositores e intérpretes de países da Pátria Grande que historicamente são abafados pelas mídias hegemônicas e pelo mercado. Assim, se constitui na reunião, organização e divulgação das músicas de artistas de *Nuestra*

¹¹³ A discografia está disponível de forma gratuita e pública em duas plataformas on-line: Spotify: *Discografia Veias Abertas Latino-Americanas — Canções de Resistência*: link: <https://spotify.fi/38DTImE>. Youtube: *Discografia Veias Abertas Latino-Americanas — Canções de Resistência*: link: <https://bit.ly/3veDV5q>.

América, que cantaram e cantam os dilemas e que expressam a voz lutadora das massas historicamente superexploradas. A discografia assume como referência basilar de sua criação, construção e divulgação, as palavras e a melodia do *cantante* venezuelano Alí Primera, quando nos diz:

*No me pidan poemas de amor
Cuando quiero cantar la verdade
Es la vida la que hay que enfrentar
Yo no puedo esconderla en la flor*
(*Trecho da música: Escondese em la flor. Autoria: Alí Primera.*)

Classes sociais: considerações sobre a região dos inconfidentes em Minas Gerais

*Yo pregunto a los presentes
Si no se han puesto a pensar
Que esta tierra es de nosotros
Y no del que tenga mas
Yo pregunto si en la tierra
Nunca habrá pensado usted
Que si las manos son nuestras
Es nuestro lo que nos den [...]*
(*Trecho da música: A Desalambiar.
Autoria: Daniel Viglietti.*)

Assume-se como ponto de partida para o entendimento, reflexão e considerações sobre as classes sociais o “documento que, do ponto de vista teórico e político, mudou a face do mundo, empolgando a consciência e a ação de milhões de homens e mulheres” (Netto, 2015, p. 55). Trata-se do clássico texto publicado no ano de 1848, cuja autoria é de Marx e Engels, o *Manifesto do Partido Comunista*. Considera-se que, pas-

sados quase duzentos anos da data de publicação, esse texto permanece atual, relevante e muito tem a nos dizer sobre os determinantes, os dilemas e as perspectivas que se põem às classes sociais no contexto da luta de classes nesse início de século XXI.

Nas palavras dos autores,

a história de todas as sociedades tem sido a história das lutas de classes. [...] a moderna sociedade burguesa não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas. [...] Toda a sociedade se divide, cada vez mais, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado (Marx e Engels, 2008, p. 8-9).

Na sociedade moderna o pressuposto basilar que conforma o antagonismo entre as classes sociais fundamentais é *a propriedade privada dos meios de produção e o trabalho assalariado*, isto é, são os fundamentos do modo de produção capitalista que conformam a esfera da produção e da reprodução social. Permanecendo alinhada teoricamente à tradição marxista, referencia-se Lenin (1961, p. 128 *apud* Osório, 2014, p. 116) quando nos diz que

Chamam-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem.

Marx e Engels também explicitam acerca da sociedade organizada e dividida pela contradição capital *versus* trabalho, em que “o poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (Marx e Engels, 2008, p. 12).

Assim como os autores referenciados fizeram, reconhece-se a necessidade de inscrever o debate sobre classes sociais a partir da perspectiva

histórico-dialética. Nesse sentido, considera-se que as formulações da “teoria marxista da dependência” contribuem significativamente para o entendimento do modo de produção capitalista e das classes sociais, a partir do reconhecimento de que há particularidades na constituição, vigência e hegemonia desse modelo econômico-societário nos diferentes territórios do globo.

Processos como a Revolução Industrial, o além-mar, o comércio e o mercado mundial vão definindo e reafirmando a esfera da produção e da reprodução social. Em contraponto e imbricadas se consolidam as posições de dominantes e dependentes aos territórios Estados-Nação e, exploradores e explorados às classes sociais (Marx e Engels, 2008). Sobre o sistema mundial capitalista e a consequente divisão internacional do trabalho, Osório (2012a, p. 76) afirma que “temos um sistema mundial que opera com núcleos e acumulação de valor em contraste com amplos territórios que sofrem de desacumulação”. O mesmo autor prossegue afirmando que

Os processos que permitem a transferência de valores de uma região e uma economia para outras variam no tempo. Se na etapa colonial isso era possível por meios preferencialmente políticos (as colônias entregando tributos e impostos às metrópoles ou sofrendo despojos de riquezas e metais preciosos pela simples condição colonial), posteriormente tal processo tende a se apoiar de maneira predominante em mecanismos econômicos (deterioração nos termos de intercâmbio ou intercâmbio desigual, pagamento de royalties, transferência devido ao monopólio de conhecimentos, juros da dívida, etc.) (Osório, 2012a, p. 77).

Nessa perspectiva, o que se institui no continente latino-americano é um capitalismo *sui generis*, fundamentado pela dependência, superexploração da força de trabalho e pelo subimperialismo (Marini, 2005). Conforme o mesmo autor, “o processo de produção, na medida em que nos permite entender o processo de criação da mais-valia, dá conta do processo de exploração do trabalho pelo capital. O que é valorização para o capitalista é exploração para o trabalhador” (Marini, 2012, p. 22).

Na mesma perspectiva teórica e analítica, Osório (2012b) aponta que, esgotado o projeto de industrialização nas economias latino-americanas como projeto de maior autonomia econômica, tem início um novo padrão exportador de reprodução do capital, que guarda semelhanças com o padrão agromineiro exportador, que prevaleceu na região entre os séculos XIX e XX, porém também apresenta diferenças substanciais, uma vez que os eixos exportadores (agrícola, mineiro, industrial, serviços) compõem as grandes cadeias produtivas globais, que nesse momento histórico são dirigidas e estão sob o controle de empresas transnacionais, ou seja, é o capital internacional que dita as regras do jogo às economias dependentes fundadas e organizadas sob a lógica da especialização produtiva primário exportadora.

Assim, “o que temos na América Latina são novas formas de organização reprodutiva que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas que tendem a caminhar de costas para as necessidades da maioria da população” (Osório, 2012b, p. 104). Osório prossegue afirmando que “a globalização e o dinamismo do padrão exportador não se refletem na ampliação do poder de consumo dos assalariados em geral” (Osório, 2012b, p. 128).

Considerando que as economias dependentes não produzem para elas, mas, sim, para atender às demandas externas dos países de capitalismo central, põe-se nesse cenário a pouca importância dos salários na forma de organização da esfera da produção local. Explicita-se, portanto, que o que sustenta o atual padrão exportador na América Latina é “uma ofensiva brutal do capital sobre o fundo de consumo dos trabalhadores, convertidos agora em fundos de acumulação. [...] Não há campo da vida laboral e social do mundo dos trabalhadores em que não se apresente a devastação” (Osório, 2012b, p. 129).

É essa condição estrutural do capitalismo dependente que vai conformando na Região dos Inconfidentes de Minas Gerais e nas adjacências esse contexto, que é secular e extremamente violento sobre a natureza e a força de trabalho. Nas palavras de Osório (2012a, p. 42),

Definitivamente, o capital vai estabelecendo padrões de conduta em sua reprodução em períodos históricos determinados, seja porque privilegia certos ramos ou setores para investimento, seja porque utiliza tecnologias e meios de produção específicos, explora de maneiras diferentes ou reproduz — redefinindo — o que fez na matéria em outros momentos, produz determinados valores de uso e os destina para mercados — internos ou externos — adequados às suas necessidades, tudo o que, visto em seu conjunto, difere de como, em momentos distintos, realiza esses passos ou se reproduz.

É a partir desses determinantes que as classes sociais são conformadas, atuam e se perpetuam na Região dos Inconfidentes, sob e a partir do processo produtivo da mineração extrativista. Nas palavras de Osório (2012a, p. 79),

O sistema mundial capitalista estabelece em seu curso diversas divisões internacionais do trabalho, nas quais adquire sentido o papel fundamental que a América Latina desempenha como região produtora de metais preciosos, matérias-primas e alimentos desde a etapa colonial até a etapa do padrão primário-exportador. A crise desse padrão, a etapa de transição que se gera e a posterior conformação do padrão industrial na América Latina têm lógicas internas, porém estas se articulam com a crise do mercado mundial derivada da longa etapa que vai da Primeira Guerra Mundial à Crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial e que exigem do capital local a geração de um processo de industrialização como forma de reprodução. O atual padrão exportador de especialização produtiva adquire sentido no quadro de revoluções na microeletrônica, que multiplicam e aceleram as comunicações, a redução nos preços dos transportes de mercadorias e um novo estágio do capital financeiro. Tudo isso propiciou integrações mais intensas do mercado mundial, assim como novas possibilidades de segmentação dos processos produtivos, de realocação de indústrias e serviços, bem como uma elevada mobilidade do capital, processos que foram caracterizados com a noção de mundialização.

Pautado cotidianamente na destruição da natureza e na superexploração da força de trabalho, o contexto da mineração extrativista impõe duas marcas à história contemporânea: o *rompimento-crime da barragem de Fundão*, de propriedade da mineradora Samarco S.A., no dia 5 de novembro de 2015, em Mariana, e o *rompimento-crime da barragem da Mina do Feijão*, de propriedade da mineradora Vale S.A., no dia 25 de janeiro de 2019, em Brumadinho.

Esses rompimentos-crimes são decorrentes da ação desenfreada do capital minerário para apropriar-se e buscar retomar os patamares de lucratividade, diante de um contexto de elevação e queda do preço do minério de ferro no comércio mundial, ocorrido na primeira década do século XXI, período denominado como *boom e pós-boom das commodities*. Expressam aquilo que pode ser denominado como uma “máxima expressão da superexploração da força de trabalho”, ou seja, explicitam a contradição mais elementar entre as classes sociais nessa região e que requer formas de resistência e luta na perspectiva de superação dessa condição econômica, social e política que a gera e a perpetua historicamente (Bertollo, 2017).

O contexto de resistência e luta: aproximação às formas organizativas na região dos inconfidentes

[...] *No me asusta la amenaza*
Patrones de la miséria
La estrella de la esperanza
Continuará siendo nuestra [...]
(*Vientos Del Pueblo*. Victor Jara).

Por questões metodológicas, nas linhas que seguem não será possível apresentar com maior aprofundamento e registro as lutas sociais travadas historicamente neste chão, desde a sua “descoberta”, o saqueio

e jamais abandono pelos expoentes do capital. Período secular que compreende as lutas e embates travados no período colonial — cujas marcas foram a escravidão e o ciclo do ouro — e o contexto capital *versus* trabalho do século XIX em diante — cujas marcas mais determinantes estão na extração desenfreada de minério de ferro e na superexploração da força de trabalho¹¹⁴. Delimita-se, para melhor referenciar, o período contemporâneo, uma vez que está marcado pelo e no dia 5 de novembro de 2015, data do rompimento-crime da barragem de Fundão em Mariana.

Assim, assume-se o entendimento de Montañó e Duriguetto (2011, p. 337), quando nos dizem que o *movimento sindical* é “tratado como um movimento social clássico, tem relevância nas lutas a partir do século XIX em diante”, já os chamados *novos movimentos sociais* seriam tratados “ora como alternativo ora como complementar do movimento sindical [...] têm seu protagonismo e expansão nas décadas de 1960, 1970 e 1980” (Montañó e Duriguetto, 2011, p. 338). Por fim, as Organizações do Terceiro Setor, que tiveram “sua promoção e expansão a partir da década de 1990, tem-se apresentado como ‘porta voz’ da ‘sociedade civil organizada’” (Montañó e Duriguetto, 2011, p. 339).

A partir do reconhecimento de que há diferentes possibilidades de organização, nos alinhamos a Osório (2014, p. 112) e reafirmamos que “o problema real não reside tanto em discutir o surgimento de novos atores ou de novas identidades, mas, sim, nas derivações teóricas e políticas que situam os novos atores em contraposição às classes”. Nesse sentido, reafirmamos o exposto no item anterior: a pertinência e a necessidade de compreender as determinações sociais a partir da *perspectiva classista*, a fim de não incorrer na fragmentação da realidade e das formas organizativas das lutas sociais.

No que se refere ao lócus e ao contexto delimitados nesta reflexão, destacamos as seguintes e relevantes formas organizativas: o Sindicato Metabase Inconfidentes, o Movimento dos Atingidos por Barragens

¹¹⁴ Registramos que é nossa intenção ao longo da jornada acadêmica e de militância realizar estudo mais aprofundado da constituição dos sujeitos sociais e das lutas por eles travadas nessa região do país e nesse longo período histórico.

(MAB), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), as equipes de assessoria técnica que atuam junto aos atingidos, os próprios atingidos, por meio do jornal *A Sirene*, e a Fundação Renova, em contraposição a essas formas organizativas e sociais.

Na medida em que as classes sociais têm interesses sociais diferenciados e cada uma delas leva a cabo medidas com o objetivo de conseguir realizar tais interesses, isto provoca que na sociedade se produzam diferentes tipos de enfrentamentos e conflitos entre classes sociais, frações e/ou setores. A sociedade, neste sentido, é um extenso campo de relações sociais em disputa (Osório, 2014, p. 132).

A fim de trazer maior concretude ao que se almeja demonstrar, argumentar e defender, opta-se por explicitar o contexto da luta de classes a partir da perspectiva e da forma organizativa da classe trabalhadora por meio do jornal *A Sirene*, por considerar essa ferramenta uma instância legítima de voz, denúncia e enfrentamento à máxima expressão da superexploração da força de trabalho que representa o rompimento-crime da barragem de Fundão. Em posição oposta, explicita-se a Fundação Renova como expoente e instância representativa dos interesses do capital, isto é, das multinacionais empresas mineradoras, uma vez que perpetua as manifestações da exploração e da opressão sobre a força de trabalho, o que já se estende por dolorosos, difíceis e irresolutivos quatro anos¹¹⁵.

Acerca da Fundação Renova, organização não governamental responsável pelo processo de reparação e ressarcimento aos atingidos pelo rompimento-crime da barragem de Fundão, destaca-se a afirmação do Promotor de Justiça da Comarca de Mariana quando diz que

a Fundação é rejeitada pela comunidade atingida e não conta com o respaldo do Ministério Público Federal nem

¹¹⁵ Aponta-se que, neste capítulo, apenas será sinalizada a existência do jornal *A Sirene* e da Fundação Renova, a fim de demarcar o contexto da luta de classes na Região dos Inconfidentes pós-rompimento-crime da barragem de Fundão e os desafios para o avanço da luta no que se refere à negação e superação dos interesses contrários à classe trabalhadora. Intenta-se, em futuro próximo, a elaboração de artigo científico específico para o aprofundamento sobre essas divergentes posições e âmbitos da luta.

do Ministério Público de Minas Gerais. [...] A “transparência das atividades e na participação dos membros da comunidade – dois requisitos essenciais que não estão presentes nesta relação e que são a fonte de toda ilegitimidade da Fundação Renova (Meneghin, 2017a *apud* Bertollo, 2017, p. 225).

Nessa mesma perspectiva afirma Thiago Alves, representante do Movimento dos atingidos por barragens:

Vinte meses depois o que vemos é isto: a Samarco, por meio da Fundação Renova, se apoia na publicidade, promove a divisão, fomenta a desinformação, atua ‘empurrando os problemas com a barriga’ ao mesmo tempo em que trabalha impedindo a autonomia organizativa das famílias. Esta não é nossa opinião, é nossa experiência em todo este tempo de trabalho (MAB, 2017 *apud* Bertollo, 2017, p. 226).

Constata-se que, com o avançar do tempo, tal entidade somente reafirma sua ineficiência e irresolutividade diante das demandas mais emergenciais e legítimas dos atingidos, por mais que gaste exorbitantes quantias financeiras em publicidade para reafirmar o contrário¹¹⁶. Recentemente se completaram quatro anos do rompimento-crime e são inúmeros os casos de negação do reconhecimento dos danos causados a homens e mulheres ao longo da bacia do Rio Doce e, conseqüentemente, negado o acesso ao cartão emergencial de auxílio financeiro; nenhuma casa foi construída e o processo de cadastro dos atingidos e de seus bens para a futura e necessária reparação material é permeado por vícios, coerção e expressiva morosidade, dentre outras violações e violências cotidianas¹¹⁷.

Além disso, é preciso explicitar que a estrutura criada conforma um contexto maior de reafirmação do poder e controle do capital sobre o município e as estruturas públicas de atendimento à população. Sob o

¹¹⁶ Ver: reportagem ou publicidade: “Vale Destroí, o povo constrói”. *Brasil de Fato-MG*, v. 305, 2019. (Especial 4 anos de lama).

¹¹⁷ Ver: edição especial 4 anos. *A Sirene*, ano 4, n. 43, nov. 2019.

intuito de representar uma ação de responsabilidade social pela Samarco S.A., o que se explicita e se institui é a expressiva precarização do acesso e do funcionamento dos serviços públicos pela omissão do Estado/poder público municipal. Conforme palavras do prefeito municipal, Duarte Júnior

Lá em Brumadinho a empresa está parada mas há doação do valor como se ela estivesse produzindo. Aqui parou de produzir e não mandou um real. Nós perdemos isso e aumentamos em 26 por cento a demanda em saúde. Houve um aumento em torno de 17 por cento de demanda de cesta básica também (Marques, Paes e Fiúza, 2019).

Aponta-se também que esse cenário traz novos e exigentes desafios às categorias profissionais, no que se refere à intervenção sobre e a partir da “questão social na mineração” e suas manifestações. Um dos principais elementos que explicita esse contexto é o fato de que profissionais de diversas áreas, principalmente do Serviço Social e da Psicologia, foram contratados para atuar na rede pública municipal, via terceirização, isto é, a partir de empresas que prestam serviço à Fundação Renova. Decorre daí um contexto de precarização laboral, marcado pela fragmentação das ações desenvolvidas e pela incerteza da continuidade das equipes de trabalho, cerceamento de proposições mais organicamente alinhadas aos interesses da classe trabalhadora e, em casos extremos, a realização e operacionalização do exercício profissional não alinhado aos princípios e diretrizes profissionais legais e eticamente construídas por tais sujeitos coletivos.

Ressalta-se que, diante desses determinantes e dilemas, o processo de reparação, conduzido pela Fundação Renova, se configura em “um crime que se renova”, em uma farsa. Explicitando, lutando e denunciando tal contexto estão os atingidos, utilizando e valendo-se de diferentes mecanismos, dentre os quais destacamos o jornal *A Sirene* por ser um espaço de efetiva participação e construção coletiva, por ser a voz que relata o cotidiano e a vida da classe trabalhadora pós-rompimento-cri-

me, a partir das premissas da verdade, da denúncia e da luta. Conforme apresentação no site do jornal,

A luta pelo direito de voz dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana/MG, tem uma importante arma: o *Jornal A Sirene*. Produzido pelos próprios atingidos, o veículo está no epicentro da maior tragédia ambiental do Brasil e é mantido por um acordo entre os atingidos, o Ministério Público e a Arquidiocese de Mariana. Sempre no dia 5 (data que marca a tragédia que matou dezenove pessoas e destruiu diversas comunidades) de cada mês, os atingidos lançam uma nova edição do jornal. São veiculados relatos sobre as dificuldades enfrentadas e, também, denúncias sobre a Samarco e suas controladoras, esclarecimentos para as comunidades atingidas e a troca de experiências entre os antigos vizinhos. Publicado desde fevereiro de 2016, o *Jornal A Sirene* produziu histórias grandiosas sobre os efeitos da tragédia na vida de centenas de famílias. São destaques o resgate de patrimônios soterrados pela lama em Bento Rodrigues e o preconceito vivido por atingidos que decidem clamar por seus direitos em uma cidade dividida pelos rumos da mineração. Com o apoio de grupos técnicos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e de assessorias direcionadas aos atingidos, movimentos sociais e coletivos, o *Jornal A Sirene* tem mais de setenta pessoas, entre organizadores e colaboradores (A Sirene, 2019).

Destacamos duas falas de atingidos pelo rompimento-crime expressas no manifesto “Lutar é nosso direito”:

A Renova só aparece quando tem alguma mobilização feita pelos atingidos, toda vez que fazemos um protesto, eles aparecem. Se não são as manifestações, nós não somos vistos por eles, somos considerados um nada. Os atingidos, para eles, são um nada. Nas reuniões, eles tentam dialogar, mas acaba não chegando a nada. Eles vêm só pra jogar conversa fora, se não pressionar e cobrar, não fazem o que é devido. Wenderson Carlos, morador de Barra Longa (A Sirene, 2019).

Manifestar é uma forma de mostrar para todo mundo nossa insatisfação e o desrespeito que a empresa nos trata. Porque, pra todo mundo, ela é boazinha, mas a gente só conseguiu o que tem através de manifestação, de não ficar calado. Se a gente ficar calado, não recebe nada, os direitos vão por água abaixo. Edilaine Marques dos Santos, moradora de Bento Rodrigues (A Sirene, 2019).

Diante dessas denúncias, explicita-se que o contexto da luta de classes é árduo e doloroso. Configura-se de modo completamente desigual, uma vez que, de um lado, os expoentes do capital possuem estrutura, recursos financeiros, apoio dos governos (haja vista a subserviência do Estado para com o capital na região e no país) e dessa forma vão conseguindo impor sua perspectiva sobre a versão e a forma de lidar com os fatos. Por outro lado, aqueles que têm como única forma de existência nessa sociabilidade a venda da força de trabalho e que, ao terem seu modo de vida alterado pelo rompimento-crime, passaram a ocupar o lugar da resistência, denúncia e luta, conformando e se alinhando aos movimentos sociais do país e internacionais.

Nesse sentido, mais do que a mera disputa pela narrativa ou distintas formas de narrativa acerca do rompimento-crime, o jornal *A Sirene* e a Fundação Renova, guardadas as características de ambos, são a *personificação das classes sociais antagônicas* no contexto da mineração extrativista.

Explicitar, mesmo que brevemente, essas divergentes posições da luta é imprescindível para compreender a configuração das classes sociais nesse território, bem como para potencializar as lutas a partir dos interesses legítimos da classe trabalhadora superexplorada. Demarca-se que a questão determinante e que desencadeia o surgimento dessas formas de organização e luta é a *própria existência de classes sociais antagônicas na sociabilidade capitalista*, que a partir do rompimento-crime da barragem de Fundão, por meio de trâmites e acordos judiciais, permite, pressupõe e requer a criação de novas ferramentas no contexto da luta

de classes, isto é, sob a mediação do Estado, prioritariamente sob a lógica do direito.

Em suma, tanto o jornal *A Sirene* quanto a Fundação Renova decorrem e existem a partir da determinação material da *esfera da produção*, nesse caso, da mineração extrativista, orientada pela lógica da espoliação, do saque e da apropriação privada da natureza e do valor excedente criado pela força de trabalho no processo produtivo. No entanto, compreendemos que a atuação de ambas se localiza e incide mais fortemente na *esfera da reprodução social*, mais especificamente no contexto da disputa material e ideológica para explicação das consequências violentas e destrutivas do processo produtivo, cuja máxima expressão foi o rompimento-crime.

Explicação que imediatamente pressupõe, explicita e reivindica, pela perspectiva da classe trabalhadora, o processo de reparação e (re) construção de suas vidas e, pela perspectiva das mineradoras, a argumentação de que tais questões são garantidas pelas ações desenvolvidas por sua expoente. Portanto, o que delimita e conforma o contexto da luta de classes pós-rompimento-crime da barragem de Fundão é a própria sociabilidade capitalista e as mediações de sua existência e perpetuação, dentre elas, o Estado, pela perspectiva do direito, da legalidade e das normatizações, seja pela via da justiça reparativa seja pela via da legitimação da perpetuação da exploração mineral, âmbitos que por si só não se excluem na sociedade burguesa.

Sinaliza-se com isso que a luta de classes a partir da sociabilidade capitalista pode tomar duas direções: *a reformista ou a revolucionária*. A reformista implica e delimita-se na “reivindicação institucional do direito a ter direitos” e na sua garantia e no limite que essa questão por si só porta. Em um período histórico como o que estamos vivendo, que é caracterizado pelo acirramento da crise estrutural do capital e em que a ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora alcança patamares cada vez mais ampliados e avassaladores, lutar por direitos no capitalismo é urgente e necessário, mas não basta! É preciso dotar essa luta de sentido e caráter mais amplos e radicais no que se refere à modificação dos

fundamentos das relações sociais e econômicas da ordem burguesa: a propriedade privada dos meios de produção e o trabalho assalariado.

Assim, a perspectiva revolucionária consiste e deve pautar a *construção e constituição das forças sociais a favor e a partir dos interesses legítimos da classe trabalhadora*. Tensionar e superar essa realidade conformada pela lei geral que estabelece o enriquecimento de poucos em detrimento do pauperismo de muitos, não se dará a partir de movimentações automáticas ou fórmulas pré-estabelecidas e provenientes da inspiração de sujeitos ilustrados e responsáveis por desencadear tal ato. O que se reafirma é a tese de que está a cargo da classe trabalhadora a possibilidade e necessidade histórica de superação do *status quo* e a construção de um projeto societário diferente do vigente, que permita aos sujeitos serem verdadeiramente livres e emancipados. Essa alternativa inscreve-se no contexto da luta de classes, das lutas sociais travadas cotidianamente pela classe trabalhadora a partir das alianças construídas, das posições assumidas, das pautas defendidas e do horizonte e projeto societário que se buscará construir.

Nesse sentido, o Serviço Social como sujeito coletivo reconhece e pauta a necessidade de compreender tais premissas, que perpassam o debate e a existência das classes sociais, dos movimentos sociais, da luta de classes e da transformação societária. Assume a teoria social crítica como referencial hegemônico da formação acadêmico-profissional no âmbito das disputas teóricas e político-ideológicas existentes no seio da própria categoria e reafirma que “na luta de classes não há empates”, que “a nossa escolha é pela classe trabalhadora” e, dessa forma, torna-se também um instrumento na construção de um projeto societário que não seja marcado e conformado pela historicamente instituída e cada vez mais ampliada barbárie capitalista.

Considerações, não finais, mas necessárias

No dejaremos que cierrem
La linda puerta que siempre
Há estado abierta a la vida [...]
(Abran la puerta.
Alí Primera).

A formação de assistentes sociais pressupõe a apropriação de referencial teórico e crítico e a articulação com diferentes sujeitos coletivos, instâncias e entidades que se põem no âmbito necessário de entendimento, proposição e enfrentamento da realidade posta e vivenciada cotidianamente sob os marcos do capitalismo. Essa requisição e posição teórico-política, assumida pela categoria profissional no que se refere à formação, está imbricada e é influenciada diretamente pelo contexto de ofensiva do capital à educação pública, gratuita e de qualidade, à universidade¹¹⁸ e às possibilidades organizativas da classe trabalhadora¹¹⁹.

Isso implica e requer a constante indagação: *conhecimento para quem e para quê?* Entende-se que a resposta a essas questões está na própria requisição e legitimidade que a profissão atualmente possui e que foi construída historicamente, seja internamente ou dela com demais categorias profissionais e sujeitos coletivos, como os movimentos sociais, o partido político, os sindicatos etc., ou seja, *fazer uso e não afastar-se da autonomia profissional e da competência de manifestação técnica em matéria de*

¹¹⁸ Ver: GONÇALVES FILHO, Antônio; FARAGE, Eblin. Educação superior pública e o Future-se: o projeto do capital em tempos de ascensão da extrema direita. *Em Pauta*, v. 17, n. 44, p. 33-49, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/37ddQMi>. Acesso em: 19 mai. 2021.

¹¹⁹ Em 1º de março de 2019 o *Diário Oficial da União* publicou, em edição extraordinária, a Medida Provisória (MP) nº 873/2019, alterando a redação dos artigos 545, 578, 579-A e 582 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e revogando o art. 240, alínea “c” da Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais – RJU), com o indisfarçado propósito de restringir e dificultar seriamente a arrecadação de contribuições às entidades sindicais. Ver a Nota Técnica publicada pelo Andes-SN. Disponível em: <https://bit.ly/37cnJKb>.

*Serviço Social*¹²⁰. Nesse sentido, enfatiza-se a importância da articulação das três dimensões que compõem a formação e exercício profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Dimensões que são materializadas e conformadas no âmbito da formação a partir da imprescindível articulação orgânica entre ensino, pesquisa e extensão, e a partir do efetivo, aprofundado e competente entendimento do objeto de estudo e trabalho que a profissão assume: a questão social e suas mais variadas e complexas manifestações.

A entrada no século XXI vem carregada de dilemas e questões a serem enfrentadas pelo Serviço Social e pela classe trabalhadora a partir do entendimento de que a realidade está em movimento e da necessidade de realização de sínteses de análises e atuação. Estas dizem respeito e estão calcadas na reascensão do conservadorismo em todos os âmbitos da vida social, no próprio caráter contraditório e limites que as conquistas históricas efetivadas no âmbito da sociabilidade burguesa portam e, na questão central que é o como entendemos estas questões e o que fazemos para o seu enfrentamento no sentido de respostas profissionais, mas também de respostas coletivas de caráter mais amplo e generalizante, isto é, no diálogo com demais sujeitos coletivos da classe trabalhadora.

Diante disso, pautar o debate sobre classes e movimentos sociais a partir da teoria social crítica, da perspectiva da totalidade, do materialismo histórico-dialético, dando ênfase aos dilemas e questões do cotidiano e vida dos sujeitos superexplorados desse rincão do globo, sem sucumbir ao identitarismo, ao culturalismo, à fragmentação da realidade e à perspectiva que aponta o fim da história com a instituição e hegemonia do capitalismo, em um curso de graduação de uma universidade pública instalada em um território cuja hegemonia e domínio é do capital minerário, é tarefa relevante, necessária e urgente no que se refere à disputa político-ideológica de projetos societários distintos. O percurso e as formas para tanto são construídas semestre após semestre, no diá-

¹²⁰ Ver: CFESS. Resolução CFESS nº 557, de 15 de setembro de 2009. Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais. Resolução: Ivanete Salete Boschetti: Presidente do CFESS. Brasília, 15 set. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3rod1a6>. Acesso em: 19 mai. 2021.

logo estabelecido conjuntamente entre docente, discentes, comunidade universitária, categoria profissional, movimentos sociais, sindicatos, isto é, entre os mais variados sujeitos coletivos da classe trabalhadora.

Sem qualquer pretensão de apresentar uma verdade absoluta sobre essa temática, no intuito de estabelecer um diálogo franco, honesto e potencializador com a categoria profissional a que se vincula e com a classe social a que pertence, assumindo a certeza de que é somente a partir da articulação efetiva entre os sujeitos coletivos que se pode avançar no contexto da luta de classes, a favor dos interesses legítimos da classe trabalhadora, esta autora afirma que, para ela, a tarefa de materializar semestre após semestre o anteriormente exposto acerca da disciplina de “Classes e Movimentos Sociais”, bem como, de sintetizar as reflexões e posições apresentadas nas linhas anteriores “*É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio*”¹²¹. Com isso objetiva que este escrito contribua para desencadear em cada leitor e leitora a opção por estar na mesma trincheira nessa quadra histórica e assim avançar coletivamente na luta no sentido de superação desse projeto societário fundamentado a partir de classes sociais antagônicas e nas engrenagens que as produzem. Tarefa histórica que permanece possível, imperiosa e urgente à classe trabalhadora. Que não pode ser pautada a partir da mera volição individual e dos sujeitos coletivos, mas, sim, a partir do real entendimento dessa estrutura societária e das possibilidades históricas que este tempo concretamente nos apresenta e exige. Por entender que não há caminho que não aquele explicitado no clássico texto-documento de 1848, reafirma-se: *trabalhadores e trabalhadoras do mundo todo, uni-vos!*

¹²¹ Trecho da poesia “A flor e a náusea” de autoria do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade.

Referências

A SIRENE. Edição especial 4 anos – para não esquecer. *A SIRENE*, ano 4, n. 43, nov. 2019.

BERTOLLO, Kathiúça. *Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG*. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2017.

BERTOLLO, Kathiúça. O rompimento/crime da barragem de Fundão em Mariana-MG: máxima expressão da superexploração da força de trabalho. In: CONGILIO, Celia Regina; BEZERRA, Rosemayre; MICHELOTTI, Fernando (org.). *Mineração, trabalho e conflitos amazônicos no sudeste do Pará*: v. 1. Marabá: Editorial iGuana, 2019a. p. 49-97.

BERTOLLO, Kathiúça. O rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG após três anos: considerações sobre um “crime que se renova”. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE TEORÍA SOCIAL, 3., 2019, Buenos Aires. *Anais* [...]. Buenos Aires: UBA, 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/3rgnrso>. Acesso em: 19 mai. 2021.

CFESS. *Resolução CFESS nº 557*, de 15 de setembro de 2009. Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais. Brasília, DF: CFESS, 15 set. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/38uXfnc>. Acesso em: 19 mai. 2021.

GONÇALVES FILHO, Antonio; FARAGE, Eblin. Educação superior pública e o Future-se: o projeto do capital em tempos de ascensão da extrema direita. *Em Pauta*, n. 44, p. 33-49, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3E0akR5>. Acesso em: 19 mai. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ICSA. Serviço Social. ICSA, Mariana, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/37zBhPw>. Acesso em: 19 mai. 2021.

LUTAR É nosso direito — manifesto. *A Sirene*, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3v4iELP>. Acesso em: 19 nov. 2019.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: OSÓRIO, Jaime; FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias. (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-37.

MARQUES, Laura; PAES, Cintia; FIÚZA, Patrícia. Mariana: com a tragédia da Samarco, cidade deixou de arrecadar R\$ 240 milhões. *G1 Minas Gerais*, 31 out. 2019. Disponível em: <http://glo.bo/371EMOZ>. Acesso em: 11 nov. 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I — O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. As classes. In: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III — O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 947-948.

MONTANO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. *Estado, classes sociais e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2011. v. 5, p. 337-351.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete *et al.* (org.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 141-160.

NETTO, José Paulo. O Manifesto Comunista: limites e grandeza teórico-política. In: NETTO, José Paulo (org.). *Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 55-72.

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 37-86.

OSÓRIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012b. p. 103-134.

OSÓRIO, Jaime. As classes sociais no capitalismo. In: OSÓRIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras expressões, 2014. p. 109-142.

VALE destrói, o povo constrói. *Brasil de Fato*, n. 305, nov. 2019.

SOBRE nós — Jornal A Sirene: a voz dos atingidos pela Barragem. *A Sirene*, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3v6EuOK>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SANTOS, Matheus. Administração, Direito, Jornalismo e Serviço Social têm nota máxima no Enade. *Universidade Federal de Ouro Preto-Notícias*, Ouro Preto, 7 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3JRNPPX>. Acesso em: 19 mai. 2021.

CAPÍTULO 7

SERVIÇO SOCIAL, ARTE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA MINERAÇÃO DO OUTRO

Marlon Garcia da Silva¹²²

Introdução

I

*O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.*

II

*Entre estatais
E multinacionais,
Quantos ais!*

III

*A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.*

IV

*Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos*

¹²² Professor adjunto do Departamento de Serviço Social (Desso) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Assistente social formado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Mestre e Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em filosofia pela UFOP (2012). É coordenador do *Mineração do outro* — núcleo de estudos, pesquisa e extensão, vinculado ao curso de Serviço Social e à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX/UFOP), inscrito e certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Sem berro?

(Lira Itabirana, Carlos Drummond de Andrade)

*Aprendi que nós, em coletividade somos agente da sociedade,
pois sua luta também é minha, e vice-versa.*

(Verso da poesia “Não desistir da luta”, construída por adolescentes que participam do Projeto de extensão Lavras de versos bairro Cabanas)

O texto que segue apresenta o Mineração do Outro — Programa Marxista de Cultura e Crítica Social¹²³, vinculado desde 2014 ao curso de Serviço Social e à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, recuperando elementos do seu surgimento, da sua trajetória, das suas ações, dos seus objetivos, dos seus resultados e assinalando, por fim, o movimento pelo qual o programa, inicialmente situado no âmbito da extensão universitária, se desdobra em 2019 no núcleo de estudos, pesquisa e extensão Mineração do outro, registrado e vinculado também junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O texto busca situar, em termos breves, o programa/núcleo no âmbito de uma instituição de ensino superior brasileira, bem como considera essa instituição a referência mais ampla das relações sociais de base, a partir das quais se constitui, se desenvolve, e com as quais interage no desempenho de suas funções específicas na reprodução social. Em outras palavras, pressupõe, considera e discute as relações e imbricações entre bases sociomateriais e econômicas, assentadas nas estruturas produtivas da mineração, no capitalismo dependente

¹²³ O *Mineração do outro*, em 2019, é coordenado pelo autor do presente texto e pela prof.^a Dr.^a Kathiúça Bertollo. É preciso registrar com ênfase que o Programa/ Núcleo é produto de construção fortemente coletiva, com destaque para a atuação protagonizada por um número grande de estudantes que constroem ao longo dos últimos seis anos o *Mineração do outro*, representados aqui pelos bolsistas e pelos estudantes extensionistas que se encontram vinculados em 2019/02: Drielle Celia Trindade Gomes, Edvaldo Cesar Rocha, Erika Danielle Pereira dos Santos, Felipe de Souza Oliveira, Iago Vinicius Evangelista Marques, Izabela Fernandes Resende, Izabella da Rocha Santos, João Vitor Gomes de Freitas, Kathleen Soares Melo, Kelly Mariana Motta Ribeiro, Laíssa Lamone Gomes do Nascimento, Lara Nantes Hybner Ferreira, Lara Silva do Espírito Santo, Larissa Silva Pirolla, Laura Borges Ribeiro, Luane de Oliveira Guedes, Lucas Aredes Alves, Mariana Monteiro Vieira, Mariana Santos Oliveira, Paloma Marques da Silva, Pedro Vitor Marques de Castro, Roldão Frederico Pena Aguiar Silva, Vitória Latorre de Carvalho, Yuri Soares da Silva.

(Fernandes, 2009), e a “superestrutura” institucional e ideológica que se forma sobre essas bases.

Desde o seu início, o Mineração do outro, cujas nomeação e identidade se inspiram e referem à obra do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, em contraposição às estruturas econômicas violentas e expropriadoras da indústria da mineração, busca apontar para a riqueza matricial, genuína, autêntica e maior de Minas Gerais: o próprio povo mineiro trabalhador. As ações do programa, buscando constituir uma extensão universitária de *caráter popular-classista*, e visando compor e fomentar a cultura crítica e de resistência a essas estruturas econômicas da região dos inconfidentes, têm se concentrado no campo das expressões artísticas, consolidadas nos últimos seis anos em projetos que atuam com poesia e cinema.

Essas ações, que seguem apresentadas no corpo do presente texto, numa de suas frentes, são constituídas pelos projetos Lavras de Versos Bairro Santo Antônio (Prainha) e Lavras de Versos Bairro Cabanas, que desenvolvem “círculos de cultura” e saraus com adolescentes que residem em bairros de abrangência de dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Mariana, eventos em que são refletidos e debatidos os temas e as questões que brotam da vida cotidiana dos adolescentes, numa interação com suas referências culturais e com a fruição e a produção de poemas. Outra frente principal é composta pelo Cine Faísca, que exhibe e debate filmes marcantes da história do cinema, especialmente aqueles que refletem e repõem de forma estética nas telas a realidade latino-americana e brasileira; o projeto visa constituir uma faísca que dispara e favorece o despertar da compreensão crítica dos nossos processos históricos particulares e gerais. O Cine Faísca organizou em 2019, no âmbito do Mineração do Outro”, o projeto de extensão *Mostra Silvio Tendler de Cinema*, que contou com a presença, em Mariana e em Ouro Preto, do importante cineasta brasileiro, que lançou documentário inédito, ministrou curso de extensão, debateu seus documentários e foi homenageado com o título de professor *honoris causa* nas

atividades comemorativas dos cinquenta anos da Universidade Federal de Ouro Preto.

O Mineração do Outro é composto também pelo curso de extensão Ontologia e Estética – Arte e Sociedade, ação voltada ao “momento ideal” (Lukács, 2013), subjetivo, que toda práxis social, como processo teleológico, implica. É precisamente com o curso de extensão e com estudos e debates concentrados nas questões da peculiaridade do estético, seus processos de gênese, suas categorias específicas, sua função social, que tem início, em 2014, o programa, seus projetos e ações, que buscam superar os muros e grades materiais e simbólicos que cercam a universidade, nos esforços da constituição de fluxo livre, de vias de mão dupla, de trânsito, encontros, tensionamentos e potencialização recíproca de saberes e práticas sociais, das cotidianas às mais mediadas.

De 2014 a 2019, esta ação foi amadurecendo, se desdobrando e abrindo também para a constituição de grupo e núcleo de estudos e pesquisa, consolidando as interações e a potencialização recíproca entre extensão, ensino e pesquisa de graduação e pós-graduação — dimensão e caráter que acompanham o Mineração do Outro desde o seu início, o que se mostra tanto pelas parcerias com pesquisadores destacados nas áreas de atuação do programa, como também pelos vários trabalhos de iniciação científica e Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos ao longo dos últimos seis anos.

Num movimento posterior, o texto que segue traceja contornos e tateia, em aproximação, algumas categorias específicas do estético, tomando por referência a filosofia marxista, mais precisamente a obra de György Lukács *A peculiaridade do Estético*, quando, tendo em vista os processos de humanização, é destacada e tratada a categoria da *particularidade* e, em torno dela, as categorias da *antropomorfização* de caráter estético, da *autoconsciência* e da *desfetichização*. Com o esboço dessas categorias, numa indicação inicial de seus nexos, de suas conexões com as determinações sociomateriais de base, de suas formas específicas de interação e retroação sobre a realidade, busca-se suscitar e fomentar, em termos mais amplos, o debate sobre as possibilidades, a especificida-

de e a potência da arte como instrumento das lutas que se travam nas trincheiras e nas guerras subjetivas, ideais e ideológicas, nas sociedades contraditórias, classistas; e em sentido mais específico, o interesse se concentra tanto numa aproximação a essas questões e categorias, nas particularidades de suas expressões no chão sociomaterial da Região dos Inconfidentes quanto nas possibilidades e potência de sua utilização por assistentes sociais formados e em formação, em seus trabalhos na universidade ou nos espaços diversos das práxis estudantis e profissionais.

Capitalismo e Universidade — produção de riqueza e produção e disseminação de conhecimento

Para uma aproximação à natureza e às relações entre bases econômicas e as superestruturas que se constituem sobre essas bases, na conformação de uma totalidade social determinada, orgânica, pode-se retomar a ideia de que o capitalismo, como modo específico, histórico, de produção e reprodução de relações sociais e de riqueza, por seus fundamentos contraditórios, em termos mais precisos, por se assentar nas relações da propriedade privada das condições e meios gerais da produção e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, vai constituindo e consolidando no seu evoluir um conjunto complexo de formas subjetivas e ideológicas, institucionais e simbólicas, formas essas que são, em consonância com as determinações e a dinâmica sociomateriais de base, igualmente históricas.

Evidentemente, conforme o tempo e o lugar, essas relações assumem conformações distintas, específicas. Assim, em termos e lineamentos muito gerais, pode-se assinalar razoavelmente que nos processos históricos em que o capitalismo e a burguesia encarnam e personificam um conjunto de forças produtivas avassaladoras e destrutivas das formações sociais que os precedem ou que deles se distinguem, nesses processos históricos, por assim dizer, ascendentes do capitalismo, se formam tam-

bém as chamadas “ilusões heroicas” consignadas, por exemplo, em valores e em ideais estampados em bandeiras como “liberdade, igualdade e fraternidade”.

Ocorre, a contragosto da burguesia, que não só a cabeça, em circunstâncias determinadas, forma representações, ideias etc. sobre o mundo e sobre a realidade, mas também a realidade e o mundo se põem e impõem, na história, como critérios prático-sensíveis de confirmação ou infirmação das representações, das ideias e dos valores formados subjetivamente. Interessa aqui indicar que o capitalismo, ao longo dos séculos XIX e XX, acentua crescentemente suas contradições sociomateriais de base, ficando cada vez mais clara a impossibilidade, nessas relações, da efetivação, por exemplo, de “liberdade, igualdade e fraternidade” substantivas, com o que caem por terra as chamadas “ilusões heroicas”, quer dizer, estreitam-se ou esgotam-se as possibilidades de expressões racionais da realidade social sob a ótica e a perspectiva burguesa, sob pena do desvelamento das determinações essenciais e matriciais de fenômenos que se materializam, por exemplo, nas chamadas expressões da “questão social”.

Ao mesmo tempo, entra em cena a classe trabalhadora, antípoda das relações do capital, reivindicando protagonismo com seu corpo, ideias e capacidade de organização e movimentação crescentes. É precisamente no âmbito dessas determinações e dinâmica que emerge uma tendência principal da contemporaneidade, que não obstante suas expressões particulares concretas, pode ser identificada como “decadência ideológica” da burguesia (Lukács, 1981), cujas características fortes remetem à tergiversação ou à fuga das determinações da realidade, em variações que se ramificam e desdobram em diversos galhos, do subjetivismo que elide ou pretende suprimir a objetividade do mundo, das categorias da realidade, do objetivismo que reduz a realidade a dimensões fenomênicas, empíricas e funcionais, nesse caso, numa dupla redução que, por um lado, empobrece ou destitui as determinações da totalidade social e, por outro lado, reivindica um padrão de racionalidade limitado aos imperativos da manipulação de variáveis empíricas da realidade.

Esses lineamentos e determinações gerais, que dizem respeito aos mecanismos mais fundamentais de produção e reprodução de riqueza e vida no capitalismo, podem ser considerados bastante úteis a movimentos de aproximação às formas concretas e contemporâneas das práticas econômicas e às formas da produção de conhecimento ligadas a essas bases sociomateriais. Ocorre que o capitalismo e a burguesia sempre precisaram e sempre precisarão fomentar conhecimentos e saberes cada vez mais sofisticados e potentes no domínio subjetivo e prático das forças da natureza, no desenvolvimento de tecnologia etc., a fim de satisfazer seus interesses econômicos, a serviço do que se conforma, por exemplo, um padrão de racionalidade que se movimenta no referido nível das determinações mais fenomênicas, empíricas e funcionais da realidade e na manipulação dessas determinações, como procedem, por exemplo, as tradições do positivismo e do neopositivismo (Lukács, 2013), para o que concorrem o parcelamento e a fragmentação do saber em disciplinas específicas e isoladas etc. Interessa destacar nesse ponto que os imperativos da produção de conhecimentos científicos e da constituição de potência tecnológica subsumidos aos interesses da valorização do valor, ligados ao tipo e padrão de racionalidade sinalizados nestas linhas, desembocam e materializam muitas vezes a contradição, pela qual o domínio das forças da natureza é simultaneamente a perda do domínio dos homens sobre si, sobre a própria capacidade de planificar e reger a dinâmica de produção e reprodução da vida.

Esses processos, tracejados aqui em termos mais gerais, assumem corpo e feição específicos na América Latina e no Brasil, o que remete à questão das formas particulares de objetivação do capitalismo nessas latitudes, e à consideração da formação sócio-histórica do continente e suas nações em sentido mais amplo, algo, evidentemente, impossível de ser tratado neste espaço. Não obstante, aqui se faz necessária uma pequena digressão.

Nos limites de algumas referências e aproximações, é flagrante que os dramas e dilemas latino-americanos remetem matricialmente aos processos multisseculares da *espoliação colonial*, de raiz principalmente ibé-

rica, espanhola e portuguesa, a partir da qual se desdobram formas de dominação externa específicas, como aquela tipicamente comercial, hegemônica pelos ingleses no século XIX, nos tempos dos processos de independência político-formal das nações do continente, e aquela que conforma as estruturas do capitalismo dependente na América Latina, que avança desde os fins do século XIX e culmina, no século XX, com a hegemonia norte-americana, num tipo e padrão de dominação externa que Florestan Fernandes chamou de “imperialismo total” (Fernandes, 2009, p. 18).

O capitalismo dependente corresponde, pois, às relações de subordinação, heteronomia e extemporaneidade pelas quais os processos de entificação e objetivação do modo de produção capitalista, que tem nos processos de industrialização uma base principal de sua edificação, de sua potência, de seu acabamento, se realizam na América Latina e no Brasil (Chasin, 2000). A constituição dessas estruturas e engrenagens capitalistas coincidem com uma fase em que os processos de produção e acumulação, concentração e centralização de capital nos países capitalistas hegemônicos já alcança patamares muito elevados, conformando a chamada fase monopolista e imperialista do capitalismo, de modo que as possibilidades de processos capitalistas autônomos nos países latino-americanos são muito estreitas.

Considerando esses processos e estruturas, pode-se ressaltar que a magnitude de capital, monopolista nos centros hegemônicos quando embrionária, incipiente e débil nas latitudes latino-americanas, repercute, por exemplo, na potência e nas formas da composição orgânica do capital, quer dizer, na composição de valor e na proporção técnica em que o capital se transforma em capital constante ou massa dos meios de produção e capital variável ou conjunto da força de trabalho. Ao fato de que a expropriação de trabalho excedente é historicamente levada no capitalismo dependente a formas e níveis extremos, para o que concorre também a expropriação do próprio trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e sua transferência para o crescimento da massa de capital, se articula a acumulação e a concentração de capital que se

transforma e materializa, por exemplo, em maquinaria e em tecnologia, com o que é possível ir retornando ao veio da argumentação que destaca e pensa a relação entre estrutura e dinâmica produtiva e produção de conhecimento. As determinações sócio-históricas brevemente recuperadas nestas linhas facultam a sinalização, em termos muito gerais, da imbricação entre dramas e dilemas materiais das estruturas do capitalismo dependente, e dramas e dilemas de ordem subjetiva, simbólico-cultural, quando se considera, por exemplo, a questão da produção e do acúmulo de conhecimentos técnicos, científicos, tecnológicos etc.

É oportuno e instrutivo lembrar aqui que a categoria “imperialismo total” (Fernandes, 2009, p. 18), mencionada linhas acima, corresponde tanto a processos e estruturas tipicamente econômicos, quando são transplantados massivamente para o continente latino-americano, fortemente na segunda metade do século XX, capitais e estruturas produtivas estrangeiras, do grande capital monopolista, destacadamente estadunidenses, quanto corresponde ao espraio institucional, ideológico e simbólico-cultural dos interesses e forças do grande capital, no investimento em uma espécie de colonização da subjetividade e das mentes, que em suas variações, vai desde a disseminação de ideias, valores e formas de comportamento referenciadas, por exemplo, no *american way of life*, até influxos ideológicos e práticos na institucionalidade do ensino superior, com reformas universitárias ditadas pelos norte-americanos, mediante “mecanismos criados de várias maneiras (da Aliança para o Progresso, dos acordos MEC-USAID, da OEA, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da União Pan-americana etc.)” (Fernandes, 1975, p. 116).

Nessas considerações muito rápidas, é importante indicar o reconhecimento de que a objetivação do capitalismo e os processos de industrialização no Brasil, na subordinação ao capital monopolista externo e ao imperialismo, estão concluídos desde os fins do século XX (Chassin, 2000). Nessa conclusão, não obstante as dramáticas relações de subordinação e heteronomia, pode-se considerar que o capitalismo dependente adquiriu, ao menos em certos setores primários da economia,

entre os quais os da grande indústria extrativista, o porte e o caráter monopolista, do que é um indicador o setor da mineração e, por exemplo, a mineradora Vale, ramo e indústria que respondem fortemente pela dinâmica econômica dos territórios de abrangência da Universidade Federal de Ouro Preto.

Prosseguindo essa linha de raciocínio, não se pode subestimar o fato de que a mineradora Vale, por exemplo, está com capital implantado em mais de trinta países, em todos os continentes do globo, produzindo e succionando riqueza, mais valor, capital, nos moldes das grandes corporações monopolistas mundiais. Não é possível, nos limites do escopo do presente capítulo, mais do que tracejar alguns contornos que pedem pesquisas sucessivas, mais concretas e aproximativas das determinações da realidade.

Nesse sentido, é razoável considerar que essa indústria e, no caso, essa empresa, nos seus inúmeros expedientes de extração de mais valor, entre os quais, a exploração da força de trabalho a níveis extremos, orienta-se também pelos imperativos do incremento da composição orgânica do capital, o que implica e para o que concorre a produção de conhecimento científico, técnico e tecnológico. Como é sabido e amplamente reconhecido e comprovado, institucional e socialmente, a Universidade Federal de Ouro Preto e, centralmente, sua Escola de Minas, com os saberes e a produção de conhecimento concentrados nos diversos campos das engenharias e ligados ao complexo industrial da mineração, converge e constitui uma força essencial para a satisfação dessas demandas e imperativos. Uma determinação mais precisa dessa imbricação é tarefa de estudos sucessivos, mais específicos.

Esses lineamentos gerais ajudam, pois, a identificar algumas determinações que estão na base da constituição, da força e das funções precípuas que a Universidade Federal de Ouro Preto, como membro executivo do corpo do Estado brasileiro, desempenha na dinâmica da reprodução social, na formação de força de trabalho, na produção, preservação e disseminação de conhecimento etc. É claro que desde a fusão das pioneiras e tradicionais escolas de Farmácia (fundada em 1839) e

de Minas (fundada em 1876) na formação da Universidade Federal de Ouro Preto, nos fins da década de 1960, sob a égide da Ditadura Militar, a universidade foi crescendo, se diversificando e complexificando, respondendo a demandas contraditórias da reprodução social, atuando nas diversas áreas do conhecimento. É no âmbito dessa complexificação e diversificação que se inserem diferentes interesses e projetos de universidade, populares ou antipopulares, classistas, que são ou correspondem também, no limite, a projetos societários.

Caminhando para o arremate destas considerações iniciais, nos esforços de aproximação às particularidades das relações e interações entre estruturas econômicas de produção de riqueza e estruturas e formas de produção e disseminação de conhecimento no capitalismo dependente na atualidade e considerando mais especificamente as estruturas produtivas da mineração no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, na chamada Região dos Inconfidentes, no território de abrangência ao qual se liga mais diretamente a Universidade Federal de Ouro Preto, convém sinalizar, a título de *hipóteses de trabalho e abertura para pesquisas* e desdobramentos de estudos posteriores, pelo menos as seguintes ponderações:

a) Pode-se indicar que as formas e estruturas do capitalismo dependente, confirmando em suas particularidades e no seu evoluir tendências de fundo, principais e mais gerais, concorrem para o estabelecimento de um padrão específico de racionalidade científica, alinhado aos imperativos práticos da produção econômica, da funcionalidade capitalista, um padrão de racionalidade que tende a se concentrar na manipulação de variáveis empíricas, na validação dos conhecimentos produzidos nos limites das referências e horizonte, por exemplo, do pragmatismo. Nesse sentido, não apenas a queda das taxas de lucro, a acumulação contraditória e assimétrica de riqueza e a pobreza, as crises econômicas e as convulsões sociais crescentes etc. são tendências particularmente agudas do capitalismo nas latitudes latino-americanas. Do ponto de vista subjetivo, pode-se considerar que o capitalismo dependente tende a imbricar-se a um padrão de racionalidade que, destituindo e extirpando determinações mais amplas, ontológicas da realidade, da totalidade social pode

ser compreendido no quadro das determinações de base e do perfil que compõem a chamada “decadência ideológica” da burguesia.

Ressalta-se, nesse ponto, que é típico desse padrão ideológico a disjunção entre produção de riqueza e produção de vida, entre valorização do valor e necessidades humanas, o que se verifica no fato de que, do ponto de vista, prático as forças produtivas de riqueza e capital se realizam como forças destrutivas da natureza e da vida humana. Essa tendência, provavelmente, assume no capitalismo dependente um grau mais acentuado. Ocorre, no caso, que a produção científica e tecnológica tende e acaba muitas vezes por se conformar com essa situação contraditória, dramática, como se não houvesse imbricações sérias entre ciência, produção capitalista e fenômenos monstruosos como o rompimento das barragens de rejeitos de minério de Fundão, em Mariana, em novembro de 2015, e da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em janeiro de 2019.

b) A categoria “capitalismo dependente” tanto é imprescindível para apreender as particularidades do modo e das formas de produção e reprodução de riqueza e vida (e morte) nas nossas latitudes, quando se tem em vista, por exemplo, as estruturas e cadeias produtivas capitalistas mundiais, quanto não pode ser tomada, evidentemente, “apenas” nos termos das elaborações do pensamento social, crítico, latino-americano, dos anos 1960 e 1970, o que se evidencia, inclusive, pelos inúmeros esforços em curso para essa atualização. Nesse sentido, é urgente estudar rigorosamente e na atualidade as engrenagens e dinâmicas que há décadas correspondem à concentração e centralização de capital no Brasil, conformadas numa magnitude tal que esse capital, no caso, por exemplo, do complexo industrial minerário, extrapola fronteiras e se implanta, produz e expropria riquezas em todos os continentes do globo, competindo com os grandes grupos monopolistas mundiais. O que é da maior importância, evidentemente, para a consideração e entendimento, por exemplo, da composição orgânica desse capital, e também de determinações mais amplas da realidade, das conformações específicas das classes sociais e das lutas de classe nesse chão sociomaterial, das

instituições que emergem e interagem com essas bases, das formas de representação subjetivas e práticas dos interesses sociais contraditórios, do tipo e padrão de produção de conhecimento que é aí demandado e efetivado etc.

c) Às contradições sociomateriais de base correspondem, pois, evidentemente, formas de representação, posição e lutas igualmente contraditórias, na constituição de trincheiras imprescindíveis à conservação ou à refutação teórica e prática do *status quo*.

O *Mineração do outro*, conforme segue desenvolvido no tópico seguinte do presente texto, tem buscado constituir nas ações de extensão universitária que desenvolve desde 2014, bem como nos seus desdobramentos em núcleo de estudos, pesquisa e extensão, posições e movimentos subjetivos e práticos que vão numa direção contraposta às tendências econômicas e ideológicas hegemônicas nas estruturas de produção e reprodução de riqueza e vida (e morte) na Região dos Inconfidentes.

Conformações e disputas no âmbito da extensão universitária — a posição do *mineração do outro*

Conforme sinalizado anteriormente, os projetos e ações do *Mineração do outro* têm suas origens ligadas ao curso de extensão *Ontologia e Estética, Arte e Sociedade*, que compõe, como dito, o momento ideal, subjetivo, que toda atividade e toda práxis humana, como processos teleológicos, implicam. Assim como nas formas mais fundamentais da atuação e da produção humana, próprias da relação homem-natureza, no trabalho, na produção econômica etc., também nas formas das atividades que correspondem às relações que os homens estabelecem entre si constitui um pressuposto incancelável, a unidade da diversidade de consciência e ato, que implica, por um lado, “projeção dos fins” e “busca dos meios” e, por outro lado, materialização, “objetivação” e “realização” dos fins projetados (Lukács, 2013).

Nesse sentido, o *Mineração do Outro* tem nos estudos e debates promovidos nas sete edições (2014-2019) do curso de extensão *Ontologia e estética, arte e sociedade* um locus privilegiado de investigação da realidade, nos tateios e reconhecimento das relações contraditórias de produção de riqueza e vida (e morte) na Região dos Inconfidentes, “ideando” e projetando, nas trincheiras das lutas subjetivas que se erigem sobre essa base primária da estrutura produtiva, econômica, contraditória, classista, um conjunto de ações no campo das expressões e produções artísticas, atuando nesses anos, destacadamente, nos campos da poesia e do cinema. Conforme também sinalizado na abertura deste capítulo, as projeções e as ações, conforme o próprio nome *Mineração do Outro* estampa, demarcam a intencionalidade e a posição alinhadas aos interesses classistas de defesa e afirmação das condições de cultivo da riqueza genuína e maior de Minas Gerais: o próprio povo mineiro trabalhador.

Ainda sobre esse “momento subjetivo” que o curso constitui, vale assinalar que nas sete edições realizadas os eixos e temas fortes de estudos, indo às fontes e dialogando com a tradição cultural marxista, se concentraram sobre ontologia histórico-materialista, teoria social, categorias específicas do estético, crítica da economia política, complexo industrial da mineração, capitalismo dependente, entre outros. Conforme indicado, ao longo dessas edições, vários pesquisadores de diversas instituições do país contribuíram com esses estudos, debates e produção de conhecimento. Além de potencializar a criação dos projetos e ações de extensão que seguem apresentados, o curso de extensão se desdobrou e fomentou uma série de estudos de iniciação científica e Trabalhos de Conclusão de Curso, bem como integrou e potencializou os trabalhos de pesquisa dos professores coordenadores das ações e, ainda, as atividades de ensino e aprendizado nos cursos de graduação, em especial, no curso de Serviço Social.

Em termos mais específicos, nas suas incursões pela teoria social crítica, marxista, o curso tem como um dos seus objetivos principais pautar, pensar e discutir coletivamente o universo das produções artísticas dos homens, enfrentando questões como aquelas relacionadas à

natureza específica da obra de arte, dos seus processos constitutivos, da sua função social, com preocupação em identificar como esses processos têm se dado, em especial, nas particularidades da Região dos Inconfidentes, na atualidade. Entre as teses fortes que têm sido consideradas e defendidas, está aquela que sustenta a potência principal da arte na desfetichização da realidade, quer dizer, na abertura da sensibilidade e do saber para a compreensão ampliada dos processos, das contradições e das lutas que atravessam a vida cotidiana na sociedade capitalista na atual quadra histórica. Algumas dessas categorias e nexos categoriais, seus fundamentos, peculiaridade e função, serão tratados, em termos iniciais e aproximativos, no próximo tópico do capítulo.

O curso tem constituído nos seus seis anos de existência um espaço para capacitação e qualificação pessoal e coletiva de sujeitos envolvidos com ações de arte e cultura na região, entre os quais, professores da rede pública de ensino, assistentes sociais, psicólogos, integrantes de movimentos sociais e sindicatos, além de estudantes de vários cursos de graduação da UFOP, contabilizando nesse período um público de mais de 350 pessoas nas atividades regulares e de mais de quinhentas pessoas nas atividades abertas (mesas e palestras), considerando-se as sete edições já realizadas. O curso é registrado em fotos e vídeos para fins de documentação e multiplicação do acesso, e conta com um bolsista remunerado. Em 2019, os estudos tomaram como tema central o cinema, buscando apreender os processos histórico-genéticos dessa expressão artística, sua estrutura categorial peculiar, os meios e modos específicos pelos quais incide ou pode incidir na reprodução das relações sociais.

Nesse âmbito e dinâmica de “pesquisa dos meios”, “projeção dos fins” e “objetivação”, nasce, primeiramente, o projeto Lavras de Versos Bairro Santo Antônio (Prainha) e, posteriormente, o projeto Lavras de Versos Bairro Cabanas, ambos trazem propostas de atuação com poesia junto a adolescentes de Mariana, moradores de bairros chamados “periféricos”, nos termos invertidos da urbanidade contemporânea burguesa, posto que são, na realidade, bairros ocupados e habitados pela classe

trabalhadora, portanto, bairros centrais, conforme a ótica e a perspectiva de classe e de sociedade assumidas.

Também sobre essa delimitação, os caminhos percorridos na elaboração dos projetos perpassaram interlocução e parceria com dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município: o CRAS Volante Bairros e o CRAS Cabanas, interlocução e parceria fundamentais para inserção e vinculação da universidade com a realidade dos bairros e do público-alvo da ação, assim como dessas pessoas com a universidade. De modo que os projetos são compostos por professores e estudantes da UFOP e com recursos humanos e materiais dos CRAS, mais diretamente, com assistente social e educador (a) social desses equipamentos da política pública de assistência social no município.

Na conformação dos projetos, as aquisições do referencial teórico delineado se desdobraram na proposta da atuação em oficinas ou círculos de cultura, numa dinâmica e metodologia que tomam por referência primeira, de base e arranque dos trabalhos, as vivências e as experiências cotidianas dos adolescentes, as referências materiais e simbólico-culturais que eles portam, carregam, trazem. De modo que numa das suas frentes principais de atuação, as oficinas/círculos de cultura se concentram numa dinâmica dialógica, quando vêm à tona os temas e questões que emergem da realidade concreta da vida dos adolescentes e quando esses temas são pensados e discutidos coletivamente, numa dinâmica que abarca, portanto, dimensões reflexivas, pedagógicas, que pressupõem e perpassam os campos da ciência, da ética, da política, e que possibilitam abertura para uma compreensão expandida dos fenômenos e processos que são tratados.

Junto dessas referências de base, as oficinas/círculos de cultura, interagindo, intercambiando e fomentando referências culturais, concentram sua atuação em torno da *fruição* e da *produção de poemas*, adentrando, frequentando e exercitando o universo do estético e do artístico, da reposição das formas sensíveis e mais fenomênicas da vida cotidiana nas formas sensíveis intensificadas das conformações estéticas e artísticas.

Como dito, o poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade é uma das referências fortes desses projetos.

Os Lavras de Versos (Santo Antônio e Cabanas) atendem atualmente cerca de vinte adolescentes cada um. As oficinas/círculos de cultura acontecem semanalmente, no bairro Santo Antônio, no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ligado ao CRAS Volante Bairros, e no Cabanas, no espaço do próprio CRAS Cabanas, e cada um conta com um estudante bolsista remunerado e três estudantes voluntários, registrados na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX/UFOP) como estudantes extensionistas. Também são realizados ao longo do semestre saraus culturais, tanto nos bairros quanto na universidade. A dinâmica e os fluxos de trabalho do projeto compreendem, entre outras atividades, reuniões com os parceiros nas distintas etapas e processos, reuniões de planejamento dos círculos de cultura/oficinas semanais, participação dos bolsistas e estudantes do projeto no curso de extensão Ontologia e Estética, Arte e Sociedade, participação no Encontro de Saberes da UFOP, produção e divulgação de textos de caráter teórico-científico, publicação de trabalhos e participação em eventos de extensão universitária e eventos acadêmicos em geral, avaliação do trabalho, elaboração de relatórios parciais e relatório final das atividades desenvolvidas. Os *Lavras* participaram também das últimas edições do Festival de Inverno de Ouro Preto e Mariana, desenvolvendo atividades inseridas na programação oficial do evento.

No *Cine Faísca* são exibidos e debatidos filmes clássicos do cinema universal, com ênfase no cinema latino-americano e brasileiro, proporcionando à comunidade o acesso e o debate de filmes que refletem e repõem na forma estética, sensível, intensificada, a realidade do século XX, os dramas, as resistências, as contradições, as potências e os sonhos da nossa humanidade — nas suas diversas particularidades — plasmada nas imagens e sons em movimento nas telas. Evidencia-se, assim, um dos sentidos fortes do projeto: constituir a faísca que desperta, dispara e articula a consciência crítica e expandida da realidade, favorecendo por essas vias sensíveis a compreensão dos processos históricos, humano-

genéricos, das suas expressões particulares e candentes no território e no presente, das perspectivas de futuro.

A equipe do *Cine Faísca*, na execução do projeto, na organização das exposições, atua nas seguintes frentes principais: (1) produção: que implica pesquisa, estudo, debate e seleção dos filmes exibidos; elaboração de sinopse e texto de apresentação de cada filme; nessa etapa, também são pesquisadas e selecionadas músicas relacionadas aos filmes exibidos, na composição e ambientação do espaço das exposições; (2) divulgação: cada filme é amplamente divulgado junto à comunidade, nas escolas (bairros), praças, universidade, redes sociais e mídias eletrônicas em geral; (3) exibição: que implica em procedimentos técnicos e de organização da estrutura material de cada exposição; (4) organização e desenvolvimento do debate dos filmes, quando sempre é articulada a vinda de facilitadores e debatedores dos filmes.

O público médio que frequenta as exposições gira em torno de sessenta pessoas, sendo que, em algumas exposições, alcançou um público de mais de 150 pessoas. O projeto conta com um bolsista remunerado e três voluntários, registrados na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX/UFOP). As exposições são mensais e, algumas vezes, quinzenais, são gratuitas e acontecem no Cine Teatro Municipal e em espaços e praças públicas de Mariana. O projeto também integrou a programação oficial das últimas edições do Festival de Inverno de Ouro Preto e Mariana, com a exposição e debate de filmes.

O *Cine Faísca* organizou em 2019, no âmbito do *Mineração do Outro*, outro projeto de extensão, a Mostra Silvio Tendler de cinema, que exibiu e debateu filmes do premiado cineasta brasileiro, que desde o final da década de 1960 dirigiu mais de setenta documentários. A produção de Tendler é, hoje, uma referência para o debate sobre a linguagem cinematográfica, o que justifica tanto o estudo de sua filmografia, como a divulgação de sua obra. A mostra aconteceu de abril a novembro de 2019, em espaços públicos, praças (dos Ferroviários e da Sé) e no Cine Teatro em Mariana, exibindo quinze filmes, doze deles dirigidos

por Sílvio Tandler, e três filmes do cinema brasileiro que influenciaram a carreira do cineasta.

Os filmes foram agrupados em três painéis: primeiro painel: Sonhos Interrompidos; segundo painel: Capital e Barbárie; terceiro painel: Coação de Estudante. A organização dos filmes em painéis temáticos é indicativo do esforço em garantir uma perspectiva panorâmica sobre a obra do cineasta. A proposta de curadoria e seleção dos filmes consistiu em criar uma imagem representativa do conjunto da obra de Tandler, identificando relações que definem identidades, linguagens específicas, temas candentes e lutas contemporâneas. A preparação de cada exibição envolveu a frequentação da obra em conjunto, debates prévios, análise dos pontos que foram destacados na apresentação, orientações para a discussão, produção de material informativo e de divulgação etc. Levando em consideração a perspectiva sobre a singularidade das temáticas abordadas na obra do cineasta, as atividades de produção e apresentação foram realizadas com parceiros convidados para debater os filmes.

Conforme previsto no projeto, a *mostra* contou com a presença de Sílvio Tandler em Mariana e Ouro Preto, quando o cineasta discutiu seus filmes, ministrou uma oficina sobre documentário, fez o lançamento nacional do documentário inédito *O fio da meada*, e recebeu da UFOP o título de professor *Honoris Causa*.

Essa breve apresentação do *Mineração do Outro*, de seus projetos e ações, concentrados por seis anos no âmbito da extensão universitária, permite sinalizar a intencionalidade de constituição e consolidação de um espaço de formação que extrapola certos limites, barreiras e mutilações que perpassam a institucionalidade da universidade, nos processos de formação profissional, e que se manifestam também desde as requisições dirigidas pelos interesses econômicos, institucionais e ideológicos de fundo. Não é possível, nos limites deste espaço, mais do que sinalizar algumas poucas referências a esse respeito. Sobre a primeira indicação, pode-se afirmar que a extensão universitária nas instituições de ensino superior no Brasil tem sido tomada quase sempre de forma problemática, seja quando considerada uma instância menor e subalterna em

relação ao ensino e à pesquisa, seja quando tomada em sentido estrito como prática assistencial, de serviços etc., seja ainda em tendências mais recentes, que vêm ganhando força desde as orientações e determinações normativas do chamado processo de curricularização¹²⁴ em curso e que, em linhas gerais, propende a descaracterizar o conceito de extensão estabelecido, por exemplo, pela Política Nacional de Extensão em vigência¹²⁵.

Sobre a segunda indicação, numa das referências à posição da UFOP e suas funções na dinâmica da reprodução social, foi afirmado que esta instituição se constitui e caracteriza como membro executivo do Estado, ao que se acresce, nesse ponto, que o Estado, seus poderes, modo operativo etc., corresponde fundamentalmente às funções precípua de reprodução do ordenamento social estabelecido, quer dizer, à garantia das condições de reprodução do *status quo* e dos interesses da classe dominante. Nesse sentido, em termos de sinalização muito breve, deve-se considerar, por exemplo, as condições crescentemente adversas para os projetos de uma universidade de caráter popular, aos projetos de ensino, pesquisa e extensão alinhados à classe trabalhadora, o que se explicita nas políticas privatistas, seletivas, produtivistas, que expressam e efetivam a decadência material do capitalismo e “a decadência ideológica” da burguesia.

Pelo exposto no presente tópico, o *Mineração do Outro* busca constituir, no âmbito da formação profissional, em sentido mais específico, e no âmbito da formação humana, em sentido mais amplo, posição contraposta a essas tendências institucionais que expressam interesses, tendências e projetos societários de fundo.

¹²⁴ Ver: BRASIL. Resolução nº 7, 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. *Diário oficial da união*: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Seção 1, Brasília, DF, 19 dez. 2019.

¹²⁵ Ver: Fórum de Pró-Reitores de extensão das universidades públicas brasileiras.

Aproximações à peculiaridade do estético: algumas questões de fundamento e princípio, e tateios e aproximações a categorias e nexos categoriais específicos

Este tópico do capítulo busca expor algumas categorias e nexos categoriais em aproximação ao que György Lukács discerne e defende, em contornos gerais, como “a peculiaridade do estético”, com o intuito de articular as aquisições obtidas nessa breve incursão e aproximação da estrutura do estético com o estabelecido nos tópicos anteriores, e visando em especial situar, subsidiar e fortalecer os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do *Mineração do Outro*.

De saída, uma demarcação importante é aquela que distingue as elaborações desse autor, alinhado à tradição marxista, das concepções do estético prevalentes nas filosofias moderna e contemporânea, distinção que se expressa, numa dimensão e veio fundamentais, na sustentação de que as categorias sociais em geral e, evidentemente, no âmbito destas, as categorias do estético, têm suas origens e desenvolvimento nos *processos autoconstitutivos* dos homens, nos *processos de humanização*, da produção de um mundo próprio, social, objetivo e subjetivo.

As capacidades estéticas e artísticas dos homens não são tomadas, por exemplo, como atributos e predicados intrínsecos, dispostos definitivamente na subjetividade humana, expressos numa suposta genialidade apriorística do artista. Antes, tais capacidades se forjam a partir da forma específica da atividade humana, imbricadas à socialidade e à historicidade. Nos limites do escopo deste capítulo evidentemente, é impossível sequer a aproximação à longa e densa argumentação que toma e discute os problemas e questões da gênese histórica das categorias sociais e das categorias estéticas.

Contudo, essa orientação teórico-filosófica histórico-materialista, confrontando e contestando as concepções que tomam as “chamadas atividades espirituais do homem” como “entidades da alma” (Lukács,

1969, p. 12), e situando essas atividades como predicados forjados nos processos de humanização, no âmbito das formas reativas que os homens elaboram para lidar com o mundo e as categorias da realidade natural e social, abre para a consideração e tratamento da formação da subjetividade humana e das formas do reflexo da realidade, a partir das relações primárias que o homem estabelece com o mundo externo, ganhando relevo e proeminência a categoria ou estrutura categorial da *vida cotidiana*. É no chão da vida cotidiana que os homens lidam primariamente com o mundo externo, com as categorias da realidade, forjando nessa relação suas formas específicas subjetivo-práticas e sociais de produzir e reproduzir um mundo próprio. Esse “forjar” de predicados, capacidades e categorias sociais tem no trabalho sua forma originária e mais fundamental, contudo, sobre essas bases, os homens vão constituindo e desenvolvendo também, na história, um conjunto crescente de forças e capacidades produtivas, sociais, de formas específicas de reflexo e objetivação da realidade, como aquelas que vão conformando os campos da ciência e da arte.

A fim de uma aproximação com essas formas específicas de reflexo da realidade, de comportamento e de atuação humana, das suas interações e das suas distinções, será desenvolvida na sequência uma argumentação, a partir da consideração da natureza e das relações das categorias filosóficas da singularidade, da particularidade e da universalidade.

Para Lukács, antes de conceitos ou de meros “pontos de vista”, essas categorias estão inscritas na própria realidade, ou seja, “são formas de ser”, “determinações da existência”, que constituem e expressam em suas especificidades e em suas interações dimensões distintas da realidade que é unitária, em sua complexidade e totalidade. O autor aponta que já na vida cotidiana o homem precisa lidar com essas categorias, com essas dimensões da realidade, para orientar-se no mundo, o que se mostra, por exemplo, no fato de necessariamente o homem defrontar-se e “tropeçar”, na construção cotidiana da existência, com o singular, na relação primária com o mundo externo, com a realidade que se expressa sob a

forma de fenômenos que portam em sua unicidade, em sua irrepetibilidade, em seu “aqui” e “agora”, o caráter e os traços da singularidade.

Nesse deparar-se com objetos, fenômenos e situações singulares, o específico do humano, aquilo que o distingue, por exemplo, dos animais, consiste precisamente na capacidade de descobrir e dominar subjetiva e praticamente as forças objetivas defrontadas, descobrir e dominar processos e mediações dos fenômenos da realidade, ou seja, acessar e submeter a si determinações particulares e gerais dos objetos e categorias da realidade, o que só é possível pela capacidade teleológica de superação da relação imediata com o mundo. Desse modo são formadas as capacidades subjetivas de distinção entre o que é específico e o que é comum a objetos, processos e situações diversos, de modo que os homens vão forjando as capacidades de generalização (do singular para o universal, passando pelo particular), de especificação (do universal para o singular, passando pelo particular) etc., como se verifica na formação e no desenvolvimento da linguagem. Também aqui, na impossibilidade de considerar mais de perto a ontogênese desses processos, pode-se tomar algumas referências mais adiantadas sobre essas imbricações entre as categorias da realidade e seu reflexo subjetivo, fazendo menção, à partida e à linguagem.

Nesse sentido, é oportuno recuperar uma citação que Lukács faz de Lênin, quando o autor identifica que em expressões simples como “João é um homem, Totó é um cachorro, isso é uma folha de árvore”, é possível identificar a presença desses processos de generalização e especificação que o pensamento e a linguagem procedem e materializam, na tradução subjetiva das categorias da realidade. Na expressão “João é um homem”, tem-se que o singular é um universal, e vice-versa. “O singular só existe na ligação que conduz ao universal. O universal só existe no singular, através do singular” (Lukács, 1978, p. 5). Trata-se, no caso, de um universal relativo, que abarca e compreende a totalidade de indivíduos humanos singulares, os distinguindo e especificando, por exemplo, por suas particularidades, em relação aos animais e às plantas. A categoria da particularidade corresponde, pois, à efetividade objetiva e

ao reconhecimento subjetivo dos predicados e dos traços específicos que “instituem e destacam o existente” (Chasin, 1981, p. 57). Assim, categorias como classe social, sexualidade, determinações histórico-concretas de lugar e tempo etc. correspondem a particularidades especificadoras do universal, e generalizações “vocalizadoras” do singular¹²⁶.

Convém destacar nesse ponto que em qualquer âmbito da atuação humana, seja na vida cotidiana, na ciência ou na arte, a formação da subjetividade, bem como “o conhecimento da realidade objetiva” estão obrigados “a mover-se pelo caminho que vai do fenômeno à essência” (Lukács, 1967b, p. 279). Em termos muito rápidos, pode-se afirmar que esse percurso constitutivo das formas subjetivas é mais curto na vida cotidiana (percepções, representações, reflexos condicionados etc.), onde tende a prevalecer uma relação mais direta e imediata entre subjetividade e mundo, teoria e prática, em respostas menos reflexivas e atuações mais pragmáticas, prático-operativas, em consonância com os imperativos e as exigências de construção da existência nesse nível da realidade. Nesse sentido, quando Lukács faz referência ao fato de que os homens na vida cotidiana “tropeçam com a singularidade”, ele comenta também que “parece inclusive — com aparência nada injustificada — que de modo imediato não nos enfrentamos mais do que com a singularidade”, “pois tudo o que nos oferece o mundo externo como certeza sensível é imediatamente e sempre algo singular, ou uma conexão única de singularidades” (Lukács, 1967b, p. 203).

Essa observação é oportuna para o destaque das necessidades sociais de fundo do surgimento de campos de atividade que constituem e consolidam vias e caminhos mais longos na apreensão da realidade, no trânsito pelo qual os homens vão constituindo formas específicas

¹²⁶ Nota-se também que as categorias do singular, do particular e do universal correspondem não a pontos fixos, estanques, imóveis e imutáveis, antes, em suas conformações, relações, conexões e interações, são referências pontuais dinâmicas que podem se deslocar “para cima” ou “para baixo”, avançando na direção do universal ou do singular, transitando sempre pelo particular. O que ocorre no deslocamento do universal para níveis mais abarcadores do real, níveis mais gerais e abstratos, quando se considera, por exemplo, que João é um ser vivo (o que destaca o comum e identifica João aos seres vivos, orgânicos, em geral), ou, estendendo ainda mais o nível de generalização, quando se considera que João é um ser objetivo (o que destaca o comum não só entre João e as formas de ser orgânicas, mas também com as formas de ser inorgânicas).

de refletir e dominar os fenômenos da realidade, suas determinações, seus processos e mediações, como ocorre nos casos da ciência e da arte. Tratando da questão da produção do conhecimento, Lukács retoma e interpreta nos seguintes termos elaborações que Marx faz na introdução dos *Grundrisse*: “o caminho do pensamento e do conhecimento é uma ininterrupta oscilação acima e abaixo da singularidade à generalidade e deste àquela”, num percurso e trânsito capazes de apreender “as mediações”, as particularidades “e os pontos de mutação essenciais” (Lukács, 1967b, p. 207) da matéria tratada.

Pode-se considerar que o reflexo estético da realidade também “está obrigado” a tomar e absorver os fenômenos da vida cotidiana, bem como a apreender traços e determinações mais gerais e universais da realidade: o reflexo estético e as objetivações artísticas comportam tanto as formas sensíveis como elementos do conceitual. Contudo, para o autor, o campo próprio, específico, central, de movimentos e materialização do estético e do artístico é o campo da *particularidade*. O autor considera que “o específico da esfera estética é que a particularidade não se põe como mediação entre a generalidade e a singularidade”, como ocorre na ciência, “senão, ademais, como centro organizador”, e como tal, “é o ponto de partida e de chegada dos correspondentes movimentos” (“centrípetos” e “centrífugos”, diz o autor) que percorrem a singularidade e a universalidade.

Nesse ponto, em conformidade com os propósitos deste capítulo, convém indicar e exercitar algumas relações e articulações entre esses fundamentos, princípios e categorias mais gerais, esboçados em termos bastante iniciais, e formas artísticas complexas e concretas. Nesse sentido, com o intuito de ir retomando e amarrando pontos estabelecidos na vértebra do presente texto, propõe-se uma breve incursão sobre a obra poética de Carlos Drummond de Andrade, tendo em vista também, ao fundo, conforme argumentado mais acima, o chão sociomaterial e cotidiano do qual a obra nasce e no qual ela deságua, no circuito vital, orgânico, da cultura.

Assim, a indicação geral de que a formação da subjetividade “está obrigada a percorrer o caminho que vai do fenômeno à essência”, o caminho que parte do âmbito da singularidade e do cotidiano na formação de generalizações razoáveis e sensíveis, corresponde, no caso de Drummond, à vida do indivíduo singular, concreto, nascido e crescido em Itabira no começo do século XX, tendo suas vivências e experiências primárias, formativas, prático-sensíveis e subjetivas, na região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, onde participa e sorve no cotidiano as contradições, os dramas, as potencialidades da vida social, individual e genérica, nas estruturas produtivas do capitalismo dependente.

Pode-se assinalar que no caso do artista e da obra de arte, diferentemente daquela “ininterrupta oscilação acima e abaixo da singularidade à generalidade e desta àquela” própria da ciência, na apreensão de determinações essenciais dos fenômenos defrontados, a absorção de singularidades é superada na constituição de formas particulares, representativas, típicas, que condensam uma multiplicidade de fenômenos, assim como os conhecimentos mais gerais da realidade atravessam e assumem formas sensíveis concretas e evocativas. De modo que o campo da particularidade, como um “âmbito de movimento centrado”, constitui o campo próprio e específico do estético e do artístico, ao qual servem e em torno do qual orbitam as categorias da singularidade e da universalidade. O que pode ser constatado pela consideração do poema “O maior trem do mundo”.

O maior trem do mundo
Leva minha terra
Para a Alemanha
Leva minha terra
Para o Canadá
Leva minha terra
Para o Japão
O maior trem do mundo
Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel
Engatadas geminadas desembastadas

Leva meu tempo, minha infância, minha vida
Triturada em 163 vagões de minério e destruição
O maior trem do mundo
Transporta a coisa mínima do mundo
Meu coração itabirano
Lá vai o trem maior do mundo
Vai serpenteando, vai sumindo
E um dia, eu sei não voltará
Pois nem terra nem coração existem mais

Não é difícil perceber que o poema está carregado de determinações universais expressas em formas sensíveis, concretas ou de determinações singulares e sensíveis atravessadas por universais, ou seja, em todo caso, determinações que estão superadas e posicionadas no âmbito da particularidade. Pode-se considerar, por exemplo, tendo em vista a unidade material do mundo que está na base de qualquer forma do reflexo, que o poeta alcança, domina e opera com categorias que teoricamente, no campo da ciência, poderiam ser identificadas como capitalismo dependente, expropriação de bens e riquezas naturais e socialmente produzidas, imperialismo etc.

Contudo, enquanto a ciência, na produção do conhecimento, no trânsito acima e abaixo, de ida e volta, do singular ao universal, passando pelo particular, alcança generalidades razoáveis, leis tendenciais gerais, universais, por assim dizer, “frias”, na dissecação, saturação, depuração e esclarecimento dos fenômenos, no caso da arte as generalizações assumem formas sensíveis, ou seja, “quentes”, intensificadas, condensadas e evocativas. Assim, as fases, formas e tipos de cinco séculos de dominação externa e espoliação na América Latina, identificadas e explicadas por dentro e em detalhes, por exemplo, nas teses e nos argumentos de Florestan Fernandes, são condensadas nas formas sensíveis do poema de Drummond, nos versos onde “O maior trem do mundo/ Leva minha terra/ Para a Alemanha/ Leva minha terra/ Para o Canadá/ Leva minha terra/ Para o Japão” etc.

Assim também, a afirmação teórica de que a mais-valia corresponde à categoria econômica que expressa a expropriação de trabalho excedente no capitalismo, ou ainda, que no capitalismo dependente a expropriação avança a níveis extremos, incidindo sobre o próprio trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho, afirmações gerais que, sendo científicas, correspondem à efetividade do trabalho cotidiano e ao conjunto dos trabalhadores singulares, aparecem na forma sensível, condensada, intensificada, evocativa, do poema de Drummond, em versos como “O maior trem do mundo” “Leva meu tempo, minha infância, minha vida/ Triturada em 163 vagões de minério e destruição/ O maior trem do mundo/ Transporta a coisa mínima do mundo/ Meu coração itabirano” etc.

Acompanhando as elaborações de Lukács na *Estética*, pode-se considerar que, por vias específicas, os trabalhos teórico-científicos de Florestan Fernandes, por exemplo, correspondem a movimentos de *reflexos desantropomorfizadores* da realidade, ou seja, a uma dinâmica de reflexo que consiste na reprodução subjetiva das categorias da realidade, onde a subjetividade é ativa (portanto, também, criativa e produtiva) na subsunção à materialidade, aos movimentos, às categorias e nexos categoriais da realidade. O reflexo de caráter desantropomorfizador tem suas formas primárias de constituição no trabalho e na vida cotidiana: não se atravessa uma rua, nem se produz o mais elementar bastão sem a reprodução subjetiva das categorias da realidade, da objetividade do mundo. Na ciência, esses princípios e dinâmica do reflexo são elevados a uma potência qualitativamente superior. Interessa demarcar nesse ponto que o reflexo estético da realidade, de acordo com as teses de Lukács, tem um caráter distinto do reflexo científico, sendo caracterizado como um *reflexo* de tipo *antropomorfizador*.

A fim de precisar esses princípios, convém citar que “antropomorfização e desantropomorfização se separam precisamente neste ponto: ou se parte da realidade objetiva, levando à consciência seus conteúdos, suas categorias etc., ou tem lugar uma projeção de dentro a fora, do homem à natureza” (Lukács, 1966, p. 226). O artista projeta e dá forma a

um mundo próprio do homem, uma totalidade delimitada, intensiva, antropocêntrica, condensada num pequeno cosmos, a obra de arte, na qual são refletidas e refiguradas criativa e evocativamente as categorias da realidade.

Por essa distinção muito inicial, pode-se indicar outro veio para o estabelecimento do específico do estético a partir de uma breve consideração da natureza, do lugar e do caráter que a categoria da *evocação* desempenha na vida e na arte. Considerando a primazia da unidade material do mundo, quando se toma a situação histórica, fática, das relações de espoliação e expropriação violentas de riqueza e vida na América Latina, é evidente que do ponto de vista prático essa situação contraditória engendra e *evoca* formas de resistência e de luta concretas, prático-sensíveis, que atravessam a história dos povos latino-americanos.

A categoria da evocação, no caso, como categoria da vida real, concreta, é uma categoria que se desdobra a partir das relações sociais de produção e das contradições inscritas nessas bases primárias, de modo que pode ser considerada, nesse sentido, uma categoria relativamente secundária, que acompanha uma situação concreta, determinada (não no sentido de menor, menos importante na totalidade concreta etc.). Ocorre que na arte, como no poema de Drummond citado, a categoria da evocação muda de lugar e de função, e muda sua própria natureza: na arte, a evocação se faz télos, se constitui como uma finalidade, assume o primeiro plano, subordinando a si as formas da composição poética.

A leitura de *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, de Florestan Fernandes, pode despertar e evocar, como certamente o faz, a consciência e os sentidos para as lutas de resistência, contraposição e transformação das situações das misérias materiais e das misérias “superestruturais” e subjetivas da vida social no continente. Ocorre que a ciência, na medida que corresponde a uma forma de “consciência do” mundo, e na medida em que encontra as circunstâncias sociais objetivas e as disposições subjetivas para a reprodução da realidade, tende também, como na vida, a estabelecer as categorias da realidade em suas verdadeiras proporções (o que não elide a importante questão do saber

interessado e da ideologia). Pode-se considerar que ao avançar da escavação das determinações dos fenômenos da realidade para a apreensão da essência, quando constitui e efetiva uma forma desfeticizadora, a ciência também concorre para uma potencialização, por exemplo, das forças evocativas inscritas na vida.

Mesmo assim, pode-se considerar que a evocação, nesse caso, não se constitui como télos, não constitui uma finalidade primária. Pelas indicações feitas nas presentes linhas, o reflexo estético, de caráter antropomorfizador (projeção de um mundo próprio) e antropocêntrico (o objeto são as relações sociais entre os homens, que se desprendem do metabolismo primário sociedade-natureza), corresponde ao que Lukács chama de “*autoconsciência*” dos homens, uma forma específica pela qual os homens lidam com o universo das próprias objetivações, na busca de submetê-las a si, numa relação interna, de caráter não apenas racional, mas também emocional-afetivo. Por sua natureza e vias específicas a missão social da arte consiste na desfeticização da realidade, que, para Lukács, corresponde a um duplo movimento: ultrapassar a aparência cósmica dos fenômenos da realidade, restituindo, por um lado, subjetivamente, as determinações dos processos da realidade, e por outro lado, em consonância com esse primeiro movimento, restituir e fomentar o papel protagonista dos homens na história.

Conclusão

O presente texto buscou situar e apresentar o *Mineração do Outro*, seus projetos e ações, concentrados de 2014 a 2019 no campo da extensão universitária, assinalando também a transição pela qual o programa passa a constituir um *Núcleo de estudos, pesquisa e extensão* do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. Em sua composição, nesse percurso, o programa sempre articulou frentes de estudo e pesquisa com projetos extensionistas desenvolvidos junto à comunidade

marianense e ouro-pretana, mais precisamente, buscando se articular às demandas populares e da classe trabalhadora.

Considerando as determinações de fundo, as bases sociomateriais de produção e reprodução de riqueza e vida (e morte) na Região dos Inconfidentes, e considerando as formas “superestruturais”, institucionais e ideológicas que se constituem e interagem com essas bases, o *Mineração do Outro*, no âmbito da Universidade Federal de Ouro Preto, se situa e posiciona por um projeto de universidade e de formação profissional combativo às tendências da decadência material e ideológica da sociabilidade burguesa na atual quadra histórica, que tem numa das suas frentes de expressão a formação fragmentada, especializada, subordinada e funcionalizada aos imperativos da valorização da valor.

A sustentação dessa posição nas próximas jornadas implica numa multidiversidade de determinações, entre as quais, as possibilidades e a capacidade do *Mineração do Outro* em estreitar e aprofundar suas interações com as demandas e as lutas populares, em estreitar e aprofundar formas cooperativas de atuação com outros grupos da própria universidade, na capacidade de consolidação e ampliação das ações extensionistas em curso, numa articulação cada vez mais orgânica com as dimensões do ensino e da pesquisa.

Nesse sentido, o desafio consiste também em aprofundar a produção de conhecimentos nos campos da ciência e da filosofia, num programa de estudos que abarque conteúdos de crítica da economia política, formação sócio-histórica, econômica e política da América Latina e do Brasil, complexo industrial da mineração, imperialismo e subimperialismo, e no âmbito da filosofia, ontologia histórico-materialista do ser social, os complexos sociais materiais e ideológicos que vertebram o ser social na pré-história da humanidade, as expressões dessas determinações no solo material da Região dos Inconfidentes, entre outros.

Apresentando o *Mineração do outro*, seus projetos e suas ações, o presente texto concentrou-se em expressões e reflexões em torno do artístico e do estético, com vistas a favorecer uma aproximação à peculiaridade das categorias, do comportamento e da atuação humana nesse

âmbito do ser social. Não é o caso de retomar e buscar sintetizar aqui esses elementos. Interessa acentuar, caminhando para o arremate do texto, que esse campo também pode e deve compor aquele arsenal “das armas da crítica”, de que fala Marx, que “não pode substituir a crítica das armas”, mas também “se torna força material quando se apodera das massas” (Marx, 2010b, p. 44).

Em sentido mais específico, no que tange aos assistentes sociais, nos diversos espaços de sua práxis profissional e de seus processos formativos, convém destacar que uma série de referências teóricas inscritas no chamado projeto ético-político da profissão estabelecem que esses profissionais não podem prescindir de um conjunto sólido de saberes teórico-metodológicos, técnico-operativos, bem como de predicados e capacidades forjados nos campos da teoria social, da ciência, da filosofia etc.

No presente texto defende-se que os assistentes sociais também não podem prescindir, na sua formação e na sua práxis profissional, de conhecimentos acerca da peculiaridade do estético e do artístico, das suas categorias específicas e da sua função social, na potencialização de um projeto de profissão e de sociedade alinhados aos interesses da classe trabalhadora e dos processos de emancipação humana.

Referências

ABENDROTH, Wolfgang; HOLZ, Hans Heinz; KOFLER, Leo. *Conversando com Lukács*. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

ANDRADE, Carlos Drummond. *Nova reunião: 23 livros de poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação — PNE 2014-2024 e da outras providências. *Diário oficial da união*: Brasília, DF, 19 dez. 2018.

CHASIN, José. Lukács: vivência e reflexão da particularidade. *Revista Ensaio*, n. 9, p. 55-59, 1981.

CHASIN, José. *A miséria brasileira: 1964-1994 — do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000.

FERNANDES, Florestan. Universidade e desenvolvimento. In: FERNANDES, Florestan. *A universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: Forproex, 2012.

LUKÁCS, György. *Estética I: la peculiaridad de lo estetico*. Barcelona: Grijalbo, 1966.

LUKÁCS, György. Problemas de la mínesis. In: LUKÁCS, György. *Estética I: la peculiaridad de lo estetico*. Barcelona: Grijalbo, 1967a. v. 2, p. 7-544.

LUKÁCS, György. Categorias psicológicas y filosóficas básicas de lo estético. In: *Estética I: la peculiaridad de lo estetico*. Barcelona: Grijalbo, 1967b. v. 3, p. 7-343.

LUKÁCS, György. Cuestiones liminares de lo estetico. In: LUKÁCS, György. *Estética I: la peculiaridad de lo estetico*. Barcelona: Grijalbo, 1967c. v. 4, p. 7-296.

LUKÁCS, György. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LUKÁCS, György. Marxismo e questões de método na ciência social. In: NETTO, José Paulo (org.). *Lukács: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1981.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. Trad. Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Difel, 1982.

MARX, Karl. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristina (org.). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2016.

RAGAZZI, Lucas; ROCHA, Murilo. *Brumadinho: a engenharia de um crime*. São Paulo: Letramento, 2019.

SILVA, Marlon Garcia. *A filosofia como complexo ideológico na obra tardia de György Lukács*. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

CAPÍTULO 8

REFLEXÕES SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA REGIÃO DOS INCONFIDENTES

Claudio Horst¹²⁷

Introdução

Aprender as relações entre trabalho, “questão social” e o Serviço Social na sociedade brasileira, em suas particularidades regionais e locais, é requisito para elaborar e efetivar estratégias que possam contrarrestar a programática neoliberal em favor das necessidades e interesses da coletividade (Iamamoto, 2001, p. 30).

Desde a construção das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) vem veementemente contribuindo para a afirmação do estágio como *locus privilegiado de síntese do processo de formação profissional*.

Tal espaço na formação é entendido como propício para a “dialética da confrontação”, possibilitando novos aprendizados e capacitação contínua para os sujeitos envolvidos diretamente no processo de supervisão: discentes na condição de estagiários/as; supervisores/as de campo (assistente social da instituição/campo de estágio); e supervisores/as acadêmicos/as (assistente social professor/a da instituição de ensino).

Nesse entendimento, estagiários/as têm a possibilidade de acompanhar o processamento do exercício profissional no “miúdo do cotidiano”.

¹²⁷ Assistente Social, doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Política Social Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), professor adjunto do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: claudiovasques1@hotmail.com

Os/as supervisores/as de campo vivenciam uma constante apreensão de novas reflexões apresentadas e construídas juntos aos/às estagiários/as, principalmente quando esses espaços são preservados. Ao mesmo tempo, os/as supervisores/as acadêmicos/as são enriquecidos/as com uma aproximação da realidade e das condições objetivas de trabalho dos/as assistentes sociais.

Nesse sentido, o estágio supervisionado é constituído pelas dinâmicas e tendências, tanto das transformações no mundo do trabalho quanto da formação profissional. Afinal, vivencia as contradições da política de educação em um país de capitalismo dependente. Nesse cenário, a nova fase da contrarreforma do Estado e da educação superior a qual estamos vivenciando opera uma dura ofensiva ultraneoliberal e conservadora à educação pública. Conforme sinalizou Lima (2019, p. 16) de: “aprofundamento da sua mercantilização e a busca do silenciamento do conhecimento crítico pela captura da subjetividade de professores e estudantes”.

Se no período 2003/2016 vivenciamos um processo contrarrevolucionário conduzido pela política de coalizão de classes, em 2016, o Brasil entra em uma nova fase da contrarrevolução, conduzida pelas frações mais agressivas e conservadoras da burguesia, em sua luta por seus interesses particularistas, sob a direção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e, em 2019, sob a condução do Partido Social Liberal (PSL) (LIMA, 2019, p. 20).

Trata-se de novos contornos da luta de classes no Brasil, abertamente demarcados pelo avanço do ultraconservadorismo, cujas frentes se materializam na crescente superexploração da força de trabalho, da permanência e aprofundamento da exportação de parte do excedente econômico para os centros imperialistas, mantendo os setores privados como prioridade e intensificando as desigualdades econômicas, políticas e sociais. Ora, o Serviço Social, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, não está imune a esse cenário.

Sendo o estágio supervisionado em Serviço Social necessariamente parte intrínseca tanto do processo de *formação* quanto do processo de *trabalho* profissional, compreendemos que, conforme apontou Santos, Gomes e Lopes (2016, p. 217): “é componente curricular facilitador da articulação entre essas duas dimensões, sendo a supervisão elemento fundamental neste processo”.

Com vistas a pensar as *pelejas* do estágio na região dos inconfidentes, o presente texto foi construído a partir de dois eixos centrais. Partindo da relação dialética e complementar entre formação e trabalho profissional, apresentamos breves reflexões sobre o território da Microrregião dos Inconfidentes — Mariana e Ouro Preto —, a partir da ênfase na “questão social” e suas expressões. Eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Para, no segundo momento, apresentarmos o cenário do estágio supervisionado em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto e seus desafios no presente território.

Em sintonia com a epígrafe que abre o presente texto, buscaremos pensar a formação profissional em Serviço Social e a particularidade do estágio, a partir das relações estabelecidas nas especificidades regionais e locais entre a “questão social”, o trabalho e a profissão. Em nosso caso, trata-se de uma região tecida com “o sangue e a lágrima, a festa e o soluço da vida”. Ou ainda, nas palavras de Sales (1999), numa realidade que retrata o “símbolo de uma tragédia coletiva que, passada embora, deixou, a ressoar nos futuros o soluço das suas aflições, choro das suas carpideiras, memórias de torturas que permanecem ainda influenciando no cotidiano hodierno” (Sales, 1999, p. 16).

É nesse sentido que, a priori, poderíamos nos questionar: qual a relação existente entre um território movimentado pelas lutas de classes em torno da mineração extrativista, da “questão mineral” e a formação profissional em Serviço Social? A particularidade da região mineradora tem impactos para o estágio supervisionado? Essas perguntas nos guiarão ao longo do presente ensaio.

“Questão social”, mineração e universidade: o “chão” da formação profissional em serviço social

A escolha por pensar os desafios da formação profissional e o momento do estágio a partir do eixo da “questão social” não é aleatória. Conforme sabemos, um dos grandes avanços no que tange às diretrizes curriculares da ABEPSS foi o entendimento do vínculo orgânico entre a “questão social” e a profissão. Nesse sentido, apesar de entendermos que tal conceito pode e deve ser trabalhado em momentos específicos da formação, o debate sobre a “questão social” deve estar presente de modo transversal em todo o currículo, já que é um dos eixos centrais das diretrizes.

Conforme destacou Cardoso (2000, p. 9): “esses pressupostos evidenciam que a ‘questão social’, como fundamento histórico social da profissão, é um dos eixos centrais das novas diretrizes da formação profissional, articulada em suas diferentes formas de expressão aos processos de trabalho do/da assistente social”.

Tal entendimento, presente nas diretrizes, pressupõe um determinado perfil profissional que se deseja formar. Trata-se de um perfil profissional crítico, “que detenha competência técnica, teórica, política, aportado em valores que se confrontam com a sociabilidade burguesa, com aptidão para a pesquisa e para a produção de conhecimento crítico” (Guerra, 2016, p. 101).

Assim as Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS implicam numa capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade; da apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira; da apreensão das demandas e do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas

na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais (ABEPSS, 1996)¹²⁸.

Portanto, o pontapé da presente reflexão — que visa apontar os impactos do território para o estágio em Serviço Social — parte da processualidade histórica do território onde se materializa a formação profissional.

André Gunder Frank, conforme lembrou Galeano (2015), frisou que “as regiões hoje em dia mais afetadas pelo subdesenvolvimento e pela pobreza são aquelas que, no passado, tiveram laços mais estreitos com a metrópole e desfrutaram períodos de culminância”. Nas palavras do autor, trata-se de regiões que foram — em certos momentos históricos — as maiores produtoras de bens exportados para a Europa ou, posteriormente, para os Estados Unidos. Ou seja, regiões que produziram caudalosas fontes de lucro e posteriormente foram “abandonadas pela metrópole quando, por qualquer razão, os negócios decaíram” (Galeano, 2015, p. 55).

Na “Potosí de ouro” mineira¹²⁹, a superexploração¹³⁰ da força de trabalho se institucionalizou desde seus primórdios, afinal, os/as negros/as

¹²⁸ Conforme destacaram Teixeira, Aquino e Gurgel (2016, p. 403): “Contudo em face do contexto neoliberal, as Diretrizes Curriculares que foram aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC) em 2002, não contemplam todas as ‘matérias’ apresentadas pela ABEPSS, em seus conteúdos. Podemos destacar, também, como agravantes, a precarização do ensino e do trabalho docente nas universidades públicas; e, o concomitante crescimento das instituições privadas de ensino, inclusive na modalidade de Ensino a Distância (EAD), que têm como desdobramento a ampla formação de assistentes sociais com currículos flexíveis e frágeis na apreensão da teoria social crítica e a dificuldade de consolidar, na formação profissional dos assistentes sociais, o tripé ensino, pesquisa e extensão”.

¹²⁹ Segundo Eduardo Galeano, um escritor da época chamado Francisco Tavares de Brito definiu Ouro Preto e região (Vila Rica de Ouro Preto e Ribeirão do Carmo, hoje Ouro Preto e Mariana) como a “Potosí de ouro”. Trata-se de uma clara referência à cidade de Potosí, na Bolívia, que do apogeu da prata e ouro resultou uma cidade devastada. A nosso ver, tal “analogia” diz muito sobre o destino dos nossos povos e cidades: “Aquela sociedade potosina, enferma de ostentação e desperdício, só deixou na Bolívia a vaga memória de seus esplendores, as ruínas de seus templos e palácios, e oito milhões de cadáveres de índios. Qualquer diamante incrustado no escudo de um cavaleiro rico valia mais do que um índio podia ganhar em toda sua vida de mitayo, mas o cavaleiro fugiu com os diamantes. A Bolívia, hoje um dos países mais pobres do mundo, poderia vangloriar-se — se isso não fosse pateticamente inútil — de ter alimentado a riqueza dos países mais ricos. Em nossos dias, Potosí é uma pobre cidade da pobre Bolívia: a cidade que mais deu ao mundo e a que menos tem [...]. Essa cidade condenada à nostalgia, atormentada pela miséria e pelo frio, ainda é uma ferida aberta do sistema colonial na América: uma acusação” (Galeano, 2015, p. 56).

¹³⁰ Sobre a atualidade de tal dinâmica na região, ver Bertollo (2018).

que foram escravizados/as gastavam suas forças e seus dias na lavagem do ouro, diante da insaciável fome de escravos/as que demandava a cidade de Ouro Preto, que, conforme nos lembra Galeano (2015, p. 85), “morriam rapidamente, apenas em casos excepcionais chegavam a suportar sete anos contínuos de trabalho”.

A contribuição do ouro do Brasil para a Inglaterra e outros países foi grandiosa, o que já demonstrava uma condição da nossa formação social. Entendida, aqui, como uma das dimensões que constituem e explicam a chamada “questão social”, já que sua particularidade precisa ser explicada a partir de certos elementos, como: a formação econômica, os estágios e as estratégias do capitalismo e ao que demos destaque: *a forma de inserção de cada país na ordem capitalista mundial*.

Conforme sabemos, daquele momento histórico, no solo brasileiro, nada restou do impulso dinâmico do ouro, “exceto as igrejas e as obras de arte”. Ainda no século XVIII, Minas Gerais caiu verticalmente num abismo de decadência e ruína. Contudo, a próxima etapa da exploração do território ainda estava por vir. O famoso quadrilátero ferrífero¹³¹ já anunciava, desde meados do século XIX, o que a história havia demonstrado: “em mãos estrangeiras, o ferro não deixará nada além do que deixou o ouro” (Galeano, 2015, p. 89). Logo, a mineração extrativista se apresentava como a estrutura contemporânea da espoliação.

Tal dinâmica recolocou os municípios mineiros como principais produtores de minério de ferro. O Brasil é o país onde se situam as quatro maiores minas de ferro do mundo, sendo que três delas se encontram em Minas Gerais: Mariana, Itabirito e Nova Lima, exatamente no território de que estamos tratando. É fruto desse processo contraditório da megamineração que os crimes/rompimentos ocorrem.

A megamineração não traz somente bilhões de dólares de lucro às mineradoras, mas está, deve-se frisar, prenhe de perigos, mortes e devastação do ambiente. Esse processo de lavra a céu aberto predominante no Brasil não provoca

¹³¹ Região de extração do ferro que inclui Itabira, Mariana, Ouro Preto, Sabará entre outros municípios.

“acidentes” como os que ocorreram em minas subterrâneas que também já mataram inúmeros trabalhadores de uma só vez. Ocorre que mineiros continuam a morrer nesse processo de trabalho que frequentemente é acompanhado do desmatamento de grandes áreas, ao que se somam a construção e operação de usinas siderúrgicas produtoras de aço bruto que também geram poluição atmosférica, destruição de aquíferos e produção de quantidades enormes de rejeitos que ficam acumulados nos grandes lagos de barragens, que, ao romper, produzem catástrofes como a de Mariana em 2015 e a de Brumadinho, cujo potencial destrutivo de vidas humanas agora mostra-se cabalmente mais dramático (Lacaz e Porto, 2019, p. 165).

Nessa direção, concordamos que o rompimento/crime da barragem de Fundão, em Mariana (MG), no dia 5 de novembro de 2015, não se trata de um caso isolado. Constitui parte estruturante do fim do “megaciclo das commodities que ocorreu durante a primeira década dos anos 2000” (Mansur, 2016, p. 18). Segundo os autores, “este megaciclo pode ser associado ao período entre 2003 e 2013, quando as importações globais de minérios saltaram de US\$ 38 bilhões para US\$ 277 bilhões (um aumento de 630%)” (Mansur, 2016, p. 18).

Durante esse período o Brasil foi o país que — destacadamente — ficou em segundo lugar no pódio dos maiores exportadores de minério no mundo. Essa dinâmica possibilitou o aprofundamento da dependência econômica do país em relação ao setor minério-exportador. Contudo:

O mercado de minério em geral e do minério de ferro em particular, é caracterizado por um caráter cíclico. Saindo de um patamar de US\$ 32 (jan./2003), o preço do minério de ferro chegou ao um pico de US\$ 196 (abr./2008) e, a partir de 2011, iniciou uma tendência de queda, chegando a US\$ 53 (out./2015) (WORLD BANK, 2015) (Mansur, 2016, p. 19).

É nesse sentido que a relação entre rompimento de barragens de rejeitos e ciclos econômicos da mineração se constitui. Os indícios destacam a relação existente entre o aumento do risco de rompimento de

barragens e o ciclo *pós-boom* do preço do minério de ferro (Zonta e Trocate, 2016). O que nos leva a apontar os diversos episódios de rompimentos como “elementos inerentes à dinâmica econômica do setor mineral” (Santos e Wanderley, 2016, p. 20)¹³².

Segundo Davies e Martin (2009 *apud* Mansur, 2016), o aumento da ocorrência dos rompimentos de barragens de rejeitos é resultado do processo recessivo dos ciclos de preços dos minérios. E derivam de diversos fatores e elementos, conforme apontam os autores:

- Pressa para obter o licenciamento no período de preços elevados, levando ao uso de tecnologias inapropriadas e à escolha de locais não adequados para a instalação dos projetos;
- Pressão sobre as agências ambientais pela celeridade no licenciamento, o que pode levar a avaliações incompletas ou inadequadas dos reais riscos e impactos dos projetos;
- Movimento setorial de expansão, também durante o período de alta, causando contratação de serviços de engenharia a preços mais elevados (aumentando o endividamento das firmas), dependência de técnicos menos experientes ou sobrecarga dos mais experientes (comprometendo a qualidade dos projetos ou a execução das obras);
- Intensificação da produção ou pressão por educação nos custos a partir do momento em que os preços voltam aos patamares usuais (Davies e Marton *apud* Mansur, 2016, p. 20).

¹³² Santos e Wanderley (2016) apresentam uma tabela com os principais rompimentos de barragens de mineração. Somente nos últimos vinte anos foram identificados em Minas Gerais oito rompimentos de barragem de mineração: “em metade dos casos de rompimento houve vítimas fatais e em pelo menos três ocasiões famílias foram desalojadas” (Santos e Wanderley, 2016, p. 91). Além disso, conforme noticiado pelo jornal *Estado de Minas*, com base no último relatório de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), de outubro de 2019, a situação em Minas Gerais é preocupante: das 54 barragens interditadas por falta de envio ou por não ter atestado a Declaração de Condição de Estabilidade (DCE), 33 estão no território mineiro (Vale, 2019).

Conforme sabemos, a barragem de Fundão entrou em operação em 2008, quando os preços do minério de ferro estavam altos. Frente à superexploração da força de trabalho como uma das implicações apontadas acima, há indícios do aumento significativo dos acidentes de trabalho, em que as pressões diante da intensificação do processo produtivo podem acarretar inclusive em negligência com as questões de segurança.

O destaque que damos em torno do crime da Samarco, Vale e BHP no território de Mariana é primordial, se entendemos que a dinâmica do município se alterou profundamente, bem como a de sua população. E, nesse sentido, vem impactando significativamente a dinâmica de trabalho das/dos assistentes sociais no território e região, implicando sobre a formação profissional o enfrentamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo das *novas demandas* que vêm surgindo.

Nesse sentido, ao retomarmos elementos de nossa formação sócio-histórica, estamos demarcando que eles particularizam a *questão social* no território, compreendida a partir da vinculação à lei geral da acumulação capitalista. Ou seja, a partir da compreensão dessa lei como *expressão concreta das contradições e antagonismos presentes nas relações entre classes, e entre as classes e o Estado*. Por isso, as “manifestações da ‘questão social’ devem ser explicadas com base no confronto de interesses contraditórios que trazem como consequência as desigualdades nas sociedades capitalistas” (Pastorini, 2010, p. 46).

Conforme nos chamou atenção Netto (2001, p. 45),

a ‘questão social’ está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho — a exploração¹³³. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da ‘questão social’; na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc.

¹³³ “Por isso entendemos que, se analisarmos a problemática vivida hoje no heterogêneo mundo capitalista sem fazer referência à luta de classes, aos sujeitos políticos envolvidos e às desigualdades sociais que daí decorrem, as manifestações da ‘questão social’ na atualidade ficarão reduzidas a expressões de uma crise do vínculo social” (Pastorini, 2010, p. 92).

Nessa direção, conforme bem destacou Netto (2001), a lei geral da acumulação capitalista, mesmo dado seu caráter universal e mundializado, se concretiza em determinadas particularidades, em nosso caso, latino-americanas.

Conforme ressalta Marini (2017), o capitalismo dependente é uma formação social que acentua até o limite as contradições próprias do modo capitalista de produção. Por isso, é preciso destacar a particularidade da “questão social” na América Latina. Conforme sinalizou Rocha (2017), os desdobramentos sociopolíticos da lei geral da acumulação capitalista na América Latina não têm início com a Revolução Industrial no centro e nem com o primeiro ciclo de industrialização na América Latina, mas com a assim chamada acumulação primitiva. Nas palavras da autora: “a lei geral da acumulação capitalista se expressa na periferia do sistema de acumulação em escala global no período do capitalismo mercantil (no centro) e capitalismo colonial (na periferia)” (Rocha, 2017, p. 10).

Dessa forma, identificamos aí a gênese da “questão social” latino-americana: precisamente no confronto entre capital mercantil europeu e povos originários; capital mercantil e negros escravizados; colonizador/senhor de escravos e mulheres expropriadas (negras, majoritariamente). Assim, é imperioso afirmar que na América Latina durante o capitalismo colonial a contradição capital x trabalho, não se expressa da mesma forma que na via clássica de desenvolvimento do capitalismo. Isto porque a fração protagonista do capital, naquele momento, é a comercial e a força de trabalho, majoritariamente, empregada nas colônias é o(a) negro(a) e o(a) originário(a) escravizados(as). Assim, na consideração da particularidade da “questão social” na América Latina, não cabe desconsiderar a condição histórica-estrutural anterior dos trabalhadores e trabalhadoras, pois tal configuração os coloca frente ao avanço capitalista numa condição particular de opressão. Patriarcado e racismo são, portanto, relações sociais estruturantes que determinam um lugar singular na estrutura de classes das sociedades coloniais, primeiro, e dependentes, depois, somando e atualizando antigas e novas contradições à forma

particular de reprodução capitalista assentada sob a superexploração da força de trabalho na América Latina contemporânea (Rocha, 2017, p. 11).

Se as mediações apresentadas até o momento estiverem corretas como acreditamos, tal realidade apresenta para a formação profissional e o trabalho dos/das assistentes sociais na região contornos próprios, que precisam ser desvendados. Isso porque, sem compreendermos os elementos que constituem as dinâmicas da particularidade regional e local, dificilmente poderemos enfrentar a dinâmica do cotidiano e nesse sentido, a possibilidade de respondermos alternativamente as requisições e demandas profissionais conservadoras. Cujos momentos do estágio supervisionado pode — e deve — servir como primeira experiência.

O estágio supervisionado: elementos constitutivos e desafios na região dos inconfidentes

Ao considerarmos o estágio como momento privilegiado de síntese do processo de formação profissional e de aprendizado teórico/prático do trabalho profissional, nos posicionamos na contramão de algumas concepções de estágio presentes historicamente na profissão. Afinal, conforme já destacou Guerra (2016), a concepção de estágio só pode ser explicada quando remetida a um projeto de profissão, logo, a um determinado perfil profissional. Por isso, “a disputa por essa concepção é mister, uma vez que ela demanda definições sobre: *que profissional se deseja formar e para que sociedade?*” (Guerra, 2016, p. 101).

Nessa direção, não cabe aqui o reforço a determinadas compreensões de que o momento do estágio é o espaço propício para “aplicação da teoria na prática”. Ou mesmo, do entendimento do estágio como *treinamento tecnicista deslocado da formação intelectual e crítica*. Nessa esteira, o estágio vem sendo tratado como a preparação de estudantes

apenas¹³⁴ para a *operacionalização de políticas sociais focalizadas*, o que não possibilita, minimamente, a construção de um perfil profissional que corresponda ao projeto ético-político da profissão e não apenas ao perfil da política social.

Por isso, a concepção de estágio que adotamos na presente reflexão está em consonância com a Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS e com a Política de Estágio do curso de Serviço Social da UFOP. Onde o estágio supervisionado:

Caracteriza-se pela atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção do(a) estudante nos espaços sócio-institucionais nos quais trabalham os(as) assistentes sociais, capacitando-o(a) nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional (ABEPSS, 2010, p. 14).

Nessa direção, o estágio apresenta como premissas:

Oportunizar ao(à) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital (ABEPSS, 2010, p. 14).

Portanto, diante do “chão histórico” no qual se realiza a formação profissional e, nesse sentido, o estágio supervisionado, é primordial apreender os elementos concretos que constituem a realidade social do sistema do capital e, concomitantemente, quais as estratégias e desafios colocados para a formação de um perfil profissional tecido a partir da in-

¹³⁴ Aqui destacamos o termo “apenas” por compreendermos, conforme nos chamou atenção Vasconcelos (2015), que *um* dos papéis profissionais é a viabilização (ou não) do acesso aos direitos sociais. Afinal, quem garante ou não os direitos é o Estado capitalista. Contudo, essa não pode ser entendida como o único papel da profissão. Ver: Vasconcelos (2015).

dissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo¹³⁵ que capacite para uma atuação competente.

Conforme apresentamos, partimos do pressuposto de que as condições de realização da supervisão dependem das condições de realização do trabalho profissional, das condições concretas da política social no país e, nesse sentido, das condições sob as quais a formação profissional se realiza. Nos termos de Guerra (2016, p. 103, grifo do autor):

Assim, incide sobre a supervisão a conjugação de condições relativas ao mercado de trabalho e a formação profissional, ambos submetidos a alto nível de deterioração, o que, em algumas situações, pode vir a comprometer a realização do estágio supervisionado. Como pode ser, então, inferido, o estágio supervisionado *não pode ser dimensionado fora da imposição da própria realidade* e de suas tendências contemporâneas, de modo que não se pode fazer abstração dos condicionamentos impostos pelas condições nas quais o trabalho e a formação se realizam.

Por isso, são muitas as dificuldades que se apresentam cotidianamente ao processo de estágio supervisionado, que dizem respeito a aspectos que vão desde a precarização do ensino superior, seus desdobramentos sobre a natureza didático-pedagógica da disciplina de estágio supervisionado, da gestão da coordenação de estágio, até as mudanças no mundo do trabalho, que incidem diretamente sobre as condições de trabalho dos/as assistentes sociais supervisores/as. Em nosso caso, alteradas e agravadas profundamente desde o crime/rompimento da barragem em 2015. E, aqui, podemos citar apenas dois elementos: o *aumento das demandas nos serviços* e, concomitantemente, a *precarização das condições de trabalho*.

Nesse sentido, passaremos agora para as reflexões dos desafios e estratégias do estágio supervisionado, a partir do estágio *in loco*.

O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto teve início em março de 2009, resultado do contexto contraditório de

¹³⁵ Sobre a compreensão e o significado de cada uma dessas dimensões, ver Santos (2012).

expansão das universidades federais por meio do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). A primeira turma de estágio se constituiu em 2011. Desde então, dois dilemas são parte da dinâmica do estágio: (1) o reduzido número de profissionais — e, nesse sentido, de campos — no próprio município de Mariana (e Ouro Preto) para abarcar a demanda de estagiários¹³⁶; (2) e o segundo, frente à ausência de campos, a necessidade de expandirmos para os municípios vizinhos. Implicando assim em outros desafios, por exemplo, o transporte dos estagiários até os locais do estágio garantidos pela própria universidade. Além dos desafios para o acompanhamento mais próximo dos campos de estágio.

Tal cenário, conforme apontado por Ramos e Abreu (2016, p. 277), não é uma particularidade da região:

Essa questão continua presente, sobretudo com a interiorização das Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) localizadas em cidades de pequeno e médio portes, quando a situação se torna limítrofe para o cumprimento do estágio, tendo em vista o reduzido número de profissionais em relação ao número crescente de estudantes nas modalidades presencial e a distância. Esse é um debate polêmico, pois novamente a tensão entre demanda de mercado e qualificação da formação se confronta, trazendo desafios para equalizar situações que evidenciam a substituição de profissionais por estagiários.

No que tange à gestão do estágio, sua atividade é organizada por meio da coordenação de estágio, cuja gestão se dá durante quatro semestres consecutivos por dois docentes — coordenador e vice — sendo que a cada semestre há alternância dos cargos, o coordenador passa a ser vice e o vice passa a ser coordenador. As funções da coordenação estão defi-

¹³⁶ Tal cenário ocasionou a necessidade de alteração da política de estágio do curso de Serviço Social. O mesmo foi reduzido de quatro semestres letivos de estágio para três, sem alteração na carga horária de 480 horas totais de estágio supervisionado, conforme previsto no projeto pedagógico do curso. Na reformulação de 2017 outras mudanças merecem destaque como: a criação da vice-coordenação de estágio, da Comissão Orientadora de Estágio (COE), do Fórum de Supervisão de estágio e da reformulação de alguns documentos referentes ao estágio (UFOP, 2017).

nidas pela política de estágio do curso de Serviço Social da UFOP. Conforme acreditamos, essa estratégia de gestão vem contribuindo para a melhoria na condução dos trabalhos, diante da ausência de uma equipe de trabalho própria da coordenação de estágio, já vivenciado por outras universidades públicas, onde se tem constituído a coordenação com corpo técnico composto por assistente social e/ou técnica administrativa.

Na particularidade da UFOP (2012, p. 14), a ausência dessa equipe vem trazendo grandes desafios diante das tarefas previstas para serem realizadas pela coordenação:

- I. Realizar contatos com instituições públicas, privadas, filantrópicas, ONG's e movimentos sociais prestadoras de serviços sociais, fazendo um trabalho de divulgação, sensibilização quanto à natureza do trabalho do Serviço Social, objetivando a abertura de Campos de Estágio;
- II. Avaliar as condições dos Campos de Estágio por meio de Visitas Técnicas, após solicitação da Instituição, tendo como base as normas e leis que regulamentam a profissão e o estágio;
- III. Credenciar novos Campos de Estágio após avaliação;
- IV. Avaliar as condições efetivas das Unidades Campos de Estágio tendo em vista sua manutenção ou fechamento;
- V. Convocar as reuniões da Comissão Orientadora de Estágio (COE) do curso de Serviço Social;
- VI. Participar e organizar em conjunto com a COE eventos, tais como: cursos de formação, supervisões integradas, encontros de supervisores(as) e outras atividades com o objetivo de ampliar a interlocução entre a Universidade Federal de Ouro Preto e a Unidade Campo de Estágio;
- VII. Possibilitar em conjunto com a COE o desenvolvimento de atividades de assessoria e de capacitação junto aos(as) Docentes Supervisores(as) e Profissionais Supervisores(as);
- VIII. Divulgar junto ao corpo docente, discente e aos(as) profissionais Supervisores(as), as orientações e concepções acerca do Estágio Supervisionado;
- IX. Divulgar aos(as) estudantes do Curso de Serviço Social as instituições que se constituem em Campos de Estágio quanto à sua natureza, o perfil institucional, a política de atendimento, projetos de intervenção e orientá-los(as) quanto à escolha da Unidade Campo de Estágio;
- X. Realizar a cada final do semestre uma pré-inscrição dos(as) estudantes do Curso de Serviço Social que deverão ingressar nos Campos de Estágio no semestre letivo se-

guinte; XI. Encaminhar os(as) estudantes do Curso de Serviço Social por meio da documentação específica emitida pela Coordenação de Estágio às Unidades Campos de Estágio de acordo com as vagas oferecidas; XII. Avaliar a cada final do semestre letivo, em conjunto com os(as) Docentes Supervisores(as), Profissionais Supervisores(as) de Campo e a COE, o trabalho desenvolvido nos Campos de Estágio e propor medidas de aperfeiçoamento; XIII. Distribuir para os(as) Docentes Supervisores(as), documentação relativa ao acompanhamento do(a) estudante do Curso de Serviço Social na Unidade Campo de Estágio: orientações sobre a elaboração do Plano de Estágio, do Relatório de Estágio, do Quadro de Horas e outros documentos que se fizerem necessários no decorrer do desenvolvimento do estágio; XIV. Participar das reuniões gerais da Coordenação de Curso, objetivando dar visibilidade ao trabalho desenvolvido, possibilitando a interlocução do estágio com as demais disciplinas do curso; XV. Reunir-se sistematicamente através das reuniões de Colegiado com os(as) Docentes Supervisores(as) e semanalmente com a Coordenação do Curso de Serviço Social, objetivando discutir questões referentes ao Estágio Supervisionado, buscando construir alternativas de ação que resultem em melhoria da qualidade do processo pedagógico; XVI. Encaminhar ao Colegiado do Curso os casos omissos na normatização do estágio.

Diante da dinâmica do estágio, algumas tarefas se destacam, devido à ausência da equipe anteriormente referida. No desenvolver de cada semestre, com suas particularidades, a maior parte do trabalho da coordenação tem sido dedicada aos processos de *abertura de vagas e credenciamento de novas instituições* para a inserção em campo dos/das estagiários/as. Outro tempo do trabalho é dedicado à construção dos Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social.

A coordenação vem organizando seu trabalho a partir de uma reunião semanal e da realização de plantões semanais para atendimentos aos discentes de demandas espontâneas. A coordenação também vem contando nos últimos semestres com bolsistas de monitoria da disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social, que possibilita um acompanhamento, três vezes na semana, na própria sala da coordenação,

das demandas das/os estagiárias/os em relação a dúvidas sobre processos de inserção, documentação etc.

Dentre as inúmeras tarefas da coordenação, algumas já citadas acima, destacamos: contato cotidiano com os campos; visita aos campos; elaboração dos editais de seleção; reunião com as turmas de estágio; elaboração e envio da lista com informações sobre o estágio ao CRESS; convocação e condução de reuniões com as/os supervisores acadêmicos; divisão das turmas de Oficina de Estágio por cidades; elaboração de relatórios: para supervisores de campo atestando supervisão, balanço semestral do estágio; participação nos Fóruns Estaduais de Estágio; reuniões com chefias, secretários e coordenadores das prefeituras municipais, secretarias, serviços e instituições.

O estágio curricular obrigatório é realizado no sexto, sétimo e oitavo período, quando se concentram as Oficinas de Estágio. Conforme sabemos, o estágio é *supervisionado* e deve ocorrer concomitante à inserção no campo e nas oficinas. A carga horária total é de 480 horas, distribuídas em 160 horas no campo de estágio por nível de estágio (I, II e III) e quatro horas semanais nas oficinas de estágio.

No que tange à organização das turmas, apesar da sinalização da Política Nacional de Estágio da ABEPSS para que as turmas sejam subdivididas por área de atuação, conforme a realidade dos campos ou, quando possível, a partir das áreas dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) da ABEPSS, diante da particularidade da nossa região, optou-se por subdividir por *municípios*. Dessa maneira, cada oficina de estágio — I, II e III — possui três turmas: Turma 1 – *Mariana*; Turma 2 – *Ouro Preto*; Turma 3 – demais *cidades*.

Isso porque, em 2019 contávamos com *nove* cidades da região com campos de estágio.¹³⁷

¹³⁷ Alguns municípios como Santa Bárbara e Entre Rio de Minas ofertaram pela primeira vez em 2019/2 apenas *uma vaga* em cada município. Outras cidades que não possuem estagiários no semestre referido já ofertaram e vêm ofertando vagas historicamente, por exemplo: Ouro Branco e Oratório.

Figura 1 – Municípios com Campos de Estágio do curso de Serviço Social da UFOP, 2019/2.



Fonte: elaboração própria.

Tal organização parte do pressuposto que o acompanhamento dos campos pode ocorrer de maneira mais orgânica, diante da possibilidade de as/os supervisores acadêmicos realizarem visitas no mesmo território. O que não é isento de desafios para a materialização das visitas, frente à sobrecarga de trabalho docente e o desafio de conciliar as datas e horários de diversos serviços nas mesmas cidades. Contudo, no contato direto junto às/aos profissionais é nítida a percepção das visitas como um instrumento essencial no fortalecimento da parceria e continuidade da oferta de vagas.

No que tange à relação com os campos de estágio, conforme sabemos, trata-se de uma *peleja* da profissão, não se configurando tal desafio como algo particular. No entanto, os avanços que vão se construindo no sentido de parceria e aproximação com os campos contribuem para a qualificação do estágio, a partir das diretrizes que apresentamos ao longo do texto. Nesse sentido, frisamos a importância da/do assistente social e da/o supervisora/o acadêmica/o solicitar aos discentes os contatos das supervisoras de campo e que se apresentem logo no início do semestre

— via e-mail e/ou ligação — e que mantenham uma relação próxima ao longo do semestre.

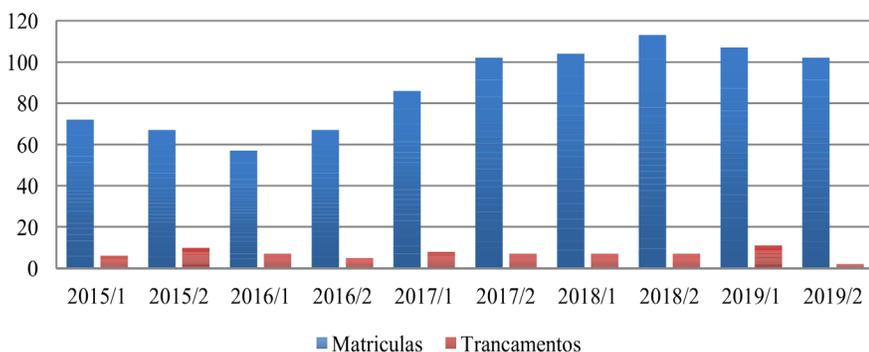
Conforme destacamos ao longo do texto, o estágio depende das condições da política de educação e das condições da universidade. Logo, frente ao corte de recursos e da contrarreforma em curso, o mesmo também pode ser prejudicado. Somente em março de 2019 foram cortados R\$ 29,582 bilhões do orçamento federal de 2019, sendo que desse montante, somente a educação perdeu R\$ 5,839 bilhões, cerca de 25% do previsto (Andes, 2019). Além dos impactos na permanência dos estudantes e da tensão vivenciada em relação à continuidade ou não da garantia do transporte e do auxílio. Parte das/os estagiárias/os sofreram diretamente o impacto ao não conseguirem dar continuidade ao estágio nos campos, devido ao não pagamento do auxílio-transporte por parte da universidade. Situação que foi alterada somente após a liberação dos recursos realizada pelo governo federal no final do ano de 2019.

No segundo semestre de 2019, a realidade do estágio era constituída a partir de 57 campos de estágios diferentes; envolvendo diretamente na supervisão 64 assistentes sociais de campo e somando-se o total de cem discentes matriculadas/os. Tal dinâmica do estágio envolve diretamente onze docentes do curso, nove supervisores acadêmicos e dois na coordenação de estágio. Tal grandeza do estágio é fruto do avanço na qualidade do trabalho e organização que vem se acumulando nos últimos anos pelo curso e pelas coordenações.

É importante destacarmos que, para um curso constituído por dezoito docentes, o envolvimento de onze diretamente no estágio é um número significativo. Tal cenário, a nosso ver, pode ser capaz de potencializar o velho desafio de avançarmos no entendimento de que o estágio é uma questão da formação em sua totalidade — e não somente de poucos docentes que lidam com estágio. Ao mesmo tempo, garante que parte dos docentes esteja atenta/o à realidade do território e à dinâmica do trabalho no *miúdo do cotidiano*.

No Gráfico 1¹³⁸, apresentamos uma linha histórica de discentes matriculadas/os em estágio supervisionado, concomitante ao número de trancamentos por semestre. Conforme podemos observar, o número de matriculadas/os vem aumentando, o que significa que um número maior de discentes tem conseguido permanecer no curso, chegando aos semestres finais. Vale destacar a diferença entre 2016/1 quando se chegou ao número de 57 matriculadas/os no total, para 2018/2, quando se alcançou o total de 113 matriculados, mantendo o número de trancamentos, com o dobro de discentes matriculados.

Gráfico 1 - Número de Matrículas e Trancamentos no Estágio em Serviço Social - Elaboração Própria



Entre 2017/1 e 2019/2 — com exceção de 2019/1 — é possível destacar a permanência da média de trancamentos que caminha para a redução. Tal dinâmica é fruto do trabalho coletivo que vem sendo desenvolvido pelo curso e a coordenação, mesmo diante dos desafios colo-

¹³⁸ Os dados foram fornecidos pela Coordenadoria de Registro Acadêmico, vinculado a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFOP. Agradecemos particularmente a Alcyane Caldeira e Adriano Alves. Cabe destacar que somente foi possível acessar — fora dos números apresentados — os semestres referentes à 2013/2 de *uma disciplina* que consta quinze matriculados e nenhum trancamento. E em relação à 2014/1 e 2014/2, também referente a somente uma disciplina por semestre, aparece respectivamente 32 matriculados e nenhum trancamento. No segundo semestre daquele ano foram trinta matriculados e nenhum trancamento. No entanto, conforme sinalizado, o estágio vem ocorrendo desde 2011.

cados. Três frentes merecem destaques, pois possibilitaram, a nosso ver, o aumento das vagas e a diminuição dos trancamentos.

A primeira diz respeito, de certa forma, à dinâmica normal da coordenação pela busca de vagas. Porém, optou-se pela retomada de antigos campos profissionais que não ofertavam mais serviços e visitas às cidades, como foi o caso de Ponte Nova e Oratório, possibilitando novas ofertas e parcerias.

A segunda frente veio do impacto da alteração em 2019 das condições de contrato das assistentes sociais de Mariana — em grande número terceirizada/quarteirizada com vínculos de até três meses — para contratos de até dois anos, contribuindo para a ampliação da oferta de vagas. Essa implicação do tempo maior de contrato possibilita minimamente o acompanhamento dos três níveis de estágio. O que não ocorria nos regimes de contratos anteriores, de três meses, cuja situação não possibilitava uma segurança mínima.

A terceira frente foi o avanço no diálogo com a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania, que retomou a oferta de vagas por meio de edital próprio e vem crescendo nos últimos semestres.

No entanto, conforme é possível observar no Gráfico 1, o desafio em relação aos discentes represados, devido a não realização de estágio, ainda é presente. Ainda que não tenhamos dados concretos sobre o impacto de tais situações no curso, sabemos que as consequências podem resultar em evasão estudantil, aumento do prazo de integralização, no risco de jubramento etc. Os trancamentos vêm ocorrendo principalmente pela ausência de vagas, mas não só. A questão de discentes trabalhadores, que só podem realizar o estágio no fim de semana e que não conseguem frequentar estágio em cidades vizinhas, também vem sendo uma constante. Tal realidade é algo recorrente no cenário nacional, conforme apontaram Ramos e Abreu (2016), com base em relatórios nacionais da ABEPSS e pesquisas sobre o estágio.

Outros desafios apontados pelos relatórios dessa entidade (2010, 2012 e 2014) consistem na dificuldade de estudantes trabalhadores cumprirem o estágio pela ausência de vagas em horário noturno ou nos finais de semana (quando existentes, nem sempre a qualidade é assegurada), o que indica a necessidade de haver uma discussão mais aprofundada sobre estágios de “final de semana” nas unidades com apenas curso noturno e a criação e investimento na abertura de campos próprios das universidades (Ramos e Abreu, 2016, p. 278).

A nosso ver, esse cenário também possui forte relação com a condição do território pós-crime/rompimento da barragem, que alterou a dinâmica e as condições de toda a população e, por consequência, do trabalho das/os assistentes sociais. Em balanço recente realizado a partir da experiência da extensão junto às assistentes sociais de Mariana e Ouro Preto, no Núcleo de Extensão e Estudos em Formação e Trabalho em Serviço Social (NEESFT/CNPq), algumas questões nos chamaram atenção em relação às condições de trabalho, que, submetidas à lógica da crise do sistema do capital e do projeto contrarreformista do governo federal e estadual em curso, se somaram às particularidades de um território atingido por barragens.

A precarização do trabalho profissional foi uma das questões mais apontadas pelas/os profissionais e isso tem se dado da seguinte forma nos últimos anos: sucateamento dos equipamentos da assistência social e saúde dos municípios; a descontinuidade da oferta dos serviços tem sido uma constante; a existência de vínculos de trabalho frágeis e diversificados (concursados, contratados, terceirizados, *quarteirizados* etc.); há uma alta rotatividade nas equipes de trabalho; excesso de funções; sobrecarga de trabalho; adoecimento da equipe de trabalho etc. (Carrara *et al.*, 2019, p. 6).

Nessa direção, coadunamos com a ideia de Mascarenhas (2019), quando a autora reforça que a especificidade das expressões da “questão

social” no território atingido pelo atual modelo de mineração está circunscrita

[...] na *alteração forçada do modo de vida da população atingida* — ainda que no *processo de consciência* da classe trabalhadora, certa parte defenda o monstro, por ser quem proporciona o emprego e o assalariamento; enquanto a outra o enfrenta, questionando a imposição da dependência econômica ou construindo outros modos de vida [...]

Portanto, é o monstro que inflige essa alteração, embora ela possa ser melhor observada após o *crime* de ruptura de barragem de rejeito em, ao menos, quatro aspectos: a *cessão do repasse tributário* — sendo 24 milhões não arrecadados pela Prefeitura Municipal de Mariana desde 2016; a *negação do salário* — alcançando 29,9% de desemprego em Mariana após a suspensão das atividades da Samarco; o *reassentamento forçado* — em que nenhuma casa foi construída para as 362 famílias em quatro anos de crime da Samarco; e a *insegurança alimentar* — visto a contaminação da água e do solo que impede a populações atingida de usufruir de alimento (Mascarenhas, 2019)¹³⁹.

Uma das respostas a tal cenário na cidade foi a criação da Fundação Renova, em junho de 2016. Trata-se de uma organização social sem fins lucrativos, fundada a partir do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). A entidade possui como instituições mantenedoras a Samarco Mineração S.A., a Vale S.A. e a BHP Billiton Brasil Ltda. A Fundação Renova é responsável pela contratação direta e indireta, feitas via terceirização e quarteirização, de novos profissionais que são alocados nos serviços públicos em Mariana..

¹³⁹ Conforme chama atenção a autora: “A *alteração forçada do modo de vida, portanto, circunscreve toda a população que habita os territórios onde impera o monstro*. Pois, a essas é imposta a cisão do metabolismo entre humanidade e natureza — sem o qual o ser social não pode se efetivar. Ou seja, o sociometabolismo do capital, através do atual modelo de mineração, se constitui em uma ameaça a existência da humanidade, que se concretiza como *desejetivação do ser social, seja de forma imediata, como pode ser observada na chacina de 290 pessoas em Mariana e Brumadinho, ou de forma mediata, como consequência da alteração forçada do modo de vida*” (Mascarenhas, 2022).

Tais profissionais além de estarem submetidos a contratos de trabalho frágeis e precários, trabalham nos mesmos serviços e executam as mesmas funções que os trabalhadores servidores públicos do município. No entanto, com salários e vínculos trabalhistas diversificados. Assim, a *precarização do trabalho profissional* anda *pari passu* sucateamento dos equipamentos da assistência social e saúde do município, que tem levado à descontinuidade da oferta dos serviços, à uma alta rotatividade nas equipes de trabalho; bem como ao excesso de funções, *sobrecarga* de trabalho, *adocimento* da equipe de trabalho etc. (Carrara *et al.*, 2019).

A precarização generalizada, a redução de quadros profissionais, a sobrecarga de trabalho diante de um aumento substantivo das demandas¹⁴⁰, apresentam dificuldades no cumprimento das exigências da supervisão de estágio e, conseqüentemente, na *qualidade dos campos*. Aqui, o risco também se coloca diante da possibilidade de estagiários exercerem atividades desvinculadas da profissão para a qual estão sendo formadas/os, incorrendo em distorções referentes ao conjunto de competências e atribuições que legitimam socialmente a profissão (Ramos e Abreu, 2016).

Conforme destacaram as autoras, uma das três tendências que tencionam o estágio supervisionado na dialética entre formação pedagógico-formativa e a dinâmica voraz do mercado é a

Inserção de um “profissional em formação” que não goza de relativa autonomia profissional, portanto as ações ficam mais suscetíveis às regras institucionais e ao atendimento mais imediato das demandas sociais colocadas no cotidiano das práticas profissionais (Ramos e Abreu, 2016, p. 263).

Nesse cenário ainda é preciso enfrentar as dinâmicas de imposição das instituições, como prefeituras, que tencionam as/os profissionais para aceitarem estagiários, à revelia dos profissionais e o próprio des-

¹⁴⁰ Demandas em relação à política de Saúde e Assistência Social cresceram 26% (Marques, Paes e Fiúza, 2019); desemprego também cresceu (Paranaíba, 2016); o aumento das demandas também pode ser observado em Mariana (2019).

compromisso deles ao se negarem a receber estagiários, por considerarem a supervisão de estágio um trabalho “a mais”. A nosso ver, ambas dinâmicas precisam ser problematizadas dentro da compreensão de estágio construída nos últimos anos pela profissão, conforme apresentada ao longo do texto. Reforçando seu papel e lugar na formação profissional. Nesse sentido, precisa ser construída concomitantemente a discussão da *autonomia profissional*, como também o debate da supervisão como *atribuição privativa*. Afinal,

Mesmo sendo a supervisão de estágio uma atribuição privativa, portanto exclusiva do profissional, esse é portador de autonomia relativa e não está, dessa forma, obrigado a assumi-la, caso entenda que as condições objetivas e subjetivas presentes institucionalmente obstaculizam o exercício da profissão de forma qualificada e orientada na defesa e aprofundamento do projeto profissional, trazendo impactos negativos para a aprendizagem e formação do estudante (Ortiz, 2016, p. 210).

Outro dilema nesse cenário é a atenção necessária diante das relações clientelistas para a garantia de estágios. Conforme sabemos, é próprio dentre outras características da nossa formação sócio-histórica a lógica do autoritarismo, a ideologia do “favor”, o paternalismo. Tal dinâmica também se expressa fortemente na região. Por vezes, é preciso enfrentar as estratégias de inserção no estágio por meio de saídas individuais: “um contato conseguiu para mim”, o “vereador conseguiu”, “trabalho no local” etc. Tais estratégias também expressam uma concepção equivocada do estágio, com base muitas vezes em “contrapartida”, reiterando e aprofundando relações patrimonialistas e o clientelismo.

Conforme sinalizaram Ramos e Abreu (2016, p. 284): “uma polêmica a ser enfrentada trata da falta de preparo dos profissionais para exercer a supervisão, em especial nos campos nos quais se reflete o perfil dos profissionais advindos desse processo de aligeiramento do ensino superior”. Na área de abrangência da Região dos Inconfidentes, tal demanda vem sendo expressa pelas supervisoras de campo fortemente

nos últimos semestres, colocando-se como um desafio para o curso. Por isso, é imperioso pensar o oferecimento permanente de cursos e oficinas de capacitação/atualização a esses profissionais. Nos termos de Guerra (2016, p. 120) é preciso ter claro: “quem forma os supervisores? De que formação ele necessita?”. A autora ainda apresenta como limitadores as condições de precarização e sobrecarga de trabalho das/dos docentes, dentre outras questões.

Por fim, gostaríamos de chamar atenção em relação à urgente necessidade da reorganização da Oficina de estágio III do curso, visando inserir a discussão sobre a supervisão de estágio em Serviço Social. Considerando uma região tão particular da qual se processa nossa formação profissional, é de extrema importância que a Oficina III prepare, debata e capacite, para que os/as futuros/as profissionais — que possam vir a se inserir na região — sejam supervisores/as de estágio.

Considerações finais

*Reconhecer que a história é tempo de possibilidade
e não de determinismo, que o futuro, permita-se-me
reiterar, é problemático e não inexorável
(Paulo Freire)*

O estágio em Serviço Social está voltado para a efetivação de um processo de aprendizagem qualificado, na direção de uma perspectiva educacional crítica e comprometida com a direção da profissão, conforme expresso ao longo do presente texto e dos marcos normativos que o legislam. Nesse sentido, o que buscamos demonstrar é que as contradições e tensões vivenciadas no estágio são resultantes dos diversos dilemas postos na realidade. Dentre eles, o dilema entre o *projeto profissional* e as *demandas imediatas do mercado*, que, explicitadas, passam a ser evidenciadas na operacionalização do estágio.

O campo de estágio passa a expressar um dos impasses centrais no processo de formação. De um lado, o supervisor de campo pauta suas ações e orientações predominantemente em respostas às demandas institucionais e, de outro lado, há a reiteração, pela academia, de implementação um projeto profissional, hoje hegemônico no interior da categoria profissional, que propõe alterações na ordem institucional e societária. A convivência entre lógicas distintas impõe a exigência de conhecimentos que possibilitem o estabelecimento de mediações no sentido de garantir a formação crítica do aluno em espaços concretos e contraditórios. Também contraditória é a dificuldade de articulação, entre os distintos projetos ético-político profissionais e os atores envolvidos com a supervisão de estágio. Os impasses se tornam visíveis unicamente no momento da análise e encaminhamento de situações concretas, sendo recorrente a não explicitação das diferenças. O mascaramento destas diferenças, pelas mais diversas razões, torna difícil a construção do perfil profissional proposto atualmente para a profissão, agudiza-se na atual conjuntura com a crescente dissociação entre o projeto ético-político profissional e um projeto de nação diametralmente oposto a universalização e garantia de direitos (Miotto e Nogueira, 2016, p. 310).

Nesse mote, consideramos que o aprofundamento das discussões em torno do estágio supervisionado contribui para reflexão e a busca de alternativas efetivas na defesa do projeto de formação profissional crítico e, conseqüentemente, de elementos para resistirmos diante da contrarreforma da educação em curso. Nessa direção, trata-se de instrumentos que fortalecem o projeto ético-político da profissão na contemporaneidade.

Para finalizarmos, optamos por apontar brevemente *algumas estratégias* que poderão contribuir para o enfrentamento de alguns desafios:

1) A necessidade de uma assistente social para a coordenação de estágio

Acreditamos que uma das questões que o curso precisa construir de forma mais sistematizada e de imediato, são as estratégias para tencionar a vinda de uma assistente social para a coordenação de estágio do curso.

Esse trabalho profissional contribuirá para a organização e qualificação do estágio, consolidando o processo formativo das/os discentes e supervisores, realizando, dentre outras atribuições: (1) Contato e visitas em diferentes instituições, objetivando ampliar a oferta de vagas para estágio e acompanhamento dos campos existentes; (2) selecionar, credenciar e acompanhar os campos de estágio, observando os princípios da política de estágio; (3) desempenhar atividades administrativas como: cadastro de instituições, fluxo de documentos, controle de dados estatísticos etc.; (4) participar das reuniões da Coordenação de Estágio; (5) propor e organizar espaços de capacitação e discussão para supervisores de campo; (6) realizar atendimento a estudantes de estágio.

Conforme podemos observar é necessário que a universidade garanta o profissional e as condições de trabalho adequadas para a realização das tarefas pretendidas, como algumas das acima já assinaladas.

2) O planejamento do exercício profissional

Se compreendermos nos termos aludidos por Guerra (2016) que o estágio supervisionado é um espaço de síntese da unidade entre teoria e prática, pois permite desenvolver todas as dimensões da profissão, articulando um perfil profissional crítico, “que detenha competência técnica, teórica, política, aportado em valores que se confrontam com a sociabilidade burguesa, com aptidão para a pesquisa e para a produção de conhecimento crítico” (Guerra, 2016, p. 101). Dessa forma, o planejamento da atividade profissional que resulta em um projeto de intervenção/projeto de trabalho profissional¹⁴¹ logo aparece para nós como uma questão central para o exercício profissional.

Nesse sentido, é o acionamento das dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa, investigativa e formativa que possibilitarão a construção de um planejamento na direção de um exercício profissional mediado pelo Projeto Ético-Político (PEP). Nesse sentido, o

¹⁴¹ “O projeto de intervenção constitui uma organização sistemática das ações técnico-profissionais e ético-políticas em resposta às expressões da ‘questão social’ com as quais se defronta o assistente social no exercício da profissão” (CFESS et al., 2001, p. 47).

estágio supervisionado deve ser capaz de tencionar os campos de trabalho nessa direção, fortalecendo a profissão e fortemente o estágio.

O assistente social, como profissional de nível superior que assume as indicações do projeto profissional, tendo em vista uma prática radicalmente crítica, criativa, reflexiva, intencional, se coloca como exigência a centralidade e a essencialidade do planejamento nos espaços de formação e nos espaços socioassistenciais. Um planejamento que se constitua num processo de aproximações sucessivas da realidade institucional/usuários e não como uma ação pontual e acabada. Assim sendo, é um planejamento que responde às necessidades da formação permanente do profissional, para dar respostas práticas às demandas dos usuários e às requisições institucionais, o que significa superar práticas burocráticas em favor de práticas planejadas e avaliadas nas suas consequências, com base na investigação e na análise concreta de situações concretas; processo que envolve a análise teórico-crítica, em profundidade, do movimento que envolve o cotidiano institucional, o exercício profissional, como parte e expressão da totalidade (Vasconcelos, 2015, p. 225).

Nessa direção, acreditamos que a universidade pode — e deve — ser capaz de contribuir para a sistematização do trabalho profissional. Tal assertiva pode ser fruto das experiências vivenciadas durante o estágio. Ao avançarmos na elaboração de projetos de atuação do Serviço Social é possível demarcar a distinção entre a política social e a profissão, explicitando as diferenças, entre as demandas e requisições institucionais e as atribuições e competências da profissão.

Nessa estratégia, duas frentes podem se abrir:

a) a demarcação no planejamento do trabalho de um horário específico para a supervisão, inserindo a supervisão como parte do processo de trabalho, atribuição privativa (e não um “trabalho a mais”). Demonstrando para a instituição/equipe a importância e o compromisso com o estágio;

b) diante da elaboração dos documentos conjuntos do estágio — inclusive do projeto de intervenção — a possibilidade de o estágio con-

tribuir para o exercício profissional e a educação permanente, ao possibilitar que as supervisoras sempre avaliem e reelaborem o planejamento/projeto de intervenção. Ou seja, a dinâmica de elaboração dos documentos pode ser capaz de instigar no processo de supervisão a revisão e avaliação da prática profissional. E/ou o entendimento da importância da sistematização e planejamento do trabalho. E aqui destacamos dois elementos centrais:

No dia a dia do estágio supervisionado é comum a inserção de carga horária “de leitura” nos relatórios de horas. Esse movimento deve ser parte do estágio como estratégia para a relação entre fundamentação teórica e o exercício profissional. No entanto, frente a inserções tardias e dificuldades de cumprimento da carga horária mínima, as horas de leituras entram como complemento.

É nesse sentido que gostaríamos de chamar a atenção para o avanço necessário na *organização das leituras pertinentes ao campo de estágio*, que a nosso ver devem ser escolhidas e pensadas junto aos supervisores — de campo e acadêmico — e que tenham relação com o campo e, preferencialmente, que sejam produções críticas àquele espaço de trabalho, produzidas pela profissão. Os textos não devem ser escolhidos de forma avulsa ou ficarem em torno das normas técnicas, institucionais e documentos apenas. São necessárias outras mediações.

Diante disso, é preciso que se garanta um *momento específico durante as supervisões para a discussão sobre o texto lido*. É preciso que se garanta a discussão sobre a leitura, visando oportunizar os momentos de reflexão mediados pela teoria, o que demonstra o cumprimento real das horas de leitura, mas não só. É preciso que as leituras apareçam mediadas na elaboração dos documentos: planos semestrais, relatórios semestrais, projetos de intervenção etc. É o acúmulo dessas leituras e a discussão que poderão contribuir para que os documentos não sejam apenas as cópias de um semestre para o outro.

Por isso, é preciso avançar na *construção coletiva dos materiais do estágio*.

Desse modo, os planos de estágio se afirmam cada vez mais como instrumentos necessários de supervisão, pois direcionam a operacionalização de tarefas cotidianas do estágio, compatíveis com as etapas de trabalho previstas no processo de ensino-aprendizado, atribuições e ações anteriormente planejadas com supervisores e estudantes. A ausência desse planejamento, assim como da elaboração dos demais instrumentos de sistematização do trabalho, planejamento e avaliação dos processos, muitas vezes é comprometida mediante a urgência das demandas institucionais (Ramos e Abreu, 2016, p. 268).

Nesse sentido, também é primordial a aproximação e interesse das/dos supervisores de campo:

Deve o assistente social supervisor no exercício de sua função pedagógica buscar o estreitamento da relação com a sala de aula, conhecendo o currículo pleno da unidade de formação acadêmica do seu estagiário, assim como o programa da sua disciplina de estágio. Tal movimento é fundamental para que o supervisor, junto com o supervisor acadêmico, possa propor ao estagiário as atividades que expressem o seu acúmulo de conhecimentos e amadurecimento intelectual, de modo a garantir resultados progressivos concernentes com nível de formação do aluno. Sem conhecer a grade curricular, bem como o conteúdo programático proposto pelo docente, corre-se o risco de que a realização do estágio ocorra “apartada” da disciplina, o que inviabiliza a relação orgânica entre ambos, geralmente tidos como “correquisitos” nas diversas grades curriculares (Ortiz, 2016, p. 193).

Nessa direção, a supervisão de campo caracteriza-se pela inserção e acompanhamento do estagiário, realizada pelo assistente social, por meio do diálogo, da reflexão, da sistematização, referenciadas e fundamentadas pelo Plano de Estágio elaborado em conjunto pelo supervisor de campo, pelo supervisor acadêmico e pelo estagiário do campo. É nesse sentido que o Plano de Estágio deve ser retomado e reelaborado a cada semestre, observando os diferentes níveis de estágio e propondo

diferentes atividades para potencializar o amadurecimento do estagiário no campo.

3) Avançar na construção das experiências de Supervisão Integradas e Oficinas Temáticas

Algumas estratégias também dizem respeito à oficina de supervisão de estágio, que se constituem em modos de oficinas de supervisão que fortalecem as parcerias. Trata-se das Oficinas Integradas — ou supervisão integrada — que são realizadas com a presença das/dos supervisores de campo. Podem ser realizadas por turma de estágio e/ou por área temática ou podem ser realizadas coletivamente.

Também se destaca as Oficinas Temáticas e/ou Intertemáticas, que são organizadas pelos supervisores acadêmicos e de campo com os discentes para tratar de temáticas em comum que envolvam aquele nível do estágio. No caso da segunda experiência, propicia-se o debate com turmas diferentes, de áreas até distintas, mas cuja temática seja transversal a essas áreas.

4) Avançar no entendimento sobre a supervisão em estágio: acompanhamento é diferente de supervisão

O estágio é o momento em que o estudante vivencia o exercício profissional, em um determinado espaço sócio-ocupacional, sempre acompanhado de um profissional de Serviço Social. Nesse sentido, é um *acompanhamento* do exercício profissional, o que por si só não basta, já que não garante reflexão teórica, ético, política e técnico-operativa do que está acontecendo no campo. O que viabiliza esses momentos é a supervisão de campo e acadêmica, que possibilitará que os conteúdos do currículo sejam fundamentos para a leitura da realidade (Santos, Gomes e Lopes, 2016).

A *supervisão de estágio* é o momento em que os profissionais responsáveis pela supervisão de campo e pela acadêmica, além do estudante, se dedicam a pensar sobre esse exercício profissional, tendo como fundamento determinado aporte teórico, ético-político e técnico operativo, as dimensões da profissão. Conforme destacou Santos, Gomes e Lopes (2016, p. 234): “a supervisão é, justamente, o momento em que o pro-

fissional e o estudante se afastam do cotidiano do trabalho profissional para apreender esse cotidiano através de um aporte teórico-metodológico”.

Nos termos da política de estágio da UFOP (2012, p. 18), a supervisão é: “IV. realizar supervisões individuais e grupais, no mínimo uma hora semanal, de modo a garantir a orientação e a análise crítica da prática desenvolvida”.

No que tange à supervisão acadêmica, cabe apenas ressaltar que esse é o espaço propício para ser trabalhado a importante indissociabilidade teórico-prática, que possibilita desvelar as contradições do trabalho profissional no contexto de crise estrutural do capital, tendo em vista a necessária discussão da articulação entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Por isso,

A disciplina de estágio é o lugar privilegiado para a realização dessa síntese, considerando que, a partir da observação e análise das situações e demandas cotidianas que surgem no campo de estágio, pode o estudante confrontar-se com o modo de ser burguês, com a moralidade que lhe sustenta, com os limites e potencialidades das políticas sociais, facilitando o conhecimento do campo institucional, aprimorando a dimensão técnico-operativa e permitindo a identificação das possibilidades e limites do exercício profissional, bem como as dimensões da profissão e as condições materiais de trabalho do assistente social (Ortiz, 2016, p. 207).

5) Avançarmos na Construção Coletiva dos Fóruns e na reorganização da COE

Os fóruns vêm se constituindo em espaços importantes de fortalecimento do estágio supervisionado na particularidade da UFOP. Conforme sabemos, esse espaço/momento deve ter como objetivo construir estratégias de qualificação do estágio supervisionado enquanto *lugar privilegiado da formação profissional*. E vem contando, nos últimos anos, com diversos momentos e experiências que propiciaram espaços político-pe-

pedagógicos de formação dos supervisores, como mesas de debates, rodas de conversa, palestras, minicursos etc.

Aqui, cabe destacar que é preciso retomar a estratégia de construirmos a Comissão Orientadora de Estágio (COE). No que competem às atribuições da COE prevista na política de estágio da UFOP (2012), destacamos o artigo 19:

I. Acompanhar a Política de Estágio do curso de Serviço Social, bem como planejar atividades extracurriculares que envolvam o estágio em Serviço Social; II. Auxiliar a coordenação de estágio na definição sobre a abertura e o fechamento de convênios para inserção de estagiários (as); III. Planejar e executar atividades de capacitação de supervisores (as) acadêmicos e de campo e demais eventos que envolvam o Estágio em Serviço Social; IV. Criar e organizar o Fórum de Supervisores (as) de Estágio em Serviço Social da UFOP; V. Fomentar a articulação do Fórum de Supervisores (as) de Estágio em Serviço Social da UFOP com o Fórum Estadual de Supervisores (as), como o proposto pela Política Nacional de Estágio da ABEPSS; VI. Manter uma avaliação pedagógica constante sobre o Estágio em Serviço Social.

Organizada pela Coordenação de Estágio em Serviço Social, a comissão é composta por: Presidente do Colegiado do curso de Serviço Social da UFOP; Coordenador e Vice-coordenador de estágio em Serviço Social da UFOP; três supervisores/as de campo representantes de cada nível de estágio (estágio I, II, III) e seus/suas suplentes eleitos/as por seus pares; três supervisores/as acadêmicos/as representantes de cada nível de estágio (estágio I, II, III) e seus/suas suplentes eleitos/as por seus pares; três estudantes representantes de cada nível de estágio (estágio I, II, III) e seus/suas suplentes eleitos/as por seus pares. A ideia é que a partir do acúmulo e avanço que vem sendo construído, principalmente nos Fóruns, se consiga constituir novamente a COE nos próximos Fóruns de Estágio.

Ao finalizarmos as indicações de estratégias para avançarmos na qualidade do estágio supervisionado, é nítida a referência que a maioria

das ações estão voltadas para o fortalecimento da parceria das instituições e profissionais — supervisoras de campo — com a universidade. A nosso ver essa relação ainda pode — e deve — ser reforçada a partir dos eventos, capacitações, articulação com pesquisas, extensão e pelos núcleos de pesquisa, estudo e extensão, visando qualificar e fortalecer essa relação. Hoje, contamos com quatro grupos em funcionamento no curso de Serviço Social da UFOP, com as mais diversas frentes.

Diante do cenário exposto sobre o estágio supervisionado em Serviço Social da UFOP e seus desafios, avanços, dilemas e possibilidades — que não são particularidades apenas do presente curso —, apesar dos contornos próprios diante do território, tivemos a intenção, conforme sinalizou Boschetti (2016, p. 27), de explorarmos as contradições e dilemas para “evidenciá-las e fazer delas potencialidades de luta e não encobri-las com pactos de sujeição”. O que possibilita, a nosso ver, enfrentarmos a existência, por vezes, de certa idealização do estágio, gerando distanciamento das condições objetivas em que ele se materializa, o que traz rebatimentos para o ensino da prática.

Referências

ABEPSS. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*: com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996.

ANDES. Orçamento da educação sofre corte de R\$ 5,83 bilhões. *Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior*, Brasília, DF, 2 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3v0hHUI> . Acesso em: 21 nov. 2019.

BERTOLLO, Kathiúça. *Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG*. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. *Argumentum*, v. 8, n. 2, p. 16-29, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3KpumXI>. Acesso em: 22 nov. 2019.

CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios. *Revista Temporalis*, n. 2, 2000.

CARRARA, Virginia Alves *et al.* Uma reflexão sobre a realidade do trabalho das/os assistentes sociais da microrregião dos inconfindentes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília, DF. *Anais [...]*. Brasília, DF: CFESS, 2019.

CFESS *et al.* *Capacitação em Serviço Social e Política Social*: módulo 5: intervenção e pesquisa em Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, 2001.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2015.

GUERRA, Yolanda. O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. In: SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria; ABREU, Maria Helena (org.). *A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 101-124.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. *Revista Temporalis*, n. 3, 2001.

LACAZ, Francisco Antonio; PORTO, Marcelo Firpo. Megamineração e capitalismo: flagelo à saúde ambiental e do trabalhador. In: SOUZA, Edvânia; SILVA, Maria Liduína (org.). *Trabalho, questão social e serviço social: a autofagia do capital*. São Paulo: Cortez, 2019. p.159-173.

LIMA, Kátia. Universidade pública e contrarrevolução: da “travessia de uma ponte” ao caminho da prosperidade”. *Revista em Pauta*, n. 44, v. 17, p. 15-32, 2019.

MANSUR, Maíra *et al.* Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco/Vale/BHP/ Billiton. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (org.). *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP/Billiton*. Marabá: Editorial Iguana, 2016. p. 17-50. (A questão mineral no Brasil, 2.)

MARIANA. Prefeitura Municipal de Mariana. Secretaria Municipal de Saúde. Atualização do Plano Municipal de Planejamento e Gerenciamento de ações de recuperação em saúde após o rompimento da barragem de rejeito da Samarco em Bento Rodrigues, Mariana – MG. Maria-

na: Prefeitura Municipal de Mariana, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3O31wPh>. Acesso em: 21 nov. 2019.

MARINI, Rui Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 6. ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MARQUES, Laura; PAES, Cintia; FIÚZA, Patrícia. Mariana: com a tragédia da Samarco, cidade deixou de arrecadar R\$ 240 milhões. *G1 Minas Gerais*, 31 out. 2019. Disponível em: <http://glo.bo/3LSSCC2>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MIOTO, Regina Célia; NOGUEIRA, Vera. Formação profissional, estágio e supervisão: impasses e desafios persistentes. *Revista Katálysis*, v. 19, n. 3, p. 309-314, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3vasPOO>. Acesso em: 28 nov. 2019.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. *Revista Temporalis*, n. 3, ano 2, 2001.

ORTIZ, Fátima da Silva. A supervisão de estágio como atribuição privativa do assistente social. In: SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria; ABREU, Maria Helena (org.). *A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 193-214.

PARANAÍBA, Guilherme. Desastre na Barragem de Fundão afunda Mariana no atoleiro do desemprego. *Estado de Minas Gerais*, 3 nov. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3JxUo9Y>. Acesso em: 18 nov. 2019.

PASTORINI, Alejandra. *A categoria “questão social” em debate*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMOS, Sâmya Rodrigues; ABREU, Maria Helena Elpidio. O estágio supervisionado e a formação profissional em Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (org.). *Cenários, contradições e pejejas do serviço social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016. p. 79-100.

ROCHA, Mirella Farias. “Questão social” na América Latina: superexploração da força de trabalho e opressões (notas introdutórias). In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 5., ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 12., 2017, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.

SALLES, Fritz Teixeira. *Vila Rica do Pilar*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

SANTOS, Cláudia Mônica. *Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SANTOS, Cláudia Mônica; GOMES, Daniele Cristina Silva; LOPES, Ludmila Pacheco. Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios e estratégias para sua operacionalização. In: SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria; ABREU, Maria Helena (org.). *A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 215-242.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira; WANDERLEY, Luis Jardim. Dependência de barragem, alternativas tecnológicas e a inação do Estado: repercussões sobre o monitoramento de barragens e o licenciamento do Fundão. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (org.). *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP/Billiton*. Marabá: Editorial Iguana, 2016. p. 87-138. (A questão mineral no Brasil, 2.)

TEIXEIRA, Rodrigo; AQUINO, Isaura; GURGEL, Telma. Estágio supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternati-

vas – relatório do projeto ABEPSS itinerante 2014. *Revista Temporalis*, v. 16, n. 31, 2016.

UFOP. ICSA. *Política de Estágio do Curso de Serviço Social*. Mariana: UFOP, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3MbOFZp>. Acesso em: 24 nov. 2019.

VALE, João Henrique. Minas tem 33 barragens interditadas pela Agência Nacional de Mineração; veja quais. *Estado de Minas Gerais*, 9 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3rfyWjG>. Acesso em 27 nov. 2019.

VASCONCELOS, Ana Maria. *A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas*. São Paulo: Cortez, 2015.

ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (org.). *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP/Billiton*. Marabá: Editorial Iguana, 2016. (A questão mineral no Brasil, 2.)

SOBRE OS AUTORES

Claudio Horst é Assistente Social, doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Política Social Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), professor adjunto do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto.

Cristiane Silva Tomaz é Professora Adjunta do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. Vice-Coordenadora do Núcleo de Extensão e Estudos em Formação e Trabalho em Serviço Social (NEESFT).

Isis Silva Roza é Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (DESSO/UFOP). Doutora em Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG).

Kathiuça Bertollo é Assistente Social. Especialista em Serviço Social e Políticas Sociais. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. Tem se dedicado a estudar a Mineração (extrativismo), o trabalho (superexploração da força de trabalho) e as lutas sociais na Região Inconfidentes de Minas Gerais.

Marlon Garcia da Silva é Professor adjunto do Departamento de Serviço Social (Desso) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Assistente social formado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), mestre e doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Filosofia pela UFOP (2012). É coordenador do Mineração do outro - núcleo de estudos, pesquisa e extensão, vinculado ao curso de Serviço Social e à Pró-Reitoria de Extensão e

Cultura (PROEX/UFOP), inscrito e certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Raquel Mota Mascarenhas é Assistente Social e docente do curso de Serviço Social da UFOP. Mestre em Política Social no Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Membro do Livre Hermana (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Social Latino-Americana e Brasileira — UFOP) e LOCUSS (Núcleo de Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Território, Lutas Sociais e Serviço Social — UFRJ).

Roberto Coelho do Carmo é Professor Assistente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto e Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Serviço Social.

Rodrigo Fernandes Ribeiro é Professor do Departamento de Serviço Social (Desso) da UFOP. Assistente social, mestre e doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É coordenador do Livre Hermana — Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Formação Social Latino-Americana e Brasileira, certificado pela UFOP e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Sara Araújo Martins é Professora Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto e doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ.

Virgínia Alves Carrara é Professora Associada I da Universidade Federal de Ouro Preto. Coordenadora do Núcleo de Extensão e Estudos em Formação e Trabalho em Serviço Social (NEESFT). Participa da Comissão de Coordenação da Rede Ibero-americana de Investigação em Serviço Social.

Este livro foi desenvolvido com as fontes Berkeley
Oldstyle e Pill Gothic, conforme Projeto Gráfico
aprovado pela Diretoria da Editora UFOP.



Universidade Federal
de Ouro Preto



editora **UFOP**

ISBN 978-65-89785-18-7



9 786589 785187